



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

***VIDAS OPERÁRIAS: TRAJETÓRIAS MIGRANTES NO BRASIL-CENTRAL NA
VIRADA PARA O SÉCULO XXI***

ATILIO LÚCIO MALTA

**GOIÂNIA
2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese

2. Nome completo do autor

Atilio Lúcio Malta

3. Título do trabalho

Vidas operárias: Trajetórias migrantes no Brasil-Central na virada para o Século XXI

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Kojima Hirano, Professor do Magistério Superior**, em 23/11/2021, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **ATILIO LUCIO MALTA, Discente**, em 23/11/2021, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2513624** e o código CRC **1601584C**.

Referência: Processo nº 23070.054361/2021-81

SEI nº 2513624

ATILIO LÚCIO MALTA

***VIDAS OPERÁRIAS: TRAJETÓRIAS MIGRANTES NO BRASIL-CENTRAL NA
VIRADA PARA O SÉCULO XXI***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Área de Concentração: Antropologia Social

Linha de Pesquisa: Corpo e marcadores sociais da diferença

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Kojima Hirano

**GOIÂNIA
2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Malta, Atilio Lúcio

Vidas operárias [manuscrito] : Trajetórias migrantes no Brasil
Central na virada para o Século XXI / Atilio Lúcio Malta. - 2021.
249 f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Kojima Hirano.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Goiânia, 2021.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, mapas, fotografias, lista de figuras.

1. etnografia. 2. classes populares. 3. trajetórias. 4. operários
urbanos. 5. Brasil-Central. I. Hirano, Luis Felipe Kojima, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 004/21-D da sessão de Defesa de Tese de **ATILIO LÚCIO MALTA**, que lhe confere o título de **Doutor em Antropologia Social**, na área de concentração **Antropologia Social**.

Aos treze dias do mês de outubro de 2021, às 09 horas, por webconferência devido à pandemia de covid-19, realizou-se a sessão de julgamento da Tese de Doutorado de **ATILIO LÚCIO MALTA**, intitulada *Vidas operárias: Trajetórias migrantes no Brasil-Central na virada para o Século XXI*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores/as: Luis Felipe Kojima Hirano (PPGAS/UFG/presidente); Janine Helfst Leicht Collaço (PPGAS/UFG - examinadora interna); Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG - examinadora interna), Emília Pietrafesa de Godoi (Unicamp - examinadora externa) e Jordão Horta Nunes (PPGS/UFG - examinador externo) tendo como suplente Eliane Gonçalves (PPGS/UFG). O candidato apresentou seu trabalho, foi arguido pela Banca e respondeu às arguições. Ao final da arguição, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foi atribuído ao doutorando o seguinte resultado: Aprovado. Reabertos os trabalhos, o presidente proclamou os resultados e encerrou a sessão pública, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por ele e os demais integrantes da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Henning, Coordenador de Pós-graduação**, em 18/11/2021, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jordão Horta Nunes, Professor do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Azevedo De Moraes Wichers, Professora do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Kojima Hirano, Professor do Magistério Superior**, em 18/11/2021, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janine Helfst Leicht Collaço, Professora do Magistério Superior**, em 21/11/2021, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2706162&infra_sistema=1...



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **2499889** e o código CRC **49AA85D3**.

Referência: Processo nº 23070.054361/2021-81

SEI nº 2499889

Aos meus pais e heróis, Dona Jô e Seu Taíde.

Agradecimentos

Ao professor Luis Felipe pela orientação, paciência, disponibilidade e zelo.

A minha mãe, Dona Jô, pela preciosa assistência na pesquisa.

Aos interlocutores/a da pesquisa ao longo de todo caminho, em especial, Doca, Dona Leninha, Lourivaldo, Lorena, Isadora e Sr. Juliano. Obrigado pelo acolhimento, disponibilidade e, sobretudo, por compartilhar suas trajetórias para essa pesquisa.

À FAPEG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, pela bolsa de pesquisa durante a fase de Mestrado.

À Secretaria Estadual de Educação de Goiás pelo afastamento de treze meses para esta pesquisa.

Aos professores/a da banca de qualificação, Dra. Janine Collaço, Dr. Jordão Nunes e Dr. Luis Felipe Hirano, que me indicaram à Progressão de Nível.

Aos professores/a da banca de defesa: Dra. Camila Wichers, Dra. Eliane Gonçalves, Dra. Emília Godoi, Dra. Janine Collaço, Dr. Jordão Nunes e Dr. Luis Felipe Hirano, que gentilmente cederam parte do seu tempo para avaliar e contribuir com esta pesquisa.

Aos técnicos/a e professores/a da FCS e PPGAS pelo empenho, dedicação, profissionalismo e por partilhar desses mesmos valores conosco.

Aos professores/a do PPGAS pela paciência, profissionalismo e amor com que conduzem suas profissões e pesquisas. Agradeço, em especial, aqueles/a com quem tive o privilégio partilhar da vida acadêmica como aluno: Dra. Camila Mainardi, Dra. Camila Wichers, Dr. Alexandre Herbetta, Dr. Janine Collaço, Dr. Manuel Ferreira, Dr. Pedro Barbosa, Dr. Roberto Lima e Dra. Suzane Vieira.

À Secretaria e Coordenação do PPGAS durante esses cinco anos. Em especial, ao Prof. Dr. Luis Felipe Hirano e à Profa. Dra. Luciana Oliveira pela disponibilidade, paciência e carinho com que sempre me atenderam.

Aos professores/a que acompanharam meus primeiros passos na pesquisa acadêmica durante minha graduação em Filosofia, em especial, Prof. Dra Adriana Delbó, Prof. Dr. Eduardo Sugizaki e Profa. Dra Carmelita Felício.

Ao meu amigo Alex Mendes, pela disponibilidade, ajuda, ensinamentos e amizade.

Aos discentes do PPGAS, em especial à representação discente: Joana, Leonardo e Rosana.

As minhas queridas amigas Emília Mota e Luciana Barbosa. Obrigado pelos debates teórico-metodológicos, trocas, parcerias, mas, sobretudo, pela ajuda e cumplicidade nos momentos mais árduos desta pesquisa.

A todos/a, pessoas e instituições, que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento e amadurecimento acadêmico e humano durante esses cinco anos de pesquisa.

Eu cresci aprendendo esse modo de ver e viver dos subalternos, dos insignificantes, dos simples, dos que vivem à margem da História, dos que vivem para o trabalho.

(MARTINS, 2008a, p. 119)

Resumo

Vidas operárias: trajetórias migrantes no Brasil-Central na virada para o século XXI.

Essa etnografia, construída nas interfaces entre a antropologia, a sociologia crítica e os recursos metodológicos da história oral, procura dar conta de um grupo operário industrial urbano contemporâneo de Aparecida de Goiânia, município da Região Metropolitana de Goiânia, na região central do Brasil. Tendo como unidade de análise as trajetórias de pessoas do grupo sob o prisma de determinados marcadores sociais da diferença, a intenção é seguir tais trajetórias em seus fluxos, arranjos, circulações, relações e redes na saga de cada um/a em abandonar a pobreza e a indiferenciação social típicas dos grupos pobres e construir-se pessoa numa ordem social vazada por desigualdades e iniquidades sociais em todos os âmbitos. Meus/a interlocutores/a não residem em um único lugar – ainda que, de fato, exista um bairro “somente” para eles – nem trabalham numa única fábrica – embora majoritariamente seus itinerários sejam marcados por uma –, nem pertencem a um mesmo gênero ou geração, mas compartilham um universo social e simbólico próprio, o das classes populares trabalhadoras industriais urbanas contemporâneas, que se procura apreender nas relações entre passado e memória ao narrarem sua própria concepção de biografia. Dada a relação entre pesquisador e campo, o esforço é por “estranhar o familiar” que, em muitos termos, ocorre pelo mergulho na literatura sobre o tema e no contraste entre memórias e “trajetórias compartilhadas”.

Palavras-chave: etnografia, classes populares, trajetórias, operários urbanos, Brasil-Central

Abstract

Workers lives: Migrant trajectories in Central Brazil, at the turn of the 21st century.

This ethnography, built at the interfaces between anthropology, criticism sociology and oral history, aims to oversight an urban and contemporary factory workers group from Aparecida de Goiânia, municipality of Metropolitan Area of Goiânia, in Brazil's Central Region. This work has as analysis unit the trajectory of people from this workers group, under the point of view of determined difference social markers. The intention of this work is to follow these trajectories in its flow, arrangements, circulation, relations and network on the everyday saga of each person, trying to abandon poverty, social undifferentiation and social inequity in every range. My interlocutors do not reside in a single neighborhood, although, in fact, there is a district "only" for them. They do not even work on a single factory, although their itineraries are marked for one. They do not even belong to a same gender or generation, but they share a social and symbolic universe: the one from contemporary popular factory worker classes. This universe is the aim I try to get on the relations between past and memory when they narrate their own conception of autobiography. Given the relation between researcher and his field, the effort consists in "wonder the familiar" that, in many words, is given by diving in literature concerning this subject and by the contrast between memories and "shared trajectories".

Key words: ethnography, popular classes, trajectories, urban factory workers, Central Brazil

Resumen

Vidas operarias: Trayectorias de los migrantes en el centro de Brasil a principios del siglo XXI

Esta etnografía, construida en las interfaces entre la antropología, la sociología y la historia oral, busca dar cuenta de un grupo de trabajadores industriales urbanos contemporáneos en Aparecida de Goiânia, un municipio de la Región Metropolitana de Goiânia, en la región central de Brasil. Teniendo como unidad de análisis las trayectorias de las personas del grupo bajo el prisma de ciertos marcadores sociales de diferencia, se pretende seguir las trayectorias en sus flujos, arreglos, movimientos, relaciones y redes en la saga de cada uno en el abandono de la pobreza y la indiferenciación social propia de los grupos pobres y la construcción de sí mismo como persona en un orden social filtrado por las desigualdades e inequidades sociales en todos los ámbitos. Mis interlocutores no viven en un único lugar – aunque, de hecho, haya un barrio "solamente" para ellos –, ni trabajan en una única fábrica – aunque la mayoría de sus itinerarios estén marcados por una, ni pertenecen a un mismo género o generación, sino que comparten un universo social y simbólico propio, el de las clases populares trabajadoras urbanas industriales contemporáneas, que intentamos aprehender en las relaciones entre pasado y memoria al narrar su propia concepción de la biografía. Dada la relación entre el investigador y el campo, el esfuerzo es por "alejarse lo familiar" que, en muchos términos, pasa por bucear en la literatura sobre el tema y en el contraste entre los recuerdos y las "trayectorias compartidas".

Palabras clave: etnografía, clases populares, trayectorias, trabajadores urbanos, Brasil Central

Lista de Abreviaturas

CM – Conjunto Habitacional Mabel

DAIAG – Distrito AgroIndustrial de Aparecida de Goiânia

DF – Distrito Federal

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPIs – Equipamentos de proteção individual

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FM - Fábricas Mabel

FNS – Fundação Nestore Scodro

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

LER - Lesões por esforço repetitivo

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

P.A. – Produto acabado

PIB – Produto Interno Bruto

SUS – Sistema Único de Saúde

Lista de figuras

Figura 1 – População Residente de Cor branca/E espacialização dos condomínios horizontais em Goiânia – 2010/2013

Figura 2 – Concentração de pessoas residentes de cor Negra em Goiânia – 2010

Figura 3 – Justaposição dos Bairros Negros com os bairros de “Classe Extremamente Pobre”.

Figura 4 – Vista parcial da principal via do bairro, a rua Nestore Scodro

Figura 5 – Mapa do bairro

Figura 6 – Vista parcial do bairro

Figura 7 – Divisão entre quadras no bairro

Figura 8 – Vista do campo de futebol.

Figura 9 – Vista da rua no fundo do campo de futebol

Figura 10 – Vista da entrada da escola pública da região, o Colégio Estadual Itagiba Laureano Dourneles.

Figura 11 – Casa de Isadora. Sala.

Figura 12 – Casa de Isadora. Cozinha e área de serviço

Figura 13 – Quintal e “Isadora” moto.

Figura 14 – Casa de Isadora. Plantas no quintal.

Sumário

Introdução Geral 17

Trajetórias compartilhadas 22

Marcadores sociais da diferença 29

Camadas populares e a antropologia no Brasil; ou holismo dos pobres 30

Trajetória social e etnobiografia 37

Habitus 45

Teoria da hierarquia 48

Vilas operárias 51

Capítulo 1 | CAMADAS POPULARES no Brasil 56

1.1 Introdução 56

1.2 As muitas servidões 57

1.3 O capitalismo chegou 62

1.3.1 O caso da Usina Paulista e a hierarquia nas relações sociais
62

1.4 O período industrial e a formação da utopia da cidade 75

1.4.1 A esperança na possibilidade 76

1.4.2 A vida nas cidades: os resquícios da cidadania regulada e o impacto do neoliberalismo para os/a jovens de classe populares 79

1.4.3 O lugar dos pobres no contexto urbano brasileiro 84

1.5 Modernidade e desigualdades sociais 91

1.6 Conclusões 96

Capítulo 2 | BAIRRO, casa, emprego e construção de si 101

2.1 Introdução 101

2.2 O bairro 104

- 2.2.1 A região dos/a operários/a 105*
 - 2.2 Os recursos do bairro 109*
 - 2.2.3 Segurança e policiamento 118*
 - 2.2.4 As normas do bairro 119*
- 2.3 O bairro e a construção dos sonhos, da subjetividade: Isadora e sua liberdade 121
- 2.4 O “Conjunto” como estratégia: Lorena, a menina que prosperou 131
- 2.5 O lugar da fé e da religião no projeto de melhoria de vida: a evangélica Lorena e a pastora Leninha. 140
- 2.6 Conclusões 152

Capítulo 3 | TRABALHO, renda, tempo e família. 154

- 3.1 Introdução 154
- 3.2 O emprego 155
 - 3.2.1 Da roça à cidade, do campo à indústria, as trajetórias de sr. Juliano e Doca. 163*
- 3.3 A renda dos/a operários/a 171
 - 3.3.1 A economia dos/a operários/a: Doca, Lourivaldo e a “matemática elaborada” 179*
- 3.4 O operário e seu tempo: a rotina de Lourivaldo 187
- 3.5 Conclusões 198

Capítulo 4 | FAMÍLIA, casa e vicinalidades 199

- 4.1 Introdução 199
- 4.2 O/a operário/a, casa e os/a de casa 199
 - 4.2.1 Lourivaldo e suas cunhadas 207*
 - 4.2.2 Lourivaldo e a paternidade 210*
- 4.3 Família, casa e remodelagem da vicinalidade para a melhoria de vida. 217
 - 4.3.1 Doca e seus novos parentes 219*
 - 4.3.2 Os/a operários/a e seus filhos/a: geração, educação e cuidado 230*
- 4.4 Conclusões 236

Considerações Finais 238

Referências 240

Anexos 250

Introdução Geral

Lourivaldo saiu do Maranhão aos dezoito anos de idade no início da década de 2000 para procurar emprego em Goiás. Seu objetivo era garantir as condições necessárias à família que acabava de se formar com o nascimento da primeira filha. Em meados da década de 1990, Doca deixou sua casa de palha e lona preta numa fazenda na zona rural de Niquelândia para procurar tratamento médico em Goiânia para sua mãe que havia contraído a doença de Chagas. Com vinte e dois anos de idade, e com poucos documentos pessoais, ele passou por diversos trabalhos temporários até se firmar na indústria como operário. Na cidade, além de trabalho, encontrou sua companheira, formou família e ganhou novos parentes. Isadora deixou o interior da Bahia no final da infância e se instalou na periferia do Distrito Federal seguindo seus pais que buscavam melhores condições de vida. No Gama viveu com sua numerosa família por anos, mas só conseguiu um lugar para chamar de seu em Aparecida de Goiânia¹, numa mobilidade geográfica familiar liderada por ela mesma. Trabalho também foi o que motivou Seu Juliano e Dona Leninha, já na idade adulta, a procurar a mesma cidade, oriundos, respectivamente, de Minas Gerais e Tocantins. Já o sonho de ser professora foi a motivação inicial da escolha da cidade para Lorena, que veio ainda adolescente, sem os pais biológicos, construir sua trajetória adulta, depois de vagar por casas de parentes no interior do Tocantins.

Essas trajetórias de vida que se iniciam em diferentes regiões rurais e interioranas do país, mas com um engajamento em comum, cruzam-se numa fábrica e numa cidade na região central do Brasil. É a partir delas que esta etnografia traça seu objetivo de

1 Centro urbano na Região Metropolitana da capital do estado, Goiânia. Com pouco mais de dois milhões de habitantes, o referido complexo urbano concentra pouco mais de 37% da população total de Goiás (FERREIRA, 2014)

tentar dar conta de trajetórias subalternas em sua luta diária para fazer e melhorar a vida, – ou numa linguagem mais sociológica – para garantir as condições de reprodução imediatas da existência individual e familiar, ao mesmo tempo em que não se resignam à condição de força de trabalho do capitalismo, mas, ao contrário, procuram construir-se a si mesmos, como pessoas, atores/a e autores/a de seus próprios enredos, agindo dentro e entrelaçados/a às cadeias de relações que surgem da imbricação entre casa, trabalho e família e suas posições de classe.

O que se propõe é depreender as subjetividades, as relações, as práticas e os comportamentos dos/a interlocutores/a utilizando como unidade de análise suas trajetórias tomadas a partir narrativas autobiográficas para questionar: quais são os engajamentos, os arranjos e as estratégias que pessoas das classes pobres mobilizam para alcançar segurança socioeconômica e “melhorar de vida”?

Cruzando trajetórias de vida, observação participante, visitas às fábricas e ao bairro, conversas em grupos e por aplicativo de mensagens, entrevistas biográficas e informações, relações e memórias advindas da minha própria experiência de vida e círculo familiar, procuro compor uma etnografia com interfaces com a sociologia e os pressupostos metodológicos da história oral. O resultado é uma investigação sobre a constituição histórica das camadas populares de baixa renda, especialmente os migrantes rurais, e uma tentativa de compreender esses “personagem etnográficos” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012) em sua reação metódica, dentro dos limites de seu capital de classe², à condição de pobreza socioeconômica e ao consequente aprisionamento ao trabalho como requisito necessário, mas não suficiente, para superá-la. Essa procura de superação das condições atuais é referida

² No sentido de *habitus* do grupo/classe. Se falar em capital de classe entre migrantes rurais que se tornam operários/a urbanos pode ser apressado, talvez seria possível aproximar da noção de “*habitus* discordantes porque produtos de condições diferentes das condições em que devem funcionar, como acontece com os agentes oriundos de sociedades pré-capitalistas ao serem atirados na economia capitalista.” (BOURDIEU, 2004a, p. 130)

pelos/a meus/a interlocutores/a (e em boa parte literatura sobre o tema³) como “melhorar de vida”.

Melhorar de vida indica uma posição que se almeja alcançar, e se desenrola como um processo, já que é tomado efetivamente como um projeto a ser perseguido e colocado em prática em todas as dimensões da vida⁴, especialmente nos planos material e financeiro, que carregam uma dimensão simbólica como signos de escalada social em relação à posição anterior – e, nesse sentido, esse projeto não pode ser entendido unicamente como mobilidade social ascendente. Muito grosso modo, pode ser tomado como estar ou procurar estar melhor do que ontem ou mesmo como a *condição* de permanente procura por uma ordem melhor, em termos socioeconômicos e simbólicos. Isso não indica mero estado de vigilância sobre as práticas econômicas pessoais e da família, mas cotidianamente voltar as atenções da família e de si mesmo para o fato de que a segurança socioeconômica atual foi condição conquistada e não (her)dada; e que se hoje é o ponto de partida da nova geração, foi graças ao foco metódico e aos grandes sacrifícios dos/a adultos/a no presente e no passado. Significa, também, adotar ou procurar aproximar-se coletivamente de um novo *habitus* de classe mais próximo ao que se imagina ser o modo de vida das classes mais ricas, em especial, em termos de consumo. Embora não se limite ao progresso econômico, o termo êmico é realçado em suas dimensões econômicas por conta da posição de classe dessas pessoas, especialmente em suas origens: qualquer tipo de bem material, simbólico ou experiência de melhoria na situação socioeconômica ocorreu pós migração e trabalho assalariado.

Nesse sentido, lanço mão de três argumentos principais. O primeiro é que a mobilidade/migração é a primeira resposta ao projeto de melhoria de vida que se pretende assumir. Ela coloca os indivíduos em circulação e apresenta um fluxo com objetivos muito claros – viabilizar o momento para a mudança, encontrar o parente

³ Cf. (DURHAM, 1973, 1988; MACIEL, 2011; MARTINS, 2008a).

⁴ A noção de projeto que tomo a partir dos termos delineados por Gilberto Velho em seus estudos sobre as sociedades urbanas: “Relaciono *projeto*, como uma dimensão mais racional e consciente, com as circunstâncias expressas no *campo de possibilidades*, inarredável dimensão sociocultural, constitutiva de modelos, paradigmas e mapas.” (VELHO, 2003, p. 8) Grifos do autor.

que possibilitou a migração, conseguir algum dinheiro, encontrar um lugar para ficar, trazer a família e encontrar trabalho fixo. Assim, é a partir da mobilidade/migração que os processos que resultarão em melhoria de vida e em condições para a construções de novas subjetividades são colocados em marcha. Ela representa para a identidade em transformação do migrante, além da mudança de espaço e círculo social, o afastamento das memórias e dos signos relacionados à pobreza material que se procura abandonar. Na cidade, a pessoa tende a encontrar formas eficazes de integração social – sobretudo pelas relações vicinais, pelo trabalho e pela religião – que, por conjunturas diversas, garantem maior proteção social e que atuam dentro da lógica da busca por melhoria de vida. De maneira geral, na mobilidade rumo à cidade está embutida a ideia valor de que a vida urbana vai melhorar a vida que se tinha no interior rural.

O segundo argumento sustenta que o emprego na fábrica e seus recursos constituem um dos principais motores que alavancam o melhorar de vida. É especialmente se valendo das oportunidades, que se abrem em função do trabalho assalariado na fábrica, e dos arranjos e das estratégias que elas permitem que o melhorar de vida acontece progressivamente. O trabalho, nesses termos, atua também como valor instrumental a esses sujeitos devido a sua posição de classe. É ele que garante a reprodução da família, porém com desdobramentos diferentes para os gêneros. Para o homem, indica uma posição de respeitabilidade social, já que o *ethos* masculino⁵ está eminentemente ligado à garantia das condições econômicas básicas para a família. Já nas trajetórias das mulheres operárias, o trabalho no mercado tem caráter

⁵ Para Duarte (1986, p. 176), “essa categoria designa o corpo dos desempenhos ideais que compõem a identidade masculina adulta e plena e que pode ser resumida sob duas fórmulas recorrente: o *manter o respeito* e o *bater a comida dentro de casa*. [...] o primeiro preceito [...] significa que o *chefe de família* deve assumir as responsabilidades de representação externa da unidade doméstica, fazendo com que seus membros e seu espaço sejam respeitados. [...] ‘atitude’ ou disposição ativa [...], mas também uma ‘condição’ de ‘respeitabilidade’, que envolverá o desempenho mais global como *trabalhador*, como *filho*, como *marido* e como *pai*. [...] a respeitabilidade flui entre sua condição externa barganhada de trabalhador e sua condição internamente garantida de responsável mais amplo pela ‘moralidade’ doméstica. [...] assegurar que a mulher e os filhos (e eventualmente outros agregados à casa) [...] desempenhem de forma legítima [...] seus respectivos papéis sociais”. Grifos do autor.

eminente emancipador e integrador. Do ponto de vista de homens e mulheres, o trabalho na fábrica é entendido como intenso e exaustivo, mas, também como mecanismo fundamental para a valorização de si mesmo e da afirmação da dignidade própria.

Por fim, argumento que a família é um valor referencial absoluto. Ela é, em termos formais, a grande razão do projeto de melhoria de vida. Possui um nódulo central que são as relações que emanam da relação entre casal, casa e filhos/a e é atravessada também pelas relações vicinais, especialmente nos contextos de mais baixa-renda, em que os laços são adensados pela solidariedade e pelas tensões da reciprocidade geradas pela proximidade e pelos conflitos próprios desse sistema de relações que a precariedade socioeconômica impõe aos sujeitos pobres – e que a vicinalidade vem tentar aliviar. Nesses contextos, as relações interpessoais tendem a se reificar, dado o horizonte de precariedade de todos/a. Nos centros urbanos, com maiores oportunidades de emprego, além das relações de desconsideração, as relações vicinais tendem a se afrouxar em nome do projeto de melhoria de vida. Dessa forma, faz-se necessário um recorte familiar em torno do casal, o que possibilita a adoção de racionalidades e práticas econômicas que tendem a alavancar um pouco mais rapidamente o progresso econômico familiar.

Sem pretensões de colocar ponto final em nenhuma das questões aqui levantadas, mas apenas de contribuir para os debates acadêmicos da área, o avanço da tese em relação à literatura se dá, acredito, em dois sentidos. Primeiro por cobrir em nível local um campo que, mesmo em nível nacional, vem despertando pouco interesse da antropologia. Em segundo lugar, mas não menos importante, porque testa a ideia de vicinalidade em grandes contextos urbanos (PINA-CABRAL, 2014, p. 42).

Nesse sentido, a tese foi estruturada em quatro capítulos, introdução geral e considerações finais. O primeiro capítulo é uma tentativa de situar meu campo de pesquisa. Assim, pela ótica do trabalho e da formação da classe trabalhadora no país, procurei depreender um panorama geral das classes populares de baixa renda no que tange a critérios caros à noção do melhorar de vida. O segundo capítulo, um pouco mais descritivo, procura dar textura aos relatos, apresentando os espaços e as

histórias de vida marcadas pela superação de condições socioeconômicas adversas. No capítulo 3, as trajetórias são tomadas pelo prisma do trabalho, contrastando passado e presente. Nesse capítulo, a crueza da realidade social das classes pobres se impõe, bem como os esforços dos sujeitos em enfrentar seus cotidianos, em que a fábrica é uma importante, mas não única, dimensão. O último capítulo trata das relações de vicinalidade das famílias de baixa renda, das relações e dos contextos que delas emanam, bem como da reconfiguração necessária do grupo familiar em função do projeto de melhoria de vida. Nas considerações finais, resgato o percurso da tese, reapresento o problema e os argumentos, teço uma rápida reflexão sobre o processo de escrita e os limites da pesquisa. Na introdução geral, por fim – e para começar –, apresento o pesquisador, o percurso da pesquisa, a literatura e faço um rápido apanhado dos conceitos principais do texto.

Trajetórias compartilhadas

Quando Bronislaw Malinowski aportou nas ilhas da Nova Guiné no Pacífico oriental no início do Século XX para escrever a etnografia que seria considerada o início da antropologia moderna, se deparou com universo social que foi interpretado como totalmente novo, exótico e muito distante de sua sociedade de origem, a europeia. Ele, então, procurou realizar um inventário das relações sociais com o objetivo de dar conta de um todo social com regras próprias (MALINOWSKI, 1978). A disciplina se consolidou, a etnografia ganhou cada vez mais ferramentas heurísticas de investigação e a reflexividade, enquanto movimento de constantes questionamentos de seus pressupostos teóricos e metodológicos, ganhou novas proporções. Nesses termos, qualquer pretensão de objetivismo positivo foi abandonada, e o realce à subjetividade do pesquisador na análise é hoje quase uma condição para a prática antropológica (FONSECA, 2006), configurando-se como variável importante da produção e organização dos dados.

Resultado do processo de reflexividade e expansão da disciplina, hoje em diversas partes do mundo, nas sociedades ditas “complexas”, pesquisadores procuram “estranhar o familiar” ou ao menos “estranhar o que é conhecido, mas não próximo”, isto é, confrontar intelectual e emocionalmente as diferentes interpretações existentes a respeito de fatos e situações, num mergulho de difícil precisão em termos de tempo e distância, mas que invariavelmente implica o envolvimento da subjetividade do/a pesquisador/a com aqueles/a e aquilo que estuda (VELHO, 1978). Essa proximidade maior do/a pesquisador/a com seu campo na antropologia brasileira é colocada em termos de “antropologia no plural” por Mariza Peirano (1999).

Para ela, o que marca a antropologia como ciência social no país, mais do que o isolamento da língua portuguesa e o compromisso político dos intelectuais e dos cientistas em pensar seu próprio país, é o interesse dos pesquisadores pelo tema da “diferença” e como isso contribui para pensar uma singularidade nacional, deixando, nesses termos, a questão da “antropologia *at home*” figurando como uma questão secundária (PEIRANO, 2000). Nesse sentido, dentro da expansão das pós-graduações e do aperfeiçoamento das instituições acadêmicas notadas nas duas primeiras décadas do Século XXI no Brasil, essa tendência se aprofundou e hoje, em cursos de pós-graduações em diferentes regiões é possível observar essa subjetividade tensionada de maneira ainda mais profunda.

A democratização da pós-graduação experimentada nos últimos anos no país, ofereceu a oportunidade a sujeitos oriundos/a das camadas subalternas ou das minorias sociais ou étnicas a voltarem as ferramentas das ciências sociais para estranhar o grupo no qual parte importante de suas subjetividades foram forjadas. Talvez o caso divisor de águas tenha sido a tese de doutorado de João Paulo Barreto (2013) na Universidade Federal do Amazonas. O pesquisador focou na relação de sua etnia Tukano com os peixes e “ensaíou” os contornos de uma “antropologia indígena”. Contudo, dentro do próprio programa que abriga essa pesquisa, há outros casos, igualmente notáveis. Cito alguns poucos exemplos: Ana C. Damásio (2020) estudou gênero e parentesco – que ela chama de “fazer família” – no interior de sua própria família numa pequena cidade no interior do Piauí; Julio Apinajé (2019) e Letícia Krahô (2019), cada um/a a seu modo, buscam acessar as narrativas, as histórias e os

mitos de seu próprio povo em etnografias que remodelam a memória de seus grupos a partir de suas próprias subjetividades em transformação por conta do contato interétnico intenso.

Cito também a autoetnografia de Marta Quintiliano (2019), estudante quilombola que entrou na universidade e procurou em sua dissertação colocar rosto nos corpos “objetivados” e “desumanizado” dos “sujeitos das comunidades tradicionais” que chegaram às pós-graduações da UFG, tratados/a dessa forma, segundo ela, também dentro das instituições de ensino e da própria universidade em que estudam. Mergulhando em sua própria comunidade religiosa, Emília Mota (2019) aborda as formas de enfrentamento do racismo religioso das quais são vítimas as religiões de matrizes africanas, ao mesmo tempo em que se permite aprender os afetos de pertencimento e cuidado com as pessoas do grupo a que pertence e que pesquisa.

Em alguns casos de maneira residual, com memórias e aproximações, em outros colocando a si mesmo como objeto de estudo em autoetnografias, esses trabalhos procuram produzir o que poderia ser definido como “trajetórias compartilhadas” (FIORE, 2013)⁶. O fio que perpassa todas essas etnografias é a ideia de que o/a pesquisador/a experienciou junto, ou em algum momento, as mesmas experiências, situações, relações e contextos que seus/a interlocutores/a, não apenas como observador participante, mas como alguém que as viveu com o mesmo engajamento, ainda que em espaços de tempos distintos. A presente pesquisa se apresenta dentro desse movimento e, dessa perspectiva, me apresento.

⁶ Embora enuncie tentar realizar uma autoetnografia traçando trajetórias compartilhadas, Maurício Fiore (2013) não se aprofunda na diferença entre os dois termos e acaba por fazer uma autoetnografia de *experiências* compartilhadas. Resgato o termo para esta pesquisa, na medida em que o pesquisador é um *insider* – originalmente – do grupo social que constitui seu campo de pesquisa e que se propõe a problematizar determinados temas – o uso recreativo de drogas e o impacto dessas experiências na vida das pessoas do campo – a partir das trajetórias localizadas nesse campo que, em termos, não apenas apresentam semelhanças com a trajetória individual e familiar do pesquisador, mas, muitas vezes, são ainda conectadas ao seu cotidiano e às suas relações. Certamente essas questões não são novas na antropologia. Marilyn Strathern (2014), nesse sentido, tem pacificado o debate com seu texto sobre “Os limites da auto-antropologia”, em que, para ela, importa ao antropólogo/a o bom domínio das ferramentas e técnicas de pesquisa e que a casa desse bom pesquisador/a é, antes, a própria antropologia.

Nasci em Fazenda Nova, município hoje com pouco mais de seis mil habitantes no interior do estado de Goiás, há mais de duzentos e trinta quilômetros da capital do estado. Contudo, passei toda a infância num pequeno povoado de duas centenas de pessoas considerado distrito da referida cidade. Mesmo em relação ao povoado, a casa em que eu residia com minha família era uma chácara ao final das ruas e casas. Minha mãe é negra, de Trindade Goiás, e tem família com origens em Minas Gerais. Não se sabe ao certo como meus avós maternos foram parar em Fazenda Nova, mas o que buscavam eram condições melhores para cuidar dos/a filhos/a. Meu pai é branco, nascido no interior de São Paulo e conduzido por sua família, ainda nos primeiros anos de vida – nos anos 1950 –, para o município de Araçu, no interior de Goiás, onde meu avô paterno tinha esperanças de plantar café. A família dele foi, então, se mudando aos poucos para Fazenda Nova e meu pai só migrou para a cidade já adulto, após ficar viúvo de seu primeiro casamento, de modo que meus pais se conheceram nos anos 1980 e eu nasci em 1985.

Os dois já exerceram diferentes tipos de ocupação ao longo da vida. Meu pai já foi padeiro, agricultor, comerciante, garimpeiro, auxiliar de supermercado e hoje está aposentado. Minha mãe foi trabalhadora doméstica, auxiliar de restaurante, auxiliar de limpeza, até se firmar como operária e se aposentar após quase trinta anos de trabalho na produção de uma única indústria⁷.

A migração na trajetória da minha família se impôs. Meu pai foi acometido por chagas no intestino⁸ e o tratamento gratuito mais próximo e viável disponível era em Goiânia,

⁷ Apesar de aposentada, ela ainda mantém vínculos empregatícios com a fábrica. Uma das consequências dos anos de trabalho repetitivo foi o rompimento definitivo de alguns tendões dos braços. Assim, embora aposentada, a empresa não rompe seu contrato de trabalho, possivelmente por medo de processos trabalhistas. Dessa forma, ela se mantém em uma espécie de limbo, em que os vínculos continuam – e com eles, o acesso a recursos como o plano de saúde –, mas passando longos períodos afastada da produção. Condição compartilhada por vários/a operários/a. Essa, sem dúvida, é uma pista valiosa que renderia um trabalho comparável à investigação feita por Amaral (2019) com as consequências do amianto para as pessoas de Minaçu. Não tanto pelo poderio econômico da empresa sobre as vidas na cidade, mas pelo adoecimento silencioso e pelas lesões físicas que o trabalho na produção impõe às pessoas e aos corpos que dele dependem diretamente para reproduzir suas condições imediatas de vida. Por conta dos vínculos de trabalho de minha mãe e de sua lealdade ao emprego e aos empregadores que lhe proporcionaram, com o tempo, melhorar de vida (além de seu medo do represálias, afinal os vínculos ainda existem), tive que evitar atritos familiares internos e seguir outros caminhos.

⁸ Condição que lhe deixou com sérias sequelas para toda a vida.

no Hospital das Clínicas. A situação era muito delicada, os cuidados se estenderam e toda a família precisou também se deslocar e, por isso, em 1996 aportamos em Aparecida de Goiânia. Como já estava na cidade há um ano, meu pai, com ajuda de uma tia materna, alugou um barracão no bairro Jardim Paraíso, na periferia da cidade. A escolha foi justificada não apenas pela proximidade de parentes, mas também porque o bairro abrigava (e ainda abriga) um imenso complexo industrial da área de alimentos industrializados, as Fábricas Mabel (FM). A esperança era conseguir emprego na produção por intermédio de um primo que era empregado numa das fábricas.

O plano funcionou e, em poucos meses minha mãe conseguiu emprego. Seis anos depois, quando alcancei a maior idade, também me empreguei na produção da mesma fábrica de minha mãe (e por intermédio dela). Anos depois, também minha irmã caçula teve uma rápida passagem pela empresa como “menor aprendiz”, um programa voltado a emprego para adolescentes. Além de nós, mais um casal de tios maternos veio em 1998 e também se empregou por um espaço de tempo na produção de fábricas diferentes. Eles, no entanto, não se adaptaram e, somado a determinados problemas no convívio familiar entre parentes, resolveram voltar ao interior e se juntaram ao acampamento do Movimento Sem Terra, até que conseguiram uma pequena propriedade rural via reforma agrária por volta do ano de 2004 no interior do estado.

Os dois primeiros anos da minha família foram em pequenos barracões alugados no bairro ao fundo das FM. Um deles, onde passamos mais tempo, localizava-se no lote ao fundo dos meus tios e abrigava ao todo três famílias aparentadas. Assim, um dos grandes interesses pelos empregos nas FM era o conjunto habitacional que colocavam (e ainda colocam) à disposição de seus/a trabalhadores/a, o Conjunto Habitacional Mabel (CM). As casas não eram (e ainda não são) gratuitas, mas tinham (e ainda têm) um valor muito abaixo dos aluguéis de barracões pela cidade (que, no nosso caso, já era mais barato devido ao laço de parentesco dos proprietários – meus tios – conosco). Foi um período particularmente atribulado para todos/a nós, em que tentávamos conjugar o grave estado de saúde de meu pai à sobrevivência cotidiana. A vaga no bairro saiu no final de 1997 e residimos ali até o final de 2000. Aos poucos,

meus pais adquiriram um lote na região e, também aos poucos, levantamos uma casa e nos mudamos⁹.

Depois de estudar as primeiras séries primárias no interior, dei continuidade ao Ensino Fundamental e Médio em escolas municipais e estaduais de Aparecida de Goiânia. Já no final dos estudos, consegui trabalho no almoxarifado na mesma fábrica em que minha mãe trabalhava e lá fiquei por dois anos. Até que a proximidade com a religião católica me levou a uma experiência religiosa institucional que me proporcionou uma graduação em Filosofia. Em 2010, deixei os vínculos religiosos e me tornei professor da rede estadual de ensino, sendo efetivado por concurso público logo depois. Por volta de 2014, resolvi retornar à universidade e iniciei o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás, em que desenvolvi interesse pela antropologia. O curso foi interrompido em 2017 com minha aprovação para o mestrado em Antropologia Social na mesma instituição, com projeto de etnografia de um chão de fábrica.

A pesquisa, naturalmente, tomou outros rumos, mas o campo permaneceu. Eu sondei várias fábricas, inclusive as FM, mas nenhuma estava disposta a autorizar observação participante. Todas alegaram questões de segurança no trabalho e em vão foram minhas alegações sobre experiências de trabalho anterior como operário. O avanço nos estudos e o acesso à pesquisa sobre trajetória social do professor Luis Felipe Hirano, fez-me refazer a estratégia metodológica, já que percebi que o mais importante, no meu entendimento, era levantar um problema de pesquisa em que a história de vida dos/a operários/a precisava se sobressair. Eu não queria reconstituir um todo social, mas dialogar com pessoas fazendo a vida e, mais que isso, tentando torná-la melhor – o que, dada a posição de classe dos meus/a interlocutores/a, é uma jornada considerável.

A pesquisa, então, tomou uma guinada. A observação participante numa produção industrial deu lugar a entrevistas biográficas semiestruturadas ancoradas nos pressupostos metodológicos da história oral. Assim, para a qualificação para o

⁹ Dessa forma, o período de emprego na fábrica e de residência no CM só coincidiu para minha mãe.

mestrado em 2019, apresentei um texto que dialogava com quatro itinerários diferentes em que fio condutor entre eles era o trabalho na fábrica. A banca de qualificação apreciou o trabalho e o indicou para a progressão de nível do Programa e minha aprovação para o doutorado se deu no mesmo ano mediante banca especial montada pelo colegiado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) para avaliar o texto e meu histórico acadêmico.

No doutorado, o enfoque deslizou do trabalho para a questão do melhorar de vida, que perpassa todas as trajetórias. Retomei o campo em 2020, refiz entrevistas, conheci novas pessoas e novas histórias, visitei mais famílias no bairro operário e fora dele. Nesse contexto, distingo aqui visitas de entrevistas. Todas as entrevistas no período pré-pandemia foram precedidas de visitas “informais” rápidas, para mapear o campo e me familiarizar melhor com as pessoas. Depois de um mapeamento de cerca de vinte famílias, oito trajetórias foram elencadas para a composição das narrativas biográficas da tese. Nesses termos, foram oito entrevistas com pessoas diferentes gravadas e para quatro delas, as entrevistas foram repetidas. Em todo esse período, também foram importantíssimos o diálogo constante com minha mãe e as histórias que ela trazia dos/a seus/a colegas de trabalho, bem como o intenso contato com Lourivaldo, meu interlocutor mais próximo da pesquisa.

Ademais, sempre que tinha oportunidade, acompanhava minha mãe em suas visitas de cortesia a seus/a amigos/a de trabalho em dias de folga. Essas ocasiões também resultavam em algum tipo de nota de campo. Também estive algumas vezes na feira semanal do bairro e conversei com algumas pessoas. Cheguei, ademais, a entrevistar a administradora da fundação que cuida do bairro e a assistente social responsável pelos projetos sociais da empresa. Fiz, ainda, duas visitas guiadas ao interior da produção de um dos complexos de fábricas e participei, da mesma forma que no passado, de duas confraternizações anuais da empresa. A partir da pandemia da Covid-19, o contato por aplicativo de mensagens ganhou destaque. No drama do isolamento social, passei a prestar mais atenção ao compartilhamento dos *status* de meus/a interlocutores/a nas redes sociais e a puxar conversas sobre assuntos diversos ou mesmo tirar pequenas dúvidas sobre suas trajetórias.

Em linhas gerais, o que busquei com a metodologia foi apreender subjetividade onde muitas vezes se vê objetos ou categorias (QUINTILIANO, 2019). Nesse sentido, pretendo compartilhar trajetórias para “compartilhar modos de ver”, numa etnografia em que as trajetórias autobiográficas das pessoas são tomadas como chave de acesso ao seu universo cultural.

Marcadores sociais da diferença

A pesquisa também sugere que as noções empíricas que demarcam e hierarquizam diferenças devam ser pensadas de maneira relacional e dinâmica, de maneira a não hierarquizar as formas de opressão. É importante notar que, embora marcadores como classe ou gênero ganhem destaque no trabalho proposto, o suposto é que os efeitos de subordinação social de cada categoria em separado (classe, cor, região, sotaque, geração, gênero...) não dão conta da teia de relações que atravessam os sujeitos e fazem surgir as identidades sociais no mundo contemporâneo, em especial em sociedades tão desiguais como a nossa. Para Luis Felipe K. Hirano, marcadores sociais da diferença são os modos de diferenciação, hierarquização, nomeação e produção de desigualdades. Tal noção descritiva possibilita o entrecruzamento de categorias que demarcam socialmente os sujeitos.

Os marcadores permitem pensar não apenas o entrecruzamento de eixos de diferenciação em diversos contextos. Quando utilizados como auxiliares da análise, eles têm revelado outras dimensões implícitas ou explícitas, associadas a esses eixos: cor da pele, formato do cabelo, do nariz, vestuário, gestualidade, sotaque, entre outras dimensões, são usados para diferenciar, desigualar e hierarquizar, dependendo da situação social. (HIRANO, 2019, p. 51)

Desse modo, tendo trajetórias de trabalhadores operários/a industriais urbanos como campo, a tese não pretende colocar o enfoque principal apenas sobre classe, mas tentar, na esteira das experiências de vida sobre si narradas pelas próprias pessoas, observar a articulação entre diferentes modos de demarcação, hierarquização e naturalização das diferenças nas próprias trajetórias e nos objetivos que movem as

peessoas, na medida em que se articulam concretamente e constituem empecilhos para a construção de suas identidades e para o grande projeto da melhoria de vida.

Camadas populares e a antropologia no Brasil; ou holismo dos pobres

A antropologia no Brasil lidou de diferentes formas quando seu campo foi situado nas classes trabalhadoras. A semântica para o recorte é escorregadia. Os grupos trabalhadores são, historicamente, os grupos de baixa renda, pobres e em posição subalterna na estrutura social e, entre esses, estão, também, os grupos operários urbanos que, como mostra esta tese, ainda hoje são basicamente compostos pela população migrante do interior do país e, boa parte, em situação anterior camponesa num cenário e contexto de pobreza. Isso sem contar que todos esses grupos estão englobados pelas classes ou camadas “populares” que, diga-se de passagem, incorpora também uma certa “pequena burguesia” ou “baixas classes-médias” que, embora tenham experimentado alguma ascensão econômica na estrutura de classes brasileiras nas últimas décadas, não conseguiram verdadeiramente ascensão aos postos dominantes e continuam a plasmar entre os grupos populares.

Assim, parto da perspectiva de que, para efeitos da análise social, os conceitos e as categorias podem ser tomados sob uma certa rasura e que isso significa eminentemente ponderar que tais conceitos e categorias só existem a partir de um determinado contexto relacional e situacional. Portanto, não devem ser substancializados ou reificados, mas tomados a partir de tipologias ideias de análise que, dentro da “bricolagem” montada pelo autor, apresentam certa coerência e dialogam entre si. Nesses termos, para tratar de meus/a interlocutores/a que possuem trajetórias marcadas pelas posições no interior da base da pirâmide, escolho fazer uso de todo corpo semântico que remeta à ideia de sociedade brasileira como uma estrutura polar, entre os que detêm renda, meios de produção e privilégio (além dos postos políticos) e as camadas “destinadas” ao trabalho (MARTINS, 2002, 2008a,

2011), partindo do pressuposto geral (CARDOSO, 2008a, 2008b, 2019) de que a estratificação social e de renda no país, durante os diversos ciclos sociais do capitalismo brasileiro, aprofundou uma divisão social polar (inclusive no mundo trabalho e da ocupação das cidades e distribuição de seus recursos) da sociedade brasileira.

Desde a longeva sociedade agrária que a ordem social brasileira se apresenta como altamente rígida e hierarquizada no topo, onde as elites políticas e econômicas capturam o Estado e grande parte da renda nacional para si (SOUZA, 2016); e flexível e fluída na base, onde um certo parâmetro mínimo de vida urbano, arbitrado a partir da ideia, das instituições e dos valores das políticas institucionais do governo – como condições de moradia e habitação, oferta de educação básica e, especialmente, o salário mínimo –, garantem uma mescla geral das camadas trabalhadoras (CARDOSO, 2008a, 2019), deixando, assim, brecha para serem colocadas na imensa base subalterna que mantém o topo.

Com um campo tão vasto, resta realizar recortes na literatura. Estudos importantes e pioneiros dos anos 1970 devem ser mencionados. Os trabalhos de Vera Candido Pereira (1979), entre operários têxteis no Rio de Janeiro, e de Eunice Durham (1973, 1988) entre migrantes recém-chegados à cidade, estão entre eles. O intuito de Pereira foi, por meio de um estudo de caso, descobrir que “ajustamentos culturais” foram necessários aos trabalhadores/a egressos do campo para adequarem-se à lógica do trabalho fabril. Já Durham elegeu como núcleo analítico o migrante que se estruturava, familiar, social e individualmente, no novo contexto, o urbano. Ela ressalta assim, as dimensões que formam a construção do grande projeto que colocou em marcha a migração, o “melhorar de vida.” Nesse sentido, as periferias dos grandes centros são particularmente reveladoras, com suas casas em eterna construção, sinalizando a construção, ao mesmo tempo, da vida individual, familiar, material e social das camadas mais pobres.

Ainda nos anos 1970, as pesquisas de Gilberto Velho (1989) [1973] realizadas no Museu Nacional e na Universidade de São Paulo sobre grupos das sociedades urbanas modernas no Rio de Janeiro, abriu caminho para, na década seguinte, três

pesquisadores/a no Museu Nacional realizarem pesquisas etnográficas entre grupos trabalhadores/a e operários/a sob duas óticas distintas. Na primeira, os antropólogos Rosilene Alvim e José Sergio Leite Lopes (ALVIM; LOPES, 2007; LOPES, 2011a, 2011b, 2017; LOPES et al., 2020; SPAGGIARI; TSUNODA; TANIGUTI, 2009) dedicaram-se a estudar a memória de grupos operários que tiveram origem nas populações camponesas remanescentes dos regimes de escravidão ou semiescravidão no agreste pernambucano nas primeiras décadas do Século XX. Pessoas que praticavam a agricultura de subsistência e/ou migravam pelo território em busca de alívio para a condição de pobreza ou por fuga das dominações tradicionais regionais. Dialogando com categorias e literatura próximas ao marxismo e ao entendimento de classe de Marx e Thompson, a leitura dos autores é de uma formação de consciência de classe lenta, com uma vingança ou revolta social simbólica deslocada no tempo. Memória e sindicalismo, dessa forma, são termos chave nessas pesquisas.

Embora citados em boa parte dos trabalhos subsequentes sobre grupos trabalhadores, os autores aparecem como referência maior em dois trabalhos recentes. Estão presente na pesquisa de Letícia C. Santos (2015) sobre a memória das mulheres tecelãs no interior da Paraíba, que permaneceram residindo na vila operária, contando suas histórias, “tecendo suas memórias” sobre o cotidiano no chão de fábrica, mesmo após o fim da indústria, dos postos de trabalho e da grande fonte de renda de toda a região. Mas é com Luciano Firmo (2013) que o projeto de trabalhar identidade social e memória entre gerações de operários/a foi mais adiante. Dialogando com os teóricos do capitalismo, da mesma forma que a dupla –sobretudo nos trabalhos individuais de Lopes (2011a, 2017; 2020) –, Firmo compôs uma história social do grupo interlocutor no tempo, tendo como fio condutor a noção de “trabalho” para operários/a de diferentes gerações, contrastando-a com as transformações sofridas no maquinário e na produção no tempo.

O terceiro pesquisador que tomou as classes trabalhadoras como campo na década de 1980 foi Luiz Fernando D. Duarte (1986). Com uma análise de cunho de inspiração dumontiana, ele aproximou categorias próximas em classes sociais distintas, contrastando as diferenças de perspectiva que davam acesso ao mundo cultural de

cada uma delas. A categoria nativa “nervos”, em contraposição às representações mais institucionais dos distúrbios psicológicos, revelou uma perspectiva de mundo da classe trabalhadora altamente hierarquizado e relacional. Já as segundas representações eram pautadas por uma ideologia do individualismo que, grosso modo, é mais afeita à superação das diferenças pela negociação e afirmação da igualdade. Esse foi um trabalho importante e que reverberou com intensidade nos trabalhos sobre camadas populares futuros. Seus achados etnográficos sobre as classes trabalhadoras foram remodelados na literatura posterior sob o argumento de uma perspectiva holista de mundo entre as classes mais pobres.

O holismo dos pobres vai reverberar primeiro nas pesquisas da antropóloga americana Claudia Fonseca (1994, 2000, 2002, 2009) entre grupos pobres em Porto Alegre, ainda que de maneira residual, e, em especial no trabalho de Cynthia Sarti (1994a, 1994b), que a partir dos autores anteriores, forjou seu argumento próprio sobre a estruturação do mundo social dos “pobres”. Para Sarti, a família entre os pobres constitui, então, um sistema de obrigações morais. A família como ordem moral torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa. Essa moralidade, projetando-se para além da própria família, configura um sistema de valores que incide sobre seu modo de pensar o mundo social e se colocar frente a ele. (SARTI, 1994a, p. 53)

A inspiração na teoria da hierarquia de Duarte está relacionada à ideia de que a hierarquia prevalece nas relações em todos os níveis, mesmo naqueles não políticos, e certamente também no nível econômico. O que faria, nesses termos, as pessoas em situação de pobreza transporem para as obrigações, que cercam os papéis de gênero e geração, uma predominância do interesse do grupo sobre os indivíduos. As duas relações hierárquicas centrais da estruturação do mundo social “dos pobres” para Sarti, também podem ser entendidas, a partir de uma leitura “duarteana” da hierarquia, já que o masculino e a figura adulta são os símbolos centrais e dominadores que englobam toda a relação, a mulher, os/a filhos/a, a casa e a própria família. Dessa forma, a figura masculina realiza, igualmente, a mediação para outra

totalidade, a integração da “respeitabilidade” ao mundo exterior que o englobará como parte de um todo.

Nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de “chefe” (de autoridade) e definir-se como tal. A autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família, funções masculinas, porque o papel de provedor a reforça de maneira decisiva. Entretanto, a “desmoralização” ocorrida pela perda da autoridade que o papel de provedor atribui ao homem, abalando a base do respeito que lhe devem seus familiares, significa uma perda para a família como totalidade, que tende a buscar uma compensação através da substituição da figura masculina de autoridade em outros homens da rede. [...]

[...] é sem dúvida a relação entre pais e filhos que estabelece o vínculo mais forte, residindo aí as obrigações morais mais significativas. Se, na perspectiva dos pais, os filhos são essenciais para dar sentido ao seu projeto de casamento; [...] dos filhos é esperada uma retribuição, que existe enquanto compromisso moral. Retribuindo moralmente [necessidades materiais], ou sendo um bom filho, isto é, honesto, trabalhador”. (SARTI, 1994a, p. 48–49)

A partir 1990, começaram a surgir trabalhos com novas abordagens analíticas, que procuraram relativizar o peso dos grandes sistemas classificatórios em benefício da observação que “persegue” o/a interlocutor/a; ênfase que se aprofundou nas décadas seguintes, assim como o enfoque nas interseccionalidades classificatórias das sociedades contemporâneas. Contudo, o argumento geral de Duarte sobrevive nos trabalhos posteriores dos anos 2000 sobre classes populares na formulação de que entre as pessoas situadas nas camadas subalternas, a perspectiva do mundo social é altamente hierárquica com preeminência dos papéis sociais de gênero e geração sobre os indivíduos (COUTO, 2005; MÜLLER, 2009).

Ainda nos anos 1990, outra pesquisa sobre grupos populares – que traz apenas um artigo de meados da década de 1980 de Cláudia Fonseca nas referências – com uma ótica interessante é o trabalho de Michel Agier e Nadya Castro (1993). Tendo como recorte empírico a trajetória de operários/a da indústria petroleira e petroquímica na Bahia, a questão de fundo para os pesquisadores se refere ao que permite às pessoas a elaboração de projetos individuais e coletivos. Com vidas marcadas pela migração e incursão no trabalho operário, para os autores, é o alargamento das disposições

adquiridas e mobilizadas – em duas direções, de horizonte social e de capitais simbólicos e material – o que permitiria engajamento em projetos de caráter individual/familiar e coletivo/político, assim como a conciliação entre esses dois âmbitos.

Nas primeiras décadas dos anos 2000 surgem trabalhos que procuram pensar os grupos populares e trabalhadores a partir da imbricação entre classe e espaço urbano, bem como novas abordagens que recolocam algumas questões de cunho teórico-metodológico, dando ênfase à análise que “persegue” os/a interlocutores/a em fluxo. Esses trabalhos relativizam ainda mais o peso dos grandes sistemas analíticos, em valorização da observação das pessoas nas construções de suas redes e circulações.

Nesse contexto, Lidiane M. Maciel (2012), na sociologia – dialogando primordialmente com Durham –, atualizou o sentido do “melhorar de vida” entre as novas gerações oriundas dos antigos migrantes num bairro urbano que foi, num passado não muito distante, ocupado predominantemente por operários/a migrantes rurais. Já Daniela Ramos Petti (2020) realizou uma etnografia sobre espaços e sujeitos em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), num texto que pensa a reconstrução de identidades a partir do lugar. Pessoas adquirindo novos hábitos residenciais e econômicos (e, portanto, também de classe), entendidos pelos/a próprios/a interlocutores/a como superiores à condição de moradia anterior, permeada pelos estigmas sociais que rondam as comunidades faveladas no Rio de Janeiro. A autora faz isso utilizando os recursos textuais da polifonia no texto etnográfico, sem dialogar, contudo, com os autores sobre classes populares no Brasil.

Sem ter como foco famílias de baixa renda, e sim a própria noção de família e utilizando pessoas situadas em classes trabalhadoras e pobres, Iana S. Vasconcelos e Sandro M. A. Santos (2017) se perguntaram “quem é da família” em contextos diferentes de mobilidade humana. Eles aproximaram grupos de garimpeiros migrantes transnacionais (Brasil-Venezuela) e grupos alternativos, isto é, redes de pessoas organizadas economicamente, inspirados nos valores dos movimentos contraculturais das décadas de 1960 e 1970, instalados em Alto Paraíso de Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, no norte do Estado. Ressaltando o sentido de família como

metáfora, num processo que, segundo eles, envolve uma "obviação" da categoria família, em ambos os casos perceberam uma centralidade nas relações de reciprocidades. As noções centrais – parentesco, casa, casal e filhos/a – assumem, no entanto, dimensões diferentes ou estão até mesmo ausentes.

Nesse sentido, nos casos dos “alternativos”, existe uma economia – entendida igualmente como alternativa – na qual os indivíduos que se agregam à “família” precisam se inserir e para a qual devem efetivamente contribuir com trabalho ou dinheiro. No caso dos garimpeiros brasileiros na Venezuela, existe a obrigação da reciprocidade com os consanguíneos mais próximos que foram abandonados, bem como um entendimento de “casa” como o lugar onde os consanguíneos estão (e eles próprios, não). O artigo, contudo, não discute em que a posição social e as condições materiais e sociais decorrentes de cada uma das noções analisadas podem afetar efetivamente a estruturação do mundo social dos indivíduos ou mesmo a própria noção de família com a qual trabalham.

Completa a literatura levantada sobre camadas populares no país a categoria da “vicinalidade”, que embora não seja recente¹⁰, foi operacionalizada de maneira peculiar para dar conta dos contextos em que pessoas das classes mais pobres e de núcleos familiares distintos formam redes supradomésticas de parentesco, entreajuda e constituição mútua (FRANGELLA, 2014; GODOI, 2014; PINA-CABRAL, 2014; PINA-CABRAL; SILVA, 2013; PINA CABRAL; GODOI, 2014). A noção de vicinalidade, em certo sentido, apresenta-se como uma atualização para a noção de família extensa ou numerosa que a literatura atribuiu historicamente às configurações familiares das camadas mais pobres.

[...] vicinalidades são, por um lado, espaços de interação intensa, de entre ajuda, de empréstimos, de dons, disputas, de riscos e também de reparações. [...] fornecem o próprio quadro que passará a orientar as relações nos lugares de destino dessas pessoas. (GODOI, 2014, p. 147)

¹⁰ Cf. (PINA-CABRAL, 2014)

Grosso modo, a nova categoria analítica postula que determinadas injunções familiares, sociais, regionais e econômicas levam a redes de reciprocidades e ajuda mútua, atualizadas pelo afeto performatizado – também mutuamente – da “consideração”, aparentam sujeitos e casas para além do laço consanguíneo e da distância geográfica. Nesse sentido, a noção de vicinalidade foi importante para complementar o quadro analítico disponível para tratar das configurações das famílias operárias da pesquisa, mesmo que esta aponte para uma tendência de afrouxamento dessas relações à medida que os atores em melhores condições de emprego se engajam no projeto de melhoria de vida e, com isso, sentem a necessidade de adotar determinadas práticas de potencialização dos ganhos e diminuição nos custos de vida que os levam a uma espécie de “gestão” da vicinalidade.

Trajetória social e etnobiografia

Para pensar temas como memória, passado e trajetória, é importante trazer à discussão textos e autores que trabalharam a intersecção entre conhecimento antropológico e a metodologia da história oral, bem como outros que procuraram estabelecer junções e criar novas abordagens que contemplassem pressupostos teóricos e metodológicos de ambas. Nesse sentido, alguns textos são bastante notáveis e estão reunidos na já muito conhecida coletânea “Usos & Abusos da História Oral” (AMADO; FERREIRA, 2006).

Segundo Ronaldo J. Grele, a história oral inicia-se nos anos de 1960. Ela é consequência das grandes tensões provocadas pela guerra e pelo racismo nos EUA e da crescente conscientização dos excluídos. Ele ressalta que, por intermédio das vozes das próprias pessoas, a história oral reconhece as contribuições antes marginalizadas (GRELE, 2006).

Para Jorge E. A. Lozano, a história oral procura centralizar sua análise na visão e na versão do entrevistado; dessa forma, ela é um método de pesquisa histórica que valoriza o âmbito subjetivo da experiência humana. Ao mesmo tempo em que faz um

relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”, produz conhecimentos históricos e científicos. Outra marca é seu caráter multidisciplinar. De inspiração na etnografia, ela perpassa e é constituída no contato de disciplinas como a sociologia, a linguística, o folclore, a história e a psicologia. É um ponto de intercâmbio entre a história e as demais ciências sociais (LOZANO, 2006).

Segundo o sociólogo Michael Pollak (1992), não existe diferença fundamental entre fonte escrita e oral, pois, se toda memória é socialmente constituída, toda documentação também o é. A fonte escrita, aliás, não pode ser lida tal e qual se apresenta, ela precisa passar pelo crivo da crítica e, assim como as fontes orais, necessitam ser submetida ao cruzamento de informações com outras fontes diferentes e de outros tipos. É nesse sentido que a História está se transformando em histórias, parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia. Não se pode, portanto, falar em cronologia oficial ou correta, pois o que existem são cronologias plurais, que estão em função de seu momento de construção, e também de uma vivência diferenciada, isto é, particular da realidade.

Para o autor, a memória, material sobre o qual a história oral se debruça, é constituída de três elementos fundamentais: os “acontecimentos” vividos pessoalmente e os vividos por tabela – isto é, nem sempre a pessoa participou dos acontecimentos, mas, no imaginário, tomaram tamanho relevo na coletividade a qual ela se sente pertencer que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se fez parte ou não¹¹–; os “personagens”, para os quais a mesma ressalva precisa ser feita, pois existem pessoas e personagens que, de fato, conviveram conosco e outros que não pertenceram ao mesmo espaço-tempo, mas que são perfeitamente contemporâneas; e, por fim, os “lugares”. Existem lugares na lembrança que são vividos de forma mais marcante, no entanto podem não ter apoio no tempo cronológico. Nesse sentido, lugares longínquos, fora do espaço-tempo revelam-se importantes para a memória de um grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa. Em suma, os três elementos

¹¹ Por meio da socialização política ou histórica ocorre um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que se pode falar de uma memória quase herdada; eventos que marcam ou traumatizam tanto uma região que sua memória é transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação (POLLAK, 1992)

fundamentais da memória, para Pollak, podem estar empiricamente fundados em fatos concretos, mas também podem tratar de projeção de outros eventos; em um tipo de projeção por herança.

A memória, nesses termos, é seletiva, é um fenômeno construído. Nem tudo fica registrado e por isso ela está sujeita a flutuações em função do momento em que é articulada, o que também é válido para a memória coletiva, ainda que esta seja mais bem organizada. Os modos de construção da memória podem ser tanto conscientes quanto inconscientes. Assim, o que a memória individual grava, recalca, exclui e relembra é um trabalho evidente de organização. É possível também dizer, com Pollak, que existe uma ligação muito estreita entre memória e identidade. A imagem de si é a imagem que a pessoa adquire, constrói, apresenta a si mesma e aos outros, para construir sua própria representação e ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

A construção da identidade, para Pollak, possui dois elementos essenciais: a unidade física, ou seja, corpo ou fronteiras de pertencimento ao grupo no sentido físico; e a dimensão moral e psicológica, junto a sentimentos de coerência – isto é, se os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Memória é, assim, um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, configurando-se como fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Há, entretanto, para o sociólogo, um elemento na construção da identidade que escapa às definições do indivíduo: o outro. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, credibilidade; e tudo isso se faz por meio de negociação direta com outros. Não se pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função do outro.

Pierre Bourdieu (2006a), por seu turno, destaca os usos do material biográfico como fonte de pesquisa. Os relatos biográficos, segundo o autor, incorrem em ilusão retrospectiva, de caráter ingenuamente finalista e atribuem causalidades que nem sempre correspondem à trajetória real dos agentes sociais, o que ele chama, nem

sem alguma ironia, de “ilusão biográfica”. Nesse sentido, não cabe o entendimento de história de vida como um conjunto de eventos que se desenrolam de maneira individual, de forma lógica e cronológica, com uma origem e um fim – e esse fim tomado como objetivo final. Ao contrário, para Bourdieu, o agente sempre tende a estabelecer conexões com eventos, dando a eles um sentido e uma coerência por vezes artificiais, isto é, nem sempre existentes nos acontecimentos em si. A ilusão biográfica, nesses termos, corresponde à ilusão retrospectiva finalista de concatenação de fatos e acontecimentos, cuja causalidade e implicação serão construídas *a posteriori*, de acordo com o contexto no qual a narração acontece. Em outros termos, segundo Bourdieu, para se conhecer uma personalidade designada por um nome próprio é preciso construir os estados sucessivos do campo em que ela se desenvolve e a própria história de vida do agente seria apenas uma parte do material biográfico que precisa ser levado em conta.

Giovanni Levi (2006) coloca-se a questão da utilização das biografias na construção do conhecimento histórico. Para ele, as desconfianças da possibilidade de construção de uma biografia e das limitações de seu uso no processo de construção de um conhecimento histórico são questões comuns aos Séculos XVIII e XX. No entanto, ganham contornos mais dramáticos no Século XX frente aos novos paradigmas formulados em todos os campos científicos e por ter como pano de fundo novas abordagens das estruturas sociais.

Para Levi, existem quatro principais formas de classificar as abordagens biográficas nos estudos sociais. A primeira é a “prosopográfica e biografia modal”: são as biografias que ilustram os comportamentos ligados às condições sociais estatisticamente mais frequentes; trata-se da utilização dos dados biográficos para fins prosopográficos. Nelas está em jogo a relação entre *habitus* de grupo e *habitus* individual feita por Pierre Bourdieu, que remete à seleção do que é comum e mensurável e do que diz respeito à singularidade. Aqui o estilo pessoal é entendido apenas como um desvio do estilo próprio de uma época ou classe; as infinitudes de combinações possíveis, a partir de experiências estatisticamente comuns a um mesmo grupo, determinam a infinidade de diferenças singulares e, ao mesmo tempo, a conformidade e o estilo do grupo. Segundo Levi, Bourdieu levanta a questão do

determinismo e da escolha consciente, no entanto a ênfase recai sobre os aspectos deterministas e inconscientes. Nesta abordagem, a biografia serve para ilustrar formas típicas de comportamento ou *status*; não é uma biografia de uma pessoa individual, mas de um indivíduo que concentra as características de um grupo (LEVI, 2006).

A segunda forma é designada por Levi como “biografia e contexto”. Aqui se interpretam as vicissitudes biográficas à luz do contexto que as tornem possíveis e, nesse sentido, essa perspectiva consegue manter o equilíbrio entre trajetórias individuais e sistema social como um todo. Ela assenta-se sobre a premissa de que uma vida só pode ser compreendida mostrando-se que cada desvio aparente, em relação às normas comuns, ocorre em um contexto histórico que o justifica. Nessa modalidade, o entendimento de Levi é que o contexto social é tratado como algo demasiado rígido e coerente. Já a terceira abordagem é chamada por ele de “Biografia e casos extremos”. São as biografias utilizadas para esclarecer o contexto, pois ao descrever os casos extremos, lança-se luz sobre as margens do campo social. E, por fim, “biografia e hermenêutica”: essa quarta abordagem parece redundar na impossibilidade de escrever uma biografia. Sugere que é preciso abordar o material biográfico de maneira mais problemática e rejeita a interpretação unívoca das trajetórias individuais (LEVI, 2006).

Essas orientações, segundo Levi, representam os caminhos trilhados por aqueles que utilizam a biografia como instrumento de conhecimento histórico. Elas são soluções parciais que atentam para alguns importantes problemas, como a relação entre normas e práticas, entre grupo e indivíduo, entre determinismo e liberdade ou entre racionalidade absoluta e racionalidade limitada. Mas que, no entanto, passam em silêncio por questões fundamentais como (a) o papel das incoerências das próprias normas no seio de cada sistema social, (b) o tipo de racionalidade que se atribui aos atores e (c) a relação entre o grupo e os indivíduos que o compõem.

O autor acredita que essas quatro categorias seriam insuficientes para dar conta da importância da biografia para os estudos do social. Assim, propõe, sem nomear, uma quinta. Nesta, é preciso indagar sobre a amplitude da liberdade de escolha; há o entendimento que nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para

eliminar as escolhas conscientes. A biografia é o lugar ideal para verificar a liberdade de que o indivíduo dispõe frente aos sistemas normativos (que não estão isentos de contradições), pois ela permitiria a descrição de normas e do seu funcionamento efetivo¹², já que a repartição desigual do poder sempre deixa alguma margem de manobra para os dominados e estes podem impor mudanças nada desprezíveis. O autor não nega a existência de um estilo próprio de época, um *habitus* de experiências comuns e reiteradas, porém ressalta que todo indivíduo possui uma considerável margem de liberdade que se origina das incoerências dos confins sociais e que suscita a mudança social. Para Levi, a pertinência ou a relevância das ações de cada indivíduo não devem ser questionadas (LEVI, 2006).

No diálogo entre as formas biográficas de pesquisa e a etnografia, muito recentemente se cunhou no Brasil uma nova “formulação teórica” que pretende colocar os sujeitos com nomes “próprios”, isto é, como “precipitação” de suas culturas, como um tipo de chave de acesso a uma determinada realidade sociocultural, a “etnobiografia” (DADALTO; PAVESI, 2018; GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012). Configura-se, assim, uma experimentação teórica que tenta dar conta da intrincada relação entre sujeito, indivíduo e cultura, reagindo ao que os autores consideram “discurso antibiográfico” no bojo dos clássicos da antropologia como Bronislaw Malinowski e Evans-Pritchard que, em suas respectivas obras, colocavam os indivíduos como espécimes exemplares de uma cultura construída a partir da generalização das experiências, num texto que se foca na sociedade, na vida social e na reconstrução do fato social (GONÇALVES, 2021).

Na construção de uma teoria que toma a cultura e a vida social a partir dos indivíduos e das narrativas que produzem sobre si na relação com o pesquisador, a etnografia busca inspiração nas artes representativas, especialmente no documentário biográfico, buscando colocar os/a interlocutores/a de pesquisa como pessoas-personagens, isto é, como “potências criativas” que se criam no processo, que se

¹² Resultado do desacordo entre regras e práticas e das incoerências estruturais inevitáveis entre as próprias regras – incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas sociais. (LEVI, 2006)

objetificam na narração de si que se estabelece na relação com o/a pesquisador/a. A autonarrativa, no contexto da alteridade, faz com que a pessoa vire personagem e o personagem vire pessoa; é na interseção e produção do *self* que as pessoas “podem experimentar assumir determinadas caracterizações e estereótipos, construindo uma personagem marcada por traços eminentemente sociais” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p. 25).

Os mundos socioculturais na etnobiografia são pensados como produção dos indivíduos que deles fazem parte. Indivíduos que, ao mesmo tempo, têm suas imaginações situadas e constroem o mundo eles próprios, assim como suas perspectivas sobre ele. A realidade sociocultural, nesses termos, são as histórias contadas sobre ela, as narrativas pelas quais é apresentada, implicando “uma dimensão metanarrativa, em que o lugar da agência das próprias narrativas etnográficas, torna-se objeto etnográfico.” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p. 10).

Para Maria C. Dadalto e Patrícia P. Pavesi (2018), já reivindicando uma abordagem analítica que se propõe etnobiográfica, a etnobiografia foi quase uma imposição do próprio campo estudado, mulheres migrantes Brasil-Japão e Japão-Brasil. Os relatos das mulheres colocaram às pesquisadoras a necessidade de, malgrado as diferenças entre história oral e etnografia, realizar uma junção entre as duas e, assim, tecer um texto que colocasse ênfase, segundo elas, nas “experiências pessoais” como “*locus* discursivo privilegiado” para um “mapeamento das emoções” de suas interlocutoras de pesquisa. O argumento principal para a adoção de uma etnobiografia, portanto, é a necessidade de cunhar uma categoria que pudesse apreender as transformações que atravessam o migrante em sua trajetória marcada “por roteiros de desejos e por utopias.” (DADALTO; PAVESI, 2018, p. 4)

Quanto a essa pesquisa, a nova abordagem parece pertinente ao colocar os indivíduos como foco de análise e, a partir deles e suas trajetórias, empreender reflexões e conclusões mais gerais sobre os mundos socioculturais dos/a interlocutores/a – e assim tentar dissolver as dicotomias fundantes das ciências sociais entre particular e universal. Contudo, ainda que o texto antropológico seja

instrumento privilegiado para invocar, pela linguagem, outras “texturas culturais” (PRICE, 2004), a ênfase na representação que subjaz a proposta da etnobiografia merece, no meu entender, uma ressalva. Na proposta etnobiográfica, o conhecimento é cunhado para produzir uma representação do outro, construída sobre a representação que o outro faz de si mesmo numa determinada relação situada – os momentos com o pesquisador e, por razão, carrega o potencial de reacender um antigo jogo de espelhos no interior da disciplina, sobre a possibilidade ou não de representação do outro e de outras culturas¹³; uma discussão a qual eu gostaria de me distanciar o tanto quanto possível.

Por fim, resta dizer que essa indefinição conceitual, que ronda as categorias mobilizadas para tentar dar conta dos/a interlocutores/a inseridos/a na pesquisa, é uma insuficiência dos próprios pressupostos da análise teórico-social e, ao mesmo tempo, uma tentativa de operacionalizar nas trajetórias algumas categorias e conceitos de maneira mais livre, em especial o conceito de *habitus* de Bourdieu¹⁴. Para Sônia Maluf, as diversas noções recorrentes às quais os/a antropólogos/a lançam mão ao longo da história, como pessoas, sujeitos ou indivíduos, não carregam a potencialidade de esgotar a complexidade que é dar conta daquilo que se tem em mente ao querer se referir ao outro, seu processo de construção de identidade e mundo. Para ela, é necessário não apenas reconhecer, mas igualmente “reivindicar” uma “impureza epistemológica do sujeito e da subjetividade enquanto objetos da antropologia” (MALUF, 2013, p. 148) . Em outras palavras, não substancializar os conceitos, mas tomá-los, e operacionalizá-los, sob uma certa rasura.

¹³ Ver Marcus (2013) e Price (2004).

¹⁴ Como destacou Richard Sennett (2009, p. 11): “uma ideia precisa suportar o peso da experiência concreta, senão se torna mera abstração”.

Habitus

Para a pesquisa em tela, as noções de mobilidade social e classe social devem ser expandidas para além do âmbito econômico para levar em conta a posição ocupada pelos agentes na estrutura social e os dispositivos que eles possuem para atuar no mundo social em seu favor. A própria ideia de sociedade estruturada em classes sociais já pressupõe uma ordem que não é fundada unicamente em pressupostos econômicos, mas engloba, também, tipos sutis de dominação entre e intraclasses.

Assim, muito embora adiante, para a reflexão sobre camadas populares no Brasil sejam apresentados autores que se referem a um certo “holismo hierárquico” entre os grupos pobres, outros que tratam de uma certa posição subalterna do “homem simples” a partir da exploração da mais valia – que torna o homem alienado de si mesmo e do mundo que constrói –; enquanto outros, ainda, mais recentes, que buscam raízes antropológicas para a predisposição a determinados comportamentos sociais a partir de novas categorias analíticas, compreendo que para o processo de subjetivação que acontece no interior dos grupos populares, a noção de *habitus*, sintetizada por Pierre Bourdieu, atua como “plano de fundo conceitual” que atravessa a pesquisa. A noção compreende a ideia de que os sujeitos possuem sistemas de esquemas e disposições adquiridos que funcionam no nível prático como categorias de percepção e apreciação, princípios de classificação e organização da ação pela qual o agente social, na sua verdade de operador prático, localizado e reagindo às forças contrárias no interior de um determinado campo social, constrói a objetividade do mundo social (BOURDIEU, 2004a).

A noção serve ao funcionamento sistemático do corpo socializado, pois “o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (BOURDIEU, 1989, p. 83). *Habitus* e mundo social, nesses termos, carregam uma “cumplicidade ontológica”; conhecimento sem consciência, intencionalidade sem intenção, um domínio prático das regularidades do mundo que permite antecipar seu futuro.

A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no

entanto, ela não tem a razão como princípio. [...] As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais frequência do que se agissem ao contrário, “a única coisa a fazer”. [...] O “senso prático” [...] antecipa a necessidade imanente ao fluxo do mundo. [...] um desafio à distinção entre o consciente e o inconsciente. [...] *habitus*, natureza socialmente constituída, [que] ajusta-se de imediato às exigências imanentes do jogo [...] (BOURDIEU, 2004a, p. 23)

Habitus, portanto, são sistemas de disposições para a prática, fundamento objetivo de condutas regulares, predispondo os agentes a determinadas maneiras em determinadas circunstâncias – uma tendência para agir de maneira regular. O *habitus* é um princípio gerador de práticas, ao lado da norma expressa e explícita e do cálculo racional. Para saber o que as pessoas fazem, é preciso supor que elas obedeçam a uma espécie de “sentido do jogo”. Para compreender as práticas, é preciso reconstruir o capital de esquemas informacionais que permite produzir pensamentos e práticas sensatas e regradas sem a intenção de sensatez e sem uma obediência consciente a regras explicitamente colocadas como tal. Mas ele está, igualmente, intimamente ligado ao fluído e ao vago, definindo a relação cotidiana com o mundo. Essa parcela de abertura, de indeterminação, de incerteza faz com que não seja possível remeter-se inteiramente a ele nas situações críticas. Enquanto mediação entre indivíduo e sociedade, o *habitus* é também gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente, e mesmo no futuro inscrito no presente (BOURDIEU, 2004a).

Tal dimensão de potencial de abertura do *habitus* interessa particularmente a esta pesquisa. Embora Marx e Weber tenham, cada um a seu modo, colocado a questão sobre os fenômenos sociais e as configurações históricas que podem permitir ou levar a determinadas classes ou frações de classes a ocupar os postos hegemônicos de uma determinada sociedade, os estudos sobre ascensão social ganharam ferramentas importantes de análise com o objetivo de Pierre Bourdieu¹⁵ em, com dados estatísticos e etnográficos, estabelecer uma mediação entre as teorias que concebiam o mundo social a partir da liberdade humana como um dado *a priori*,

¹⁵ Ideia apenas esboçada pela socióloga Claudia Sciré. Cf. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=85mQiceoRuQ>. Acesso em: 22 ago. 2021.

incontestável – os subjetivismos europeus de cunho filosófico da segunda metade do Século XX –, e os que colocavam demasiado peso das instituições sociais sobre as ações dos indivíduos, eliminando o sujeito da análise do fenómeno social, ou reduzindo-o à forma materializada das estruturas sociais (que também seriam universais), atentos às consequências da linguística de Saussure na análise dos comportamentos sociais e na genealogia dos regimes de poder na modernidade (BOURDIEU, 1989, 2004a; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009).

Assim, a pergunta de Bourdieu foi, em muitos termos, colocada em sentido diferente aos clássicos. Para o pensador (de origem nas camadas sociais pobres que emergiu para a elite social e intelectual de seu país) importa saber que condições permitem a perpetuação de uma determinada ordem social, percebida por todos/a – ainda que de maneira mais vaga entre os dominados e mais clara entre os dominadores – como injusta. Em outras palavras, o que permitiria a perpetuação das desigualdades sociais? Ou, que possíveis dispositivos, imaginários, discursos e práticas estão presentes de maneira concomitante nos indivíduos, nas sociedades e nas instituições sociais, que garantiriam a existência de uma determinada ordem, em um determinado lugar, e que, em termos concretos, beneficia mais a uns do que a outros?

Questões profundamente complexas, que Bourdieu responde com uma profunda teoria da ação dos agentes sociais, da qual recortamos a noção de *habitus*, fundamental para a compreensão do fenómeno da reprodução das desigualdades sociais.

La posición social, actual o potencial, es objeto de percepciones y apreciaciones que dependen de la trayectoria pasada (por tanto, del *habitus*) de los marcos de referencia posibles, es decir, concretamente, de los grupos que proporcionan los indicios concretos de la posición y de los desplazamientos en el espacio. (BOURDIEU, 2014, p. 183)

Para ele, somente um quadro analítico que permita compreender de que opções verdadeiramente os sujeitos, posicionados onde estão na estrutura social, dispõem para ler e intervir em seu campo social, em primeiro lugar, mas também na sociedade de maneira geral, pode oferecer respostas a essas questões. De modo a não esquecer que a dinâmica geral das sociedades humanas pode ser compreendida como um jogo,

em que recursos fundamentais estão em questão e que eles não podem – por injunções sociais e históricas – serem distribuídos igualmente a todos os/a jogadores/a. O próprio sentido do jogo é distribuído de maneira desigual, tanto numa sociedade, quanto numa equipe (BOURDIEU, 2004a).

Em outras palavras, as próprias iniquidades sociais pressupõem que determinados agentes sociais foram dotados de maiores ou menores recursos para perceber e se apropriar das propriedades do mundo social – as regras do jogo – com maior ou menor facilidade ao serem formados – posicionados – no bojo das frações dominantes ou dominadas da sociedade. Falar em mobilidade social, portanto, é sugerir algo mais amplo e complexo que se referir puramente a progresso econômico: além de fazer aparecer as condições materiais imediatas de existência, os indivíduos, para ascenderem de classe, ainda precisam adquirir ou modificar significativamente todo o aparato que, desde sempre, foram acumulando para interpretar e agir sobre mundo social, isto é, adquirir um novo *habitus*.

Teoria da hierarquia

Em diálogo com a noção de *habitus* de Bourdieu, esta pesquisa considera oportuno às reflexões apresentadas no primeiro capítulo, dar destaque para duas noções de inspiração em Louis Dumont – que possuem desdobramentos próprios em diversos campos da antropologia – e que aqui procuro delinear rapidamente com Luiz Fernando D. Duarte (1986, 2017), Piero de Camargo Leirner (2003) e Serge Tcherkézoff (2017): “hierarquia” e “totalidade”. É certo que as propostas analíticas e as construções teóricas inspiradas no estruturalismo de Dumont, especialmente o pressuposto da totalização, sofrem muitas críticas e encontram penetração limitada nas pesquisas mais contemporâneas. As mais recorrentes objeções são da ordem de uma suposta substancialização ou reificação dos termos, especialmente o de “sociedade”, abrindo margem para acusações de etnocentrismo ou construção de grandes narrativas ou tipificações reificantes. Aqueles que defendem as propostas de

um estruturalismo que postula as relações de hierarquia como proposições universais, no entanto, argumentam que a abordagem se trata menos de substancialização das identidades que de uma estratégia comparativa de análise dos fenômenos de pertencimento.

Nesse sentido, as categorias são verdadeiramente entendidas como relacionais e situadas. Elas só são na medida em que têm um “valor” em relação ao todo. A teoria da hierarquia, nesse sentido, coteja o fenômeno da distribuição diferencial do valor na integração hierárquica das situações. O valor é a efetiva dimensão ética da experiência humana, “sublinha a indissociabilidade entre pensamento e ação: um valor ou uma ‘ideia valor’ é uma representação de definida relevância comportamental comprometida com a intervenção no mundo interpessoal.” (DUARTE, 2017, p. 747). Num sistema, o fato só tem significação por seu lugar no todo e isso é o que determina seu valor. O holismo hierárquico, nesses termos, pode ser compreendido como uma proposta metodológica geral de análise e aplica-se a qualquer contexto social, pois, enquanto proposta de análise, busca “sistematicamente as relações cuja referência não esteja situada fora do campo relacional e que constituam uma interdependência orientada: relações parte/todo” (TCHERKÉZOFF, 2017, p. 689–690).

Para Duarte (2017), a noção de totalidade é central. Como dito, não se refere a uma sociedade (ocidental) totalizadora, mas aos universos sociais em que as oposições hierárquicas correspondem a uma condição cosmológica, já que as relações hierárquicas implicam a definição de algum tipo de totalidade, no interior da qual vigora as condições de diferença e as inversões pertinentes. A totalidade envolve um englobamento hierárquico; um jogo de valores em determinado contexto social; balizamento circunstancial, estratégico, não-substancialista das identidades em confronto. Esse holismo hierárquico existe em contraposição ao fenômeno do individualismo que, enquanto arquétipo ideal, aspira à superação da hierarquia pelo cultivo dos valores da igualdade e liberdade e pela implantação de um universalismo plano.

A teoria da hierarquia procura dar conta do fenômeno, considerado universal, da distribuição diferencial do valor em todas as dimensões da experiência humana (cognitiva e moralmente). Ela se manifesta sob a forma de “englobamento do contrário”, condição em que, numa

determinada dimensão ou nível de alguma totalidade ou conjunto, se manifestam ao mesmo tempo relações de oposição e pertencimento entre dois elementos. A oposição hierárquica difere da "oposição distintiva" pela intrínseca diferença e contiguidade entre os elementos em que determinado nível, correspondendo a um "escândalo lógico", transgressor da lógica da identidade e da não contradição. A bidimensionalidade dos níveis na totalidade é absolutamente intrínseca à oposição hierárquica, permitindo a ocorrência de "inversões hierárquicas", ao sabor das alterações de nível e de situação. (DUARTE, 2017, p. 736)

É importante ressaltar, porém, que o fenômeno da hierarquia – da distribuição do valor – não envolve necessariamente desigualdade, nem deve ser confundido com as implicações sociopolíticas do poder e da dominação: poder e hierarquia podem se imbricar em muitas formações sociais, mas não em todas, e certamente não em todos os níveis ao mesmo tempo. Ela está relacionada ao fenômeno da distribuição do valor nas interações sociais; atrelada a ideia de que as diferenças, para se relacionarem, se acomodam numa relação hierárquica, visando um todo que reproduz as propriedades do mundo social. Nesses termos, a família, entre as classes trabalhadoras, constitui o plano relacional básico que carrega a marca das relações de totalidade e hierarquia, de reciprocidade e complementariedade (DUARTE, 1986, 2017).

Às pretensões da presente pesquisa, a noção se apresenta oportuna na esteira da constatação de Duarte de que a realidade social entre esses grupos populares pode ser tomada analiticamente pelas noções de totalidade e hierarquia, mas, sobretudo, na suposição sociológica de Cardoso (2008a, 2019) de que a gramática da escravidão logrou linhas de forças à sociabilidade capitalista que se instalou aos poucos ao longo do Século XX, estabelecendo uma estrutura social altamente polar e, nesse sentido, hierárquica: rígida e encastelada em si mesma no topo, fluida e igualada na pobreza na base. Em outras palavras, tal noção se revela oportuna para análise da formação de identidades sociais no Brasil agrário; e a tentativa é por testar essas noções na transição do mundo agrário para o contexto de trabalho fabril e sociabilidade capitalista, num caso muito pontual.

Para Cardoso, historicamente as relações de classes no país são intraclasses. Na ordem social, somente as camadas dominantes desenvolveram uma identidade total,

que englobou seus dominados enquanto parte, mais fraca e inferior, de um todo; e que só se relaciona com as diferenças de uma outra identidade total – igual a si mesma, isto é, da mesma classe dominante. Daí o pressuposto de que, nas camadas populares, a realidade de iniquidade social histórica brasileira é tomada como “dada”, inerente à ordem das coisas; uma conjuntura para a qual não adianta ou não se pode reivindicar modificações macro, pois a conjuntura sociopolítica é da ordem apenas das classes dominantes; em que os subalternos compreendem que podem intervir somente no nível da ‘microhistória’, isto é, quando os níveis se investem e podem os sujeitos subalternos constituir a condição necessária de intervenção e modificação numa determinada conjuntura social que se limita ao seu próprio itinerário.

Vilas operárias

Uma pesquisa arquitetônica de 2006 (CORREIA; GHOUBAR; MAUTNER, 2006) levantou informações sobre cerca de quatrocentas vilas operárias e núcleos fabris pelo Brasil. O estudo revelou que, especialmente a partir da segunda metade do Século XIX, difundiu-se largamente a prática de construção de moradias populares por empresas a seus/a operários/a em cidades e no campo. Com o avanço da industrialização, esses assentamentos tornaram-se comuns em indústrias do contexto urbano ligadas à produção têxtil, de papel, cimento, vidro e siderurgia. Já as vilas e os núcleos construídos em regiões afastadas dos centros urbanos, estavam ligadas a empresas de mineração, usinas de açúcar, madeireiras, empresas de geração de energia, companhias ferroviárias e frigoríficos.

As vilas catalogadas pelos pesquisadores somaram uma história de quase duzentos anos, assumindo diferentes formas, estilos arquitetônicos e tipos de moradias – casas isoladas, geminadas ou em blocos, prédios de apartamentos e alojamentos coletivos. As primeiras experiências estão ligadas aos engenhos de açúcar e datam já do início do Século XIX, com a construção da primeira vila catalogada datada de 1811, num antigo engenho de açúcar, com conjunto de casas destinadas a escravizados/a e

trabalhadores/a livres. Aos poucos, ainda durante o Século XIX, elas foram adotadas como solução para a moradias de trabalhadores/a ligados a empresas de mineração e ferrovias. Nas primeiras décadas do Século XX, as vilas operárias e os núcleos fabris chegaram aos subúrbios das grandes cidades brasileiras, com uma arquitetura tipicamente industrial, expressa na simplificação ou na ausência de ornatos.

A partir dos anos 1930, começam algumas experiências com intervenções de arquitetos e urbanistas nos planos e projetos de construções (CORREIA, 2014). Entre elas, pode-se destacar a vila de Volta Redonda, de 1941, projetada pelo mesmo arquiteto dos projetos iniciais da capital Goiânia, Atílio Corrêa Lima. Esses projetos especializados previam melhorias urbanas e apresentavam maior preocupação com o bem-estar das famílias, expressa no modelo cidade-jardim que passa a nortear as referidas construções até a década de 1960. Contudo, devido a maiores dificuldades das empresas ou mesmo à pressa da construção das casas, os projetos urbanísticos modernos, tais como os de Lima, foram aplicados apenas parcialmente, quando não desfigurados.

Assim, são classificadas como experiências tardias as vilas datadas pós década de 1960, embora as construções de vilas e núcleos operários tenham continuado a surgir nas décadas seguintes e a última vila catalogada pela pesquisa seja datada de 1990. Certamente esses aglomerados não ficaram estáticos com o tempo. A maior parte já está descaracterizada e já não possui vínculos com as empresas que as construíram, de modo que são hoje ruínas nos campos ou bairros populares de trabalhadores/a nas grandes cidades. A tendência, segundo os/a pesquisadores/a, é de um processo contínuo de construção, demolições, ampliação e transformações; resultando quase sempre na completa desconfiguração em termos arquitetônicos. Todas essas vilas possuem uma história particular e podem revelar muito sobre a história do país e seus conflitos sociais. (CORREIA; GHOUBAR; MAUTNER, 2006).

O aspecto disciplinar foi o foco de Luzia Margareth Rago (RAGO, 1985, 1994) ao analisar a historiografia disponível sobre as vilas operárias paulistas na primeira metade do Século XX. As relações capitalistas de trabalho foram, pouco a pouco, substituindo os modelos arcaicos de servidão herdados do período da escravidão e

que tiveram significativa continuidade durante o período republicano-oligárquico. Na consolidação do capitalismo paulista, os anos 1910 foram especialmente turbulentos nas relações de classe. Foi o período de florescimento de movimentos anarquistas e socialistas, compostos majoritariamente pelos imigrantes europeus e seus descendentes, importados com a missão de, como ressaltou José de Souza Martins (2018), viabilizar relações totalmente novas na sociedade brasileira.

A burguesia brasileira, contudo, respondeu à altura (RAGO, 1985). A década seguinte, de 1920, foi marcada por sofisticadas estratégias de neutralização da luta de classes, de camuflagem da exploração do trabalho, bem como da construção de uma classe trabalhadora específica, dócil e apolítica, através de inúmeras investidas sobre seus corpos, sobre os membros de suas famílias, suas casas, seus assuntos privados e seu cotidiano de não-trabalho.

Da perspectiva burguesa, a luta de classes foi resolvida como uma questão técnica. Com o auxílio de um corpo técnico, e seus métodos racionais e científicos de disciplinarização e controle, os industriais colocaram em prática uma série de estratégias e mecanismos de conformação e espacialização dos corpos com vistas a forjar o tipo de trabalhador ideal para seus propósitos. Nesses termos, através de diversas frentes, a burguesia paulista investiu-se na subjetivação de uma classe inteira. Em conjunto com especialistas do poder público e dos regimes de saber-poder, embasados com motivos de planejamento urbano, higiene e saúde pública, a classe patronal pôde traçar e aplicar diversas técnicas e estratégias de conformação de corpos e de controle da vida, penetrando tecnicamente na classe operária urbana. É nesse contexto de ressignificação da luta de classes que se inserem as vilas operárias paulistas e o controle do tempo de não-trabalho do trabalhador (RAGO, 1985).

Do ponto de vista das autoridades públicas e dos regimes de saber-poder que se constituem nas primeiras décadas do Século XX, as vilas operárias foram consideradas o tipo de morada ideal para as famílias pobres (RAGO, 1985, 2009). Elas ofereceriam um contraponto interessante aos cortiços e às casas de pensão onde se amontoavam a classe trabalhadora urbana no período. Temos, assim, a marcha

de uma “gestão da miséria” e da domesticação da força de trabalho da base da pirâmide social no país.

O imaginário sobre pobres e pobreza das elites corroboraram e embasaram suas ações, autorizando uma prática pedagógica autoritária de subjetivação de uma classe inteira. Se as vilas vêm ao encontro da necessidade das camadas pobres por moradia e alento nas despesas básicas (que consomem quase toda sua renda), elas também representam a fixação e a produção de um tipo específico de trabalhador/a pela burguesia e nesse sentido se inserem como regime de produção de sujeitos. O modelo de minicidade é uma tentativa de segregar essa população a determinados espaços, em geral distantes e com diversos obstáculos de acesso aos lugares verdadeiramente mais urbanos que poderiam, eventualmente, se transformar em distrações ou comprometimento na produtividade do trabalhador, como bares e casas de prostituição.

Com códigos de postura atrelados às relações de trabalho, a habitação foi entendida como o ponto de partida para a moralização do operariado, segundo o modelo moral ideal projetado pela classe burguesa sobre o trabalhador industrial. Para esses propósitos, a vila possui um sistema de vigilância difuso.

Através da organização do espaço urbano, a classe dominante pode vigiar e cercear o trabalhador minuciosamente, desde os momentos mais íntimos de sua vida diária. Todos se conhecem, dos proprietários aos vizinhos, e se observam, se espiam, se controlam (RAGO, 1985, p. 183).

Nesse sentido, é particularmente significativo que as vilas operárias tenham nascido ao redor ou estivessem cercadas pelas instalações das fábricas empregadoras de seus/a residentes. Isso proporcionou condições para um modelo arquetipo panóptico de poder, enquanto estrutura de vigilância, dominação, disciplinarização, distribuição e segregação dos corpos. Na configuração local do poder disciplinar, entretanto, a fábrica não pode ser avistada.

Em suma, segundo a literatura consultada, as vilas e núcleos os operários são instrumentos seculares da classe patronal de fixação de mão de obra e de

subjetivação de uma classe dócil, de um operariado disciplinado e leal a empresa, suas normas e valores.

Capítulo 1 | CAMADAS POPULARES no Brasil

1.1 Introdução

Embora as populações pobres sejam, da perspectiva da estrutura social, como costuma afirmar Martins (2011), aquelas “destinadas” ao trabalho nas sociedades industriais modernas, e trabalho aqui entendido como alienação da força de trabalho, interessa a esta pesquisa – e a este capítulo de maneira especial – compreendê-las não enquanto trabalhadores/a, mas enquanto grupos sociais que precisam garantir as condições imediatas de existência por meio do trabalho e que não se resignam à condição de pobreza, mas que respondem prontamente aos acenos e às oportunidades que surgem de se distanciarem da pobreza e da precariedade de horizontes inerentes a essa condição.

Ao longo do Século XX, as populações pobres rurais do Brasil paulatinamente se dirigem aos centros urbanos num movimento de migração interna rural-urbana de dimensões históricas, transformando as paisagens das cidades do país e alternando o equilíbrio das configurações das forças sociais e políticas da sociedade brasileira, num processo marcado não só por desigualdade, violência e segregação social, mas também por melhoria de vida e conquistas de direitos sociais. Este capítulo pretende fornecer, a partir da literatura consultada entre as camadas pobres/populares e classe trabalhadora, um panorama histórico do contexto social disponível à parcela subalterna ao longo da história do país, com ênfase no Século XX, para compreender três questões principais: a) em que medida a cidade se tornou uma “utopia” às populações camponesas? b) que rupturas efetivas o capitalismo e o sistema industrial efetuou na condição de vida das pessoas e situadas entre esses grupos nas décadas iniciais do Século XX? e c) quais os verdadeiros contornos da sociabilidade capitalista a esses grupos nos centros urbanos?

Para tentar responder a essas questões, mobilizo pesquisas de diversos matizes disciplinares sobre classe trabalhadora brasileira e história do Brasil, com um enfoque que procura privilegiar os grupos pobres/populares, portanto, também subalternos. Nessa tarefa, ganha espaço especial a obra de Adalberto Cardoso (2008a, 2008b, 2019; CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017) e o argumento geral que, embora a ordem social do país tenha sofrido consideráveis transformações com o período varguista e com as políticas que minaram as elites agrárias locais e modernizaram a economia, abrindo espaço para a industrialização e diminuindo a importância do mundo rural na sociabilidade geral, os ciclos que se seguiram – o desenvolvimentista e neoliberal (década de 1990 em diante) – foram de considerável acomodação das desigualdades no tecido social e de aumento da distância entre as classes polares.

A tese geral do capítulo é que, embora de um ponto de vista sociológico as camadas pobres pouco ganharam em comparação ao aumento das riquezas do país e à sua parcela de contribuição enquanto força de trabalho a esse crescimento, e a despeito da ampliação da distância social entre pobres e ricos, a utopia da cidade de fato significou melhoria de vida aos grupos oriundos do campo, já que salário mínimo (formal ou informal) e casa própria (ainda que precária ou financiada por longos anos), além de outras oportunidades urbanas – como atendimento de saúde e escolarização dos/a filhos/a –, significam muito a quem tinha o horizonte de vida limitado aos mínimos vitais durante o período em que durou longa sociedade agrária brasileira.

1.2 As muitas servidões

Nesta curta seção, pretendo abordar a situação das parcelas pobres na longa sociedade agrária. Mobilizando uma literatura sobre a formação da sociedade do trabalho e a história do Brasil, a intenção é abordar a gênese da ética do trabalho e da gramática social que se forjou nesse período e que, segundo alguns autores, influenciou decididamente a formação do mundo livre de trabalho no período pós-escravidão, ditando os contornos da sociabilidade capitalista do país em termos

gerais. O argumento aqui é que as relações arcaicas do período escravocrata foram a base do Brasil agrário, e a estrutura social permaneceu inerte durante o liberalismo oligárquico que se seguiu ao final do Império. No campo, as populações pobres que remetem à população escravizada permaneceram errantes pelo território em busca de condições de sobrevivência ou sob a órbita das elites regionais, com o horizonte reduzido aos mínimos vitais.

Não se pode falar historicamente dos grupos trabalhadores brasileiros sem antes fazer menção ao longo período escravocrata e às relações que ele forjou historicamente na sociabilidade brasileira que, em muitos termos, ainda continuam atualizadas e agem como linhas de força que mantiveram e mantêm a estrutura social, econômica e política do país inerte durante todo o período sobre o qual se possui dados (CARDOSO, 2008a, 2019; SOUZA, 2016). Para Cardoso (2008a, 2019), há uma determinada tendência das pesquisas sobre o mundo do trabalho no país em colocar a imigração promovida pelas elites nacionais, especialmente no Sudeste e em São Paulo, a partir do final do Século XIX como o marco inicial do trabalho livre no Brasil. Isso se deve, em partes, à concentração dos/a pesquisadores/a e das instituições de pesquisa em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como boa parte dos financiamentos de pesquisa.

Mas, igualmente, tal processo possui relação com a própria recusa das elites do país, especialmente no Sudeste, em aceitar o “elemento nacional”, a massa preta e pobre, como força de trabalho para fazendas ou fábricas. Essa elite adotou a solução da importação de massa pobre estrangeira, primeiro para as fazendas de café – na prática da economia do colonato, que beneficiava com terra para produção e garantia força de trabalho nos cafezais –, e depois, como mostrou Rago (1985, 1994), na substituição paulatina da força de trabalho feminina e infantil que prevaleciam nas fábricas paulistas no início do Século XX.

No entanto, segundo Cardoso, é incontornável que

[...] a escravidão deixou marcas muito profundas no imaginário e nas práticas sociais posteriores, operando como uma espécie de lastro do

qual as gerações sucessivas tiveram grande dificuldade de se livrar. Em torno dela construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós, ou o ambiente sociológico que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX, oferecendo-lhe parâmetros mais gerais de reprodução e apresentando grande resistência à mudança, sobretudo (mas não apenas) no mundo agrário. (CARDOSO, 2019, p. 35)

Em outros termos, segundo Cardoso, o processo de implantação do capitalismo e do mundo livre do trabalho, na verdade, encontra mais respaldo sociológico como processo de transição da sociedade agrária e suas formas de trabalho servis e semisservis para trabalho assalariado ao longo do Século XX, sem que isso, necessariamente, signifique grandes transformações de imediato nas relações sociais e nas relações entre as classes sociais, posta a acomodação do regime capitalista à ética peculiar do trabalho desenvolvida ao longo da longa sociedade escravista.

Aliás, o próprio processo de declínio da escravidão foi múltiplo e de temporalidades distintas pelo imenso território nacional (CARDOSO, 2008a, 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2015). O regime escravocrata brasileiro, altamente predatório em seus primeiros séculos – especialmente nas fazendas monocultoras, onde a expectativa de vida de uma pessoa enviada às plantações, segundo Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015), ficava reduzida a vinte e cinco anos de idade –, conviveu, a partir do Século XVII, com regimes diferenciados de escravidão pelo território, conforme a expansão colonial.

Em desvantagem numérica e sem forças estatais consolidadas no território, a dominação para o trabalho escravo por parte da elite branca foi feita sobre uma gramática de pura violência.

[a] atividade produtiva, repetitiva e cansativa e extremamente laboriosa, já era em si violenta. O trabalho compulsório impunha a introjeção da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente. Punições públicas, o tronco exemplar, a utilização do açoite como forma de pena e humilhação, os ganchos e pegas no pescoço para evitar as fugas nas matas, as máscaras de flandres para inibir o hábito de comer terra e assim provocar o suicídio lento e

doloroso, as correntes prendendo ao chão; construiu-se no Brasil uma arqueologia da violência que tinha como fito constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo do escravo. Quanto ao cativo, logo depois da travessia tinha que aprender a negociar e agenciar a arte de sobreviver à submissão ao senhor. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 91–92)

Como ressaltou Cardoso (2008a), nas grandes fazendas, as lavouras exigiam o trabalho de centenas de pessoas, que dormiam nas senzalas afastadas da casa da família proprietária, o que tornava os/a escravizados/a seres abstratos e sem rosto para o grande fazendeiro e a classe senhorial, de maneira geral. A morte de indivíduos, nesse sentido, não alterava a rotina de trabalho e os negócios da propriedade, dando um caráter predatório e macabro ao sistema social brasileiro dos primeiros séculos. Segundo Schwarcz e Starling (2015), isso perdurou até que as vidas negras se tornassem um produto caro, graças às mudanças no mundo do trabalho acontecidas em nível internacional, capitaneadas pelo avanço do capitalismo inglês e pelo interesse deste país no fim do tráfico negreiro, assim como a crescente resistência daqueles feitos/a escravizados/a.

Assim, o regime escravocrata começa a experimentar seu declínio já um séculos antes da proibição formal do tráfico de pessoas em 1850 (CARDOSO, 2008a, 2019). Nesses termos, regimes mais brandos de escravidão ou de semiescravidão desenrolaram-se pelo país. Nos grandes centros urbanos, por exemplo, as pessoas escravizadas que trabalhavam nas ruas podiam comprar sua própria alforria com alguns anos de economia. Além disso, muitos/a ex-escravizados/a eram também proprietários/a de seus/a próprios/a escravizados/a. Em muitos estados brasileiros, as funções de produção foram paulatinamente sendo assumidas por ex-cativos/a, seus/a descendentes e homens livres pobres. Na maior parte de Minas Gerais e das Regiões Nordeste e Sul, quando teve início a imigração europeia a partir de 1850, o trabalho escravo já representava uma pequena minoria.

A diluição da população escravizada entre a população pobre livre nos séculos finais da escravidão nivelou na pobreza as múltiplas camadas constituintes da base da pirâmide social brasileira, o que produziu um paradoxo: uma estrutura social altamente rígida e hierarquizada no topo, com uma população fluída e nivelada aos mínimos

vitais na base, no campo ou na cidade. O período republicano que sucedeu ao Império mudou pouco essa realidade, já que o poder continuou na mão das elites regionais, os mesmos grupos que davam sustentação à Coroa, e cuja posição social no período oligárquico, mais ainda do que no período monárquico, continuou a se confundir com o próprio Estado.

De modo geral, portanto, durante o primeiro período republicano, quando a sociedade brasileira era majoritariamente rural e dominada econômica e politicamente pelas oligarquias regionais, as populações pobres foram relegadas a vagar pelo território, praticando a agricultura tradicional de subsistência, e/ou a orbitar ao redor de um senhor regional, em formas de trabalho servis ou semisservis, através de práticas como a parceria, o colonato ou o favor, práticas de dominação que continuaram a reduzir o horizonte de vida dos grupos subalternos aos mínimos vitais mesmo após o período escravocrata. Esse foi o tecido social dos pobres no Brasil arcaico, até que, de maneira paulatina, a industrialização tardia decorrente da instituição da ordem capitalista (pelo Estado oligárquico) e as transformações político-sociais do período varguista começaram a alterar o quadro. Assim, pelo menos até meados do Século XX, a imensa maioria da população pobre vivia no campo, reduzida em sua perspectiva e horizontes aos mínimos vitais, cativa da necessidade (CARDOSO, 2008a, 2019; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em suma, de maneira provisória, é possível afirmar que o fim do regime de propriedade de pessoas, que foi lento, gradual e múltiplo pelo território, não colocou fim às práticas norteadoras das relações entre classes que se desenvolveram ao longo dos séculos sob o mote da escravidão. A população subalterna, especialmente a do campo, continuou escrava das necessidades, na sina de ter que viabilizar diariamente as condições imediatas de existência individual e familiar. No campo a situação foi ainda mais dramática, dadas também a precariedade das relações sociais e as escassas oportunidades que elas produzem. A esses grupos, as cidades vão exercer poder de atração ao longo de todo o Século XX e nas primeiras décadas do século seguinte, num processo de ingresso à modernidade nem sempre coerente e com temporalidades múltiplas e que se desenrola, muitas vezes, como mera insígnia do moderno (MARTINS, 2008b).

1.3 O capitalismo chegou

Com um texto de Rosilene Alvim e José Sergio Leite (2007) sobre um grupo operário industrial têxtil no interior do estado de Pernambuco, formado a partir dos anos 1930 de famílias camponesas errantes e/ou que viviam sob o jugo da dominação tradicional regional no interior agreste do estado, problematizo as rupturas efetivas que o regime capitalista e as novas relações de trabalho efetivamente produziram na vida das pessoas. De maneira geral, argumento que o capitalismo instaurado no país forjou padrões próprios para uma sociedade periférica de industrialização tardia, e que a modernidade brasileira, dado o papel econômico que o país desempenhou e desempenha na economia global, é mista, isto é, moderna em sua função e tradicional em seu formato ou vice-versa (COSTA, 2012). Argumento ainda que essa lógica própria provocou um aprisionamento das identidades subalternas às identidades totalizadoras que é próprio de sociedades tradicionais, ainda que de maneira sincrônica à formação da sociedade moderna brasileira.

1.3.1 O caso da Usina Paulista e a hierarquia nas relações sociais

É certo que o fenômeno da escravidão não é de todo arcaico, já que o regime mercantil de pessoas que se desenrolou no país do Século XVI ao XIX pode ser inserido entre as formas capitalistas modernas de regime de trabalho (CARDOSO, 2019). No entanto, do ponto de vista da adoção das relações sociais do capitalismo como regime social, o sistema concebido como liberal só foi adotado pela República oligárquica como forma de manter intacto o poder das elites e, ao mesmo tempo, garantir uma legislação considerada atrativa aos imigrantes europeus que se buscava atrair.

A própria noção de modernidade brasileira, enquanto movimento da elite econômica e letrada do Sudeste, especialmente de São Paulo – que procurou repensar ou criar uma identidade nacional a partir de bricolagens que envolviam o cruzamento de elementos da cultura popular e do folclore com símbolos eminentemente modernos, com forte presença nas artes de maneira geral –, muito em função do estágio de sua industrialização, tinha como interesse representar o país como um gigante capitalista

e, conseqüentemente, vendia uma perspectiva otimista em relação às transformações que o regime traria ao país de tecido social escravista. Essa esperança era calcada na perspectiva benevolente de que o capitalismo legitimou-se no mundo ocidental pela sua capacidade redistributiva, que deu ganhos reais às classes trabalhadoras na Europa e América do Norte (CARDOSO, 2019).

Contudo, é consenso em determinada literatura (CARDOSO, 2008a, 2019; MARTINS, 1998, 2008b, 2008a; RAGO, 1985, 1994; SCHWARCZ; STARLING, 2015) que o modelo capitalista adotado no final do Século XIX não logrou as transformações sociais esperadas para as décadas subseqüentes no Brasil. Cardoso (2008a, 2008b, 2019), por exemplo, argumenta que a sociabilidade capitalista que se teceu no país está marcada por uma ética do trabalho degradada, que associa determinados trabalhos, postos e funções a posições de raça e classe na estrutura social, por uma fluidez e versatilidade profissional das pessoas das classes populares, além da baixa escolarização média; heranças da estrutura social hierarquizada do país refletida na estrutura geral do mundo do trabalho.

Nesses termos, muito dessa frustração se deve ao tecido social que o capitalismo encontrou e a forma com que as novas relações de trabalho foram adaptadas ao contexto local, e isso já tendo em vista que o capitalismo jamais foi um regime favorável aos que necessitam vender sua força de trabalho em troca de viabilizar as condições mínimas de existência. A industrialização, face mais visível da modernidade e do capitalismo, no processo de formação de sua força de trabalho interna, em diferentes lugares e momentos da história, assentou-se ou se fez valer das estruturas de dominação tradicionais já impressas na ordem pelos séculos de duração do antigo regime.

Como foi dito, a adequação do regime de propriedade de pessoas a contextos diferentes também levou a diferentes formas de transição para o trabalho não-escravizado e para o mercado livre do trabalho. Enquanto as elites agrárias do Sudeste experimentaram a importação de estrangeiros para a formação de uma nova força de trabalho, mesclada aos migrantes rurais internos que chegavam por conta própria, as demais Regiões do país desenvolveram padrões diferentes de transição

para o mundo livre do trabalho. Na Região Nordeste, por exemplo, já a partir dos anos 1930, parques industriais têxteis recrutaram camponeses do agreste para seus postos de trabalho (ALVIM; LOPES, 2007; LOPES, 2011a; SANTOS, 2015) primeiro em Pernambuco e, quase duas décadas depois, na Paraíba. Mas, seja qual for a região, o capitalismo encontrou no país rígidas estruturas e hierarquias sociais e, pelo menos nas primeiras décadas, conformou-se a elas.

Nesse sentido, o caso da “Cidade Paulista”, em Pernambuco, é emblemático (ALVIM; LOPES, 2007; LOPES, 2011a; SPAGGIARI; TSUNODA; TANIGUTI, 2009). Para os/a autores/a que estudaram a formação desse grupo operário, aqui o capitalismo chegou efetivamente a desenvolver uma disciplina de trabalho assentada nas crenças e práticas dos/a próprios/a operários/a, cuja origem remete às populações tradicionais camponesas e, em última instância, à população negra escravizada nas fazendas monocultoras.

O que é hoje um aglomerado médio urbano com mais de trezentos mil habitantes, originou-se de uma vila operária construída nos terrenos de uma fábrica têxtil, erigida por uma família tradicional que buscava modernizar seus negócios e fazia a transição da usina de cana-de açúcar¹⁶ para a indústria de manufatura têxtil, impulsionada pela mudança nos meios de produção do país. A formação desse grupo de trabalhadores/a e da força de trabalho para a indústria ao longo do Século XX, entendo, coloca em questão a formação de uma sociabilidade capitalista própria; em que a modernidade, do ponto de vista daquilo que logrou no Ocidente, realiza-se em dimensões próprias, diferentes, mas de maneira subordinada a ele (as relações de interdependência transnacionais (COSTA, 2012)), adaptando e remodelando-se à condição mais geral na qual está inserida o país em suas relações transnacionais: a condição de economia e nação periférica e interdependente das centrais¹⁷. Assim, para que sua ordem permaneça inerte – e assim a economia possa cumprir com seu papel mais geral no

¹⁶ Erigida sobre a antiga usina de açúcar, a fábrica têxtil acabou ficando identificada como “Usina Paulista”.

¹⁷ Uma discussão mais detalhada sobre a especificidade do capitalismo e da modernidade do país é apresentada no item que antecede as conclusões deste capítulo.

mundo global (COSTA, 2016, 2004, 2012) –, as populações pobres precisam ser mantidas sob relações sociais (especialmente de trabalho – em que não apenas a força de trabalho, mas também a própria vida é expropriada) arcaicas e condições precárias de subsistência, que nivelam por baixo os horizontes de vida das trajetórias das pessoas situadas nessas camadas.

Ainda que esse capitalismo não tenha sido apresentado em termos modernos aos grupos que procurava arregimentar como força de trabalho, às pessoas foi dado a entender que a adesão a uma nova ordem de trabalho, o emprego assalariado nas fábricas, trariam novas e boas perspectivas econômicas às famílias, como casa fornecida pela empresa e emprego remunerado para quase todo o grupo familiar. Assim, para formar sua força de trabalho, a Usina Paulista, interessada principalmente na força de trabalho feminina, arregimentou famílias camponesas inteiras, apresentando seus postos de trabalho como meios de garantir melhoria de vida, trabalho e estabilidade individual e familiar. Como ressaltaram os autores, ao prometer emprego para toda a família, a empresa capitalista dialogava diretamente com o tradicionalismo desses grupos que dificilmente autorizariam a migração e o trabalho de suas mulheres.

Atreloadas ao jugo histórico do mandonismo e do clientelismo capitaneado pelas elites regionais, as famílias que viriam a formar o grupo operário migraram em situação precária, muitas vezes clandestina, até a promessa de trabalho assalariado. Contudo, o que encontraram foi um sistema de disciplinarização para o trabalho a partir das técnicas e práticas das fazendas tradicionais de engenho. A própria cerimônia de apresentação dos/a novatos/a configurava-se como um “rito de agregação”, funcionando como um “mito de origem” para o grupo, já que as cenas narradas aos antropólogos José Sérgio Lopes e Rosilene Alvim [1980-1990] não poderiam ter sido testemunhadas no tempo por boa parte dos/a interlocutores/a da pesquisa [1930-1950]. Segundo os autores,

as famílias recrutadas, alguns dias depois de sua chegada à cidade, são conduzidas não ao setor de pessoal da usina, e sim à presença do patrão em pessoa, o presidente da companhia, na entrada de sua residência, a casa-grande [a varanda], como dita a tradição nas grandes propriedades rurais. Ali, as famílias esperam em fila indiana

o momento de serem apresentadas ao patrão e interrogadas por ele. Então elas são, alternadamente, testemunhas e atores passivos da demonstração do exercício de autoridade e do arbítrio patronal: o patrão examina as mãos e os olhos dos membros da família, em particular do pai, ordena as funções das pessoas assim examinadas para as seções da usina, segundo essa indicação superficial; interroga, ainda, os homens sobre seus trabalhos anteriores, sobre sua religião e, publicamente, elimina e descarta as famílias cujo pai apresente mãos finas demais, signo de preguiça. [...] uma fila de famílias trabalhadoras, de origem camponesa, recebidas pelo patrão (rodeado de alguns conselheiros) que transmite uma dramatização do poder patronal, plena de signos do exercício da autoridade tradicional nos engenhos e fazendas (grandes proprietários rurais, em geral). (LOPES; ALVIM, 2007, pp. 88-89)

Como mostrou Bourdieu (1982), um dos princípios e efeitos do rito é estabelecer distinções. A introdução de novos membros ao grupo, nesses termos, teatraliza a “nova roupagem” da autoridade patronal. Afirmada sobre os símbolos e aparatos tradicionais de dominação do regime anterior, a imagem do senhor foi apropriada pelo industrial e operou em termos de “acomodação simbólica” a um novo todo social, que ainda repousa sobre pressupostos tradicionais. O futuro possível patrão, tratado de “coronel” pelos próprios/a operários/a, dessa forma, fez-se primeiro senhor (de engenho), manipulando expectativas e frustrações, estabelecendo hierarquias cujos pressupostos do ponto de vista subalterno eram manipulados em termos de sobrevivência e expectativa de dias melhores, mas que – pelo menos durante as primeiras décadas – repousaram primordialmente nos interesses subjetivos da dominação patronal. Ao dividir as pessoas entre contratados e potenciais na cena ritual que insere novos membros ao grupo, “os segundos, que não fazem parte desse grupo de trabalhadores potencialmente ‘exemplares’, são levados a adotar um comportamento renovado de obediência, submissão e adesão”. (ALVIM; LOPES, 2007, p. 97)

Essa desvantagem de capital simbólico na relação entre atores sociais tão polares não está sob a égide das ditas sociedades modernas ou inseridas num plano político de um individualismo igualitário. O fato de essas identidades não se reconhecerem como iguais, e não se relacionarem como tais, torna pertinente uma aproximação com a teoria da hierarquia (DUARTE, 1986, 2017; LEIRNER, 2003; TCHERKÉZOFF, 2017). Nessas situações, as propriedades das relações realizadas pelo pensamento

de ambos são as mesmas, o que muda são os valores que articulam os conteúdos. Numa sociedade de valores tradicionais, as relações se sobrepõem à substância dos termos e para qualquer que seja a disposição das partes, sempre há o sentido anterior dado pelo todo: a precedência do sentido social às partes. Assim, a busca por conjugar identidade e alteridade se revela enquanto relações de pertencimento e englobamento.

As partes se reconhecem nas propriedades que comungam e postulam, quase por ímpeto, se integrar. Uma integração que se dará a partir da perspectiva de cada uma, isto é, de formas diferentes para cada uma das partes, determinada pela conjunção do lugar ocupado no cosmo com as capacidades de cada sujeito – ou (dialogando com a teoria da ação de Bourdieu) pelo cruzamento entre posição no campo social e capital (sobretudo simbólico) acumulado disponível para a ação.

Em vez de separar fato e valor, em lugar de crer inocentemente que a distinção seja uma operação mental neutra quando está relacionada a um todo social, convém se ater, desde o início e unicamente, ao lugar dos homens e das coisas no todo, constituindo-se esse lugar-no-todo na capacidade de cada homem e de cada ideia de representar a identidade coletiva mais fortemente do que outro homem ou outra ideia. (TCHERKÉZOFF, 2017, p. 690)

As relações distintivas que, num plano do individualismo moderno puro seriam resolvidas como uma negociação das diferenças num âmbito que preza pela igualdade, aqui desenvolvem outro tipo de padrão.

Ela se manifesta sob forma do "englobamento do contrário", condição em que, numa determinada dimensão ou nível de alguma totalidade ou conjunto, se manifestam ao mesmo tempo relações de oposição e pertencimento entre os dois elementos. [...] correspondendo a um "escândalo lógico", transgressor da lógica da identidade e da não contradição. (DUARTE, 2017, p. 763)

O rito de inclusão, no entanto, era apenas uma das técnicas de dominação e disciplinarização investidas sobre grupo. Em geral, a presença reguladora e soberana do patrão, em termos físico e simbólicos, era a principal e constante tônica das relações sociais que se teciam no grupo. A casa em que residiam, o emprego assalariado próprio e de sua família, o quinhão de terra em que cultivavam alimentos

no período de não-trabalho¹⁸, o transporte desses alimentos para o mercado, e mesmo os preços desses produtos, passavam necessariamente pela figura e vontade do patrão. Em outras palavras, o pilar central da nova sociabilidade que encontraram na expectativa de mudar o padrão de vida foi a dominação materializada na figura do senhor/patrão, no sentido em que propositalmente se fez uma estrutura sobrevivente e recontextualizada do regime de dominação anterior.

Esse acoplamento, cotejado pelo prisma da hierarquia, coloca-nos diante de um sistema dualista. Na configuração de valores tradicional, cada ser em particular contribui em seu lugar para a ordem global e a hierarquia é a própria relação entre todo e parte, pois num sistema dual as partes têm valores uma em relação à outra, de forma que uma será sempre residual e nunca terá o mesmo estatuto da outra (LEIRNER, 2003). Desde o início, o patrão é apresentado como uma instituição social a pessoas de condições precárias de existência¹⁹. Algo que vai regular e ponderar sobre suas chances de acesso a melhores condições de vida: a qualidade de sua residência de moradia, as condições de trabalho para si e sua família, o valor dos salários, o tamanho do terreno para o plantio de alimentos, os preços dos alimentos no mercado, a reversão de uma demissão ou pena disciplinar na fábrica etc. Enfim, eles reencontraram a figura abstrata do senhor imprimida na sociabilidade histórica das classes subalternas brasileiras.

Contudo, diferente do período escravista, entre os/a operários/a da Cidade Paulista, a integridade da instituição senhorial não foi assegurada no domínio da violência física, mas construída, sobretudo, em termos semióticos; a violência se fez em termos simbólicos, assentada sobre a precariedade dos capitais simbólicos e materiais dessas pessoas. A varanda da casa patronal, assim, é a recontextualização da varanda da casa grande, de onde o fazendeiro encena seu poder sobre a família e suas propriedades aos que chegam ou passam. De lá, ele acena para o domínio

¹⁸ Necessidade que faz supor que as condições salariais praticadas eram altamente desfavoráveis.

¹⁹ Para o coronel-capitalista, essas pessoas são diferenciáveis somente do ponto de vista dos atributos físico-simbólicos de disposição para o trabalho disciplinado, numa dinâmica que pouco se diferencia da relação estabelecida entre os coronéis de engenho e os/a escravizados/a destinados às plantações.

público, sob a ótica da lógica privada. Foi de lá que, historicamente, a ideia de nação brasileira foi atrelada à perspectiva das elites sobre o seu próprio mundo.

É também da varanda que salta aos olhos um contraste fundamental para os mecanismos de dominação agora re-situados como acoplamento e englobamento das diferenças, colocando uma das partes como residual: a diferença dos gêneros de trabalho e de *status* entre os/a trabalhadores/a que estão ao lado do senhor na varanda e aqueles/a destinados/a ao trabalho no chão da produção, nas funções mais subalternas. Uma diferença que remete, sem dúvidas, à diferença entre escravizados/a domésticos/a (e os privilégios que a aceitação e a circulação nos espaços privados da família concediam) e aqueles/a destinados/a ao trabalho nas *plantations*, onde, como já dito, as condições de trabalho eram degradantes e desfiguravam as subjetividades.

Estabelecer essa diferença é importante não apenas porque a clivagem entre os pobres é necessária aos mecanismos gerais de dominação²⁰, mas, principalmente, porque ela reveste de legitimidade simbólica o senhor/patrão e o poder que dele emana, ao remodelar antigos sistemas de dominação e, principalmente, por colocar naqueles que orbitam ao seu redor a impressão de pertencimento a um todo que lhe é favorável e também lhe engloba.

Vejamos a narrativa de um/a dos/a operários/a:

- Aquele que escolhia [o lugar onde um operário iria trabalhar] era o coronel Frederico. Quando as famílias do interior [do estado de Pernambuco ou de estados vizinhos] chegavam, o dia em que elas saíam do depósito [referência ao lugar em que esse trabalhador recém-chegado era alojado, provisoriamente, junto a outros recrutados], ele colocava um sofá na frente da casa-grande e ficava ali sentado. Depois, os agentes [recrutadores], os empregados [funcionários administrativos ou chefes de seção ou ateliê] mandavam a gente ficar em fila indiana, do lado de fora, e ele [o patrão, talvez por intermédio de um empregado] chamava família por família. “Família Unetelle!”, aí a família se apresentava. Tudo era em torno dele. Cada um apresentava suas mãos. O exame que ele fazia era: “cada um apresente a sua mão!”. Cada um lhe apresentava sua mão. Ele passava sua mão [sobre a mão do trabalhador] assim, olhava a mão:

²⁰ Clivagem é atualizada em termos de violência intraclasses no Brasil urbano (CARDOSO, 2019).

“esse aqui é bom para trabalho tal” Examinava outro: “esse aqui é bom para aquele outro trabalho”. Aí ele olhou minha mão grosseira, porque eu trabalhei nas pedreiras e minhas mãos estavam cheias de calos. Ele olhou as mãos de todos os homens e depois ele nos perguntava em que a gente tinha trabalhado antes; sobre a religião, muitas perguntas. Quando eles me perguntaram sobre meu trabalho passado, eu respondi: “Todo tipo de trabalho”. Aí ele disse: “Esse aqui é bom para vigilante”. Mas os funcionários disseram: “não, ele é bom para um outro serviço”. Aí ele foi e disse: “Coloque ele nas caldeiras”. Eu acho que os ajudantes dele sabiam que eu vinha da cidade do sertão onde nasceu o governador naquela época [inimigo político da companhia], eles não confiaram em me deixar no posto [de vigia]. (ALVIM; LOPES, 2007, p. 89–90)²¹

A relação que se estabelece entre trabalhadores/a próximos/a e patrão não é de alteridade, isto é, de reconhecimento de diferenças e projeção de humanidade no outro, mas de parte com o todo; e o inverso, de instituição social com parte estratégica de seu próprio corpo. Como colocou Cardoso (2019), a violência é um instrumento próprio de imposição de diferenciação do agente dominador. O senhor regional enquanto instituição social, especialmente no período oligárquico, encontrava poucos contrabalanços na intervenção e na regulação que exercia na vida efetiva das classes mais desfavorecidas, e de maneira mais intensa nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos.

Da varanda, o senhor se concebe como instituição social, só comparável a outro senhor total. Em grande parte, devido ao histórico atrelamento das elites locais aos interesses e cargos no Estado e ao alcance limitado da ação governamental nas regiões mais distantes dos grandes centros de governo. Assim, a identidade política e social das classes dominantes não passava pelos interesses ou necessidades das classes inferiores. (CARDOSO, 2008a, 2019; RAGO, 1985, 1994; SCHWARCZ, 2012). O subalterno jamais foi o outro com o qual as elites se relacionaram como uma presença “ontológica” semelhante. Esta relação de projeção de alteridade das elites ficou historicamente identificada com o ideal europeu de raça, humanidade e seus valores modernos²². O que reforça a ideia de que, num plano tradicional, as relações

²¹ Grifos e intervenções dos autores.

²² Ainda que, como apontou Pina-Cabral (2007), essa modernidade não seja propriamente um predicativo dos europeus (muito menos brasileiro), mas um tipo-ideal, uma categoria ideológica própria das sociedades que se constituíram na periferia das grandes economias.

de conjugação entre alteridade e identidade são, por definição, hierárquicas e encontram-se sob o postulado da reversibilidade de níveis (LEIRNER, 2003).

Os subalternos só interessam aos dominantes enquanto parte de um “nós” que é total, mas fechado na expressão e representação do senhor e seu poder. Para esses, o sentido da existência é socialmente dado, existe uma ideia coletiva de Homem e o ser social é dissolvido no ser empírico (LEIRNER, 2003). E quando os subalternos estão fora desse “nós”, a relação é de desconfiança e desprezo, pois a sociabilidade própria remanescente das relações arcaicas da escravatura só permitem ao senhor reconhecer esse outro desfavorecido pertencendo a outro corpo total, como constituição residual de um outro senhor, outra instituição e identidade total e, por isso, pretensamente adversário e hostil. Nesse raciocínio, não há relação de alteridade também em sentido contrário. Como ressalta Cardoso (CARDOSO, 2019), não havia outra alternativa para as populações pobres do que escolher entre um chefe fazendeiro ou outro, compreendendo-se como uma pequena parte de uma instituição total.

Se, do lado dos grandes proprietários, a vida social era uma disputa por poder e prestígio, como defende Cardoso, do lado dos camponeses (WOORTMANN, 1988) o cotidiano era pautado pela vida dedicada ao trabalho ordinário daquilo que é essencial e, portanto, sempre incompleto e por fazer. Uma vida em que o contexto, as relações sociais, a ética e a ideologia do existir (a “campesinidade”) colocam em relação e hierarquia as noções-valor trabalho, família e terra, produzindo um cotidiano justificado pela produção das condições suficientes de sobrevivência para o núcleo familiar, isto é, no trabalho (que quanto mais árduo, mais honroso) e na família como valores morais fundamentais da ética a que precisam se subordinar, ligada à terra, à lógica do trabalho, da propriedade privada e ao ciclo indiscutivelmente sagrado da natureza²³.

²³ Em sentido parecido, os estudos de Marilda Aparecida de Menezes (2006) vão detectar uma centralidade da ética do trabalho como “símbolo de identidade” na vida de jovens camponeses/a e suas famílias na primeira década do Século XXI. Para a autora, é a valorização do trabalho que permite uma ponte familiar entre passado (memória da infância e do trabalho dos antepassados), presente (o trabalho cotidiano que permite a sobrevivência do grupo familiar) e futuro (o desejo de melhoria de vida

No caso da Cidade Paulista, como as condições precárias de existência eram anteriores a qualquer trabalho assalariado ou patrão capitalista, há uma perfeita continuidade da dominação tradicional, muito embora não se possa perder de vista que há certas melhorias no padrão de vida, ainda que esse tenha se mantido muito baixo. Interessa ao argumento a manutenção ou a atualização de uma instituição de poder total sobre a vida de grupos pobres que se fez presente na vida dos recentes proletários/a como uma figura arcaica dos tempos sombrios da escravidão e da servidão: o coronel capitalista, ocupava o pilar central em todo o sistema casa-cidade-fábrica, que aprisiona a ordem dessas pessoas num regime total concentrado na sua figura.

Os favores individuais, que aliviavam pontualmente a miséria ou afastavam o medo de punições e demissões, além de funcionar como mecanismo de controle das expectativas sociais, serviram para que de fato houvesse alguma identificação com o senhor/patrão, mas não numa relação de semelhança – ainda que possam despertar algum sentimento de simpatia ou mesmo de afeto, principalmente da parte de quem recebe o favor. Atender ao pedido de uma mãe e devolver o emprego ao seu filho (ALVIM; LOPES, 2007) imprimia nela sentimentos ambíguos de gratidão e deveres, de uma pequena parte que foi preservada pelo todo (que está para além do indivíduo); enquanto gerava a expectativa nos demais de também ter a própria miséria aliviada num momento de comoção do patrão/senhor. Essa população pobre foi mantida também na servidão dos mínimos vitais, mesmo mediante as condições trazidas pela industrialização e pelo capitalismo. Nos contextos tradicionais, o todo predispõe a parte. A ordem social, nesse raciocínio, surge como o arranjo em que os elementos estão superpostos pela relação que têm com uma totalidade, que engloba, por sua vez, a existência elementar; residual (LEIRNER, 2003).

O patrão foi uma presença que regulou pessoalmente por décadas cada aspecto da vida pública do grupo, implantando um perfil próprio de trabalhador/a e de família

para os/a filhos/a através do trabalho). Da mesma forma que para Martins (MARTINS, 1998, 2011, 2018) que, como será mencionado adiante, defende que é a ideia da vida para o trabalho que dá sentido aos indivíduos das camadas destinadas ao trabalho laborioso da sociedade, no campo ou na cidade.

trabalhadora com elementos de dominação tradicional e de maneira ambígua. Por um lado, ele simbolizava o antigo regime, do outro era a porta de entrada para um novo, em que se esperava a realização das promessas modernas trazidas no bojo da ordem capitalista industrial. O jogo entre moderno e tradicional – menos como dois impulsos de um mesmo processo e mais como duas faces de uma mesma moeda –, nesses termos, se configura como uma das linhas de força da sociabilidade capitalista brasileira, garantido a inércia da ordem.

Mesmo mantendo em vista que a expropriação do/a trabalhador/a é prática intrínseca à lógica de acumulação do capital, o exemplo aqui é mais eloquente porque sugere um capitalismo próprio, não deslocado no tempo, mas de múltiplas temporalidades²⁴, já que, segundo os autores (ALVIM; LOPES, 2007), o sistema de dominação formado durou pelo menos até o início da década de 1960, e o próprio rito de agregação sobreviveu até a década de 1950, mesmo após a morte do coronel que “inventou” a técnica de dominação²⁵. Do ponto de vista do coronel-capitalista, o bairro faz parte de uma economia geral da fábrica e, em último caso, dos negócios da família, e o que se viu foi uma dominação do tipo tradicional-patriarcal se sobrepondo em sua forma a qualquer lógica de modernidade por décadas. As práticas de interferência e administração efetiva do cotidiano no bairro serviam aos interesses capitalistas no sentido de gerar mais valia, pois permitiam barateamento do custo da força de trabalho ao reduzir os custos básicos de vida no sistema erigido.

A fábrica praticava efetivamente salários mais baixos em relação às indústrias da cidade mais próxima, Recife. A precarização da vida e a baixa remuneração dos trabalhadores do chão de fábrica não são, contudo, novidade no capitalismo industrial. O que pretendo ressaltar é que, enquanto forma de dominação, o capitalismo pode ser plástico e assumir formas para servir a interesses para além dos preceitos de lucro e acumulação próprios do sistema e que isso, em muitos sentidos, é dado pelos

²⁴ Para Martins (2008b), a modernidade brasileira é tomada por fases distintas e temporalidades diferentes e múltiplas. Essa ideia será desenvolvida um pouco mais adiante.

²⁵ E mesmo após o segundo coronel (sobrinho do primeiro e que havia assumido a direção da fábrica após a morte do tio) abdicar das funções na apresentação na varanda, ela foi continuada com um dos funcionários experientes do rito conduzindo a cena.

padrões de relações sociais, forjados sobre práticas e imaginário social formados no período escravista e assentados sob valores e ideias indiscutivelmente tradicionais. Uma forma de dominação que se materializa na sociabilidade, mas que obedece a uma lógica que vai além das relações e dos contextos históricos locais, localizando o país no emaranhado de relações que se tecem entre nações e que são assimetricamente desvantajosas para nações e povos periféricos do planeta (COSTA, 2012).

A mais valia aqui não se limita a instrumento de acumulação, já que diante do contexto encontrado, foi direcionada para garantir “inércia” própria da ordem social (CARDOSO, 2019). O que importa destacar é a forma com que a ideia de modernidade implícita ao capitalismo erigido nas primeiras décadas do Século XX no país se adaptou às especificidades da sociabilidade local, sem desafiar as linhas de força que agiam em sentido contrário, sem viabilizar as relações novas e revolucionárias que se esperava, do ponto de vista dos ganhos que o regime logrou às classes trabalhadoras no Ocidente, assumindo dimensões próprias, hostis aos trabalhadores e às populações mais pobres; constituindo um “ornitorrinco” social cuja grande questão é posição que ocupa entre as sociedades capitalistas contemporâneas (OLIVEIRA, 2003).

Em suma, as melhorias esperadas chegaram com o capitalismo a esse grupo de operários/a – não com a fábrica e o recrutamento da varanda dos anos 1930-50, ou com o sistema de dominação que conjugava vários aspectos da vida (casa, bairro, mercado e fábrica), numa estranha forma de mais valia que vigorou por décadas, mas com a resistência e o movimento reivindicatório, a partir de 1952, pelas leis de proteção trabalhistas que se consolidavam paulatinamente nos contextos urbanos desde o período varguista. Como ressaltam os autores (ALVIM; LOPES, 2007), a partir de determinado momento a história da fábrica é a história da tensão e dos conflitos entre o crescente descontentamento dos/a operários/a e a tentativa de manutenção do antigo sistema montado pelo coronel.

Assim, do ponto de vista das relações que o capitalismo veio viabilizar, ele só chegou de fato aos trabalhadores/a de Cidade Paulista após 1952, quando teve início o

período de conflitos e de pressão mais efetiva dos/a operários/a para a aplicação das leis trabalhistas urbanas recentes e cujo ápice foi uma grande greve em 1963, em que a fábrica e a casa grande foram tomadas pelos paredistas e o acesso do coronel à sua propriedade negada. Para esses/a trabalhadores/a, a modernidade não foi colorida tanto quanto pintada nas primeiras décadas. Para que mudanças efetivas no campo dos direitos pudessem ser efetuadas, foram necessários não apenas os contrapesos efetuados pelo Estado, cujo impulso foi o período varguista, mas também a ação efetiva proporcionada pela organização e pelas ações de trabalhadores/a que forçaram conflitos entre as classes e que, com a interdição da casa grande na greve de 1963, deram resposta, ainda que deslocada no tempo, ao rito de agregamento da varanda.

1.4 O período industrial e a formação da utopia da cidade

Nesta segunda parte do capítulo, pretendo refletir sobre o período industrial no país de maneira geral, ressaltando os ganhos da economia e do PIB e o modelo de sociabilidade urbana que surge no horizonte das camadas pobres, cujos contornos iniciais são dados pelo modelo de cidadania regulada do governo de Getúlio Vargas e pela possibilidade de alcançar direitos sociais a partir da capacitação e da conquista de um emprego no mercado formal. No entanto, tal modelo se desenrolou como fortes mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no tempo. A tentativa é compreender, em linhas gerais, que tipo de universo a estrutura social urbana se tornou para as camadas mais pobres em dois aspectos principais (que não, necessariamente, se separam): melhoria de vida e espaço urbano. As conclusões são que, embora as oportunidades de melhoria de vida com as oportunidades da cidade e o próprio mundo urbano se revelem desiguais e até hostis aos que vivem sob os signos da pobreza, habitar as margens das cidades foi a saída histórica possível às populações pobres como resposta a sua condição, igualmente histórica, de precariedades econômicas e sociais e à própria ordem social brasileira, marcada pelas iniquidades sociais.

1.4.1 A esperança na possibilidade

Como foi dito até aqui, o caso da Cidade Paulista é emblemático pois mostra que a modernidade, como pretende Martins (2008b), pressupõe temporalidades distintas e simultâneas, porque revela que a pressão civilizadora do Estado sobre o capital operou em níveis diferentes ao longo do território também durante os períodos varguista e desenvolvimentista e, sobretudo, porque evidencia as dimensões verdadeiramente tradicionais tanto da ordem quanto da ética do trabalho que se teceu no país. Isso, certamente, dentro de uma lógica transnacional na qual o país está inserido (COSTA, 2012), a qual interessa uma “ordem inerte” (CARDOSO, 2008a, 2008b, 2019; SOUZA, 2016)

Não tenho intenção de usar o caso de Cidade Paulista como anedota para a implantação do capitalismo no país, mas de transpor algumas questões para compreender que tipo sociabilidade capitalista foi erigida às camadas populares no Século XX nas cidades e, em particular, aos migrantes camponeses que procuravam melhores condições de vida. Nesse sentido, cabe questionar se a tese de que os/a operários/a foram mantidos sob um sistema de dominação por décadas até a revolta se sustenta. Pois, se a vida na vila operária no interior de Pernambuco não se diferenciava substancialmente em condições daquela experimentada no campo, e se a figura do capitalista, em muitos termos, é a continuação do senhor de engenho, então, por que ficar? Por que a pequena vila se tornou um grande aglomerado urbano? O que, no sistema de dominação casa-bairro-fábrica, era atrativo às famílias camponesas para que decidissem por fixar residência?

Essas questões são respondidas lateralmente pelos antropólogos ao mencionar que nem todos permaneciam. Alguns, quando percebiam não serem verdadeiras as promessas dos recrutadores, decidiam-se por não ficar e partiam com suas famílias. Os que partiam, no entanto, eram aqueles que tinham condições de reconstruir os laços deixados ou de recuperar a terra deixada para trás. O que faz supor, portanto, que a grande maioria permanecia pela completa ausência de outras possibilidades. Como os próprios autores ressaltam, as famílias que viriam a se agregar à vila operária migravam com todos os seus pertences que, muitas vezes, eram apenas algumas peças de roupas, e a grande maioria não tinha carteira de identidade (ALVIM;

LOPES, 2007; SPAGGIARI; TSUNODA; TANIGUTI, 2009). Diante de tanta precariedade, as oportunidades abertas pelo emprego na fábrica podem sim parecer irresistíveis a alguns indivíduos e famílias.

Da mesma forma, a vida nas periferias das cidades figura como perspectivas melhores a esses grupos do que aquelas que, historicamente, puderam ser encontradas no campo. Assim, transpondo as questões, cabe perguntar que contornos da sociabilidade urbana brasileira se fizeram atrativos às populações pobres migrantes.

Para Marcio Pochmann (2020), as relações de trabalho no Brasil só se alteraram significativamente na segunda metade do Século XX, com o avanço da industrialização e com a consolidação da sociedade urbana. E isso passou pela implantação do sistema público de relações de trabalho e da ideia de organização pública como elemento estruturante próprio do mercado de trabalho e da sociedade de maneira geral. Para ele, o mundo do trabalho tendeu a reproduzir as tendências dos ciclos produtivos e, nesse sentido, a situação geral dos/a trabalhadores/a está atrelada à dinâmica do mercado internacional, bem como à condição periférica da economia nacional. Refletindo tendências mundiais, no Século XX foi formada no país uma sociedade urbana e industrial com números muito mais favoráveis aos padrões anteriores, da longa sociedade agrária, muito embora a experiência do pleno emprego nunca tenha sido universal, já que a taxa geral de ocupados até o final da década de 1980 nunca passou de 65%.

No entanto, para Pochmann, o balanço final do período urbano e industrial (1930-1989) é positivo, já que houve um esforço governamental por compor uma massa de trabalhadores urbanos; assim, foi a fase em que se formou uma considerável classe média no país, o que diminuiu a polarização da pirâmide social brasileira. Nessa leitura, a migração histórica para a cidade foi consequência do avanço do capitalismo e da industrialização, em que pese a precoce desindustrialização brasileira a partir dos anos 1990. E as cidades, da mesma forma, consolidaram-se como ponto de formação de uma classe média que emergiu com ganhos dos/a trabalhadores/a no período desenvolvimentista. Mas o otimismo de Pochmann se sustenta quando se tem em mente seu parâmetro comparativo: a longa sociedade agrária.

Essa leitura, contudo, deve ser relativizada com um olhar mais acurado sobre os padrões sociais que se formaram nas grandes cidades, especialmente durante os períodos desenvolvimentista e neoliberal. Para Cardoso (2008a, 2008b, 2019), a longa sociedade agrária que nivelou todas as classes da base da pirâmide na pobreza, como foi dito, não teve fim com a consolidação do capitalismo industrial por volta dos anos 1950, pois o processo de deslocamento do poder das elites agrárias regionais para as novas forças sociais urbanas foi longo, desconexo e, em muitos termos, permaneceu inconcluso em diversas partes do país. Além disso, a mudança na paisagem demográfica, bem como a emergência de um novo carro chefe na economia, não alterou a estrutura social polar da sociedade brasileira.

As mudanças sociais iniciadas com as políticas varguistas, contudo, colocaram em marcha a migração rural-urbano que atravessou ciclos econômicos, porém nunca alterou, de fato, sua natureza – a fuga da miséria e a busca por trabalho, mobilidade social e direitos sociais, ainda que conflitos regionais ou catástrofes naturais também possam ser agregados às motivações (BAENINGER, 2011; CUNHA, 2012; DURHAM, 1973; MACIEL, 2012; MARTINS, 2002, 2008a; PAIVA, 2007; SOTO, 2016; SPAGGIARI; TSUNODA; TANIGUTI, 2009).

Foi a partir de Vargas e do modelo de cidadania regulada que as cidades, paulatinamente, se tornaram polos gravitacionais irresistíveis às populações precarizadas do campo. A atração que os trabalhos urbanos e os direitos sociais exerceram sobre esses grupos, no entanto, transcendeu o período varguista, e todos os ciclos econômicos posteriores, com números migratórios que até hoje surpreendem. Boa parte das razões que ainda motivam essas migrações encontram-se nos símbolos remanescentes do modelo de cidadania regulada, em especial no salário-mínimo (isto é, um parâmetro de segurança socioeconômica), no emprego no mercado formal (e tudo o que isso significa ao camponês submetido à pequena agricultura ou ao trabalho semisservil), e no sonho da mobilidade social ascendente para os/a filhos/a pela possibilidade de melhores empregos (e, mais recentemente, pela maior escolarização). Perspectivas que não foram alteradas com a alternância no tempo dos sucessivos ciclos político-econômicos.

A cidadania regulada, no entanto, nunca foi um modelo abrangente que conseguiu englobar as massas migrantes. Apesar de ter historicamente formado a perspectiva dos pobres do campo sobre a cidade, o modelo varguista foi mais um filtro que elegia determinados sujeitos que, percorrendo o percurso traçado pelo Estado, atingiam a segurança socioeconômica e a mobilidade econômica, do que propriamente uma política de instituição de parâmetros mínimos e universais de cidadania. A cidadania varguista precisava ser conquistada, isto é, era colocada como da ordem da iniciativa individual dos sujeitos; aspecto fundamental para compreensão da acomodação das desigualdades no mesmo período em que se seguiu (CARDOSO, 2008a, 2019).

1.4.2 A vida nas cidades: os resquícios da cidadania regulada e o impacto do neoliberalismo para os/a jovens de classe populares

Nesses termos, o modelo de cidadania regulada foi um movimento em duas direções (CARDOSO, 2008a). De um lado, o Estado criou mecanismos que procuravam domar o capital, impondo aos patrões urbanos um rosto ao trabalhador/a, reconhecendo-lhe direitos e determinando uma legislação mínima a ser cumprida. Por outro, acenava às grandes massas precarizadas que viviam no campo um modelo de cidadania a ser conquistado, criando novos polos de gravitação populacional no território, algo que interessava diretamente aos planos de modernização do país do grupo político de Vargas.

A cidadania regulada foi tomada como o horizonte disponível aos grupos subalternos que nas décadas seguintes dirigiram-se em grande número aos centros urbanos em busca da “utopia” da cidade: trabalho com remuneração fixa, salário-mínimo, direitos sociais e jornada de trabalho bem definida que permitiriam a segurança socioeconômica – e aí se inclui o consumo e o desejo de propriedade da casa própria – e, a longo prazo, a mobilidade social para a família e, principalmente, para os/a filhos/a. Os empregos nas indústrias foram os mais visados, pois não exigiam

profissionalização e escolarização e tinham políticas trabalhistas bastante atrativas para sujeitos cuja perspectiva de vida, como dito, estava limitada aos mínimos vitais.

A resposta à utopia da cidade aconteceu com mais intensidade nas décadas seguintes: migrações em massa no interior do território por décadas rumo aos grandes centros urbanos e industriais do país, com destaque para a Região Sudeste. Contudo, a quantidade de empregos e a estrutura das cidades para suportar essa demanda não responderam na mesma intensidade. O modelo de cidadania regulada revelou-se puramente a possibilidade para uma cidadania regulada pelo Estado, mantendo-se no imaginário social, contudo, como fonte legítima de aspiração aos pobres na medida em que oferecia trajetórias de ascensão econômica pontuais e imersas no cotidiano das camadas populares como exemplo de sucesso do sistema (CARDOSO, 2008b). Ao mesmo tempo, muitos dos seus mecanismos, reduzidos hoje a resquícios do tempo, revelaram-se fortes instrumentos de reprodução das desigualdades sociais, como o salário-mínimo (CARDOSO, 2019).

Alguns casos exemplares, de maneira irônica, estavam atrelados de forma paralela aos mecanismos oficiais do Estado, com indivíduos ascendendo economicamente no mercado informal, mas tendo como parâmetro de regulação para suas próprias carreiras os direitos sociais instituídos em lei. Casos que contribuíram para alimentar historicamente a ideia de que é possível ascender a uma esfera de cidadania, isto é, de direitos sociais, por meio do trabalho e da disciplina, contribuindo sobremaneira para composição de um imaginário da cidade específico sobre as populações rurais (CARDOSO, 2008b, 2019).

Em termos econômicos, existiram todos os motivos para que esse imaginário fosse alimentado como positivo e favorável às aspirações das populações rurais (CARDOSO, 2008b). No período desenvolvimentista, o PIB nacional foi multiplicado por quinze e o avanço da indústria abriu postos de trabalho acessível aos pobres pouco escolarizados, condição necessária para a segurança econômica desejada. Em termos macros, o desenvolvimentismo permitiu ao país deixar em pouco mais de cinquenta anos a condição agrária para figurar entre as maiores economias do mundo. Contudo, o desenvolvimento econômico observado não rendeu na mesma proporção

geração de renda ou qualificação para o trabalho à população de uma maneira geral, tampouco dirimiu em algum grau as desigualdades históricas entre os grupos sociais polares do país.

Assim, se a cidadania regulada ofereceu a direção das cidades aos pobres (ainda que sem quaisquer garantias), o modelo social das décadas seguintes, o desenvolvimentismo, foi de grande acomodação das desigualdades e de aumento da distância entre as classes e, ao mesmo tempo, de grande crescimento econômico e geração de riqueza, especialmente na década de 1970. O salário-mínimo, por exemplo, que já foi criado em patamares muito baixos no final dos anos 1930, apresentou o mesmo padrão durante todo o século, com patamares irrisórios de ganhos mesmo durante a década de 1970, contrastando de maneira gritante com os ganhos econômicos (e das elites e dos agentes econômicos) e aprofundando ainda mais a distância de classe e renda da pirâmide social brasileira.

No mundo do trabalho, a despeito do grande número de postos de trabalhos urbanos abertos no mercado formal, as vagas não cresceram de maneira suficiente – em nenhum dos ciclos econômicos –, para absorver na mesma velocidade os migrantes rurais. Além disso, o desenvolvimentismo teve como efeito o surgimento de postos de trabalho que nivelavam por baixo os/a trabalhadores/a, tanto em rendimentos, quanto em qualificação. Com postos majoritariamente situados nas linhas de produção do setor da indústria e de transformação, estes empregos, ao mesmo tempo, ofereciam estabilidade aos operários/a industriais e os limitavam quanto às suas chances de progressão de carreira (e vida econômica), com políticas salariais, com muita frequência, atreladas à legislação do salário-mínimo (CARDOSO, 2008b, 2019).

Além disso, o mercado informal exerceu um papel nada desprezível na trajetória das classes populares e, por extensão, na sociabilidade capitalista que se erigiu no tempo. Como dito, nunca houve um período de pleno emprego, de modo que é muito comum que se observem, na trajetória de trabalho das pessoas pertencentes às camadas trabalhadoras, experiências de emprego fora da regulação estatal. Como a escolarização não era requisito para uma vaga no mercado formal, a escola se manteve distante da trajetória dos jovens brasileiros. Por outro lado, as experiências

de trabalho, e particularmente aquelas no mercado informal, moldaram por séculos as expectativas da juventude pobres no país (CARDOSO, 2008b; FONSECA, 1994).

Para as gerações que se formaram até 1990, como apontou Fonseca (1994), a preparação para o mundo do trabalho para crianças, adolescentes e jovens era o próprio mercado de trabalho, na condição de aprendizes dos adultos. Muitas vezes com emprego formal, devidamente regidos pela legislação, mas também, e até com mais frequência, no mercado informal. O trabalho, dessa forma, se configurou como uma resposta imediata às condições precárias de existência das classes populares na cidade (ou no campo) que, diferente dos/a filhos/a das classes mais ricas, possuíam poucas opções além de colocar as necessidades imediatas em primeiro lugar, abandonar a escola para contribuir com a família e viabilizar suas chances de trabalho no mundo adulto.

Aliás, a escola muitas vezes era entendida entre as classes trabalhadoras como um obstáculo à meta de progresso econômico, dado seu caráter altamente propedêutico e, aparentemente, apartado da realidade dinâmica e fluída da vida, em especial, do mercado de trabalho. É preciso também não esquecer que o próprio mercado de trabalho formal não incentivava a qualificação, na medida em que nivelava por baixo os salários e não oferecia oportunidade de crescimento ou mudança de carreira, dada a natureza dos trabalhos do chão de produção nas indústrias e, certamente, a rigidez da hierarquia social, cujos padrões de sociabilidade, em especial no que tange à educação formal, acomodaram a elite escolarizada no topo e as massas trabalhadoras na base da pirâmide (CARDOSO, 2008b).

Nesse sentido, para os brasileiros mais pobres, até por meados da década de 1990, a escola não foi condição de acesso ao mundo de trabalho, o que acarretou graves consequências para o aprofundamento das desigualdades sociais e tornou ainda mais inacessível às pessoas situadas na base, o já longínquo topo da pirâmide. Sem oferta suficiente de educação verdadeiramente gratuita²⁶ e sem razões, do ponto de vista

²⁶ Como ressaltou Fonseca (1994), um dos grandes entraves para uma melhor apropriação da escola pelos grupos populares, além dos imensos problemas estruturais e supraestruturais do próprio ensino público, é que ele não é, de maneira nenhuma, gratuito. Ainda que a escola pública não tenha

das chances de empregabilidade, para se escolarizar, durante quase todo o Século XX, a escolarização média das camadas populares no Brasil ficou limitada ao domínio precário da leitura, sem qualquer clivagem notável entre gerações, tanto no campo, quanto nas grandes cidades.

Em suma, de maneira geral, a pouca demanda por qualificação e escolarização para as vagas urbanas fez aparecer um modelo de incorporação ao mundo do trabalho que deixava de fora a necessidade por educação formal e profissional, o que, aliado a outros elementos, como os baixos rendimentos das vagas urbanas, o baixo valor do salário-mínimo e a disposição precária dos grupos populares no centros urbanos –, retardou sobremaneira o projeto de melhoria de vida das populações subalternas e aprofundou as desigualdades já gritantes entre as classes polares no país.

As mudanças sociais acontecidas a partir da década de 1990 romperam com esse padrão (CARDOSO, 2008b). As políticas neoliberais – e a consequente reestruturação econômica –, a desindustrialização precoce e o crescente lugar do mercado no imaginário social aumentaram a escolaridade média geral das classes pobres nos últimos trinta anos e também alteraram os padrões de transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho. Com a expansão das vagas, transitar da escola para as melhores posições no mercado de trabalho deixou de ser uma operação automática, processo que se aprofundou década a década. O aumento de participação das mulheres no mercado de trabalho, em geral mais escolarizadas que os homens – já que culturalmente não estavam destinadas ao trabalho formal, mas ao casamento e à família, por isso passavam mais anos na escola – e o crescimento demográfico geral levaram a uma maior exigência de escolarização para as vagas de maneira geral.

Assim, o padrão desenvolvimentista foi rompido. Nas décadas que se seguiram a implantação das políticas neoliberais, os jovens brasileiros passaram mais tempo na escola e deixaram de trocá-la por subempregos urbanos. Por outro lado, o término do ciclo formal de estudos também deixou de fornecer um caminho seguro aos melhores

mensalidades, gastos com vestimenta, material escolar, livros e transportes são bastante relevantes às famílias de baixa renda.

postos, dado o aumento da concorrência geral. Para uma parcela considerável dos/a jovens brasileiros/a, o final da escola não foi acompanhado de emprego formal, mas de desemprego. A qualidade das vagas, no entanto, não cresceu da mesma forma que a demanda e o aumento global da escolaridade da população registrado nas últimas décadas, pois, teve o efeito paradoxal de piorar ainda mais as condições de entrada no mercado de trabalho dos jovens de todos os perfis educacionais (CARDOSO, 2008b).

1.4.3 O lugar dos pobres no contexto urbano brasileiro

Ademais, o padrão de ocupação dos centros urbanos observado no país ao longo do século foi, em muitos termos, consequência da resposta das classes populares, especialmente na parcela migrante, aos contornos que ganhou a sociabilidade capitalista ao longo do Século XX e das primeiras décadas do seguinte, com os acenos por melhores condições de vida do modelo de cidadania regulada e seus resquícios no tempo. Nas cidades, como consta em grande parte da literatura (AMARAL, 2012; BORGES, 2013; DURHAM, 1973, 1988; MACIEL, 2011; MOURA, 2012; MOURA; JANUZZI, 2019), o fenômeno significou periferização das populações de baixa renda (que chegavam do campo e se acomodavam da forma possível, perto dos familiares ou contrerâneos que migraram anteriormente ou nos lugares mais estrategicamente próximos a indústrias e empresas cujas vagas de trabalho eram cobiçadas) e escassez de oferta de emprego formal, dados os próprios limites dos modelos econômicos adotados, que empurrou grande parte dos migrantes para o mercado informal, com condições precárias de trabalho, demarcando, portanto, a própria circulação e fixação de determinados grupos pelos centros urbanos do país.

Na história da urbanização do Brasil, em que a demanda por habitação cresceu à medida que os fluxos migratórios se faziam presente, o processo de periferização se tornou comum e recorrente (BORGES, 2013). As políticas habitacionais dos períodos desenvolvimentistas, além do caráter ideológico e de controle social, impuseram padrões de moradias populares específicos nas periferias das grandes cidades brasileiras. Como apontou Joamara M. Borges, a construção de Brasília e do Distrito

Federal logrou a formação de grandes bolsões de pobreza e de ocupação desigual e precária margeando o plano piloto original, enquanto a questão habitacional do ponto de vista do poder público, dos anos 1930 até agora, foi apenas no sentido de diminuir a demanda por habitações populares.

Para Cristina Patriota de Moura e Vinícius Prado Januzzi (2019), a capital federal, Brasília, que muito embora tenha permanecido como símbolo da modernidade brasileira, apresenta de sua construção aos dias atuais um processo de elaboração e ocupação que “classifica o espaço”, que envolve “múltiplas camadas de significado e agência”, mas que, por fim, acaba por reproduzir o padrão de marginalização das minorias sociais e populações mais pobres, ainda que a modernidade em termos arquitetônicos e urbanos alcancem esses grupos. Seguindo a tendência histórica de ocupação do espaço no país, mesmo a existência de santuários indígenas e de populações antigas assentadas sobre o cerrado anteriores a urbanização, não foi suficiente para frear os empreendimentos “modernos” do setor imobiliário:

Para dar asas aos sonhos de alguns, outros indivíduos e grupos são simbólica e fisicamente expropriados de suas possibilidades de existência como habitantes de ambientes cuidadosamente estabelecidos ao longo do tempo, por processos de entrelaçamento em relações humanas, espirituais e ecológicas. (MOURA; JANUZZI, 2019, p. 128)

Seu Chiquinho morava na região onde se instalou o condomínio Bela Vista antes mesmo daquela se tornar uma oportunidade para a especulação imobiliária. Quando o condomínio começou a ser erguido, tornou-se um de seus funcionários e até dono do terreno dentro do condomínio, o que não se sustentou por muito tempo em razão das taxas condominiais, com as quais seus rendimentos eram incompatíveis. Incorporado parcialmente à vida no Bela Vista, Seu Chiquinho teve que se manter sempre à margem, morando ao lado, naquele que fora seu ambiente de subsistência por tantos anos. Morreu numa de suas muitas andanças pela região, em uma rodovia construída com o intuito de permitir o rápido acesso dos novos moradores do Grande Colorado ao Plano Piloto. Para além da marginalização territorial, verifica-se outra, tão perversa quanto aquela, de matizes simbólicas e políticas, quando seu corpo se torna estatística e sua vida mais uma perdida e esquecida pela oficialidade da ocupação urbana no Distrito Federal. (MOURA; JANUZZI, 2019, p. 129)

A maior cidade do país, São Paulo, de maneira semelhante, concentra atualmente grande parte de sua elite econômica nos bairros geograficamente opostos aos bairros

mais pobres. Grande parte da elite localiza-se no centro expandido, em bairros como Jardins, Moema e Alto de Pinheiros. O Morumbi é uma exceção. Um dos poucos bairros ricos que ficam “da ponte para cá” – para utilizar uma expressão dos *Racionais Mcs*²⁷ – situado muito próximo às periferias, o bairro é uma ilha de alta renda, rodeada por bolsões de pobreza, pois quanto mais se distancia desses centros ricos, maiores são os indicadores de precariedade de vida e vulnerabilidade social. Os/a moradores/a do outro extremo da concentração de renda são ainda acometidos/a pelos estigmas que as regiões pobres mobilizam no imaginário geral da sociedade, especialmente, entre as camadas empregadoras. Em geral, são bairros tidos como violentos, inseguros e distantes, juízos que comprometem a capacidade das pessoas em arregimentar os recursos necessários para as próprias condições de vida, como, por exemplo, conseguir um trabalho no mercado formal. (ALMEIDA, 2011; DE ALMEIDA; D’ANDREA; DE LUCCA, 2008).

Esta condição aparece frequentemente nos padrões sociais das metrópoles brasileiras, já que a estigmatização e a marginalização da população de baixa renda, habitante de bairros mais precários, também podem ser observadas em outros lugares. Como apontou Durham (1988), as população pobres, especialmente os mais pobres, se refugiaram nas margens dos grandes centros, construindo suas casas (e suas vidas), valendo-se, igualmente de maneira marginal, dos recursos proporcionados pelas oportunidades urbanas e pelo desenvolvimento do capitalismo.

Com a região metropolitana analisada nesta pesquisa, os padrões não foram muito diferentes. Cristina Patriota de Moura (2012) realizou uma interessante análise da produção do espaço urbano da cidade de Goiânia, planejada e erigida na década de 1930, durante o Estado Novo e a primeira Marcha para o Oeste. Com o principal

²⁷ A ponte do rio Pinheiro que separa as regiões ricas das pobres é usada como metáfora para cantar a repartição e a circulação da cidade pelo grupo: “[...] vem com a minha cara e o din-din do seu pai/ Mas no rolê com nós 'cê não vai/ Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar/ Entendeu? Se a vida é assim, tem culpa eu?/ Se é o crime ou o creme, se não deves não teme/ As perversa se ouriça, os inimigo treme/ E a neblina cobre a estrada de Itapecerica/ Sai, Deus é mais, vai morrer pra lá zica/ Não adianta querer, tem que ser, tem que pá/ O mundo é diferente da ponte pra cá”. RACIONAIS Mc’s, Da Ponte pra cá. Nada como um dia após o outro. **Cosa Nostra**, 2002.

objetivo de afastar o centro político e administrativo do estado das elites agrárias rurais, o interventor de Getúlio Vargas, Pedro Ludovico Teixeira, transferiu a capital do estado da Cidade de Goiás para Campinas, na região central do território, hoje cidade de Goiânia. O processo de transferência foi tumultuado politicamente, marcado pelo discurso de transformação de Goiás em um Estado moderno, mas também por práticas aos moldes do clientelismo e do personalismo, além de pouco espaço para a massa de trabalhadores/a que veio, de fato, construir a cidade.

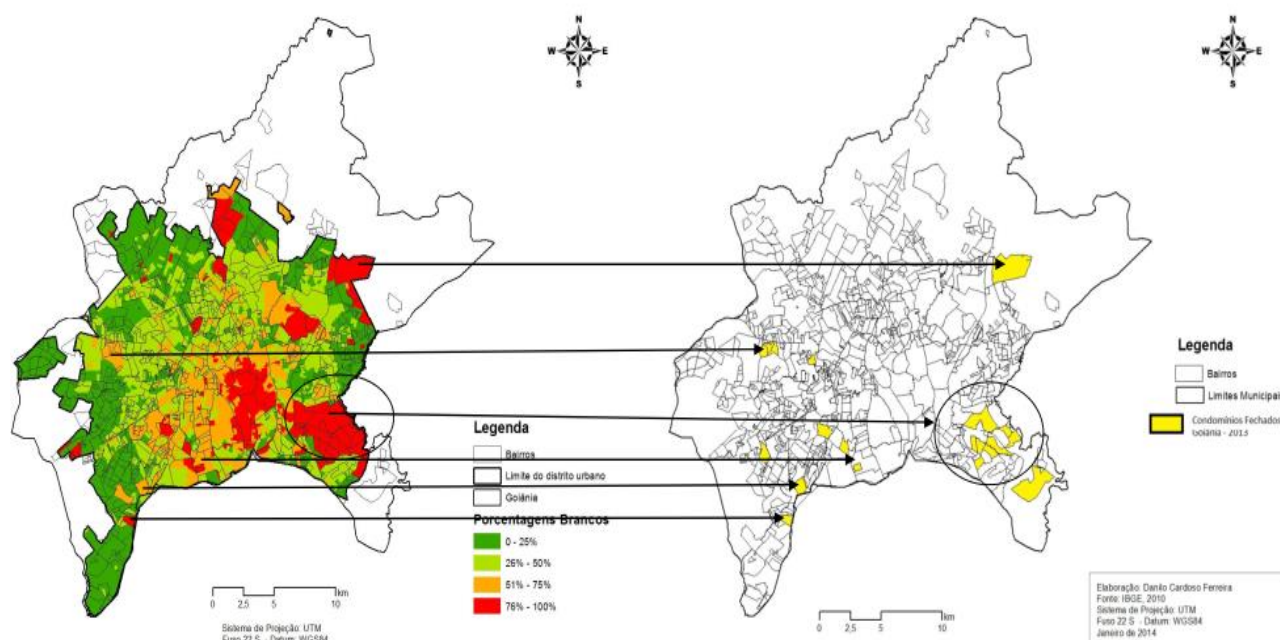
Nas décadas que se seguiram, até os anos 1980, a cidade apresentou o mesmo padrão de desenvolvimento de outras cidades brasileiras, de crescimento desordenado e periferização das populações mais pobres. A partir dos anos 1990 deu-se início, para as camadas de alto poder aquisitivo, a construção de condomínios horizontais nas periferias da cidade. Empreendimentos em "moldes internacionais", que surgem, quase em sua totalidade, da iniciativa unilateral dos empreendedores do setor privado e que só foram autorizados e regularizados tardiamente pelo setor público. Áreas fortemente muradas e vigiadas, onde a população da cidade, em sua maioria, não era/é autorizada a circular:

Aos prestadores de serviço era dispensada grande atenção por parte dos *seguranças*, *porteiros* e *guardas*, que tinham o direito, inclusive, de revistar bolsas, corpos e veículos, conforme o condomínio e a situação. A categoria que, supostamente, servia para designar pessoas que possuíam vínculos profissionais com os moradores, em oposição aos visitantes, que teriam ligações afetivas com os mesmos, quando posta em prática servia menos para diferenciar profissionalismo de afetividade do que para controlar o acesso dos socialmente impuros que desejavam penetrar o espaço do condomínio. A diferença se dava mais em termos de status do que de proximidade relacional. (MOURA, 2012, p. 76)²⁸

Essas práticas descritas pela pesquisadora estão legitimadas nos regimentos internos da grande maioria dos condomínios horizontais da cidade e estão, também, em consonância com o desejo de ordem e segurança dos moradores que elegem esses locais.

²⁸ Grifos da autora.

Figura 1 – População Residente de Cor branca/E espacialização dos condomínios horizontais em Goiânia – 2010/2013



Fonte: FERREIRA, D. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia: Representação cartográfica dos dados de cor ou raça e Renda (IBGE, 2010)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.

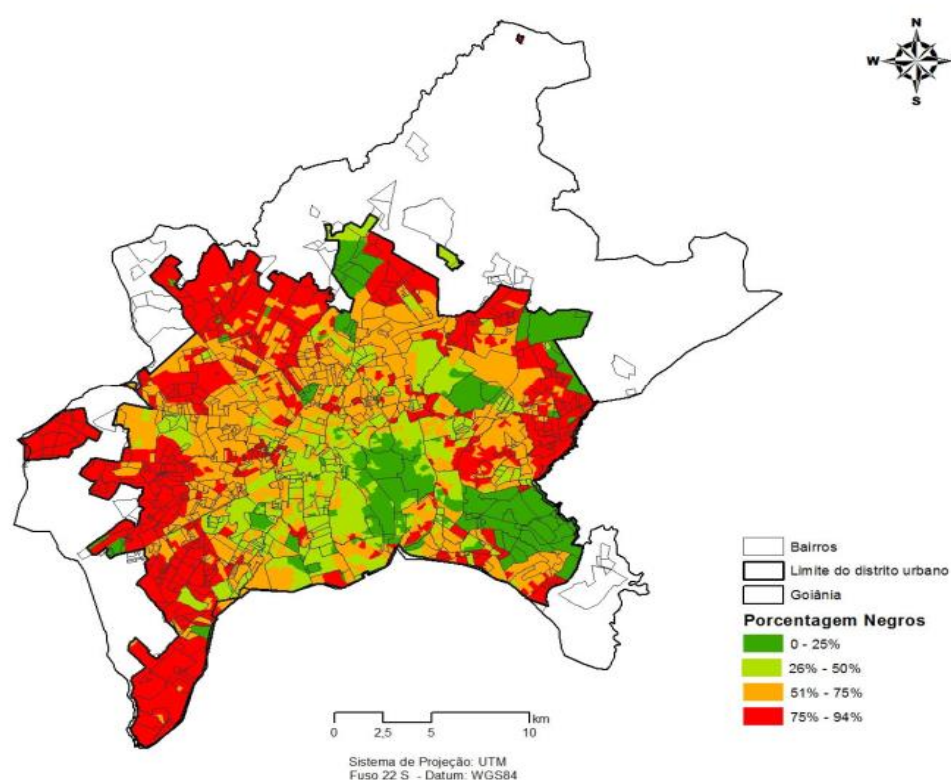
Para fins dessa pesquisa, importa notar que na produção do espaço urbano em Goiânia, de maneira geral,

Os primeiros habitantes abastados da cidade moraram em casas que eles fizeram construir de acordo com suas vontades, parecendo mais as habitações de pequenas cidades goianas e mineiras do que as edificações em estilo *art déco* recomendadas pelos profissionais que projetaram a cidade. Se o traçado de um bairro como o setor sul previa uma vida comunitária associativa, eles preferiram a domesticidade, com casas voltadas para dentro e frequentadas mais pelos familiares do que por vizinhos. Já os seguimentos menos favorecidos sequer tiveram bairros planejados para adaptar aos seus projetos individuais: fizeram suas próprias habitações em áreas cuja ocupação não fora prevista. Surgiram então novos "setores" que não constavam em nenhum plano diretor, mas que, ao longo dos anos, foram sendo incorporados à "zona urbana" e ganhando acesso a serviços públicos como iluminação, saneamento e transporte, não sem alguns conflitos violentos. (MOURA, 2012, p. 57)

A constituição do bairro Parque Santa Cruz na região metropolitana de Goiânia, nesse sentido, foi face do fenômeno desigual de formação e ocupação dos espaços urbanos pelas classes sociais. Como mostrou Arthur P. Amaral (2012), centenas de famílias

em situação de miséria no final dos anos 1970 invadiram e ergueram suas casas ao longo dos anos²⁹ sobre o depósito de lixo da cidade³⁰, erigindo um bairro inteiro e suas próprias identidades, negociando suas subjetividades com categorias como “risco” e estigmas sociais associados à pobreza e ao próprio lixo. Nos dias atuais, engolido pela expansão da cidade, a população do bairro continua aprisionada ao passado, tanto pelos índices de vulnerabilidade social (violência entre eles), quanto pelos sinais da decomposição do lixo sob o solo, que ameaça a estrutura das casas, e pelos riscos inerentes à saúde humana que o lixo em decomposição representa.

Figura 2 – Concentração de pessoas residentes de cor Negra em Goiânia – 2010



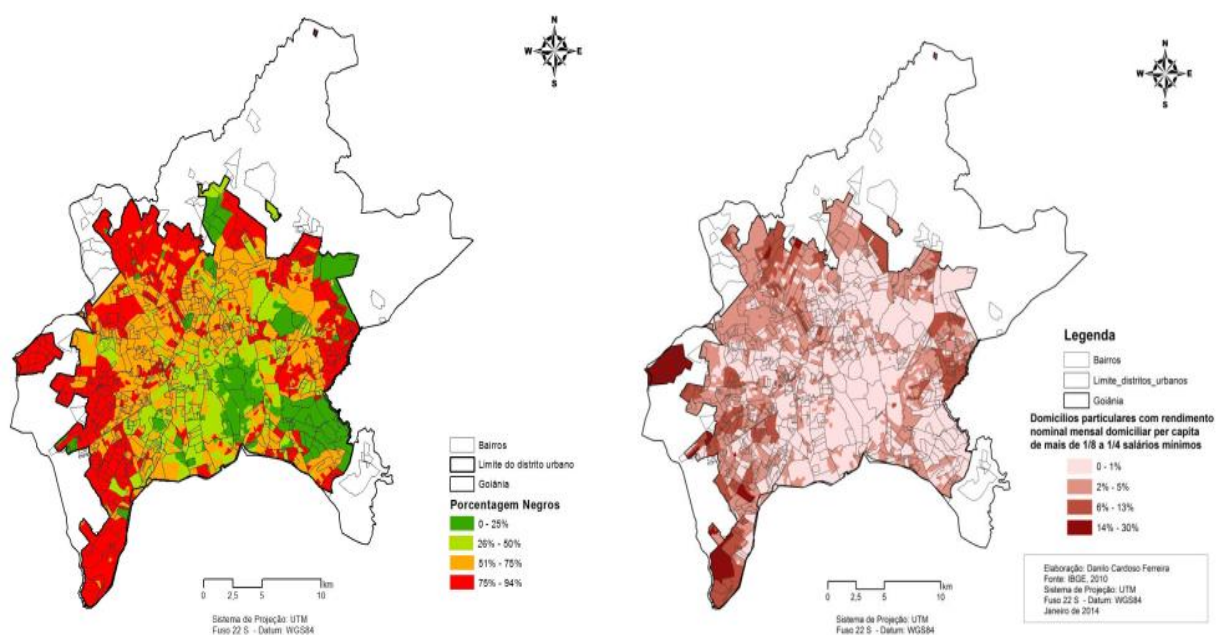
Fonte: FERREIRA, D. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia: Representação cartográfica dos dados de cor ou raça e Renda (IBGE, 2010)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.

²⁹ Utilizando-se, muitas vezes, dos próprios descartes na construção das casas.

³⁰ Lugar onde se descartava inclusive material hospitalar.

Os dados etnográficos de Moura e Amaral estão em consonância com as pesquisas de Danilo Cardoso Ferreira (2014), que cruza dados sobre renda e raça no espaço urbano de Goiânia. Para o autor, a disposição espacial das raças no espaço dessa cidade reproduz a realidade de segregação espacial a partir do cruzamento entre raça e renda observado em outras metrópoles. Nesses termos, raça é um princípio estruturante no espaço urbano da capital de Goiás. Nesta cidade, o “espaço branco” corresponde à faixa centro-leste-sul, com predomínio de bairros com alta concentração de renda e de alta valorização dos imóveis e dos terrenos, além do acesso a serviços públicos que dão conta da demanda da população³¹, apresentando demanda crescente por condomínios de alto padrão aquisitivo – os condomínios de luxo pesquisados por Moura (2012).

Figura 3 – Justaposição dos Bairros Negros com os bairros de “Classe Extremamente Pobre”.



Fonte: FERREIRA, D. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia: Representação cartográfica dos dados de cor ou raça e Renda (IBGE, 2010)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, 2014.

³¹ Com pontuais pequenos bolsões de pobreza, com pequenos “aglomerados subnormais”, isto é, comunidades de alta vulnerabilidade social, cuja grande maioria se declara como preta ou parda. (FERREIRA, 2014)

Alguns desses condomínios se estendem ou estão situados na periferia da cidade. Assim, nos dias atuais, morar nas regiões periféricas para as classes mais ricas é uma “opção”, enquanto a periferia se apresenta como preferida para as classes mais pobres por conta do baixo custo, em relação a outras regiões da cidade, especialmente dos terrenos. Na maior parte da periferia da cidade, no entanto, encontram-se as populações autodeclaradas preta/parda, e com os piores rendimentos na comparação com a população branca. É também na periferia que se encontram os imóveis e os terrenos mais baratos, além de serviços públicos precários e insuficientes. Para Ferreira, em Goiânia a diferenciação social produz a segregação como um fenômeno espacial, uma diferenciação social de base econômica que é também racial.

1.5 Modernidade e desigualdades sociais

De maneira geral, o argumento da inércia da dinâmica social brasileira de Cardoso é tributário de importantes estudos sobre a desigualdade sociorracial no Brasil, em especial dos trabalhos de Francisco Oliveira e Carlos Hasenbalg que, a partir de enfoques diferentes, já nos anos 1970, formularam a proposição geral de que a estrutura social desigual do país se mantém não por insuficiências do capitalismo ou do processo civilizatório de uma modernidade incompleta. A ordem desigual, injusta e estática é uma meta em si e está assentada sob um projeto de dominação de classe e raça mais geral. Hasenbalg estabeleceu a relação causal entre discriminação racial e desigualdades sociais. Discriminação racial inferida a partir das disparidades de resultados sociais dos grupos de cor controladas a partir das mesmas variáveis. Para ele "preconceito e discriminação raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em diferenças entre os grupos de cor na apropriação de posições na hierarquia social." (GUIMARÃES, 2006, p. 262).

Em termos de classe, em grande medida o argumento de Cardoso é devedor também das pesquisas de Francisco de Oliveira (2003) sobre a especificidade do capitalismo

brasileiro, a partir de uma análise marxista das relações de classes no país. Nos anos 1970, Oliveira dialogando principalmente com Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, postulava que o subdesenvolvimento do país decorria não da etapa do capitalismo a qual supostamente ocupava, mas, ao contrário, constituía propriamente um produto próprio do regime brasileiro. A realização do capitalismo, nesse sentido, exige que o fenômeno do subdesenvolvimento seja instalado em lugares periféricos do globo como o Brasil. Para Oliveira, não se trata de uma sociabilidade amparada em dois polos, moderno e arcaico, da qual se pode preconizar o desaparecimento do elemento deletério com o avanço do aspecto civilizatório do capitalismo sobre a sociedade, as relações sociais e os indivíduos, mas de compreender que a configuração polar da sociedade brasileira é, em si, uma condição acabada, a de economia periférica e de nação dependente ideologicamente das economias que ocupam a primeira fila do desenvolvimento técnico do capitalismo mundial.

Para ele, as passagens de um ciclo econômico a outro só são inteligíveis entre si quando se leva em consideração a "dominação social"; e as análises que apartam as condições econômicas das políticas constitui vício metodológico que se recusa a reconhecer-se como ideologia. Assim, a economia de subsistência ou as relações arcaicas de dominação dentro das relações de trabalho não constituem resquícios de um passado agrário e escravocrata, mas são partes efetivas do desenvolvimento moderno do país, na medida em que contribuem para o barateamento da mão de obra em que se apoiava a acumulação geral de capitais: "Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro". (OLIVEIRA, 2003). Dessa perspectiva, as diferentes formas de exclusão fazem parte da modernização.

A esses autores se somam, nos últimos tempos, estudos que procuram ampliar o foco de investigação do fenômeno da desigualdade social, alargando o esforço analítico para além das fronteiras territoriais e históricas dos Estados-nações, ao mesmo tempo em que tencionam as categorias sociológicas presentes na teoria crítica para dar conta do fenômeno da modernidade de uma maneira global (COSTA, 2004, 2012). Dos anos 1980 para cá, as pesquisas sobre desigualdades sociais vêm, de maneira

crescente, ampliando o enfoque analítico para incluir outras perspectivas que problematizam a questão, inserindo no âmbito da produção das desigualdades entre grupos sociais as dinâmicas das relações de interdependência entre diferentes regiões transnacionais, bem como as interseccionalidades e interpenetrações de diferentes categorizações sociais (especialmente raça, classe, gênero e etnia), além de questionar o próprio efeito ideologizante de determinada teoria crítica que se propõe traçar os contornos globais da modernidade. Em outras palavras, são trabalhos que procuram compreender as desigualdades sociais “como um produto entre diferentes categorizações sociais e entre diferentes entrelaçamentos transregionais” (COSTA, 2012, p. 140).

Segundo Sérgio Costa, as desigualdades sociais na América Latina foram analisadas, historicamente, de um prisma que privilegiava a compreensão desses fenômenos dentro do quadro de desenvolvimento interno dos Estados e tendo “classe” como categoria central. Esse “nacionalismo metodológico” – em geral, abordagens “econométricas” que deslocavam o foco da análise para o Estado-nação – vem sendo questionado nos últimos tempos e os novos estudos têm realçado a necessidade de compreensão das desigualdades sociais a partir de abordagens que levem em consideração que há determinados padrões de desigualdades para além dos limites dos Estados-nação e seus respectivos processos históricos. Nesse sentido, é preciso compreender as desigualdades como “regimes de desigualdades” que precisam ser cotejadas pelas categorizações sociais e relações de interdependência transnacionais.

Realizando um balanço sobre os trabalhos que se debruçam sobre o tema desde os anos 1980, o autor afirma

Esses autores distinguem, quanto à distribuição de renda, dois grandes blocos de países: um primeiro grupo caracterizado por uma grande disparidade na distribuição de renda e um segundo grupo que mostra apenas pequenas disparidades de renda. Seus estudos mostram que a posição dos países incluídos em cada um desses dois grupos, via de regra, não mudou desde o século XVIII. Fica claro, então, que esses padrões de desigualdade remontam ao período colonial. Em contraste com a literatura até agora hegemônica, os autores demonstram que a persistência de níveis baixos e altos de desigualdade não pode ser explicada só por fatores internos. Em vez

disso, o potencial de um país para remediar a desigualdade existente por meio de políticas redistributivas está indissociavelmente ligado à economia global e à política mundial. Portanto, a posição de um país na economia mundial e suas desigualdades internas são conectadas de modo interdependente. (COSTA, 2012, p. 128–9)

Além da compreensão do papel crucial da interdependência entre diferentes regiões na persistência do fenômeno das desigualdades sociais, os estudos desde os anos 1980, especialmente no que tange à raça, também apresentaram importantes contribuições ao incorporar o conceito de interseccionalidades. Os estudos raciais realizados no país até a década de 1980, em grande medida, ignoravam o papel da interdependência entre distintas categorizações sociais nas desigualdades sociais. Algo contornado com a incorporação da ideia de interseccionalidade entre categorizações sociais do debate norte-americano (COSTA, 2012).

Além disso, para Costa (2004), é importantíssimo ter em mente os efeitos de ideologização que determinadas teorias da globalização acarretam. O autor argumenta que as importantes teorias críticas de Ulrich Beck e Anthony Giddens seriam insuficientes para traçar os padrões de uma modernidade que seja verdadeiramente global, pois incorrem na mesma crítica que denunciam em determinados autores e tendências das ciências sociais, a de um certo evolucionismo moral ou político. Tomando os conceitos de alta modernidade ou modernidade reflexiva como parâmetro geral normativo para o fenômeno da modernidade nas sociedades contemporâneas, esses autores, para Costa, não oferecem elementos para compreensão de fenômenos regionais, especialmente fora do âmbito das sociedades do Atlântico Norte, a despeito de suas intenções generalizantes.

Assim, de maneira geral, em suas respectivas teorias, existe a ideia de que há um modelo normativo geral de vida boa a qual se deve almejar e procurar. Esse modelo, em última instância, corresponderia aos anseios ocidentais, sobretudo europeus, de parâmetros civilizatórios. Nesses termos, na obra desses autores, a expansão da reflexividade não pode medida empiricamente em diferentes contextos regionais e, dessa forma, tratam como dado o que é dedução teórica e, em outras vezes, exigência política.

Todavia, quando se leva em conta a experiência da modernização não

apenas das sociedades do hemisfério norte, mas do conjunto das sociedades contemporâneas, se constata que modernidade industrial e segunda modernidade, de um lado, e racionalidade simples e racionalidade reflexiva, de outro, necessariamente não se sucedem ao longo da história. Isto é, para as sociedades que vivem um processo tardio de modernização, a forma pela qual se transformou um pequeno conjunto de sociedades europeias constituiu, de fato, um padrão que se buscou historicamente seguir. Em seus desdobramentos efetivos, contudo, os esforços de modernização em tais regiões viram surgir as incertezas, antes mesmo que surgissem os benefícios da industrialização. Nessas sociedades, a desconfiança nas instituições modernas desde sempre constitui regra de conduta e imperativo de sobrevivência. [...] Aqui, tanto a dependência de fatores externos como a crítica às instituições e a busca de estratégias pessoais de superação de suas limitações não são desenvolvimentos novos, mas constantes históricas. [...] Aqui, as expectativas depositadas na modernidade, levadas ao limite da reificação, e a crítica severa e consequente dos limites das instituições modernas frequentam os mesmos espaços cronológicos e culturais e podem até conviver, harmonicamente, nos horizontes interpretativos de um mesmo ator social. (COSTA, 2004, p. 96)

Foi nesses termos que postulei, como já dito, que a sociedade brasileira está entre as sociedades de industrialização tardia de formas mistas: “modernas em sua função e tradicionais em seu formato ou, vice-versa, modernas em seu formato e tradicionais em sua função” (COSTA, 2004, p. 97). Se por um lado ela se insere definitivamente entre as sociedades modernas contemporâneas e, com isso, traz consigo promessas de ampliação dos aspectos mais condescendentes do capitalismo, por outro, está presa a sua dinâmica e posição de economia periférica e interdependente das economias ricas e que se sustenta em função de uma desigualdade social descomunal e com aspectos que não podem deixar de ser relacionados à tradicionalidade das relações sociais próprias de sociedades hierarquizadas, de passado colonial assentado num regime escravista de força de trabalho.

Nesse sentido, dois termos ganham relevância nas análises de Costa: “desigualdades entrelaçadas” e “regimes de desigualdade”. O primeiro é uma tentativa de reconstrução dos vínculos entre desigualdade sociais, interdependências globais e interpenetrações entre distintas categorizações sociais. Já o segundo constitui uma dinâmica de análise que permite captar as interdependências entre categorizações sociais e entre diferentes regiões do globo – tendo em vista que padrões de

desigualdades sociais se repetem por toda a América Latina, a despeito da heterogeneidade da população subalterna:

Em média, os afrodescendentes, em especial as mulheres, têm uma expectativa de vida menor, vivem em piores condições, tem níveis mais baixos de educação formal e acesso mais limitado aos serviços públicos do que a população latino-americana como um todo. Se os afrodescendentes na América Latina conformam um grupo tão heterogêneo e seus dados demográficos apresentam disparidades tão grandes, quais são as razões para agrupar essa população em uma única categoria? (COSTA, 2012, p. 133)

1.6 Conclusões

Diferente dos objetivos de Costa, esse capítulo não procurou a compreensão dos postulados estruturais das desigualdades sociais históricas da América Latina ou do Brasil, sociedades marcadas no passado pela condição colonial e escravista e no presente pela posição periférica e dependente das economias centrais do globo. Ao colocar em questão, de maneira geral, os aspectos ambíguos da sociabilidade capitalista que se teceu ao longo do tempo no país às camadas populares, o objetivo foi mais modesto. Ainda que sob o risco do “nacionalismo metodológico”, a intenção foi recortar o tecido social do Brasil contemporâneo em que irão se assentar determinadas trajetórias das classes trabalhadoras/populares nas décadas finais do Século XX e no início do seguinte (empreendimento tomado a partir do próximo capítulo).

Nesse sentido, o esforço foi por respostas em três direções. Primeiro, compreender as razões macro-históricas para o considerável fenômeno da migração rural-urbana. Para tanto, foi preciso primeiro fazer referência ao passado escravocrata do país, à gramática social que se assentou na longa sociedade agrária que se seguiu, e ao contexto com que o capitalismo teve que lidar. Partindo do pressuposto de que as práticas sociais e mesmo a estrutura social brasileira possui fortes valores tradicionais no bojo de sua modernidade, foi possível postular o abismo incomensurável entre os grupos polares da sociedade brasileira como um aspecto peculiar da interação entre

classes sociais que remete às práticas e ao imaginário social do antigo regime escravocrata.

Nesses termos, a teoria da hierarquia se mostrou pertinente para compreender que a sociabilidade tecida relegou, às pessoas pobres do campo, a gravitação de suas identidades (e condições práticas de existência) sob a pessoa do grande proprietário e a este, a construção de uma identidade total, que a tudo englobava por perto. Os pobres do mundo rural, nesse sentido, historicamente foram privados de subjetividade e identidade de classe, numa realidade residual, enquanto corpos que compõem o aparato de um determinado senhor, ele mesmo uma instituição quase soberana, haja vista a presença precária histórica dos Estado no interior do território³² (CARDOSO, 2008a, 2019).

Em segundo lugar, foi preciso compreender em que momento e por quais razões os centros urbanos se tornam uma utopia a ser perseguida pelas pessoas pobres do campo. Nesse sentido, argumentei que aos grupos do campo cuja perspectiva de vida estava verdadeiramente nos mínimos vitais e em situação de vulnerabilidade social, muitos ainda sob o jugo de dominações tradicionais regionais, as oportunidades representadas pelo modelo de acesso à cidadania via emprego e direitos sociais, que remonta às transformações do Estado Novo, foram, deveras, irresistíveis. Em outras palavras, para as populações submetidas às diversas formas de servidão gerada pelas relações arcaicas da sociedade agrária, as cidades foram entendidas como a utopia disponível e acessível para o rompimento com esse padrão.

Por último, o foco foi estabelecer que dimensões tomaram as cidades para os camponeses migrantes no que tange a dois aspectos (difícilmente separáveis): a melhoria de vida (representada pelo acesso ao emprego e pelo salário-mínimo como patamar básico de tolerância social à pobreza, e pelo lugar da escola e do ensino formal na trajetória das classes mais pobres) e a ocupação dos espaços urbanos. A partir da literatura, foi possível concluir que houve um tremendo descompasso entre a

³² Prática de colonização e povoamento dos períodos monárquicos (1530-1888) em que a Coroa precisava se valer do mandonismo das elites rurais regionais para manter sua jurisdição, que se manteve e foi aprofundada no primeiro período republicano.

melhora de vida da população em geral, qualidade dos empregos no mercado de trabalho formal – especificamente nas vagas destinadas às classes populares – e ganhos macroeconômicos do país, represados pelas elites econômicas. Enquanto os indivíduos de classes populares empregados/a no mercado formal ficaram estacionados em suas carreiras no chão produtivo das indústrias com salários regulados a partir das políticas oficiais de salário-mínimo (ou não muito distante disso), as riquezas medidas pelo crescimento do PIB foi uma das mais impressionantes registradas no mundo, a despeito de pouca ou nenhuma alteração na estrutura de renda e classe ser observada desde os anos 1930 (SOUZA, 2016).

Além disso, as transformações sociais iniciadas com a implantação de políticas neoliberais pelo Estado brasileiro levaram a profundas alterações na escolarização das classes populares a partir da década de 1990, o que reverberou no mercado de trabalho de maneira geral. Somado a outros fenômenos demográficos – como o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, em geral mais escolarizadas que os homens, e o próprio crescimento demográfico acelerado –, a maior escolarização geral dos/a brasileiros/a tornou ainda mais difícil o acesso dos jovens de baixa renda ao mundo do trabalho, posto que fez aumentar a concorrência geral pelas vagas, o que, ademais, não gerou contrapartida do mercado em qualidade e remuneração (mesmo entre os melhores postos), permanecendo aquém das enormes contrapartidas requeridas de acesso.

Assim, determinada literatura é contundente em afirmar que a dimensão da utopia das cidades, que remonta resquícios simbólicos no imaginário popular das políticas da cidadania regulada do estado varguista se configurou, ao longo do tempo, como importantes mecanismos de reprodução das desigualdades e iniquidades sociais. Isso aconteceu na medida em que a vida das camadas trabalhadoras também na cidade foi nivelada a partir de um padrão muito baixo, a partir de um salário-mínimo que em nenhum momento da história cumpriu sua prerrogativa constitucional de dar conta das despesas básicas do/a trabalhador/a e sua família. Nas grandes cidades, as famílias migrantes camponesas assentaram-se na periferia dos grandes centros, produzindo um padrão de segregação econômica que também é racial e espacial, haja vista a disposição do espaço urbano no cruzamento raça/renda/espaço.

Mesmo a melhoria econômica e social observada nas primeiras décadas do Século XXI – que fez alguns pesquisadores adotarem determinados critérios que colocavam o país entre as nações de classe média do globo, com o grande fenômeno de consumo e o acesso ao crédito entre as classes populares patrocinadas pelo Estado (NERI, 2011; POCHMANN, 2020) –, não foram suficientes para ameaçar a grande concentração de riqueza no topo da estrutura social. Assim, outros pesquisadores preferem abordar o fenômeno em termos de “famílias híbridas” (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017), uma vez que a melhora socioeconômica do/a trabalhador/a observada de forma concreta no consumo das famílias de baixa renda durante a última década não foi suficiente para garantir a mobilidade social do grupo familiar, ainda que o progresso econômico pudesse ser observado de maneira geral.

Em suma, se o tecido social até a década de 1990, nos aspectos sublinhados até aqui, é muito claro em marcar, do ponto de vista macro, uma sociabilidade capitalista pouco favorável às populações pobres também na cidade, alguns indicadores sociais nas primeiras duas décadas do Século XXI vão tratar de embaralhar essa questão. Os bons resultados econômicos e um projeto de governo identificado por Cardoso (2019) como “novo sindicalismo” – que procurou atender algumas demandas históricas da classe operária industrial, como por exemplo, a valorização do salário-mínimo e a inclusão das camadas pobres no fenômeno do consumo (e que justamente por colocar a população pobre no centro de um projeto de nação é confundido de maneira frequente com uma tentativa de reviver o varguismo), sem, contudo, romper de maneira categórica com a lógica neoliberal de regulação das relações sociais – alterou de maneira significativa a paisagem urbana e as condições de vida dos/a trabalhadores/a urbanos de baixa renda. Se do ponto de vista macroestrutural, pouco mudou e a riqueza do país continua concentrada no topo de maneira inabalável, também nesse período, da ótica das pessoas mais pobres que participaram ou foram beneficiadas com esse novo ciclo, as transformações podem mesmo ser entendidas como radicais ou como grandes revoluções pessoais e familiares.

Os capítulos a seguir pretendem abordar o projeto de busca pela cidade como forma de melhoria de vida a partir da trajetória de pessoas que passaram ou se encontram no mesmo processo na década final do Século XX e nas primeiras décadas do Século

XXI. Como a busca é por mobilidade, suas trajetórias de vida são cotejadas a partir de uma perspectiva que procura dar conta dos atores nos fluxos e relações que tecem em seu cotidiano no que tange ao fazer a vida melhor para si e para sua família via estabilização socioeconômica, progresso socioeconômico e tentativa de mobilidade social ascendente.

Capítulo 2 | BAIRRO, casa, emprego e construção de si

2.1 Introdução

Se tomadas a partir da perspectiva da análise foucaultiana de Rago (1985, 1994), as vilas operárias e seu sistema de minicidade ocupam um lugar privilegiado na economia dos regimes modernos que produz corpos dóceis e disponíveis ao trabalho e ao controle; forma privilegiada de produção de subjetividades para o capitalismo. Do ponto de vista de leituras mais brandas ao capitalismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; PABLO; ABRIL, 2018; SENNETT, 2009), os recursos para além do trabalho colocados à disposição dos/a trabalhadores/a pelo mundo privado fomenta indivíduos guiados por ideologias que retroalimentam o regime³³. Da ótica da empresa, e em consonância com as duas leituras, o objetivo é estar em sintonia – ainda que de maneira apenas ideal – com os valores que acredita comover seus consumidores e que norteiam as grandes empresas nas economias ricas (como fica evidente nas justificativas públicas que apresentam para suas ações sociais³⁴) ao mesmo tempo em que se constituiu um forte aparato de produção e reprodução de sua própria força de trabalho.

Bourdieu (2008) também tratou de conjunto habitacionais de trabalhadores/a na França. Fechados em sua miséria pós-industrial, subproletários/as se equilibravam entre subempregos e baixos benefícios sociais governamentais. Resignados a viver a contradição da história francesa, que reunia lado a lado em suas periferias os/a trabalhadores/a nativos/a brancos/a, árabes e negros/a oriundos/a das colônias francesas no continente africano, resultando num cotidiano de racismo e xenofobia, agravado pelas precárias condições de emprego e renda, compondo um cenário de

³³ Malgrado as imensas diferenças entre o estado de bem-estar social das economias ricas e os precários recursos que se propõem ao mesmo papel disponíveis aos meus interlocutores/a.

³⁴ Ver a descrição dos valores humanos e empresariais, além da parte sobre responsabilidade social: <https://www.grupogsa.com.br/a-gsa>. Acesso em 14 de jun. 2021.

miséria geral. Diferentemente da imagem trazida por Bourdieu, o “Conjunto Mabel” (CM) é, de maneira geral, algo muito mais transitório e em movimento. Mobilidade em relação ao passado rural e mais pobre, movimento em relação à situação plena de emprego (e toda a logística que isso demanda na vida das pessoas), além de assumir um caráter instrumental, de ferramenta para o alcance de algo maior nas trajetórias individuais e familiares.

Para os/a operários/a desse bairro, a residência é passageira e a meta é utilizar o pequeno aluguel para tornar possível uma economia com vistas à casa própria. Os desligamentos do bairro são frequentes quando há aquisição ou construção da casa própria. Com casas alugadas ao valor proporcional de 6% do salário, o bairro se encaixa como peça fundamental nos planos de quem procura melhores condições de vida, especialmente dos migrantes rurais que chegam recentemente a um novo contexto. A casa simples, com valor abaixo da prática do mercado, contrasta com o passado de vulnerabilidade habitacional, em que essas pessoas gastavam parte considerável da renda em pequenos barracões, nas regiões periféricas e precárias da cidade ou com o passado no campo. Embora o isolamento geográfico do CM seja realmente um problema no cotidiano, as pessoas driblam esse obstáculo adquirindo transporte de baixo custo, como bicicletas e motocicletas.

Os dados que serão expostos a seguir corroboram análises em dois sentidos. A primeira diz respeito ao carácter eminente de atração e fixação de força de trabalho que as políticas para além do salário das fábricas da Família Scodro exercem sobre uma parcela específica da sociedade, pessoas em movimento que partiram das zonas rurais em busca de emprego e que escolheram Aparecida de Goiânia. O pano de fundo é que esses recursos estão em consonância, ainda que de maneira tímida, com as evoluções do capitalismo e com a ideia de que o bem-estar do/a trabalhador/a aumenta sua produtividade no trabalho.

Nesse sentido, a empresa possui programas sociais que afetam diretamente a vida de seus trabalhadores/a. Estão entre eles o aluguel abaixo do valor de mercado, a água gratuita, a creche, o almoço para adolescentes de trabalhadores/a residentes no bairro, além de uma estrutura considerável de lazer e descanso no interior das fábricas

à disposição das pessoas nos horários de intervalo³⁵. No bairro, outros importantes serviços públicos são mediados pelos empregadores. Despesas de custo (local, telefone, móveis, internet) com o posto policial e de saúde ficam a cargo da Fundação Nestore Scodro (FNS) que administra o CM. Em troca, há patrulhamento mais efetivo e um atendimento prioritário aos moradores que procuram o posto do SUS. Além disso, a escola pública recebe constantes doações e ajuda das fábricas³⁶.

As análises partem de constatações dos/a próprios operários/a:

Eu gostei, por mais que eu escutasse notícias sobre assaltos. As casas eram quentes, mas a minha era perto da mata, então era mais fresca. Foi uma experiência bacana, foi por isso que eu consegui comprar a minha casa. Acho que as indústrias deveriam ter conjuntos habitacionais, porque isso incentiva os funcionários a ficarem nas empresas. As coisas que me motivaram a permanecer na GSA foram a creche e a casa no conjunto. A Friboi não tinha conjunto. (LORENA, entrevista, 2018)

A segunda é que, especialmente entre aqueles/a em situação de maior vulnerabilidade esses recursos são tomados como imensas oportunidades de alívio das condições de precariedade material e como alavancas para o progresso material e social da família. A vaga na creche pode decidir se a mãe vai ou não participar do mercado formal e, assim, determinar com qual renda a família vai viver. Uma decisão que, como veremos, em algumas oportunidades, se impõe às jovens mães. A escola do bairro e seu ensino noturno também pode significar o retorno ao projeto da escolarização e garantir que os/a filhos/a também participem dele. Em bairros vizinhos da cidade, provavelmente essas pessoas também não teriam acesso fácil às infraestruturas urbanas básicas, como asfalto e saneamento, da mesma forma que encontram ali³⁷. Nesse novo contexto em que o migrante rural se insere, também ganha bastante relevância as religiões contemporâneas do Brasil e seu carácter de apoio e integração social. Em consonância com os signos e as semânticas do

³⁵ Aspectos que serão mencionados mais adiante.

³⁶ Em especial da fábrica GSA.

³⁷ O recurso mais bem aceito entre os/a operários/a, por ser geral, é o plano de saúde. Colocado à disposição apenas nos últimos anos, ele dá cobertura gratuita ao trabalhador/a e valores a baixo custo para dependentes individuais. A satisfação tem muito relação com os problemas históricos de saúde pública, mas também com a grande parcela de pessoas que adoecem por conta do trabalho fabril. Essa é uma pista, contudo, que, infelizmente, fica para trabalhos futuros.

neoliberalismo – em que a lógica do mercado passa a ter papel crescente nas relações sociais –, elas oferecem elementos de apoio existencial e social – que aliviam verdadeiramente a condição de pobreza e são tomadas como intervenções divinas – e para a performatização dos comportamentos e práticas próprias do regime em voga.

Assim, tomando algumas trajetórias como *lócus* privilegiado de análise, a partir de um recorte que pauta principalmente questões de gênero, o esforço deste capítulo é por apreender subjetividades contemporâneas que, forjadas notadamente na racionalidade neoliberal (dentro de uma tímida e pontual perspectiva de Estado de Bem-Estar Social) do capitalismo brasileiro, constituem elas mesmas trajetórias neoliberais, mas de maneira muito diversa daquelas que se observa nos contextos das economias ricas do globo.

2.2 O bairro

Figura 4 –Vista parcial da principal via do bairro, a rua Nestore Scodro.



Fonte: arquivo pessoal. Por essa rua, passam as duas linhas de ônibus que são ofertadas ao bairro. Também nela ficam o posto policial, a academia para a atividades físicas, quadra de esportes e uma pequena praça verde. Também nela acontece às quintas-feiras a pequena feira do bairro. Ao final, à esquerda, está a escola pública da região.

O CM³⁸ é um pequeno bairro de 213 casas populares em Aparecida de Goiânia, Goiás, destinado ao aluguel às famílias dos/a operários/a que prioritariamente trabalham nas fábricas remanescentes das antigas FM, e existe desde 1987. Situado na região administrativa da Vila Brasília³⁹, a cerca de sete quilômetros das fábricas proprietárias, num terreno adquirido pela família Scodro para esse fim, ele abriga majoritariamente migrantes do interior do próprio estado de Goiás e de outros, especialmente das Regiões Norte e Nordeste do país. Do ponto de vista da lógica do capitalismo industrial, ele é um poderoso instrumento de fixação da força de trabalho que, combinado a outros projetos sociais e serviços públicos intermediado pelo patronato, é ressignificado pelos/a operários/a, apropriado enquanto estratégia na construção de si, da própria subjetividade, e na busca do projeto de melhoria de vida. As pessoas que moram e passaram pelo bairro, portanto, são pertencentes a famílias de baixa renda, com rendimentos entre um e três salários-mínimos (caso de dois adultos com remuneração fixa), e que estão, em geral, nos primeiros anos após a migração. Com baixa escolaridade, procuraram na cidade, e seus recursos, meios de colocar em marcha os requisitos necessários para uma mobilidade social ascendente familiar.

2.2.1 A região dos/a operários/a

O CM está geograficamente distante de suas fábricas proprietárias e das regiões comerciais e administrativa da cidade. Embora se ligue a outros três bairros vizinhos, os quatro juntos estão, relativamente, longe e isolados das partes mais densamente povoadas de Aparecida de Goiânia, ainda que sejam notórios, nos últimos anos, os esforços do poder público em conectá-los a outras regiões da cidade, com a construção de duas novas vias de acesso e a implantação de novas linhas de transporte coletivo.

³⁸ O mais comum entre os moradores/a é se referir ao bairro simplesmente como “Conjunto; já na cidade, de maneira geral, o bairro é popular sob o nome de “Conjunto Mabel”.

³⁹ Cf. (SOARES; KNEIB, 2016)

Figura 5 – Mapa do bairro.



Fonte: Google Maps.

Do CM à região central da cidade (que concentra uma grande variedade de serviços e comércio), são mais de sete quilômetros, num percurso não-linear. Sem um percurso direto, é necessário retornar à rodovia federal ou contornar uma região industrial, utilizando ruas e avenidas muito recentemente construídas. Em suma, em condução própria ou pública, seriam necessárias algumas voltas para ter acesso a regiões com variedade de escolas, comércio, repartições públicas, entre outros serviços. Mas é claro que tudo fica ainda pior quando o deslocamento precisa ser pelo sistema público de transporte coletivo.

Hoje existem duas linhas do transporte coletivo que atendem as pessoas da região, que partem de dois terminais de ônibus diferentes da região metropolitana. Porém, esses trajetos são novidades dos últimos dois anos. Durante muito tempo, o transporte coletivo precário precisou ser complementado pelos veículos de passageiros das empresas, que faziam a conexão do bairro com o ponto de embarque e desembarque situado nas imediações das FM, na rodovia federal. Nos anos 1990, também em parte da década seguinte, as condições de mobilidade pública eram ainda mais difíceis. Diferente das rotas alimentadoras ou das linhas diretas que existem atualmente, o bairro era servido apenas com cinco ou seis viagens ao longo do dia e os ônibus

partiam do Terminal Vila Brasília – que, embora fosse a conexão do transporte mais próxima, estava na contramão dos destinos comuns das pessoas, as regiões centrais de Goiânia e de Aparecida, o que atrasava a viagem e tornava o percurso ainda mais longo.

Os horários das linhas também eram estratégicos para atender apenas às necessidades de trabalho dos/a moradores/a da região: as primeiras horas da manhã e as primeiras horas da noite. As viagens nesse intervalo eram poucas e esparsas. Longe de atender a demanda da população, transformavam o dia do/a trabalhador/a em algo mais difícil e cansativo do que deveria ser (o que não é tão diferente nos dias atuais). Após às sete e meia da noite, se porventura o/a morador/a ainda estivesse fora de sua casa e sem recursos próprios para o retorno, ele/a deveria descer do ônibus às margens da rodovia e percorrer pouco mais de três quilômetros de um verdadeiro vazio demográfico até o CM.

Da rodovia federal movimentada até a entrada do bairro afastado (ainda nos dias de hoje), só existia uma única residência e uma guarita da empresa “Furnas” no meio do caminho. Os guardas ficavam (e ficam) exatamente numa curva em “s”, com grandes cercas-vivas dos dois lados que tapavam parte da visão. Também os passantes, por conta das árvores, só conseguiam avistar a guarita já bem próximo. Esse também é um dos poucos pontos iluminados de todo o percurso, pois a iluminação pública é constantemente falha. Um trajeto que, ainda hoje, é considerado perigoso pelos/a operários/a, já que são constantes os relatos de roubos a motos e bicicletas (itens fundamentais na vida de quem mora em bairros distantes).

Os três bairros mais próximos ao CM, a “Chácara São Pedro”, a “Vila São Pedro” e o “Vale do Sol”, são típicos setores aparecidenses, com casas esparsas, lotes e quadras inteiras baldias e tomadas pelo capim. Somente as ruas da linha do ônibus possuem asfalto. As ruas de terra costumam ser irregulares e acumulam uma fina camada de pó vermelho durante os períodos de seca. Além disso, apresentam buracos e cortes profundos pelo efeito da água e da enxurrada nos meses de chuva. Também não há, nos bairros vizinhos ao CM, serviços públicos como água ou esgoto. De modo geral, os/a moradores/a providenciam por conta própria cisternas para viabilizar água ao

consumo e fossas para o esgoto e os dejetos da casa. Além disso, a assistência de saúde e o socorro policial a moradores/a da região também estão centralizados no “vizinho-operário”.

Mas, se os serviços públicos são precários na adjacência ao conjunto-operário, por outro lado, os vizinhos levam vantagem naquilo que não depende da iniciativa governamental. O comércio nesses três bairros possui variedade considerável e, com a ausência de opções no próprio CM, costumam contar com os/a operários/a como seus clientes. Supermercados, padarias, pizzaria, lojas de bebidas, de assistência eletrônica, casas para acesso à internet, posto de gasolina e chácaras de locações para festas, em geral localizados nas avenidas asfaltadas, são alguns dos exemplos do que se pode conseguir nos dois bairros vizinhos imediatos ao CM.

Neles, também estão as igrejas e comunidades religiosas às quais os/a operários/a mais devotos/a costumam recorrer. Especialmente as localizadas no vizinho mais imediato, o Vale do Sol. Nele ficam a capela e o centro comunitário da “Comunidade Católica São Pedro Apóstolo”, igrejas protestantes e neopentecostais, como “Assembleia de Deus”, “Ministério Vida”, “Congregação Espírita”, “Quadrangular” e outras menores. A Chácara São Pedro e a Vila São Pedro dispõem, igualmente, de igrejas e comércio, porém, estão geograficamente mais distantes. O que, em geral, inviabiliza o acesso dos/a operários/a residentes no CM. Opções mais variadas que o comércio do Vale do Sol somente no centro da cidade ou no bairro “Vila Brasília”, um dos mais importantes do município, há dez quilômetros dali.

Os bairros vizinhos estão a leste ou norte. A Chácara São Pedro por muitos anos foi separada pelo Córrego Santo Antônio de seu vizinho, o Jardim dos Buritis, o que aprofundava o isolamento da região. Em sentido oeste, existem algumas pouquíssimas chácaras espalhadas e a empresa Furnas, numa extensão de quase quatro quilômetros. Seguindo nessa direção adiante, está a rodovia BR 153. A estrada que liga esta rodovia ao bairro-operário desemboca no viaduto que dá acesso à importante avenida “V8”, origem do chamado “Anel Viário”, uma conexão de vias que margeiam praticamente toda divisa norte de Aparecida. Esta avenida corta a cidade por cerca de vinte quilômetros, passando por importantes bairros, incluindo parte do

“Polo Industrial” (onde está localizada a maior fábrica da família Scodro hoje), fazendo a conexão entre as rodovias federais “153” e “080”, e interligando as saídas sul e sudoeste da capital.

Na direção sul ao CM, não há partes povoadas, apenas uma imensa avenida de duas pistas asfaltadas, construída nos últimos cinco anos. Deserta por mais de cinco quilômetros, a via desemboca nas empresas do “DAIAG”, o Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia, outro importante aglomerado industrial da cidade. Quando acabam as indústrias e as empresas, tem início os bairros residenciais, como “Expansul” e “Vila Souza”. Em direção sudeste do conjunto-operário, outro vazio demográfico e, após alguns quilômetros de cerrado e poucas casas e barracões precários espalhados em ruas de terra, é possível chegar ao complexo do sistema prisional do Estado (cuja entrada principal é via DAIAG). Logo após a penitenciária e o presídio, existe uma comunidade de pessoas sem teto, vivendo em condições de miséria, sob barracas de lona preta ou pequenas e precárias construções de alvenaria, e que sobrevivem do que retiram do grande lixão municipal também situado ali.

Em suma, separados de um lado pelo Córrego Santo Antônio e de outros por vazios demográficos, esses quatro bairros – de conexão precária mesmo entre eles – constituem ainda hoje uma região isolada do restante da cidade. Esse isolamento e as deficiências do transporte público favorecem a tendência de aquisição de meio de transporte de baixo custo, como bicicletas e motocicletas, de maneira que, em quase todas as casas, há um tipo desses veículos.

2.2 Os recursos do bairro

O CM é administrado pela Fundação Nestore Scodro (FNS), pessoa jurídica que leva o nome de um dos fundadores do grupo empresarial e que se encarrega da gestão do bairro e de outras ações chamadas de “responsabilidade social” pela empresa. Assim, os serviços de limpeza e conservação não são realizados pela prefeitura, mas por

trabalhadores/a da própria instituição⁴⁰. As casas são destinadas a famílias de no mínimo três pessoas e não é exigido um grau de parentesco direto. Um dos trabalhadores com quem conversei, de origem no interior da Bahia, morava com dois sobrinhos e um primo, também da mesma cidade de origem. Dos quatro, três trabalhavam nas FM, e o quarto, que havia chegado a Goiás recentemente, também tinha planos de ingressar nas empresas. Em uma residência diferente, outra família também de origem na Bahia, já bastante numerosa (eram sete pessoas na casa), havia acabado de receber mais um parente que chegava em busca de emprego.

Há, assim, certo trânsito de pessoas pelo bairro, dado que nem todos empregam-se nas FM (embora, muitas vezes, seja isso que motiva a vinda – a crença de que o parente empregado vai articular, com suas boas referências, uma vaga em uma das fábricas) e que a distância do núcleo familiar primário gera um certo desconforto, resolvido com a separação das casas tão logo seja possível. Além de parentes mais distantes, é muito comum a hospedagem temporária de conterrâneos/a que buscam serviços públicos (tratamento médico, por exemplo) e, principalmente, trabalho. Das casas que visitei, apenas uma abrigava apenas a família nuclear e cheguei a ouvir relatos de uma residência que servia de morada a quatorze indivíduos.

⁴⁰ Com exceção da coleta de lixo.

Figura 6 – Vista parcial do bairro.



Fonte: Fotografia do pesquisador.

Embora existam moradores bastante antigos⁴¹, as famílias do CM costumam estar em seus primeiros anos de migração, se estabilizando financeiramente e colaborando para que outros/a familiares, parentes ou conterrâneos/a tenham oportunidade de fazer o mesmo, seja oferecendo suas casas temporariamente, seja enviando recursos como roupas, alimentos e até mesmo dinheiro aos parentes que permaneceram na cidade de origem. Os/a operários/a não-casados/a ou sem vínculos familiares direto no bairro, por sua vez, podem pleitear vagas em “repúblicas”, onde pessoas sem laço de parentesco ganham vagas individuais. Para efeitos de regra, essas moradas

⁴¹ Existe nas regras para a concessão das casas para moradia, e no projeto original do conjunto habitacional, um teto de cinco anos para a locação das casas. Na racionalidade empreendedora do empresário Sandro Mabel, idealizador e executor do bairro, isso se justifica “justamente para não criar uma situação de acomodação [entre os operários-locatários/a]” (PINHO, 2017, p. 208). Na prática, esse prazo fica muito relativizado, com cada caso analisado separadamente. Ponderado não apenas o contexto econômico da família em questão, mas como a disciplina e os bons predicados no trabalho nas fábricas do sujeito locatário, de maneira que, esse limite praticamente não é executado, pois se a pessoa consegue estabilidade por cinco anos nas fábricas, em geral, é devido a satisfação do empregador e da chefia da produção com o trabalho apresentado; e, da mesma forma, o desejo da casa própria é tão perseguido por esses sujeitos que, de maneira geral, aqueles/a que ainda não abandonaram o aluguel em direção ao seu próprio teto, costuma ser em razão de crises familiares ou individuais que atravessaram o projeto de melhoria de vida.

conjuntas são formadas por no mínimo quatro e no máximo oito pessoas, muito embora as residências possuam apenas dois quartos e não haja uma fiscalização rígida sobre esses números. Nesses casos, a FNS designa um/a “coordenador/a” para gerir o grupo, em geral o mais antigo/a, que se torna responsável por zelar pelo código de conduta do bairro entre os demais.

Figura 7 – Divisão entre quadras no bairro.



Fonte: Fotografia George Brandão. As casas da mesma quadra, viradas para a rua ao fundo, também têm detalhes na cor verde.

As duzentas e treze casas estão divididas dentro de um grande losango, repartido em seis ruas, cortadas por cinco ruelas. No centro do bairro, há um grande campo gramado de futebol, que ocupa quase metade do espaço aberto central. Ao lado do campo existe uma pequena e arborizada praça pública, com poucos bancos. Há também um grande galpão dividido em três espaços distintos. O primeiro abriga um posto da polícia militar e o segundo uma academia para prática de exercícios físicos (que não é gratuita, mas possui preços especiais aos operários/a).

Figura 8 – Vista do campo de futebol.



Fonte: Fotografia do pesquisador. Ao fundo, à esquerda, o galpão com posto policial e academia, à direita a creche.

O terceiro ambiente, um espaço para eventos públicos que, em geral, costuma ficar fechado, consiste num grande salão vazio, com um pequeno palco elevado, utilizado apenas nos momentos festivos e nas raras reuniões comunitárias. Acoplada ao grande galpão, uma lanchonete funciona em horários e dias limitados. Completam a grande quadra pública central a creche, e do lado oposto, a quadra de esportes sem cobertura, que já foi de areia, mas hoje é feita de concreto. Ainda no quinhão central, mas já nas quadras residenciais, fica a sede administrativa da FNS e, na outra lateral, o posto de saúde da região. Os dois grandes eventos sociais regulares do bairro são as partidas de futebol, em geral nas tardes de sábado, organizadas a partir dos times de operários (não há times femininos) que se formam no cotidiano de trabalho nas fábricas e a pequena feira do bairro, que acontece na tarde para a noite das quintas-feiras.

São nove quadras, formadas por seis ruas quase paralelas, cortadas por cinco ruelas estreitas. Em apenas uma delas (a quadra da divisa com a Vila São Pedro, um de seus bairros vizinhos), ainda não há casas construídas e constitui-se um grande vão. O grande espaço público (campo, praça, galpão, lanchonete, quadra esportiva e creche) no centro do bairro interrompe a terceira rua, transformando-a em outras duas menores. Não fosse isso, o bairro seria um aglomerado de cinco ruas paralelas. As

ruelas não são cobertas por massa asfáltica como as vias principais, mas por um tipo de concreto.

Há, no total, vinte e duas casas por quadra, onze em cada lado e de cor única. Assim, as ruas que possuem casas frente umas para as outras ficam ‘bicolores’: de um lado casas brancas com detalhes verdes e, de outro, casas brancas com detalhes azuis. As cores remetem às duas primeiras fábricas do grupo a se instalarem em Goiás, no final dos anos 1980. O azul originalmente representava a CIPA (hoje Pepsico) e a cor verde designava a “GAMA” que, mais tarde, mudou sua razão social, passando a se chamar “GSA”, sendo hoje uma das maiores do grupo e principal articuladora dos recursos disponíveis no bairro.

Figura 9 – Vista da rua no fundo do campo de futebol.



Fonte: Fotografia do pesquisador. O prédio de toldo azul, com o telefone verde na porta, é a pequena sede administrativa da FNS e que durante muito tempo abrigou o posto policial.

Embora praticamente não exista comércio, o bairro se diferencia em estrutura e recursos disponíveis aos moradores/a daquilo se pode encontrar entre seus vizinhos. A creche mantida pela FNS atende pouco mais de quarenta crianças, com vagas prioritariamente destinadas às mães operárias, embora, em geral, os homens que demandam vagas aos filhos/a em razão de vínculo empregatício da companheira fora das fábricas também costumam serem atendidos. Apesar de atender uma faixa etária limitada, a creche também fornece a refeição do almoço às demais crianças e

adolescentes de até quatorze anos de idade com filiação entre os/a operários/a e a partir de um cadastro prévio.

A “Escola Estadual Itagiba Laureano Dorneles” também foi construída ali na década de 1990. Em que pese o fato de que, em termos geográficos, esteja localizada após a divisa com a Vila São Pedro, sua disposição no terreno e seu público (e consequentemente sua vida pedagógica) se voltam totalmente para o CM, na medida em que boa parcela de seus alunos e alunas são os/a próprios/a operários/a ou seus filhos/a. Por conta disso, a escola recebe o auxílio de pelo menos uma das fábricas em seus projetos pedagógicos, além de contribuições de diversas ordens, desde doações de alimentos, doações de moveis e eletrônicos antigos e ajuda de custo para questões pontuais. Além disso, a escola é uma das poucas do município que disponibiliza a modalidade da educação básica para jovens e adultos, o chamado EJA. Ofertada no período noturno, essa modalidade permite aos operários/a retornar os estudos e completar a educação formal na metade do tempo regular.

Figura 10 – Vista da entrada da escola pública da região, o Colégio Estadual Itagiba Laureano Dorneles.



Fonte: Fotografia do pesquisador. O colégio oferta todas as séries do Fundamental e Ensino Médio, com a modalidade para jovens e adultos (EJA) no ensino noturno, que permite aos que abandonaram a escola retornar e completar as séries na metade do tempo regular.

As casas do bairro destinadas aos/a operários/a são exatamente iguais. Relativamente baixas, com telhas de amianto, cercadas por uma calçada de concreto

estreita. São quatro pequenos cômodos repartidos quase igualmente. Dois quartos, em geral sem portas⁴², sala, cozinha e um banheiro. Não há área de serviços ou garagem na arquitetura original. As paredes internas e externas são pintadas na cor branca. As portas, de alumínio na entrada e madeira compensada no fundo, janelas e a grande faixa horizontal da fachada, são de cor verde nas ruas ímpares e azul, nas pares. O lote da residência é completamente murado, porém a parte voltada para a rua é mais baixa que as demais, medindo por volta de um metro e sessenta de altura. No passado, esse muro frontal era ainda mais baixo. Nos últimos anos, no entanto, foram acrescentadas duas fileiras novas de tijolos. Na fração interna do quintal, por outro lado, o muro é alto o suficiente para garantir a privacidade da família em relação aos vizinhos/a.

O muro mais baixo na parte voltada à rua, embora de mesma cor, contrasta com a casa. Erguida num nível mais alto, sua fachada de entrada fica toda à mostra, ganhando destaque a porta de acesso à residência e a grande faixa horizontal que corta a parede externa de ponta a ponta. O único portão de acesso ao lote também é baixo (e não foi elevado com a instalação das fileiras de tijolos na parte frontal). Feito de grades, de material frágil, ele acompanha portas, janelas e faixa, na cor. O piso em toda a casa é feito de cimento liso vermelho. A água é encanada e oriunda do poço artesiano da FNS, localizado logo na entrada do bairro, na primeira casa, da primeira rua. Já o esgoto é garantido por fossas compartilhadas a cada duas casas.

Qualquer outra estrutura física adicional que o/a morador/a queira ou necessite na residência, além de ser necessária autorização formal prévia, os encargos ficam por conta do próprio/a locatário/a como em qualquer contrato de locação, porém, no bairro operário, eles não são passíveis de reembolso ou abatimento no valor do aluguel. Embora exista política de reformas regulares das casas e, mais recentemente, de instalação de melhorias⁴³, os moradores costumam improvisar ou construir estruturas

⁴² Em geral, nas casas que ainda não possuem portas internas, a privacidade no quarto é estabelecida com a improvisação de cortinas ou lençóis colocados sobre o portal vazio.

⁴³ As reformas, em geral, são feitas quando a casa fica vaga, entre uma locação e outra. Quanto às melhorias na estrutura, como instalação de portas internas e forro, elas são determinadas por sorteios feitos pela FNS.

laterais ou ao fundo que servem de garagem (a maior parte utiliza motocicletas para seu transporte, mas também existem algumas famílias que possuem carros populares) e áreas de serviço, aumentando o tamanho da pequena residência. Em geral, esses acoplados são bastantes simples, basicamente algumas estacas cobertas por telhas de amianto, algumas com piso em cimento vermelho acompanhando a casa, outras, ainda mais simples, sem qualquer tipo de cimento ou concreto.

A despeito do tamanho da casa, das crises sazonais de abastecimento de água, da ausência de portas internas, da altura do muro voltado à rua e da fragilidade do portão, o que verdadeiramente incomoda os/a moradores-operários/a do conjunto-operário é a temperatura da casa. De altura relativamente baixa, como dito, cobertas com telha de amianto (popularmente chamadas pelo nome de uma marca, “Telhas Eternit”) e a maior parte delas sem forro, as residências são muito quentes por dentro, em qualquer época do ano, em especial entre os meses de agosto e setembro. Os/a trabalhadores/a do período noturno são especialmente os/a mais castigados/a, já que os dias são relativamente mais quentes que as noites.

Dentro de um ambiente já quente, ventiladores, umidificadores e climatizadores, podem ser insuficientes para amenizar o calor ou mesmo produzir efeito contrário ao que se deseja. Nesses termos, uma estratégia comum entre aqueles/a que precisam dormir na parte diurna para aliviar as temperaturas e conseguir pegar no sono, é levantar a cama com tijolos e (tentar) dormir embaixo, diretamente sobre o piso. A ideia é que o frescor do cimento, combinado com o bloqueio exercido pela cama no vapor quente que desce das telhas, permita ao trabalhador/a adormecer.

No entanto, mesmo esse grande detalhe não impede que os operários e as operárias, ao mesmo tempo locatários/a e contemplados/a com um benefício de suas empregadoras, estejam verdadeiramente satisfeitos/a com a casa. Alugada pelo valor de 6% do salário total do/a operário/a, a casa significa um grande alívio para a família de baixa renda, pois permite um aluguel com valores abaixo da prática do mercado e um “conforto” (o tamanho da casa, asfalto, no bairro, quintal murado, água encanada,

fossa para esgoto, a escola, o posto de saúde, a creche...) que não se encontra pela cidade em valores tão baixos ou disponíveis tão próximos à residência como ali.

Alguns dos recursos colocados à disposição no bairro, como posto de saúde e escola pública, são mesmo parte das razões fundamentais que motivaram a migração e a escolha de um centro urbano. Além disso, mesmo a simplicidade da casa popular já representa avanços significativos aos parâmetros anteriores de habitação dessas pessoas.

2.2.3 Segurança e policiamento

Desde a fundação do bairro, há um espaço reservado para abrigar o posto policial. Por muitos anos ficou localizado à frente do campo de futebol, no centro do bairro, na casa que hoje abriga a sede administrativa da FNS. Embora o posto existisse já nos anos 1990, ficou vago durante alguns anos, para ser reativado na segunda metade dos anos 2000. Conforme confirmado pela gestão, os móveis do ambiente e as despesas eventuais do posto são custeadas pela FNS.

No entanto, não há grandes problemas de segurança, segundo a própria polícia. A maior parte dos atendimentos se direcionam aos bairros vizinhos, e o trabalho dos policiais entre os/a operários/a costuma se limitar à patrulha de rua. De fato, em todas as visitas que fiz havia uma viatura pelas ruas ou atravessada na calçada em frente ao posto. Os/a moradores/a mais antigos/a, porém, dizem que o bairro já foi mais seguro. Recentemente, alguns episódios de roubo às casas vêm despertando a preocupação de todos/a. Assim, é perceptível que a maior parte das casas contam com grades nas portas e janelas, instaladas por conta dos próprios moradores/a. Algo que não existia nos anos 1990 e 2000. Outra queixa recorrente é o aumento de casos de uso de drogas e do tráfico entre os jovens. Segundo as famílias com quem tive

oportunidade de conversar, jovens da região vizinha aliciavam e iniciavam seus/a filhos/a no uso de drogas, especialmente a maconha⁴⁴.

2.2.4 As normas do bairro

As regras para adesão a uma vaga no conjunto operário estão relacionadas às relações de trabalho e ao emprego. Existe um tempo mínimo de emprego nas fábricas e se exige a ausência de transgressões disciplinares no histórico do/a trabalhador/a. Após a mudança, há outras condições que é preciso observar para permanecer no bairro, a maior parte próxima às regras de condomínios residenciais comuns, outras justificadas e atreladas às relações de trabalho e aos interesses da fábrica. Assim, de modo geral, para o cotidiano existem regras bem delimitadas de conduta, que ficam estabelecidas por um documento chamado “Manual de deveres do morador”:

1) Observar o que estabelece este regulamento e as disposições que a Administração emita, dentro de suas atribuições, 2) Observar conduta de acordo com a moral e os bons costumes, 3) Não molestar os demais moradores da Vila Residencial, 4) O uso de rádio, televisão e equipamento de som e instrumento[s] musicais deve ser [de] forma a não perturbar a tranquilidade, mesmo no período diurno, 5) Permitir a entrada de pessoas devidamente autorizadas pela Administração[...], encarregado[s] de verificar[em] o estado de conservação e bom uso do imóvel, bem como cumprir as recomendações que este colaboradores lhe fizerem, 6) Destinar o imóvel exclusivamente para uso habitacional, não usando-o para atividades comerciais, 7) Não é permitido introduzir modificações ou ampliações no imóvel, sem autorização, por escrito da Administradora do Conjunto Habitacional. [...] 11) Não é permitido o uso do imóvel para fins lucrativos ou em atividades proibidas por lei, bem como para reuniões políticas, religiosas e/ou de qualquer natureza. (Manual de Deveres do Morador/a)

A produção das empresas funciona vinte e quatro horas por dia, seis dias na semana. Em geral, a jornada de trabalho dessas pessoas é de quarenta e oito horas semanais, com quatro horas incorporadas toda semana ao banco de horas de cada um, já que a

⁴⁴ Numa das casas que visitei, foi-me relatado um episódio em que uma garota adolescente fez uso de “fluido de solda” durante o intervalo da escola. Este incidente despertou a preocupação generalizada sobre o uso de drogas no CM e foi motivo para uma reunião com os pais e mães operárias com o grupo escolar.

legislação determina um limite de quarenta e quatro horas de trabalho num intervalo de sete dias. Levando em consideração a antecedência do transporte e os ritos de início e fim de expediente, cada operário ou operária dedica de oito a dez horas de seu dia às suas respectivas empresas empregadoras, de segunda a sábado.

Com uma rotina tão exaustiva, dia ou noite, se o/a trabalhador/a estiver em casa, são grandes as chances de que esteja dormindo ou em repouso. A rotina da indústria é repetitiva e cansativa. Além das longas horas na linha de produção (de trabalho repetitivo e cíclico), algumas atividades exigem muito esforço físico e, em algumas sessões, por conta da especificidade do produto, a temperatura do ambiente é sempre alta, o que exige ainda mais disposição e vigor das pessoas. Assim, em nome do descanso, o silêncio e a tranquilidade são estabelecidos pelo patrão no contrato de aluguel. Brigas, festas, música alta ou qualquer outra coisa que perturbem a tranquilidade e os “bons costumes”, estão passíveis de advertências, multas e, em casos mais graves ou de reincidência, rescisão do contrato.

Além de atenção para com a tranquilidade do bairro, é necessário também ter disciplina e zelo com a água, pois, como boa parte da cidade, o bairro sofre com crises hídricas sazonais. Na década de 1990, por muito tempo foi praticado o racionamento diário de água. Entre onze da manhã e quatro da tarde, a FNS suspendia o abastecimento de água. Assim, ainda hoje, a água é tema de vigilância especial. Não pode haver desperdício. A negligência no consumo, assim como barulho e casos de briga que acabam em violência física, são as infrações disciplinares que podem levar à perda da moradia.

Da mesma forma que são determinantes para o aceso ao bairro, as regras disciplinares contam também para a triagem das vagas da creche. O que significa dizer que “ganchos” (faltas disciplinares no ambiente de trabalho), faltas ao trabalho consideradas em excesso e atestados médicos apresentados são itens que, em tese, podem dificultar ou mesmo inviabilizar a matrícula de uma criança.

Em suma, em geral relacionadas às regras de trabalho, em especial apelando à noção de repouso para o trabalho, as regras do bairro e alguns de seus recursos repousam sobre os interesses de fixação e disciplinarização do/a trabalhador/a, ainda que de

maneira muito sutil e dentro das prerrogativas do patronato que é, ao mesmo tempo, locador e proprietário das residências. Todavia, muito embora as regras talvez possam sugerir uma dominação excessiva sobre a vida social no bairro, em termos concretos, o que diferencia o bairro, além da origem comum do emprego de seus residentes, é a qualidade da vida que ele proporciona às pessoas que ali vivem, combinando serviços públicos e programas de assistência social de origem privada.

2.3 O bairro e a construção dos sonhos, da subjetividade: Isadora e sua liberdade

O leitor que se sentir motivado e acessar a página da FNS disponível no site de uma das empresas das FM, a GSA, vai encontrar uma peça publicitária focando os projetos sociais da empresa e, assim, o bairro e a creche⁴⁵. A campanha faz isso apresentando Isadora, uma operária de trinta e nove anos de idade que trabalha na produção da fábrica que propriamente administra a fundação responsável pela manutenção do bairro. Ela vive no CM e narra sua vida particular e profissional de forma eminentemente ligada à fábrica e ao bairro. Sua narrativa fala de trajetória e de sua rotina no dia a dia, ao mesmo tempo em que exalta as ações sociais da empresa, mostrando o quanto elas são relevantes em sua vida e de sua família.

Respondendo a questões em *off*, ela diz que sua maior motivação para o trabalho é poder estar ao lado de seu pai e sua mãe na linha de produção: “uma alegria, uma felicidade tremenda trabalhar na empresa, em família. [Estou] muito realizada”. Relata, ainda, que reside no conjunto habitacional da empresa e que deixa as duas filhas todos os dias na creche do bairro, também mantida pela empresa, ressaltando, de modo especial, o prazer que as meninas têm em frequentar o lugar e o quanto tudo isso significa para ela.

⁴⁵ Ver <https://www.grupogsa.com.br/post/funda%C3%A7%C3%A3o-nestore-scodro>. Acesso em: 11 de jun. de 2021.

O ponto alto do vídeo é a pergunta sobre o momento mais significativo da trajetória de Isadora. Com olhos marejados e uma lágrima na face direita, a operária responde que foi a data de contratação de sua mãe pela empresa: uma mulher em idade avançada⁴⁶, analfabeta e sem nenhuma experiência anterior de emprego formal. Ela afirma: “Não é porque eu estou aqui, não [em frente às câmeras]. Para mim, foi um dia muito marcante. Para minha mãe, é um orgulho”. A participação da operária no vídeo se encerra com um abraço triplo entre pai, mãe e filha na linha de produção (todos/a devidamente uniformizados/a e utilizando todos os equipamentos individuais de proteção).

As imagens do vídeo montam uma narrativa que busca entrelaçar o itinerário individual marcante à promoção da imagem de empresa com “responsabilidade social”, isto é, com algum compromisso diante da situação social desfavorável de seus/a trabalhadores/a. Nesse sentido, as tomadas que se demoram no conjunto-operário são amplas e aéreas, dando destaque ao verde da arborização e do campo de futebol, promovendo a ideia de um bairro-jardim. Já as imagens coletadas no interior da casa-operária, por outro lado, foram feitas de cima para baixo e focadas nas pessoas em movimento (coando café no fogão ou comendo à mesa com as crianças), com o fundo parcialmente desfocado. Da parte interna da residência, não é possível ver mais do que parcialmente uma das paredes da cozinha (acima da pia e do fogão).

Depois da casa, as imagens são cortadas para a creche. Ali, a ênfase acontece nas crianças brincando e se alimentando. Das meninas, o foco retorna para a trabalhadora, enquanto veste o capacete da motocicleta, aludindo que se encaminha ao trabalho. O corte acontece mais uma vez, e agora a operária é filmada trabalhando ao lado de seus pais, fechando pacotes à beira da esteira de biscoitos. Além da família trabalhando unida, no plano também recebem destaque as modernas instalações da linha produtiva, onde o branco (nas esteiras, nas máquinas, no uniforme) se sobressai.

⁴⁶ As palavras no vídeo foram: “Com a idade dela, conseguir um serviço...”.

Depois de assistir ao vídeo, eu quis conhecer a operária escolhida pelos patrões para sua peça publicitária. Consegui facilmente seu contato, marquei uma entrevista e começamos a interagir por aplicativo de mensagens. No mesmo período, eu lia para a tese, entre outras coisas, a autobiografia (2011)⁴⁷ e a obra (2008a, 2008b) de José de Souza Martins, um intelectual marxista oriundo das camadas trabalhadoras e que, em sua juventude, nos anos 1950, engrossava o número de operários urbanos em São Paulo. Diferente dos marxistas clássicos, para ele a classe operário/a não tem condições de ser o grupo utópico que instala uma ordem baseada na distribuição equânime dos bens e produtos culturais que a mais-valia torna possível. Na sua obra e em suas memórias, a fábrica é o lugar da alienação em relação a si mesmo/a. Espaço em que se empenha o tempo numa obra que não é sua; do desencontro com o mundo produzido pelas mãos de um/a operário/trabalhador/a universal que atravessa a história e que viabiliza, verdadeiramente, a História, sem, no entanto, ter os predicados culturais, sociais e materiais para saber disso. A discussão sobre trabalho vai acontecer mais adiante, o que saliento, por hora, é que a análise que fiz no vídeo, a partir das leituras daquele momento, foi, deveras, apressada. Isadora havia sido escolhida mais por sua desenvoltura e ousadia do que por ser uma trajetória disciplinar padrão na fábrica.

No horário e dia marcado, eu batia em sua porta, mas ela emergiu da própria rua, sem que eu identificasse, num primeiro momento, a casa de onde saía, já imaginando, no entanto, que sua origem fosse a casa de seus pais. Mais alta do que aparentava no vídeo, parda de pele clara, ela também usava nos cabelos uma cor mais clara do que na peça⁴⁸. Depois que nos apresentamos, soube que o restante de sua família no bairro reside a poucas quadras dali, numa rua oposta, onde eu não teria realmente condições de avistar. Lá residem seus pais, dois sobrinhos (uma criança e uma

⁴⁷ Um livro potente: bonito em sua forma – a escrita, as cenas de seu passado escolhidas para a narrativa, as reflexões que procuram conciliar, quase poeticamente, o trabalhador em seu cotidiano com a grande “História” viabilizada por ele mesmo – e audacioso em seu objetivo – realizar uma análise da formação da classe operária no país esmiuçando as relações, muitas vezes conflituosas e traumáticas, tecidas no cotidiano de sua própria família.

⁴⁸ Acompanhando seus *status* nas redes sociais, pude notar que Isadora é bastante vaidosa e criativa, em especial com os cabelos, que passam por constantes transformações.

adolescente) e sua irmã, pouco mais jovem. Na sua residência, a casa em que ela me recebia para a entrevista, ela vivia apenas com suas duas filhas.

Como foi dito, os moradores e as moradoras do bairro são majoritariamente migrantes do interior-rural do país. A maior parte dos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. Há também muitas famílias de origem no interior do estado de Goiás⁴⁹. Em geral, são pessoas e famílias que deixam sua região de origem em busca das oportunidades urbanas que podem proporcionar “melhorar de vida”. Categoria muito reivindicada por esses/a operários/a, e que está presente na literatura sobre migração desde a década de 1970 (DURHAM, 1973, 1988; MACIEL, 2011), como noção que coloca em ação o desejo do migrante em ascender socialmente e que, em geral, significa ter que deixar sua região rural de origem e buscar a cidade e os empregos urbanos dentro de um mapa que, antes de ser geográfico, é social e familiar. Caso de Isadora, cujo o projeto de melhoria é eminentemente familiar e intergeracional, como também corrobora a literatura sobre famílias migrantes de baixa renda (MACIEL, 2011, 2012).

Isadora deixou o interior da Bahia no final da infância acompanhando os pais e seus irmãos/a que se mudaram para o município do Gama, na região do entorno do Distrito Federal (DF)⁵⁰, em busca de melhores condições de vida. Na Bahia, seus pais não eram assalariados e viviam de “tocar roça”, isto é, da prática da pequena agricultura de subsistência. No DF, a família morou por mais de uma década, passando por vários bairros e sempre todos morando juntos. Melhorar de vida foi também a grande justificativa para que, tempos depois, Isadora motivasse toda a família a trocar o DF por Goiás, agora em sua fase adulta.

Da mesma forma que seus pais levaram consigo a família da Bahia para DF, ela não deixou para trás os pais, os/a irmãos/a, alguns sobrinhos e suas duas filhas, quando veio do município do Gama para Aparecida de Goiânia (ainda que não os tenha trazido

⁴⁹ Tal movimento reforça os números sobre migrações intrarregionais e a complexificação das migrações contemporâneas no Brasil (BAENINGER, 2012; PAIVA, 2007).

⁵⁰ Outro importante centro gravitacional para a população migrante contemporânea. Cf. (ARRIEL et al., 2014).

todos de uma vez). No DF, quase todos da casa estavam desempregados e apenas Isadora cuidava das despesas do grupo, pois era a única com emprego fixo. A decisão por Goiás, no entanto, não foi planejada com antecedência. Numa visita ocasional a parentes residentes no estado, resolveu adotar a região metropolitana da capital para morar, pois avaliou ter aqui melhores condições de trabalho: “Eu voltei e disse ao meu pai: ‘Pai, em Goiás é que tem emprego. Vamos para lá’. E a gente veio.”

Ao procurar Isadora, tendo em vista os dados que eu tinha de outras entrevistas e em comparação ao vídeo, eu quis entender seu real nível de satisfação com: a) o tamanho e o conforto da casa⁵¹, b) a grande jornada de trabalho que os/a operários/a precisam cumprir na fábrica (que não lhe permitem, por exemplo, estar mais tempo com a família), realizando tarefas repetitivas e cíclicas, e c) a própria natureza do trabalho fabril, cíclico e repetitivo. Além disso, certamente eu esperava ouvir reclamações quanto a valores dos salários e benefícios (mesmo que essa queixa não tenha sido frequente em outras entrevistas e conversas). As respostas para essas questões, eu supunha, seria quase sempre diferente do que a peça publicitária sugeria. Felizmente, nenhuma das minhas dúvidas se confirmaram.

Muito espontânea e sincera, ela me mostrou com muito bom gosto sua casa. A começar pelo quintal, tomado de plantas e cães⁵², limpo e cuidado. Não havia outras pessoas no momento, embora ela vivesse ali com suas duas filhas, uma de quatro e outra de dezoito⁵³. A casa estava muito limpa e boa parte dos móveis forrados. Ao fundo, duas áreas de alvenaria, de piso liso vermelho e telha de amianto, tão limpas e organizadas quanto a casa e o quintal. A estrutura, que expande consideravelmente a casa, não foi feita por ela, mas por outra família que anteriormente passou pela

⁵¹ Item que realmente havia passado despercebido até então, pois as famílias que visitei se caracterizavam por uma configuração familiar extensa ou de núcleo expandido. Assim, quando chegava às casas, me saltava aos olhos a quantidade de pessoas. De maneira que sempre interpretei as residências apenas pelo aspecto funcional de dar “um” abrigo e não, ainda, da perspectiva do lar, “do” lugar que participa da produção da subjetividade das pessoas. Essa perspectiva foi alterada a partir de meu encontro com Isadora.

⁵² Conteí cinco cachorros, todos, segundo ela, resgatados da rua. Mais recentemente, num de seus *status* nas redes sociais, ela deu notícia de mais uma adoção.

⁵³ Foi então que descobri que a segunda criança que aparece no vídeo não era sua filha biológica, mas uma sobrinha que vive com os avós e cuja mãe continua no DF, mas tratada de “filha” por Isadora.

moradia. Com Isadora, pude perceber que o/a operário/a transforma a crueza da arquitetura simples em lar aconchegante de uma forma que cabe no seu bolso. Ela, definitivamente, era alguém que se importava com a casa e gostava do lugar e isso era evidente no zelo com os detalhes e com a limpeza.

Ademais, sua casa possuía duas importantes estratégias contra as altas temperaturas, queixa recorrente dos/a moradores/a. As galhas de um grande cajueiro ao fundo cobriam o telhado das partes externas da casa e, por conta de um laudo médico atestando doença respiratória de sua filha, ela conseguiu que a FNS implantasse forro branco na parte interna, algo que também contribui para reter parte do calor provenientes das telhas de amianto. Além disso, o mais importante para Isadora foi que o trabalho nas FM permitiu a independência e a privacidade de uma casa apenas para ela e seu núcleo familiar primário. Pertencendo a uma família numerosa, ela nunca teve de fato a privacidade de um quarto apenas para si, ou de uma casa para chamar de sua e cuidar. O cuidado e o zelo, bem como a linguagem ao se referir ao seu lar, não se confundem com uma pessoa para quem essa realidade foi dada *a priori*. Para Isadora, ter uma casa e transformá-la num lugar aconchegante para se cuidar e estar com a família foi, verdadeiramente, uma grande conquista pessoal.

Apesar dos baixos rendimentos – embora esteja na empresa há quase uma década, ainda não conseguiu viabilizar sua promoção e permanece como auxiliar de produção –, o emprego também lhe permitiu outro importantíssimo passo para a construção de sua independência e autonomia pessoal (e de construção de sua noção de pessoa): a compra da motocicleta. A referência ao veículo foi tão significativa quanto o gosto em mostrar a casa. Quando perguntei o que o emprego na fábrica lhe permitiu conquistar, ela foi categórica na metáfora. Indicando com a cabeça a direção da motocicleta, disse: “Minha Isadora. Minha liberdade⁵⁴”. Nesse sentido, o capricho em cuidar da casa, da autonomia (ou “liberdade”, como ela própria definiu) da mobilidade,

⁵⁴ Isadora foi, portanto, o nome que escolhi, baseado no batismo da sua motocicleta, realizado pela própria interlocutora. Quando ouvi o nome feminino, por um momento pensei que ela pudesse estar se referindo a uma de suas filhas, mas o aceno à motocicleta e a confirmação logo em seguida, não deixou dúvidas.

pareceram-me movimentos de fazer-se a si mesma ante uma situação de quase indiferenciação frente às precariedades e limitações materiais do passado.

Minha segunda questão dizia respeito à satisfação com o trabalho na fábrica, interessado mais em saber como ela lidava com a natureza do trabalho e com o espaço em termos de tempo e prioridade em sua rotina. Quanto a isso, ela não esboçou, num primeiro momento, qualquer insatisfação. Tem um sincero fascínio pela tecnologia da fábrica e seu posto de trabalho favorito – já que os/a auxiliares de produção são remanejados/a de acordo com as necessidades de produção – é a esteira do macarrão instantâneo, onde ela precisa ser tão zelosa e minuciosa na inspeção dos fios de massa quanto costuma ser quando cuida de seu lar. No seu holerite pessoal, que pedi para ver e ela gentilmente me mostrou, no entanto, constava um desconto por ausências no trabalho proporcional considerável, dado o valor que ela mesma atribuía ao seu trabalho. Perguntei se as faltas eram por alguma razão específica e ela atrelou às faltas justamente com um tipo de protesto por desviá-la de seu lugar preferido na produção.

Lá no [linha de produção de] macarrão, eu preciso ser muito atenta. Não pode passar nada. Eles são muito miudinhos e os quebrados não podem passar. É um lugar de que eu gosto muito porque tenho que ser atenta. [...] De vez em quando, tem umas conversinhas de que eu não gosto [...] com uns lá, e acaba que, para não dar confusão, eles me tiram de lá. E eu não gosto das outras linhas, eu gosto do macarrão. Aí quando penso que não vou para lá, eu fico com raiva, dá desânimo e nem vou. (ISADORA, entrevista, 2021)⁵⁵

Atualmente ela está no turno da noite e diz não ter problemas em dormir durante o dia. Está satisfeita com o horário e o local de trabalho e não pretende, por iniciativa própria, voltar a trabalhar no período diurno. Com Isadora, os motivos para o trabalho noturno atrelados a razões econômicas só apareceram quando eu provoquei por respostas, diferente de outras entrevistas em que o “adicional noturno” era a grande motivação. Para ela, o período é “tranquilo”, quando se pode “trabalhar com calma” e

⁵⁵ As falas foram transcritas preservando a produção oral feita pelos interlocutores, com pequenas intervenções.

sem muitos chefes. É também quando tem mais oportunidades de ficar na esteira do macarrão.

Toquei ainda no assunto do salário. Ela me respondeu prontamente que ele havia melhorado recentemente com a ida para o turno da noite, apesar de não haver perspectiva de “classificação”, isto é, de ascensão de carreira. Assim, quando as coisas apertavam ou apareciam oportunidades, ela procurava outras formas de conseguir dinheiro extra, como vender pratos de comida “semiprontos” ou, o que era mais corriqueiro, ajudar seu pai em seu trabalho de músico nos fins de semana.

Por fim, em relação ao vídeo, também perguntei sobre sua mãe⁵⁶. No vídeo, o trabalho da mãe é um dos principais motivos de sua satisfação e gratidão pelo trabalho fabril. Esse me pareceu um ponto latente ainda para ela e sua satisfação está relacionada ao grau de autonomia que o emprego e o salário proporcionaram à mãe. Ela me disse que sua mãe viveu praticamente apenas a realidade doméstica, cuidando da casa e da família, e que um emprego próprio, bem como o salário próprio, conquistados já em fase avançada da vida profissional foram uma grande transformação. Falar da mãe e das conquistas e barreiras transpostas por ela, mais uma vez, emocionaram Isadora. Assim como no vídeo, ela novamente marejou os olhos.

Figura 11 – Casa de Isadora. Sala.

⁵⁶ Cheguei a visitar sua mãe semanas mais tarde.



Fonte: Fotografia do pesquisador.

Figura 12 – Casa de Isadora. Cozinha e área de serviço



Fonte: Fotografia do pesquisador.

Figura 13 – Quintal e “Isadora” moto.



Fonte: Fotografia do pesquisador.

Figura 14 – Casa de Isadora. Plantas no quintal.



Fonte: Fotografia do pesquisador.

2.4 O “Conjunto” como estratégia: Lorena, a menina que prosperou

Para Andréa Lobo (2020), gênero é um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como classe, geração e raça, configura as oportunidades do migrante em seu destino. Segundo Bourdieu (2006b), as mulheres estão muito mais aptas e dispostas que os homens a adotar os modelos culturais urbanos, tanto em termos corporais quanto indumentários posto que, para elas, o contexto urbano representa esperança de emancipação frente à condição da mulher camponesa.

Penso que, de alguma forma, a emoção de Isadora com as conquistas que o emprego e o salário proporcionaram em sua própria trajetória e na vida de sua mãe representa

a percepção de que as mulheres são verdadeiramente excluídas e colocadas num papel de submissão, além de concentrarem grande parte do trabalho doméstico. Afirmar a própria autonomia e com isso conquistar alguma independência, nesses termos, são traços que, imagino, emergem da trajetória de Isadora e da construção dinâmica de sua subjetividade. Ela veio sozinha para Goiás no início. Ficou algumas semanas na casa de uma tia, e depois alugou outra casa e trouxe sua grande família, pouco depois do primeiro mês. Assim como ofereceu abrigo para outros parentes mais distantes ao longo dos anos. Ela, de fato, liderou a migração familiar do DF para Goiás.

Aliás, pessoas migrando inicialmente sozinhas é tão comum quanto famílias inteiras juntas entre os/a operários/a. No primeiro caso, em geral são pessoas mais jovens, majoritariamente homens, que ainda não possuem laços de casamento e procuram oportunidades de trabalho. Do outro lado, quando a migração é familiar, o mais comum é que um dos membros adultos, em geral o pai, parta antes dos demais, com vistas a viabilizar a estrutura mínima que irá receber os familiares que estão por vir. Todas as pessoas com quem conversei e que migraram com toda a família apresentaram esse padrão, mesmo quando lideradas por mulheres. Isadora foi um dos episódios em que foi a mulher a primeira a migrar e viabilizar a mudança da família⁵⁷, no caso de um contexto urbano para outro, motivada pela busca por melhoria de vida. A instalação no CM, no entanto, não foi de imediato, pois o trabalho na fábrica só veio no segundo para o terceiro ano após a fixação em Aparecida. Assim como em seu caso, o CM – e seus recursos –, quando presente na trajetória dos/a operários/a, costuma ser uma espécie de segunda etapa no projeto geral de melhoria de vida iniciada com a partida da terra de origem. Nesses termos, ele coincide com uma fase de estabilização econômica das famílias.

Outro exemplo eloquente da relação entre condição feminina, pobreza, busca por melhoria de vida e construção de autonomia pessoal é a trajetória de Lorena, uma operária de trinta e seis anos de idade que reconstruiu sua vida, depois de um sério

⁵⁷ Curiosamente, ela tem o apelido de “Isadora doida” entre seus colegas de trabalho, algo que soube por uma amiga de trabalho. Como se sabe (DUARTE, 1986), é muito comum que determinadas mulheres das camadas populares estejam sujeitas a estigmas relacionados a distúrbios de natureza físico-morais.

drama pessoal, a partir do salário operário, do baixo aluguel do conjunto habitacional e da creche, que viabilizou o cuidado dos/a filhos/a enquanto ela garantia a única renda da família.

Conheci Lorena no início da pesquisa e a entrevistei uma vez nas dependências da fábrica⁵⁸. Eu sugeri a sua casa como local da entrevista – embora já soubesse que ela já não morava no CM, mas em sua casa-própria financiada⁵⁹ –, no entanto ela insistiu na empresa para a entrevista. No início, estranhei a escolha, porém a atitude me pareceu ter relação com o orgulho pela posição de liderança e pesquisa que estava ocupando naquele momento. Ela havia acabado de ser promovida à função de “técnica em qualidade e pesquisa”, cuja maior atribuição era chefiar um departamento recém-criado para desenvolver e testar novos produtos. A fábrica e as conquistas em sua carreira são, para ela, um trunfo, considerando-se as condições nas quais ela se encontrava antes de se empregar ali e tendo em vista o ponto de partida da sua vida profissional, a função de auxiliar de produção. No dia marcado, ela me conduziu a uma das salas de reuniões da parte administrativa da empresa e me contou sua história.

Após alguns minutos de espera numa recepção, sem qualquer contato ou vista para a produção, ela logo apareceu. Alta, de pele branca, cabelos lisos e negros e com boa desenvoltura na comunicação oral. Uma de suas primeiras frases foi “Depois que sua mãe me falou de sua pesquisa, eu quis falar com você porque eu quero contar a minha vida, o que eu passei e onde estou.” Começamos a entrevista, então, falando de seu presente. Ela estava em seu segundo casamento, era mãe de um casal, oriundos de seu primeiro matrimônio e acabava de iniciar seu grande “propósito pessoal”, o curso superior numa grande instituição de ensino da cidade. Apesar de matrícula feita, ela ainda estava bastante insegura quanto ao impacto das mensalidades do curso no

⁵⁸ Na verdade, a história de Lorena já me era familiar de maneira muito vaga. Ela trabalhou junto de minha mãe, de modo que eu ouvi várias vezes, nos relatos de minha mãe, menção ao drama pessoal pela qual sua colega de linha estava passando.

⁵⁹ Ela viveu no CM entre 2008 e 2012.

orçamento da família, mas contava com a “ajuda de Deus” e confiava que tudo daria certo.

A preocupação não era à toa. Além do valor do curso, havia ainda as despesas da família e o financiamento da casa; e as contas praticamente não fechavam. Ainda assim, ela estava disposta a fazer o curso e o motivo era o propósito de seu próprio itinerário. Quando ela migrou sozinha, sem os pais, na metade da adolescência, a meta era formar-se numa universidade e tornar-se professora de matemática. O percurso da vida afastou a jovem da docência, mas ficou a obstinação pela escolarização como forma de melhorar de vida⁶⁰. Seu percurso, no entanto, foi de bastante obstáculos.

Além do desejo dos estudos, o contexto da migração também se deu pelo convite de uma tia materna para acompanhar sua família na recente migração que haviam feito para Aparecida de Goiânia. A tia, segundo Lorena, procurava ajuda para a melancolia de sua filha, que não estava adaptando-se bem à nova cidade. Junto com a família da tia, a interlocutora se mudou por volta de 2003 para o bairro Vale do Sol, setor vizinho ao CM. Pouco tempo depois, contudo, o casal de tios e a prima voltaram ao lugar de origem. Ela, no entanto, decidiu continuar e dividir aluguel com outros primos do sexo masculino que haviam também resolvido fixar residência na cidade. Sem sustento, ela precisou se emancipar juridicamente para conseguir seu primeiro emprego formal.

Passei grande parte da minha infância lá, morei 8 anos em Palmas. Quando eu vim para cá, eu tinha 15 anos, nunca na minha vida eu imaginei trabalhar na indústria, sempre sonhei em ser professora de matemática, daí eu vim morar aqui, terminei o ensino médio, e logo comecei a cuidar de uma criança, porque estávamos passando por dificuldades financeiras. Tive que parar de estudar para trabalhar, comecei a trabalhar com 15 anos olhando uma criança. Como eu tinha que pegar ônibus, porque eu morava no conjunto Mabel, eu morava com a minha tia, eu estudava no Jardins Buritis, como eu tinha que pagar ônibus para ir para escola e minha mãe não podia me ajudar, daí eu parei de estudar. Eu parei no 1º ano do ensino médio e retornei

⁶⁰Aliás, a categoria do melhorar de vida continua a ser mobilizada entre os jovens de origem rural contemporâneos (ALVES; DAYRELL, 2015), eles a relacionam com outra importante noção, “ser alguém na vida”, isto é, garantir que as condições materiais futuras garantam uma vida de acordo com suas aspirações de bem estar e de suas respectivas famílias, cujas opiniões, conjugadas pelas com as expectativas pessoais, são fundamentais na elaboração da perspectiva de futuro.

só 7 anos depois, eu já estava com 22 anos. Com 17 anos, eu comecei a trabalhar na Friboi [indústria frigorífica], e para isso acontecer meus pais me emanciparam. Fiquei só 3 meses lá. Casei com 18 anos e logo engravidei, com 19 anos e com 21 anos eu tive o meu segundo filho. (LORENA, entrevista, 2018)

O emprego na indústria frigorífica, o primeiro em carteira profissional, não durou mais que os três meses de experiência. Ela havia sido lotada na seção de “calibragem”, responsável pela conferência de tripas de animais e não se adaptou à seção de trabalho. Além do cheiro forte, a fábrica ficava do lado oposto da cidade e o turno de trabalho era o noturno.

Após a primeira experiência de trabalho, Lorena envolveu-se amorosamente com um rapaz que conheceu em seu bairro. Decidiram morar juntos e uma gravidez não planejada pegou o casal de surpresa ainda no primeiro ano do relacionamento. O casamento também não durou muito. Instável e ciumento, o rapaz não se firmava em trabalhos, nem permitia que ela trabalhasse, fazendo com eles sobrevivessem apenas da boa vontade de suas famílias. Ela, então, desistiu do relacionamento e foi morar com a filha na casa de seu pai, que havia acabado de se mudar para a cidade de Nerópolis, no outro extremo da região metropolitana de Goiânia. Com a distância, os dois ensaiaram um retorno e o sogro deu abrigo e trabalho também ao genro, mas o rapaz em poucos dias desistiu e foi embora. Semanas após o fim do relacionamento, ela descobriu estar nos últimos meses de gravidez do segundo filho. Os sintomas foram muito sutis e a gravidez só foi descoberta no oitavo mês, quando realizou exames para descobrir os motivos de desconfortos recentes. Assim, ainda muito jovem, seu drama pessoal estava formado: chefiar uma família com duas crianças pequenas, sem poder abrir mão de trabalho no mercado.

Eu havia feito um propósito com Deus, eu iria trabalhar [nas FM], deixar meus filhos na creche, morar no Conjunto e [...] comprar minha casa. Quando eu voltei a trabalhar, eu ainda estava com os pontos da cesariana, eu não tinha dinheiro para comprar uma cinta, daí eu usava faixas, porque a cirurgia ficava repuxando e pinicava. Eu não falei que tinha um outro filho, ainda mais recém-nascido, se não eles não iam me contratar, porque eu estava de resguardo ainda, e eu precisava muito do emprego. Eu ia ao banheiro espremer minha mama porque não tinha como amamentar. Mudei para um barracão próximo ao Conjunto e consegui uma mulher para cuidar dos meus filhos por R\$ 100,00. Eu comecei a lavar as roupas do meu primo por R\$ 10,00 por semana, e com esse dinheiro eu comprava o leite dos meus filhos [...].

(LORENA, entrevista, 2018)

O CM, nesse sentido, foi um divisor de águas para Lorena. Com a estabilidade de um teto dentro do orçamento, creche para os/a filhos/a e trabalho fixo, ela também pôde retomar os estudos e concluir a educação básica no colégio do bairro operário. Foi também da vizinhança que veio o parceiro para o segundo casamento. Os dois, mais tarde, financiaram a casa própria e deixaram o CM.

A trajetória de Lorena, em muitos aspectos, encontra consonância com a situação de muitas mulheres pertencentes às classes populares. Conforme indicou estudo recente (LOPES DE ARAUJO; FALCÃO CASACA, 2021), os domicílios monoparentais femininos são mais vulneráveis à pobreza por apresentarem menores rendimentos disponíveis ao suporte das despesas, pois frequentemente não contam com o apoio dos progenitores das crianças, o que agrava o fenômeno da feminização da pobreza, comprometendo, também, a mobilidade social dos/a filhos/a. Também se soma a isso a tendência histórica de concentração das mulheres em setores, profissões e cargos com os menores salários, menores chances de progressão na carreira e contratos temporários mais precários.

No país, os domicílios monoparentais femininos tiveram crescimento considerável entre 1995 e 2015, chegando a 40,5% do total de domicílios registrados em 2015. Em 2019, as responsáveis não-casadas receberam, em média, apenas 80% dos rendimentos de mulheres responsáveis com cônjuge e 66% do rendimento recebido por homens na mesma situação. Ainda segundo as autoras, Clareana Lopes de Araújo e Sara Falcão Casaca, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho é crescente e alcançou 52,7% em 2019, porém ainda é bastante inferior à masculina, que no mesmo período chegou a 71,5%. Por outro lado, os domicílios monoparentais femininos também apresentam aspectos positivos, associados a uma maior autonomia e emancipação feminina e à percepção de maior tranquilidade e estabilidade no lar.

Assim, determinada literatura sobre o tema também é categórica em afirmar a existência da dupla carga para mães que trabalham. Uma pesquisa realizada com mais de 700 famílias de baixa renda em São Paulo, mostrou que os impactos trabalho-

família são desproporcionais para as mães, em especial as não casadas, cuja participação no mercado de trabalho depende diretamente de outros arranjos para o cuidado com os/a filhos/a (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017). O estudo também revelou que, em geral, a presença de crianças no domicílio reduz a inatividade de trabalho para homens, com impacto positivo sobre suas respectivas carreiras, mas aumenta a inatividade para as mulheres, colocando sérios obstáculos à suas vidas profissionais.

As chances de trabalho das mães não casadas mais pobres também são afetadas e mulheres de alta renda, assim como os homens de baixa renda, têm o dobro de chance de estarem empregados do que mães com baixa renda que, por sua vez, também são menos escolarizadas e gastam mais horas com estudo do que as casadas, algo que aumenta o drama da jornada diária para as mulheres e diminui o tempo geral gasto com os/a filhos/a. Ou seja, as mães não casadas se veem na difícil situação de ter que voltar à escola, conciliando trabalho no mercado e cuidado com os/a filhos/a. O estudo também apontou que a vulnerabilidade social dessas mulheres faz com que as mães não casadas tendam a se sujeitar a contratos de trabalho mais precários e empregos de menor qualidade do que as casadas. Elas têm o desafio de liderar uma família com menor renda, têm maior necessidade de trabalho no mercado e são, também, dependentes de outras instâncias de arranjos para o cuidado com os/a filhos/a, formais e informais.

Embora os números apontem que nos últimos anos o envolvimento dos pais nos cuidados dos/a filhos/a tenha aumentado significativamente, especialmente quando as esposas trabalham fora, as mães continuam como as maiores responsáveis por cuidar das crianças. Além disso, entre os pais que gastam mais tempo com os/a filhos/a, isso se dá por conta mais de preferência pessoal que por motivos de responsabilidade parental. As mães não casadas de baixa renda, sem acesso a instituições gratuitas ou acessíveis, recorrem a arranjos informais para cuidar dos/a filhos/a, ajuda que vem, na maior na parte, de outras mulheres, e sem a qual, provavelmente, o envolvimento delas no mercado de trabalho ou na escolarização estaria comprometido. Dessa forma, não é de se espantar que os grupos focais com

mulheres apontaram que o cuidado com a família é a categoria principal nas falas, enquanto o trabalho era a questão preponderante nos grupos dos homens.

Mais ainda, mostraram também que há o entendimento entre os homens que a responsabilidade pelo cuidado das crianças é da mãe, cabendo ao pai apenas o auxílio. Esse estudo também apontou grandes disparidades nas relações de trabalho entre gêneros. As mães não casadas sofrem alterações negativas quanto ao emprego, enquanto para os homens a paternidade está associada à ideia de responsabilidade e pode trazer bons frutos na carreira. As mulheres da pesquisa mencionaram ainda discriminação dos empregadores por conta da responsabilidade com filhos/a pequenos/a, o que pode explicar, em parte, a taxa mais elevada de desemprego nessa população específica.

Por fim, a falta de creches e pré-escolas públicas ou de baixo custo tem impacto direto na decisão das mães de participar ou não do mercado de trabalho, o que implica também consequências sobre as condições materiais da família. Uma família com apenas uma renda tem maior probabilidade de ser pobre do que uma composta por duas rendas e, em geral, as famílias chefiadas por mulheres não casadas enfrentam os maiores desafios quanto à segurança socioeconômica, pois necessitam gerar renda e, ao mesmo tempo, cuidar dos/a filhos/a, o que suscita mais efeitos negativos em termos de estresse e qualidade de vida para as mães do que para os pais. (MADALOZZO; BLOFIELD, 2017)

Dentro desse quadro geral, é possível compreender a relevância do bairro operário e da creche nas trajetórias tanto de Lorena, quanto de Isadora. Cada uma a seu modo, tendo o cuidado dos/a filhos/a e a (re)construção da vida, da própria autonomia e de uma nova noção de si mesmas, eles serviram de estratégias e instrumentos para viabilizar a segurança de que elas precisaram e buscaram. No caso de Lorena, depois da vaga no bairro e do acesso a sua estrutura, também houve o retorno à escola, como foi dito. Cursos profissionalizantes, feitos após a estabilidade do segundo

casamento⁶¹, também lhe permitiram compor um currículo para postos que, em geral, não estão disponíveis aos/a operários/a, especialmente aos de baixa escolaridade, como Isadora, cuja estagnação na carreira costuma coincidir com poucos anos de educação formal.

Como foi dito até aqui, o bairro operário e os recursos que ele proporciona são tomados, sobretudo, como estratégia econômica e de proteção social para pessoas oriundas das camadas de baixa renda, em geral em processo de migração, aliviarem as tensões sobre suas parcas rendas. São tímidas alavancas que combinadas a determinadas práticas e reconfigurações servem como forma de efetivamente melhorar de vida e impulsionar a mobilidade social ascendente a médio e longo prazo.

Nesse sentido, as casas simples e baratas são tomadas como instrumento de estabilização econômica, da mesma forma que são constituídas pelas pessoas como *locus* de construção de trajetórias e identidades, ante um passado de quase indiferenciação social, provada por situações de pobreza ainda piores. A despeito da crueza das casas, o deslocamento para o bairro marca também uma grande virada nas condições urbanas dos migrantes recentes, posto que, além do aspecto estético de bairro verde, zelado, ainda existem recursos essenciais como saúde e educação pública à disposição dos/a moradores/a. Isso é relevante pois a etapa anterior, em geral, em termos de espaço e moradia, foi marcada pela proximidade dos parentes que contribuíram para a migração, muitas vezes em casas compartilhadas, pequenas e improvisadas, em bairros periféricos, não menos precários.

As redes e as relações de parentesco que se formam para viabilizar a mobilidade e o projeto de melhoria de vida serão tema da segunda parte dessa pesquisa, por hora, resta discutir um último aspecto que diz respeito ao processo de construção de si dessas pessoas a partir do deslocamento espacial e da apropriação do bairro: o lugar da religião nas trajetórias situadas nas camadas de baixa renda.

⁶¹ De acordo com Lorena, o segundo companheiro é exatamente o oposto do primeiro em termos de disposição para o trabalho. Se, no relacionamento anterior, o jovem era incapaz de manter-se empregado, o atual companheiro sustenta dois trabalhos: é vigilante e guarda municipal.

2.5 O lugar da fé e da religião no projeto de melhoria de vida: a evangélica Lorena e a pastora Leninha.

O deslocamento espacial coloca o grande desafio da integração ao novo círculo social, o que em algumas trajetórias é fundamental, especialmente entre aquelas em maior situação de vulnerabilidade. A inserção em uma nova rede pode significar uma grande fonte de apoio, por exemplo, em momentos de crise financeira e desemprego, além dos aspectos relacionais que proporciona, que interferem nos processos de formação da identidade no interior dos grupos sociais básicos. Nesse sentido, vêm emergindo, nas periferias dos grandes centros urbanos no Brasil, instituições religiosas que cruzam apoio espiritual, discursos de valorização da pessoa em consonância com a sociabilidade neoliberal contemporânea e proteção social – e as quais certos pesquisadores/a (ALMEIDA, 2008, 2011; DE ALMEIDA; D’ANDREA; DE LUCCA, 2008; LIMA, 2007; TEIXEIRA, 2018) atribuem seu sucesso em penetração nas camadas populares (para além da orientação espiritual e vivência da fé) ao papel integrador ao novo círculo social, a rede de proteção social formada pelos vínculos próximos – entendidos e vividos como verdadeiras intervenções divinas em suas vidas – e pela sintonia que apresentam com os valores em voga do neoliberalismo.

O avanço dos grupos pentecostais nas classes populares é notório também no contexto dessa pesquisa. Existe uma forte rede de evangélicos/a que atuam entre os/a operários/a, com reuniões e sessões de orações periódicas na capela ecumênica no interior da fábrica, e uma articulação para além desses encontros, fora da fábrica. Além disso, muitos dos indivíduos que constituem a rede são de denominações distintas⁶². Aliás, eles são o único grupo religioso efetivamente ativo entre os/a operários/a na fábrica e no bairro. “Competem” com os/a católicos/a somente com os grupos de orações que se formam com as novenas de proximidade do Natal. Esses últimos, em geral, limitam-se à missa aos domingos, mantendo-se longe de outras

⁶² A grande articuladora da rede é uma das supervisoras da produção, chamada Yeda. Ela atua efetivamente fazendo pontes entre o grupo e a empresa, em grande medida viabilizando estrutura e espaço ao grupo ou intercedendo na empresa por algum/a “irmão/a” em dificuldades econômicas.

atividades rotineiras de suas comunidades. Não encontrei pertencentes a outras denominações que não evangélicas neopentecostais e católicos/a.

A antropologia interpretativista de Clifford Geertz, de inspiração weberiana, postula que a religião interessa no campo da ação prática. É a nível da ação concreta dos agentes sociais que o fenômeno religioso deve ser observado; importa saber os impactos sobre os aspectos psicológico e social nas ações dos sujeitos orientadas segundo suas respectivas crenças. Elas permitem às pessoas passar ritualmente do arcabouço de concepções religiosas para a vida prática procurando nelas, em diferentes níveis, mudanças práticas da ordem do comportamento. "À medida que o homem muda, muda também o mundo do senso comum, pois ele é visto agora como uma forma parcial de uma realidade ampla que o corrige e o completa." (GEERTZ, 2008, p. 89). Assim, as pessoas acabam por se comportar em função daquilo que experimentaram. Nesse sentido, as religiões servem tanto aos grupos quanto aos indivíduos como modelos "de" e "para" a realidade. Elas não são, contudo, apenas intérpretes dos processos sociais e psicológicos em termos cósmicos, não funcionam apenas como "gabaritos" para as relações sociais, mas também as modelam constantemente por meio do comportamento de seus membros. É nesse sentido, enquanto *práxis*, que o comportamento religioso das pessoas interessa a essa pesquisa.

Por algum motivo, o projeto original do CM não abrigou espaço para igrejas ou comunidades religiosas. Contudo, encontros de caráter religioso, a despeito da proibição explícita no "Manual Deveres do Morador", são intensos e constantes nas residências, especialmente entre evangélicos, que também costumam recorrer às igrejas no bairro vizinho, especialmente a grande Assembleia de Deus logo na divisa entre os bairros. Rituais e orações são frequentes nos momentos formais e nos eventos festivos institucionais. Das seis principais trajetórias elencadas para o diálogo, apenas três pessoas tinham a prática individual e familiar mais intimamente ligada à fé e à vivência da religião. Um dos três em muito menor nível que as demais: Doca, que aparece adiante. Católico, ele frequenta com sua família a paróquia do bairro em que moram. Contudo, a religião assume papel mais relevante nas trajetórias das mulheres que mais foram expostas a situações de vulnerabilidade social.

Apresento, a seguir, por meio de narrativa biográfica, a trajetória de Dona Leninha, que encontrou, em sua religião e nos compromissos da comunidade que lidera ao lado de seu esposo, consolo e apoio para os graves problemas pelos quais atravessou e atravessa. Procuro também, estabelecer uma conexão com o lugar da religião para Lorena, já que os grupos pelos quais ela passou e frequenta apresentam grandes distinções da vertente neopentecostal de Dona Leninha.

Leninha nasceu em Balsas no Estado do Maranhão no ano de 1963, mas passou a maior parte da vida em cidades de Tocantins até migrar para Aparecida de Goiânia já adulta, aos quarenta e quatro anos de idade. Parda, de baixa estatura e sorriso generoso, é mãe de um casal de filhos que hoje já passam dos trinta. O filho mais velho casou-se cedo e a mais jovem, hoje casada, foi a única a acompanhar os pais na migração. Passou a infância e juventude em Itacajá, a cerca de 280 quilômetros de distância da capital tocaninense, Palmas, e a quase 1.100 quilômetros de sua atual residência, em Aparecida de Goiânia. Na região da cidade de origem, a interlocutora viveu de 1963 a 1990. Ela é a quarta de seis irmãos/a (quatro mulheres e dois homens). Seus pais possuíam uma propriedade rural próximo ao município, fonte de quase toda a renda da família e uma residência na parte urbana. Assim, a família se dividia entre a cidade nos períodos de escola e a fazenda nos demais. Seus pais não concluíram as séries primárias, mas todos/a os/a filhos/a terminaram a educação básica e três irmãos fizeram curso superior e uma concluiu mestrado.

Em 1982, aos dezenove anos, ela se casou na cidade de Presidente Kennedy, na mesma região, onde também residiu por uma temporada. Em 1984, quando terminou o ensino básico, foi mãe pela primeira vez e, três anos depois, em 1987, nasceu a filha caçula, ambas em Itacajá. Entre 1981 e 1984, Leninha cursou contabilidade, em modalidade de Ensino Médio, em sua cidade natal. No ano seguinte, em 1985, após terminar os estudos da educação básica, foi contratada como professora em regime de contrato temporário pelo Estado de Goiás, para lecionar na zona rural de Itacajá.

A primeira experiência de trabalho formal foi marcante. Embora tivesse sido contratada como a única professora da região, não havia escola. Assim, com ajuda do companheiro, dos/a futuros/a alunos/a, pais e mães, levantaram uma sala de aula

na fazenda Campeira, próxima a Itacajá. Ali, a interlocutora permaneceu trabalhando por quatro anos, até 1989, quando o contrato chegou ao fim e não foi renovado.

Quando foi em 1991, já tinha surgido Palmas, daí eu fui para Palmas. Fiquei em Itacajá de 1973 a 1991. Em 1991 fomos para Palmas, meu pai conseguiu uma chácara do prefeito, primo do meu pai. Como eu era professora e trabalhava em Itacajá como professora, meu pai me levou para Palmas com a minha irmã. O prefeito arrumou uma escola para eu lecionar, ficamos lá de 1991 até 1994. Em 1994 ela [a irmã] foi para o povoado de Canela. Eu fiquei lecionando em Palmas de 1991 a 2002. Em 2002 eu parei de lecionar e fiquei desempregada, acabou o contrato. Fomos embora para Recursolândia, fiquei lá de 2002 a 2004 [também sem emprego]. Voltei para Palmas, porque tínhamos uma casa lá, em 2007 meu esposo ficou desempregado e [...] daí viemos para Aparecida de Goiânia. Quando ele ficou desempregado ele disse que nós íamos embora para Goiás. Eu, ele e minha família. Quando chegamos aqui, ele começou a trabalhar de motorista, minha filha demorou 20 dias para arrumar um serviço e eu continuei desempregada. Fiquei desempregada até 2012. (LENINHA, entrevista, 2019)

Em Aparecida, a interlocutora e sua família se alocaram no bairro dos familiares do companheiro. No novo contexto, Leninha seguiu desempregada por muito tempo. Passaram-se ainda alguns anos, lidando com o silêncio dos currículos distribuídos e com as frustrações dos processos e das entrevistas malsucedidos. Para piorar, o casamento terminou logo no primeiro ano da migração e, em seguida, ela enfrentou a perda de sua mãe. Assim, a partir de 2007 ela foi acometida de um grave estado depressivo. Insônia, ataques de pânico, crises de ansiedade e choro começaram a fazer parte de seu cotidiano. Com o auxílio da filha, procurou por ajuda especializada na rede pública e começou o tratamento com calmantes e antidepressivos por volta de 2008. Tudo isso tendo como pano de fundo uma grave crise financeira pessoal. Com os problemas de saúde, os bicos com faxinas também ficaram comprometidos e quase toda sua renda passou a ser de doações e ajudas de familiares e terceiros.

No ano de 2009, apareceu a primeira oportunidade de trabalho formal desde 1999 e o trabalho como professora em Canelas. Através de um processo seletivo, a interlocutora foi contratada pela Secretaria Municipal de Saúde como “agente sanitário de saúde”, trabalhando no combate urbano a doenças endêmicas, especialmente à dengue, com remuneração de um salário-mínimo, acrescido de vale transporte. A experiência, contudo, não foi para frente. A depressão estava em fase avançada e,

somada aos efeitos colaterais dos medicamentos e ao grande esforço físico da jornada de trabalho diária em que precisava caminhar quilômetros e quilômetros todos os dias, inviabilizou a oportunidade de trabalho. As vertigens, a sonolência e a dificuldade de locomoção que lhe afligiam tornaram o trabalho fora de casa algo potencialmente perigoso e ela precisou pedir demissão.

No ano seguinte, em 2010, Leninha teve outra experiência de trabalho registrado. Um supermercado da região em que morava no período a contratou como “ajudante geral”, com remuneração de um salário-mínimo, acrescido de vale alimentação. Ela permaneceu nesse emprego por apenas alguns meses. A aparente lentidão na execução das atividades do comércio em contraste com os demais assistentes, jovens em idade de início de carreira, pesou para que os patrões dispensassem seus serviços ao final do período de experiência. A demissão foi outro duro golpe pessoal à Leninha, e seu quadro de saúde se agravou ainda mais.

Em 2010 comecei [a] trabalhar no supermercado, o meu casamento já tinha terminado eu não tinha cabeça pra nada aí veio a primeira crise de choro, insônia, preocupação [...]. Na minha família tem irmã, sobrinho, tias que têm depressão. Em mim, eu acredito que foi o sofrimento mesmo de vida financeira, casamento, perdas de entes queridos, muito sofrimento mesmo no cotidiano. (LENINHA, entrevista, 2019)

É nesse contexto que a nova religião se aproxima de sua vida: “Foi em junho de 2010 que me reconciliei com Jesus na igreja Assembleia de Deus”. A religião trouxe conforto e ajuda para atravessar mais algum tempo de desemprego, até a vaga na produção da fábrica GSA em 2013:

Eu enviava currículo e nada. Minha filha trabalhava no *Country Club* [na BR-153], e disse que havia uma empresa que poderia me contratar, mesmo por causa da idade, porque eu tinha mais de quarenta e cinco anos. Minha filha disse que ia levar meu currículo para a GSA, e a GSA ficava na BR [-153], daí ela levou. Fiz a entrevista e me contrataram, já tem cinco anos e oito meses que trabalho lá. (LENINHA, entrevista, 2019)

Na empresa, logo conseguiu uma vaga para o CM, onde residiu por quatro anos. Com a nova religião, ela passou a frequentar a igreja Assembleia de Deus no bairro vizinho ao conjunto operário. Ao novo círculo social, seguiu-se o atual matrimônio. O companheiro foi apresentado por seu pastor e, embora o pretendente fosse da mesma

denominação, vivia em outra cidade no interior de Goiás, de maneira que o relacionamento a princípio foi a distância, até que se casaram e ele se juntou à família no CM.

Ela ainda não está totalmente curada da depressão, e nos últimos anos a rotina repetitiva e cíclica da produção lhe causou “lesão por esforço repetitivo” (LER) em um ponto diferente de cada braço, o que é fonte de fortes e constantes dores e a fez perder a estabilidade de uma das mãos e um dos braços. Por necessidade, ela segue trabalhando em outras atividades da produção, afastando-se, periodicamente, nos momentos de maiores inflamações das lesões. Para a LER, não existem tratamentos senão paliativos, alguns bastante agressivos. Além disso, há uma forte medicação para os sintomas da depressão. Aliás, os momentos longe do trabalho são os de maior depressão. São esses também os contextos de maior engajamento nas atividades espirituais e comunitária de sua comunidade religiosa. Ela e o esposo são atualmente os pastores de uma pequena Assembleia de Deus num bairro periférico de Aparecida. O papel que a religião desempenha na trajetória de Leninha (e de maneira geral, na vida de muitos/a operários/a), parece aproximar-se com o que certa literatura mostra sobre o crescimento das denominações neopentecostais e com o surgimento de uma espiritualidade própria que atravessa todas elas, apesar da grande diversidade interna desses novos seguimentos da sociedade brasileira.

Segundo Ronaldo Almeida (2011), o seguimento evangélico vem crescendo em números de adeptos desde a década de 1970, com números cada vez maiores a partir da década de 1990. Proporcionalmente, é a denominação religiosa que mais cresceu entre as camadas populares no país. Os evangélicos possuem um forte apelo nas regiões de pobreza e entre migrantes rurais, em grande parte pelo seu caráter integrador ao novo contexto e pelo discurso de valorização da pessoa e, principalmente, pela ajuda mútua que esses laços construídos entorno de um código religioso proporcionam.

Assim, a ajuda entre “irmãos de fé” se diferencia substancialmente da filantropia de católicos e kardecistas aos pobres, pois produz um efeito de proteção social no interior do próprio grupo. Entre os evangélicos da periferia, os laços são adensados de

maneira ainda mais intensa do que entre das camadas médias, pois os irmãos de fé devem procurar seus cônjuges no interior da comunidade e possuem também a obrigação de evangelizar os demais parentes. Ou seja, uma rede de parentesco é sobreposta aos vínculos religiosos e pode, também, se estender para relações de trabalho e solidariedade. Como ressalta Almeida, é a pobreza pensada também em termos de integração social e a religião como um tipo de resposta ativa à condição de pobreza. As religiões evangélicas são, portanto, capazes de produzir uma integração social mais significativa (dimensão fundamental a pessoas em situação de vulnerabilidade social), entendida e vivida pelo fiel como ação divina.

Os evangélicos, porém, não são um grupo homogêneo. Almeida aponta ao menos duas grandes diferenciações entre eles. Leninha, por exemplo, faz parte da Assembleia de Deus, uma denominação considerada mais tradicional. Fundada no início do Século XX em Belém do Pará, é classificada por Almeida como pertencente a um pentecostalismo clássico – que também engloba outras igrejas como a Congregação Cristã e Deus é Amor –, em que os laços tendem a ser mais comunitários, num tipo de associativismo mais congregacional. Nesse grupo, a rede de apoio se entrelaça aos vínculos religiosos de maneira mais profunda. O indivíduo encontra nessas redes importantes pontos de apoio para o enfrentamento das suas precariedades materiais e, da mesma forma, a pessoa migrante tem sua integração ao novo contexto intermediada pelos/a novos/a irmãos/a. Esse tipo de associação, no entanto, tende a alavancar menos a mobilidade social do sujeito, pois repete a redundância dos laços, na medida em que uma rede de parentesco é sobreposta aos vínculos religiosos.

Nos anos 1990 ganharam visibilidade outros grupos de evangélicos, também com grande apelo entre as camadas pobres – os evangélicos neopentecostais. Esses se diferenciam substancialmente do pentecostalismo clássico, com um discurso alinhado às mudanças do capitalismo contemporâneo e foco no progresso econômico com a teologia da prosperidade e bastante estímulo ao empreendedorismo individual e, com isso, à informalidade, em consonância com os tempos atuais, de cada vez menos trabalho formal. Nesse grupo, há um maior trânsito de indivíduos entre instituições, e seu efeito de rede produz menos proteção social. Por outro lado, alarga a rede de

contatos dos sujeitos, aumentando a possibilidade de oportunidades, o que pode gerar maior mobilidade econômica entre os fiéis desse segundo grupo. (ALMEIDA, 2011)

É o caso de Lorena, que evita deliberadamente ser identificada com uma comunidade específica e também, alegando falta de tempo e responsabilidade com os/a filhos/a, se mantém longe das atividades que não sejam os cultos⁶³, ao mesmo tempo que se vale de um vocabulário próprio dos grupos neopentecostais. Seu propósito com as religiões parece ser sua relação própria com a fé (a espiritualidade neopentecostal) e com o que ela proporcionou e vem proporcionando em sua trajetória. Nesse sentido, ela é aberta a todas as religiões evangélicas que lhe apresentem essa narrativa. A igreja que “congrega” atualmente, no seu bairro, além de ser perto de casa, passou a ser frequentada por conta da insistência de seus vizinhos de rua, que são também os pastores da comunidade.

A consonância dos movimentos neopentecostais com valores do neoliberalismo, conforme Gabriel H. B. de Antonio e Milton Lahuerta (2014), corrói a esfera pública democrática. Para eles, o neopentecostalismo oferece um sentido pragmático/existencial a um conjunto historicamente marginalizado e frouxamente articulado às instituições políticas democráticas no Brasil. Os autores consideram esses grupos uma matriz moral e religiosa que preenche os vazios deixados pela proteção do Estado e pela escassa experiência de organização política das classes subalternas, com um discurso e *práxis* que valorizam o pior do individualismo cultural do mundo contemporâneo e fazem isso mobilizando uma semântica em que predomina o indivíduo privatista, sequioso de prosperidade, confiança, afeto e controle existencial. Para esses autores, uma lógica que compromete a construção democrática da sociedade, uma vez que o país está preso à condição de “modernidade periférica”, isto é, aos elementos deletérios das transformações inseridas no bojo da modernidade, o que torna a solução dos problemas sociais da

⁶³ A exceção são os retiros espirituais para casais, que ela procura participar com frequência anual e que já realizou por diversas denominações diferentes.

ordem das iniciativas particulares, ou do "salvacionismo-religioso", e não da organização política e do fortalecimento das instituições e dos valores democráticos.

Na análise de Almeida (2008), que parte de uma perspectiva etnográfica, o próprio fenômeno do trânsito religioso que permitiu a aparição de uma identidade evangélica-neopentecostal nos últimos anos no Brasil não permite esse tipo de conclusão apontada por Antonio e Lahuerta, posto que se trata do aparecimento de uma religiosidade que transcende instituições religiosas e sociais e que se caracteriza pela maneira plástica com que adapta sua semântica às necessidades práticas dos indivíduos e em sintonia com as mudanças do mundo contemporâneo, especialmente por meio de forte presença na mídia. Seria, portanto, próprio do trânsito que permitiu o aparecimento dessa religiosidade absorver práticas, elementos, símbolos e outros elementos de diversas instituições e também do mundo social, o que garantiria um certo sincronismo inter-religioso e cultural. A espiritualidade evangélica contemporânea, para o autor, absorve, assim, elementos até de outras matrizes de religiosidade, como kardecistas, católicos ou mesmo de religiões de matriz africana⁶⁴, formando uma identidade evangélica-neopentecostal que ultrapassa as instituições evangélicas-pentecostais.

Outro grupo bastante específico colocado frequentemente entre os neopentecostais é a Igreja Universal do Reino de Deus, uma denominação que possui uma estrutura e presença pública que se difere das demais. Pesquisas (LIMA, 2007; TEIXEIRA, 2018) mostram que esta denominação alcança a uma parcela ainda mais pobre da sociedade: trabalhadores/a precarizados/a e subempregados/a que buscam na religião a solução para seu grande sonho de enriquecer, isto é, ter mobilidade social ascendente. Essas pessoas encontram do outro lado, em cerimônias religiosas institucionais, um discurso afinado com o capitalismo e os valores do mercado. A denominação é uma das grandes, embora não única, impulsionadoras da chamada “pedagogia da prosperidade”.

⁶⁴ Segundo Almeida (2008), a partir da ideia de que “Deus é tudo”, portanto é único e presente em todas as religiões.

Para Jacqueline Moraes Teixeira (2018), a pedagogia da prosperidade pode ser entendida como um regime de discurso, em sentido foucaultiano, de produção de subjetividades que opera especialmente, mas não de maneira única, através do poder pastoral. Pedagogia que, no caso da Universal, longe de ter como objetivo a construção de sujeitos religiosos circunscritos ao templo, visa mais do que impulsionar a mobilidade social das pessoas, pois atua efetivamente produzindo identidades civis para agir no mundo civil e performatizar⁶⁵ uma identidade baseada em valores como a prosperidade e a felicidade conjugal heterossexual tradicional; símbolos incontestáveis da filiação do indivíduo na herança de Deus. O regime de produção de sujeitos, dessa forma, conclama o fiel a afastar-se do sofrimento, a assumir determinadas práticas e valorização de si e performar um relato público como sujeito político da prosperidade. (TEIXEIRA, 2018)

Parte do sucesso em arregimentação de público da Universal (e denominações aparentadas) está na simbiose que se procura estabelecer com o neoliberalismo. Para Christian Dardot e Pierre Laval (2016), esse é um regime que ultrapassou as barreiras da ideologia e da política econômica, estendendo seu *modus operandi* a quase todos os aspectos da vida social e influenciando, enquanto sistema normativo, o mundo inteiro; é ele mesmo uma lógica normativa global. O neoliberalismo remodela as identidades e produz certos tipos de relações sociais, maneiras de viver e

⁶⁵ Teixeira utiliza o conceito de “performance” a partir de Butler e em contraposição ao *habitus* de Bourdieu: “o *habitus* é produzido enquanto movimento de interiorização da exterioridade. Já o conceito de performatividade é pensado apenas enquanto exterioridade, pois mesmo a subjetividade só existe enquanto exterioridade de nomeações e sentidos que são atribuídos pelos próprios sujeitos na cena da interação”. (TEIXEIRA, 2018, p. 26) Para Clara Mafra, boa parte da postura conservadora em relação aos direitos individuais dos evangélicos no Brasil contemporâneo, possui relação com a má recepção das teorias desconstrutivistas, em especial as categorias de performance e paródia de Butler. Partindo do preceito do que os gêneros são/podem ser performados, a pensadora equipara-os à oscilação entre eles à paródia. Mafra, no entanto, sublinha que “enquanto alguns modos de constituição de gênero podem se realizar como contestação a um original, outros se realizam precisamente por uma performatização da relação com o original. Católicos e pentecostais [...] não pretendem se colocar como ‘autores’ originais do gênero que vieram a constituir, e preferem se reconhecer como ‘testemunhas’ da palavra bíblica e ‘imitadores’ de Cristo. Em especial, o dualismo processual pentecostal e carismático se realiza em relação a uma promessa futura. Enquanto na busca do gênero como paródia, a performance de gênero se faz em uma remissão aberta e sem controle a uma multiplicidade de fontes, o percurso da constituição de gênero entre os pentecostais só será pentecostal se submetido a um efeito de controle a partir de uma fonte (a palavra bíblica articulada a partir de uma determinada cosmologia).” (MAFRA, 2012, p. 145)

subjetividades pautadas pelas concorrências interindividuais, definindo comportamentos e relações. Revela-se como totalização, com o poder de integrar todas as dimensões da existência humana.

É uma racionalidade própria desses tempos: determina um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência. Configura ainda o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada do Estado ao mais íntimo da subjetividade dos sujeitos; é o regime disponível às sociedades que seguem o caminho da "modernidade". Ainda que o neoliberalismo assuma uma face bastante peculiar em economias periféricas como a do Brasil, o interessante é notar o quanto determinada parcela das classes populares procuram uma verdadeira integração com o mundo por meio dos símbolos desse regime identificado com a prosperidade econômica e social. Tal perspectiva autoriza a inclusão da sociedade brasileira entre as sociedades neoliberais das quais falam os autores. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Outro trabalho interessante sobre os grupos evangélicos entre as camadas de baixa renda, com recorte na Universal, defende que o crescimento no número de fiéis dessa vertente se explica pela articulação dos símbolos usados em sua mensagem pastoral com os princípios econômicos modernos que passaram a fornecer sentido às relações sociais, sobretudo no mundo do trabalho e no Brasil de maneira crescente nas últimas décadas (LIMA, 2007). Na igreja, "mudança de vida" e "êxito financeiro" são palavras-chave na cosmologia mobilizada que, em termos gerais, liberta os fiéis das exigências ascéticas determinadas pelo protestantismo histórico; não apenas legitima, como estimula uma vida aqui e agora de plenitude.

Para Diana Nogueira de O. Lima, usando essa estratégia, a igreja chega a pessoas que estão na base da pirâmide social brasileira

Esses sujeitos sociais não têm normalmente acesso a escolas de *business*, não estão inseridos nas grandes empresas ou, se estão, não ocupam posições passíveis de participação nos lucros, não têm investimentos ou coisa que o valha. Mas são atingidos pelos meios de comunicação e, portanto, integram o circuito social de difusão e discussão dos elementos mais abrangentes da ideologia individualista bem como dos significados hedonistas específicos que constituem esse *ethos* econômico que equaciona linearmente "trabalho" e

“sucesso”, insistentemente sublinhado pela palavra contemporânea hegemônica. (LIMA, 2007, p. 17)

Dessa perspectiva, os crentes estão destinados a serem prósperos, saudáveis, felizes e vitoriosos em seus empreendimentos terrenos. Contribuindo para a "Obra de Deus" por meio de doações e do dízimo, em contrapartida, eles/a têm o direito de se sentirem sócios de Deus. Entre eles/a, a ideia de prosperar com Deus não é uma súplica, mas uma reivindicação a um direito. É a pobreza combatida em termos espirituais. A precariedade material é o mal, ação do Demônio, e o apartamento do mundo, isto é, a direção do comportamento dentro do que a doutrina espera, é concebida como solução para a pobreza. A Universal possui toda uma estrutura direcionada a atender e orientar pessoas que querem se enveredar pelo empreendedorismo, com cultos, reuniões e palestras que mobilizam termos da mesma semântica do mercado, com elementos associados ao individualismo moderno. Na doutrina compartilhada, no mundo moderno, feito de homens e mulheres livres e iguais, cabe a cada um/a empreender o seu destino social. (LIMA, 2007).

Falar dos grupos evangélicos no Brasil contemporâneo me pareceu importante, na medida em que eles configuraram de fato grande impacto na trajetória das operárias do recorte da pesquisa, bem como formam quase a única rede de atuação efetiva entre os/a trabalhadores/a na fábrica ou no bairro. Tendo em vista que nenhuma delas possuía origem protestante em seus lugares de partida e a conversão se dá já nos bairros de Aparecida, esses grupos com suas práticas e discursos estão inseridos nas transformações a partir do local pelo qual passam as trajetórias. Tomando as orientações e o apoio que recebem nos momentos de penúria como intervenção divina, essas mulheres, assim como grande parte das classes populares contemporâneas, buscam nesses grupos religiosos, e em suas práticas e discursos, ferramentas ativas de superação da pobreza, construção e valorização de si, conforto e apoio para crises pessoais cujo pano de fundo, muitas vezes, é justamente a posição social.

2.6 Conclusões

Neste capítulo, o esforço foi por acompanhar as trajetórias da pesquisa em sua “fuga para o capitalismo” (MARTINS, 2018). Se o país encontra-se em pleno processo de desdobramento do regime neoliberal (CARDOSO, 2008a, 2019; CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017; MÜLLER, 2009; POCHMANN, 2020; TEIXEIRA, 2018)⁶⁶, enquanto racionalidade social (DARDOT; LAVAL, 2016), onde os processos de individuação passam – certamente não de maneira única – largamente pela esfera do consumo e da apropriação dos modos de vida propriamente urbanos/modernos, argumento que essas trajetórias são propriamente trajetórias neoliberais. E, nesse sentido, são próprias de um tempo/regime específico, em que aquilo que poderia ser compreendido como um precário Estado de Bem-Estar Social não se concretiza diretamente por iniciativas do Estado (como na Europa do pós-guerra), mas de injunções pontuais entre as mediações e ações de construção e fixação de força de trabalho própria de um grupo empresarial brasileiro – que não podem deixar de ser compreendidas como dispositivos de poder e subjetivação – e determinadas subjetividades que, no esforço de aderir ao regime próprio de seu tempo e com isso ascender a uma esfera compreendida como mais justa, acabam por representar, de maneira modal (BOURDIEU, 2007; TRIGO, 1998), a fluidez social histórica própria das camadas populares do país (CARDOSO, 2008a, 2019; CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017) – ou o que Duarte esboçou como um tipo de ímpeto próprio de mobilidade entre os grupos populares brasileiros, isto é, a necessidade de “ter de mudar de lugar de algum modo, mesmo que não seja para mais acima na escala social.”(DUARTE, 2011, p. 154). Nesse sentido, para um país que nunca teve um Estado de Bem-Estar Social genuíno – e que é marcado por brutais iniquidades sociais –, os tímidos recursos colocados à disposição dos/a operários/a na fábrica e no conjunto habitacional significam verdadeiramente um privilégio, que se configura

⁶⁶ Muito embora para Cardoso, os governos petistas tenham apresentado determinada ruptura com a lógica neoliberal do ciclo anterior ao recolocar o Estado como ator principal na sociabilidade capitalista nacional, de maneira geral, também foi um regime em que a “ortodoxia macroeconômica neoliberal permaneceu protegida das disputas políticas”. (CARDOSO, 2019, p. 262)

também como uma alavanca importante para o projeto histórico das classes populares de melhoria de vida e que, combinados, dão vazão à construção de subjetividades neoliberais próprias do capitalismo periférico neoliberal brasileiro.

Capítulo 3 | TRABALHO, renda, tempo e família.

3.1 Introdução

Este capítulo pretende discutir como e por que o trabalho nas FM é dimensão constitutiva fundamental na vida dos/a operários/a. Esses migrantes, que prezam pelos valores morais – em grande parte por motivo de sobrevivência – atribuídos ao trabalho, não apenas vendem sua força de trabalho, mas também se engajam em tarefas que verdadeiramente produzem seu mundo, tendo em vista que a produção também é sua morada, o lugar onde se habita e se ganha a vida e que não permite uma atitude apática em relação ao empenho, considerando-se a hostilidade do mundo das máquinas. Dada a posição de classe dessas pessoas, o trabalho no mercado é algo incontornável, assim como outros aspectos da vida, como o cuidado com a família.

Nesse sentido, em algumas trajetórias a questão é como o lidar com o emprego se torna uma ferramenta que sustenta e, ao mesmo tempo, coordena as outras dimensões da vida. Se é o trabalho que dá positividade à condição de trabalhador/a, são também as relações para além dele dimensões incontornáveis de suas humanidades. E disso não abrem mão e vão atrás, nem que a degradação do corpo possa ser um preço. Ganham também destaque nas reflexões tecidas adiante, a renda proporcionada pelo trabalho operário, e a matemática que normalmente é preciso empreender para que a pequena renda se torne, a longo prazo, instrumento que dá previsibilidade aos projetos econômicos.

3.2 O emprego

Fábricas Mabel é a forma popular de se referir a um grupo de fábricas que surgiu no final dos anos 1950 e que se constituiu no ramo de alimentos ao redor da marca de biscoito de mesmo nome – embora produzido por fábricas de proprietários distintos. O biscoito é, deveras, muito popular na região metropolitana de Goiânia e encontrado facilmente, inclusive em versões genéricas em mercearias e supermercados populares, assim como nos grandes atacadistas. As rosquinhas de coco Mabel – no passado, “bolachas Mabel” –, foi o grande sucesso de vendas que impulsionou os empreendimentos da família Scodro. A receita industrial do produto que, segundo os empresários, foi um presente à família de amigos de antepassados, foi uma grande novidade e ganhou mercado junto às classes populares ao longo do tempo. Em períodos de hiperinflação no país, os empreendedores donos da marca inovaram em três aspectos principais que fizeram do produto, em algumas décadas, um dos mais vendidos do Brasil.

Primeiro, misturaram as rosquinhas, em maior proporção, num pacote de 1 quilo, com outras bolachas genéricas, já presentes no mercado, como “maria” e *petit beurre*. Ao lado de produtos mais conhecidos, as rosquinhas, novidade no mercado, eram disputadas por todos/a. O segundo aspecto diz respeito à venda direta ao consumidor. Nos anos de inflação galopante, as FM passaram por momentos de dificuldades em honrar compromissos bancários devido a atrasos de distribuidores ou fornecedores. Dessa forma, como uma maneira de fazer entrar dinheiro vivo no empreendimento, os empresários contrataram peruas para rodarem pelas periferias das cidades alcançadas pelos produtos das fábricas (cidades do interior de Minas Gerais, Goiânia, Ribeirão Preto e, mais tarde, Rio de Janeiro) e vender diretamente ao consumidor/a.

O terceiro grande impulso nos negócios, na fase de consolidação do grupo empresarial, foi a impressão do preço do produto no pacote de rosquinhas (agora já um produto único e consolidado) na própria embalagem. Inicialmente para combater a prática de sobrepreço dos revendedores e distribuidores, acabou por se tornar uma jogada de *marketing* ao congelar os preços, pois ampliou a fidelidade dos consumidores, e possibilitou a abertura de novos mercados à rosquinha e ao grupo

empresarial (PINHO, 2017)⁶⁷. O sucesso de vendas nacionalmente, fez das empresas um dos cinco maiores produtores de alimentos industrializados do país no início da década de 2010, com crescimento e diversificação constante da produção e dos catálogos de marcas a partir do final da década de 1990, com a abertura de seu capital para investidores da bolsa de valores.

Embora tenha capital na bolsa de valores, o grupo é um empreendimento eminentemente familiar desde a sua fundação⁶⁸, e atualmente é liderado pelo empresário e industrial Sandro Mabel, que adotou a marca no próprio nome para se lançar na política nos anos 1990. Ele foi candidato a prefeito da capital goiana com votação expressiva e teve seis mandados como deputado federal desde então⁶⁹. Foi, também, “assessor especial da presidência” durante um curto período no governo de Michel Temer (2016-2018)⁷⁰ e, atualmente, o industrial é presidente da FIEG, a Fundação das Indústrias do Estado de Goiás. Outros membros importantes da família estão em cargos estratégicos ou mesmo na gestão de algumas empresas do grupo. As duas maiores em Aparecida de Goiânia, por exemplo, são geridas diretamente por dois de seus filhos, netos do fundador, o empreendedor Nestore Scodro.

Como dito, as fábricas têm origem com dois irmãos italianos, Nestore e Udélio Scodro, que chegam a São Paulo nos anos 1950 para “empreender”. Os dois foram responsáveis pelas primeiras duas unidades do grupo, a primeira em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, e a segunda em Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais, com distribuidores que cobriam boa parte do Estado de Minas, parte de Goiás e interior de São Paulo. A terceira fábrica foi instalada na região metropolitana da capital goiana devido ao grande mercado de consumidores já consolidado e aos incentivos

⁶⁷ O *slogan* das peças publicitárias dos anos 1980 era justamente “bolachas Mabel, [...] combatendo a inflação.” Ver <https://www.youtube.com/watch?v=dweAqBFt0Qs>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

⁶⁸ Quando perguntado sobre sua trajetória executiva, Sandro Marques Scodro, neto do fundador da marca, hoje proprietário da maior das fábricas atuais sob gestão da família, respondeu: “Meu pai me chamou no escritório para dar um presente [de aniversário pelos 19 anos de idade]. Era a fábrica da Gama”. Cf. <https://legiscenter.jusbrasil.com.br/noticias/3128241/sem-biscoitos-ex-donos-da-mabel-investem-na-gsa>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

⁶⁹ Cf. <https://www.camara.leg.br/deputados/73676/biografia>, Acesso em: 09 de jun. de 2021.

⁷⁰ Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1886879-com-saida-de-sandro-mabel-temer-perde-quarto-assessor-especial.shtml>. Acesso em: 09 de jun. de 2021.

fiscais dos governos locais, que faziam retornar em créditos os investimentos feitos na instalação da fábrica. A partir da terceira unidade das FM, a “segunda geração da família” entra em cena. O mais velho, dessa geração, que ficou responsável pela construção e gerência da unidade de Aparecida de Goiânia, morreu num acidente automobilístico na BR-153 pouco depois da inauguração da nova fábrica. Depois de algumas disputas familiares, as fábricas foram repartidas entre os herdeiros, com independência de gestão entre elas, porém compartilhando a marca e as receitas do grupo. Tempos depois, Sandro Mabel, filho de Nestore, assumiu a direção do grupo e comprou as partes pertencentes aos herdeiros de Udélio, que após a morte do filho no acidente de carro, afastou-se progressivamente de suas obrigações nas fábricas. Até 2011 a família possuía fábricas em cinco Estados do país e vinte e cinco centros de distribuição pelo país (PINHO, 2017).

Todavia, a partir de 2012, para cumprir prerrogativas de mercado assumidas com os investidores externos, a família teve, a contragosto, que se desfazer das marcas mais populares e colocar à venda parte de suas fábricas em Aparecida de Goiânia, que foi adquirida pela gigante estadunidense da área de alimentos “Pepsico”, grupo já proprietário de outras importantes marcas do mercado de alimentos industrializados no país⁷¹. A empresa estrangeira, então, assumiu a operação de parte das fábricas de Aparecida de Goiânia (as maiores e mais importantes) a partir de 2012⁷², enquanto as outras três fábricas não vendidas continuaram sob a gestão da família Scodro em Aparecida.

Hoje, as FM, em Aparecida de Goiânia, estão separadas em dois complexos industriais e divididas em dois grupos formados por empresas com independência entre si. A maior parte das fábricas fica situada no mesmo lugar desde a transferência do grupo do interior de Minas Gerais, nos anos 1980, para o bairro Jardim Paraíso, às margens da rodovia federal BR-153, a menos de dez quilômetros da região central de Aparecida e na saída sul da capital, Goiânia. Com a expansão da produção nos anos

⁷¹ Como “Pepsi”, “Guaraná Antártica”, “Toddy” e “Ruffles”.

⁷² Ver <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,pepsico-paga-entre-r-800-milhoes-e-r-900-milhoes-pelo-mabel,90657e>. Acesso em: 08 de jun. de 2021.

2010, o complexo foi dividido em dois e parte da produção foi deslocada para novas instalações não muito distantes das fábricas originais. Os dois complexos, no entanto, guardam praticamente a mesma distância geográfica do conjunto operário, apenas em direções diferentes.

A venda alterou a vida dos/a operários/a. As famílias trabalhadoras que permaneceram nas fábricas vendidas tiveram seus contratos de aluguéis revistos e os valores reajustados. Além disso, as vagas nas residências, bem como na creche, passaram a ser destinadas apenas aos trabalhadores/a das fábricas sob o controle da família Scodro. Quase ao mesmo tempo, a empresa estrangeira reajustou os salários em 32%, já no início de suas operações. Apesar de muitas famílias terem efetivamente deixado o bairro por conta do reajuste, algumas ainda permanecem no bairro pois os aluguéis na localidade continuaram abaixo da média geral da cidade.

No interior da fábrica, as mudanças foram mais discretas e demoradas. Ainda hoje algumas fábricas da família Scodro estão no mesmo complexo fabril que as da Pepsico e, por vezes, as marcas até coincidem, pois o Moinho de Trigo Mabel – uma fábrica destinada à produção de farinha de trigo, com administração e prédios próprios –, continua com a família proprietária original⁷³. Em outras oportunidades, receitas tradicionais do grupo familiar, como a própria rosquinha de coco, é vendida com outro nome⁷⁴, mas feita com a receita original (vendida à Pepsico junto com o direito da marca). As regras de contratação também por muito tempo permaneceram as mesmas. Nos últimos anos, contudo, a Pepsico vem adotando a escolaridade média completa como requisito mínimo para qualquer trabalho na produção.

⁷³ Nas reuniões em que costumam participar com os operários/a, como nas festividades de fim de ano em que presenciei, os membros da família Scodro fazem frequente menção ao desejo de readquirir novamente as marcas e fábricas. Segundo a versão dos proprietários, quando a Mabel se abriu para o capital externo, foi obrigada a aceitar uma cláusula de mercado conhecida como *drag alone*, que obriga “a parte da sociedade que se recusasse a aceitar uma proposta de venda a adquirir as ações da outra parte pelo valor ofertado pelo mercado. [...] Sandro e Sérgio, juntamente à equipe, concluíram que, embora fosse possível, a aquisição das ações do [sócio] Icatu poderia não ser tão interessante para a Mabel, que deixaria de ser uma empresa moderna e rentável para se tornar uma empresa endividada.” (PINHO, 2017, p. 238)

⁷⁴ São as “Rosquinhas de coco Adorale”, produzidas com a receita original da família Scodro (com arte no pacote que remete facilmente ao produto consolidado pela família e vendido agora pela Pepsico), fabricadas pela fábrica GSA, que ainda se mantém sob o controle do referido grupo familiar.

Quanto à estrutura de não-trabalho interna, apesar de gestões e proprietários diferentes, serviços como o refeitório e o que existe em opções de lazer aos trabalhadores/a continuam os mesmos (ou foram ampliados) e podem ser usufruídos sem distinção entre os oriundos das diferentes fábricas. Essa estrutura se refere aos ambientes pensados para acomodar os chamados “colaboradores/a” da empresa em seus horários de intervalo, especialmente nos períodos mais longos de refeições. Ela é organizada e gerida por uma instituição própria⁷⁵ e conta com uma grande sala de jogos, com opções majoritariamente ligadas ao universo masculino, como mesas de sinuca e futebol, além de jogos de cartas e de tabuleiros, entre outros.

Também há uma pequena biblioteca com livros diversos e acesso à internet. De tempos em tempos, nela são ministrados cursos de informática básica aos/às operários/a interessados/a. Além disso, é possível utilizar o local conhecido como “dormódio”, um espaço aberto e claro, mas relativamente isolado, com colchonetes à disposição para quem deseja ter alguns minutos de sono no seu intervalo. Há ainda uma lanchonete para consumo com desconto em folha, alguns ambientes que lembram praças de *shoppings centers* com bancos e locais para socialização e um grande teatro, utilizado em palestras, eventos e, no cotidiano, para exibição de filmes diversos, especialmente os de apelo mais popular e comercial.

Com mais unidades instaladas em outras regiões do Brasil⁷⁶, as FM ocupam espaço na história e no imaginário da população aparecidense e goianiense devido à grande quantidade de pessoas que empregam e empregaram desde sua instalação. Além de empregarem milhares de operários/a e gerarem outros inúmeros empregos indiretos ou terceirizados, também possuem uma força de trabalho caracterizada pelo alto índice de rotatividade. Tal dado torna a experiência de trabalho (em nível individual, e/ou familiar e/ou de vizinhança) na produção das FM algo bastante frequente entre as pessoas que residem nas proximidades, em bairros pertencentes às regiões

⁷⁵ A AFEGOM – Associação dos Funcionários da Mabel.

⁷⁶ Com quatro outras unidades pelo país (MS, RJ, SE e SC), o polo de Aparecida de Goiânia é o maior e o único deles a oferecer habitação popular a seus/a trabalhadores/a, segundo a administradora da FNS com quem conversei. Ela também desconhece a existência de creche nos outros estados. Além das fábricas no Brasil, há uma pequena unidade em Miami nos Estados Unidos (PINHO, 2017).

administrativas da Vila Brasília e Central de Aparecida de Goiânia, em especial nos setores Jardim Paraíso (mais da metade do bairro é ocupada pelo complexo de fábricas), Vila Maria, Expansul I, II e III⁷⁷, Chácara São Pedro, Vila São Pedro, Vale do Sol e, claro, o CM⁷⁸. Além disso, as fábricas dispõem de um sistema de transporte próprio, com rotas que se estendem por muitos bairros da região.

É curioso que as fábricas fundadas por dois imigrantes italianos sejam uma grande expectativa de emprego para pessoas que igualmente deixam sua terra natal em busca do projeto de uma vida melhor. Os irmãos Nestore e Udélio, oriundos das camadas modestas do Norte da Itália, deixaram o país no fim da Segunda Guerra Mundial para “empreender na América” (PINHO, 2017) – dentro de um movimento de imigração maior que dirigia as populações empobrecidas da Europa, especialmente da Itália, a tentar aproveitar as oportunidades que se abriam com o estágio de desenvolvimento do capitalismo em países como Estados Unidos, Argentina e Brasil (JORGE; LELIS, 2012; MARTINS, 2018). Nos dias atuais, as fábricas constituem uma força de trabalho com políticas internas que têm por efeito, ainda que em médio ou longo prazo, a estabilidade social de migrantes que, como os fundadores nos anos 1950, procuravam novas oportunidades para mobilidade social, guardadas as devidas proporções e os contextos culturais.

Um emprego na produção das FM é, verdadeiramente, uma oportunidade social a um grupo cujas trajetórias individuais foram marcadas pela precariedade material e por horizontes futuros reduzidos aos mínimos vitais, embora os rendimentos, apesar de ajustados às legislações em vigor, sejam muito baixos e acabem por fazer demorar a

⁷⁷ A partir da segunda metade dos anos 2000, quando muitos/a operários/a puderam financiar suas casas a partir de programas de financiamento governamentais, esses bairros foram os preferidos por muitos/a trabalhadores/a, dada a distância relativamente curta até a fábrica. Apesar de existirem outros bairros mais próximos à fábrica, esses três foram os primeiros (e com maior proximidade das FM) a sofrerem intervenção do setor imobiliário voltado às classes populares, o que ocorreu já nos primeiros anos após o lançamento do programa MCMV.

⁷⁸ Além de outros mais recentes, atingidos com a expansão do Polo Industrial e com a divisão dos complexos das FM. Só para ficar nos mais próximos, cito os bairros: Terra Prometida, Pontal Sul, Santo André e Pávilon Parque.

mobilidade econômica – o que, por outro lado, para algumas famílias, é de alguma forma contrabalanceado pelas ações sociais da empresa.

Malgrado a exigência recente do Ensino Médio completo pelas fábricas da Pepsico, uma marca dos empregos das FM é a não exigência de uma escolaridade mínima ou mesmo das habilidades de leitura e escrita como requisito para contratação. O próprio processo de seleção é adaptado às pessoas com pouca escolaridade, com uma ficha documental simples, que serve como currículo profissional ao candidato, e com assistentes à disposição dos/a que não conseguem ou não querem escrever. Ademais, os preditivos da fábrica para uma vaga sempre dialogaram com os valores e os condicionamentos anteriores sobre trabalho dessas pessoas e não raro o determinante para uma contratação são as boas qualificações para o trabalho de quem indica o novo candidato ao emprego⁷⁹.

Em geral, são preditivos de ordem moral, já que, como discutido, o trabalho aparece como valor instrumental às classes trabalhadoras (DUARTE, 1986). Nesses termos, o importante não é escolaridade ou formação profissional, mas disposição para o trabalho (a “vontade” para trabalhar) e noções morais a partir da ideia de honestidade, isto é, “ser certo/a”, “direito/a”, “ter palavra” com seus combinados – especialmente quanto à assiduidade no emprego.

Também é bastante comum que mais de um membro da família esteja empregado nas fábricas. Da mesma forma, é habitual que muitos no núcleo familiar primário ou expandido tenham tido passagens pontuais pelas empresas da família Scodro (e, às vezes, mais de uma) como operário/a contratado/a ou prestado serviços na condição de terceirizados/a ou, ainda, que alimentem ambições de ainda conseguir emprego nelas. Aliás, a própria empresa possui políticas e práticas de incentivo ao “trabalho em família”, como ficou evidente no vídeo de apresentação de Isadora. Há também a

⁷⁹ Indicação referendada pela relação de confiança que se estabelece entre a chefia imediata – que recebe a indicação – e o “bom/a funcionário/a”. Esse foi o meu caso. Apesar de já ter residido, no passado, por quatro anos no bairro operário, quando ingressei nas FM, aos dezoito anos, foi por “indicação” de minha mãe, que já trabalhava na empresa há dez anos, por meio da boa relação desenvolvida por ela com um dos supervisores da produção.

política de contratação de adolescentes filhos/a de operários/a (e de seus chefes) como “aprendizes”, em regime de meio período⁸⁰, através de programas de emprego para a juventude de ONG’s ou instituições governamentais. Os próprios patrões alimentam a imagem que as famílias empregadas trabalham juntas e felizes dentro da linha de produção – ideia constantemente invocada nos discursos da grande confraternização anual dos/a trabalhadores/a da fábrica.

Com uma prática salarial não muito distante do padrão industrial da região, o que torna os empregos nas FM mais atraentes são as oportunidades sociais que representam seus projetos de assistência social desenvolvidos no bairro e a previsibilidade que o emprego fixo proporciona. Muitos/a operários/a construíram suas casas nos anos 1990 adquirindo lotes e construindo lentamente com o que era possível poupar do salário mensal certo e do baixo aluguel praticado.

Assim, não é à toa que grande parte dos que disputam suas vagas são migrantes do interior rural, com trajetórias marcadas pela pobreza, recém-chegados à cidade e que procuram formas de se estabilizar e começar o grande projeto da melhoria de vida. Conquistando uma vaga, a pessoa pode se valer dos dispositivos de fixação de força de trabalho das FM como instrumentos que alavancam e permitem, ainda que de maneira paulatina, o planejamento e a formulação de estratégias de mobilidade econômica, com vistas à mobilidade social ascendente familiar. Nesse sentido, o emprego é parte fundamental e ponto inflexível para qualquer projeto. O salário pago sem atraso – mesmo que represente a base do mercado formal –, os direitos trabalhistas garantidos pela legislação e os próprios incentivos para além do salário, como os dispositivos para lazer e descanso, contrastam com um passado de desemprego, de roça de subsistência, de trabalhos precários e de arranjos múltiplos para a garantia dos recursos materiais básicos para si e para a família.

⁸⁰ O que, na legislação, corresponde a uma jornada diária de seis horas, cinco vezes por semana.

3.2.1 Da roça à cidade, do campo à indústria, as trajetórias de sr. Juliano e Doca.

O mundo rural é, historicamente, a origem de parcela importante da população brasileira contemporânea e, seguramente, da maior parte das pessoas oriundas das camadas populares já que, como ressaltei no capítulo anterior, é consenso, na literatura discutida, que o processo de implantação de uma ordem baseada nos valores do capitalismo foi precário e se arrastou por todo o Século XX, tendo como clivagem as mudanças sociais iniciadas por Getúlio Vargas e se intensificando com o avanço da indústria a partir dos anos 1950⁸¹. Também foi ressaltado que essa nova ordem – que se propõe modernidade – encontra no contexto nacional contornos próprios, permitindo a coexistência de realidades distintas e contraditórias e com temporalidades múltiplas. Tal ordem se anuncia como diferente e possível nos símbolos do moderno, precariamente introduzidos no mundo das relações tradicionais.

Nesses termos, não é de se espantar que entre meus/a interlocutores/a eu encontrasse quem de fato, até pouco tempo, estava condicionado/a às formas de subordinação tradicional do campo, distantes até dos pequenos centros urbanos dos municípios do interior do território. Eles são: o sr. Juliano, de 69 anos, aposentado após vinte e dois anos de trabalho nas FM; e Doca, um operário de meia idade que até 1995 viva com sua família sob um teto de palhas e lona preta, na condição de arrendista numa grande fazenda, e que só passou a “existir” para algumas instituições

⁸¹ No final do século XIX, mais de 90% do contingente populacional vivia no campo e já na metade do século XX, a população rural ainda abrangia mais de 64% dos brasileiros (CARDOSO, 2008a; PAIVA, 2007). Os Censos das décadas de 1950 e 1960 ainda indicavam uma população total majoritariamente rural. Somente a partir do Censo de 1970 é que os dados passam a indicar mais da metade da população (54%) vivendo nas cidades. Cf. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_br.pdf. Nos dias atuais, segundo o Censo de 2010, a população brasileira total passa dos 190 milhões de habitantes, dentre os quais pouco mais de 84% vivem nas cidades e pouco menos que 30 milhões de pessoas vivem no meio rural, algo perto de 16% do total de habitantes. Cf. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/761#resultado>. É também importante ressaltar que a classificação atual utilizada pelo IBGE considera como “centro urbano” também os pequenos municípios do interior do país, enquanto que, no contexto da presente pesquisa, coloco essas pequenas cidades e a zona rural numa mesma categoria – a de “interior rural”.

do Estado aos vinte e três anos de idade, quando emitiu seus documentos pessoais ao chegar em Aparecida de Goiânia.

Convivi com os dois interlocutores em minha passagem pelas FM entre 2003 e 2005. Com Doca, o convívio foi menor, pois seu trabalho no período sempre exigiu que ele estivesse imerso no mundo da produção, enquanto eu exercia minhas atividades nos depósitos dos almoxarifados. Com o sr. Juliano, o contato foi um pouco maior. Uma de suas atividades, a limpeza de partes da fábrica, exigia que ele quase diariamente requisitasse material de limpeza ao almoxarifado. Muito embora nossos turnos de trabalho não coincidissem, ele, com frequência, aguardava minha chegada para a retirada de seu material de trabalho, pois a equipe da manhã dos depósitos não liberava a saída de qualquer tipo de material dos estoques sem uma requisição formal, “pelo sistema”, o que somente determinados/a chefes da produção poderiam fazer (no início dos anos 2000 ainda era possível encontrar nas FM pessoas em cargos de chefia da produção com pouca ou mesmo nenhuma escolaridade).

Por algum motivo, ele não recorria aos encarregados e supervisores, mas, antes, dirigia-se aos trabalhadores do almoxarifado que considerava mais flexíveis, como eu, mas também outros. A atitude era vista como “petulância” pelos trabalhadores do turno da manhã – cheguei a ouvir essa palavra de um dos meus colegas. Tal atitude, e isso eu pude confirmar em nossas conversas recentes, tinha muita relação com uma certa invisibilidade na fábrica. Embora conhecido de todos os/a chefes, não era verdadeiramente notado. Ele de fato requisitava o material a eles/a que ouviam, concordavam, mas se esqueciam ou não tinham tempo para a formalidade da requisição via sistema eletrônico. Assim, para desenvolver seu trabalho, ele precisava “queimar etapas”, e passar por cima do sistema impessoal das requisições e transações entre fábrica e almoxarifado – questões que eram levadas demasiadamente a sério entre almoxarifados, considerando-se os inventários mensais e as auditorias externas anuais pelas quais passam os estoques das empresas e para as quais precisávamos prestar contas. Problema que nós, trabalhadores da tarde ou da noite, contornávamos com certa facilidade, procurando a chefia nos momentos em que sabíamos que estariam, por necessidade do ofício, em frente ao computador, fazendo seus relatórios no período final do turno.

Doca nasceu na zona rural de Niquelândia, no extremo norte do Estado de Goiás, em 1973. Pardo, de estatura média e cabelos completamente prateados, ele é operário industrial urbano desde 1996, quando ingressou nas FM e essa é a sua única experiência no mercado formal até aqui.

Eu tinha uma tia que morava aqui, daí meus primos foram até Niquelândia e viram o nosso sofrimento na fazenda. Eles me incentivaram a vir para cá, dizendo que aqui iria ter mais oportunidades de emprego. Foi na época [da construção] do polo industrial perto do Cepaigo [o DAIAG]. Eu cheguei aqui em 1995 e comecei a trabalhar na Mabel em 1996. Eu e meu irmão fizemos a fundação [o alicerce da construção] de algumas fábricas do polo. Fiquei mais de um ano trabalhando com construção civil, até fevereiro de 1996. Fiquei desempregado, porque eu briguei lá, o engenheiro queria me passar a perna. Em Niquelândia eu fui lavrador e depois fui vaqueiro, e não foi de carteira assinada, porque se fosse de carteira assinada eu estava bem perto de aposentar. Eu, meu irmão e minha mãe [viemos] para cá... O que me incentivou mais a sair de Niquelândia foi o tratamento de saúde da minha mãe. Nós ficamos na casa da minha tia, irmã da minha mãe. [...] Fiquei três meses desempregado na casa da minha tia. No final de fevereiro de 1996, eu arrumei um emprego, no Setor Bueno, serviço de copeiro num bar. Ganhava R\$ 11,00 por noite. Em setembro de 1996, fiquei desempregado de novo, o bar fechou. Daí fui na Mabel fazer minha ficha, dia 11 de outubro eu comecei a trabalhar lá. (DOCA, entrevista, 2018)

Os pais de Doca foram igualmente migrantes que, em determinado momento da década de 1970, instalaram-se na região rural de Niquelândia. O pai tem origens em Santana dos Brejos no noroeste da Bahia. Veio sozinho para Goiás e jamais retornou ou teve contato com a família que ficou para trás. Os vínculos familiares foram apenas com a parte materna, já que o processo de mobilidade da mãe de Ipameri para Niquelândia foi também familiar. O casal teve oito filhos, dos quais Doca é o sexto. A vida da família era efetivamente garantida pela pequena agricultura e pelos trabalhos ocasionais dos homens em fazendas ou pequenas cidades da região. Das três casas pelas quais o interlocutor passou até seus vinte e três anos, véspera da partida para cidade, apenas uma foi de alvenaria. Seus pais passaram quase toda a vida no campo, na condição de “arrendistas”. Segundo Doca, arrendar uma terra é propor a um fazendeiro que forneça/permita o uso de um pedaço de sua propriedade para

morar e tocar roça, em troca de parte da colheita que varia de acordo com o “combinado”. No caso de sua família, em geral, correspondia a um terço da produção.

No caso do sr. Juliano, o pagamento do arrendamento era de metade da colheita produzida, a partir de um combinado com o próprio pai de sua esposa, em um pedaço de terra concedido por conta do casamento no interior de Rubiataba, na região norte de Goiás, há pouco mais de duzentos quilômetros de Aparecida de Goiânia.

Pesquisador: Por que o senhor se mudou de Rubiataba para Aparecida?

Sr. Juliano: Serviço, né? Eu mexia com roça, lavoura, né? Aí, como eu não estava dando conta do serviço de lavoura, eu vim para cá.

P: Não dava conta?

J: Saúde ficou pouca, né? A coluna nunca foi boa. Também já não estava dando... O que a gente plantava já não estava dando.

P: O senhor trabalhava para o senhor?

J: Era a meia. É arrendatário que fala? Não sei. Eu plantava e o que desse lá eu tinha que repartir. Com meu sogro, ainda. A terra era dele. [fala sobre o tamanho da terra] Ele me deu a terra para plantar, né? ‘Posso plantar só para mim, seu Zé?’, ‘Não, o que der aí, nós parte’. E partia. [...] Plantava arroz, milho, feijão [...] plantava milho primeiro, depois plantava arroz e no final era o feijão, [por]que aí tem que esperar o milho secar um pouco, né? Depois plantava o feijão.

P: O senhor estocava para ter ao mesmo tempo arroz e feijão?

J: Não, era ao mesmo tempo. Arroz, feijão e milho.

P: E essa era toda a renda do senhor ou tinha outra?

J: Não. Toda minha renda era esta.

P: Vendia [sua produção] na feira?

J: [Expressando ironia] Vendia? Era só para despesa [consumo próprio]. Quando dava para a despesa estava bom. O pouquinho que sobrava... tirava para despesa. Tipo assim, se eu tirava 15 saco de arroz por ano, já tirava aqueles quinze e guardava. Aí o resto... olha lá se dava. [...] saco de 50kg. Carne era a que criava no terreiro. Era frango, era porco. Nós podíamos criar à vontade, o que desse conta. (JULIANO, entrevista, 2021)

O sr. Juliano é de Pains, no interior do estado de Minas Gerais. Chegou em Goiás ainda na primeira infância, aos quatro anos de idade. O pai faleceu antes de seu primeiro ano de vida, acometido pela Doença de Chagas. A família era composta por

quatorze irmãos/a ao todo, dos quais, quatro faleceram ainda na infância. A mãe cuidou de dez filhos com a renda oriunda de bordados, lavagem de roupa e da roça, tocada em conjunto com os filhos/a que iam crescendo. Ele praticamente não frequentou a escola – acredita que foram “no máximo” uns dois anos. Também tem pouca memória para datas de sua trajetória, informando apenas datas aproximadas⁸².

Ele chegou em Aparecida já adulto, por volta dos trinta e cinco anos de idade. Instalou-se na casa do irmão e sua família que já moravam na cidade, num barracão de dois cômodos na periferia. Após dois meses, alugou um espaço parecido e trouxe esposa e filhos/a. Depois de alguns meses pagando aluguel, ele se juntou a um grupo de famílias que havia levantado moradias numa região mais distante e pouco povoada ao sul da cidade. A construção da casa progrediu ao longo dos anos e até hoje ainda está incompleta, com algumas paredes sem pintura e outras sem reboco. Da mesma forma, a cidade se expandiu aos poucos e alcançou as famílias, urbanizando a região. Com isso, por volta dos anos 1990, a prefeitura legalizou a situação e o sr. Juliano hoje tem a escritura do terreno de sua casa.

Antes das FM, ele trabalhou quase uma década num posto de gasolina sem vínculo formal, até que o emprego na fábrica foi oferecido por um dos clientes do posto com quem fez amizade, que ali abastecia os carros das empresas com frequência. Assim, o primeiro emprego com registro em carteira foi em idade avançada, já depois dos quarenta anos, e a aposentadoria foi concedida, há bem pouco tempo, por conta de problemas de saúde na coluna. Após sucessivas crises, os médicos concluíram que ele não tinha mais condições para o trabalho, o que deu início ao processo de aposentadoria, negado no primeiro pedido e só deferido após a contratação de um advogado e meses de espera⁸³. Com mais de trinta anos no campo e uma década

⁸² Ficou surpreso em descobrir, durante a entrevista, que a esposa possuía quatro anos de idade a menos do que supunha.

⁸³ Como salientou Cardoso (2019), historicamente a procura das populações rurais pela cidade, não se limita à busca pelo emprego, mas passa também pela busca dos direitos sociais embutidos no trabalho, isto é, a procura pela utopia da cidadania: “os direitos dos trabalhadores urbanos [...] estabeleceram um parâmetro contra o qual os trabalhadores rurais passaram a julgar sua condição atual, mudando, com isso, de maneira profunda, o patamar de aceitabilidade de sua penúria e subordinação”. (CARDOSO, 2019a, pp. 210–211)

num posto de gasolina, ele encerrou a vida profissional com vinte e dois anos dentro da fábrica.

Por conta das limitações físicas decorrentes dos problemas de saúde e da idade já avançada, as atividades que lhe foram relegadas nos seus anos de fábrica sempre foram aquelas à margem da produção propriamente dita. Assim, passou mais de duas décadas na limpeza dos banheiros, dos escritórios e das partes externas da fábrica, assim como na reciclagem de resíduos e no refugo⁸⁴. Funções marginais e indefinidas, abrangidas pela categoria mais indefinida dentro da divisão do trabalho na produção: a de “auxiliar de produção”. Função também que “classificou” – adaptando uma categoria nativa – toda a vida profissional do sr. Juliano em mais de duas décadas na fábrica.

É interessante notar que, ainda nos dias de hoje, essas fábricas não terceirizam o serviço de limpeza. Este trabalho que fica a cargo de indivíduos considerados, por algum motivo, mais lentos (em geral, isso significa mais idosos ou pessoas com doenças do trabalho) e, portanto, entendidos como menos aptos ou impedidos ao trabalho com as máquinas ou nas esteiras da produção. Na fábrica GSA, há uma equipe de duas pessoas por turno – mulheres em maior número – que se encarrega da limpeza (constante) de banheiros, corredores e ambientes comuns dentro da produção (como a sala para o lanche durante o rodízio entre os/a operários/a). A limpeza dos escritórios fica a cargo de uma única pessoa, que muda de tempos em tempos, mas, invariavelmente, mulher. Essa operária também deve preparar cafés, chás e zelar para que sempre estejam disponíveis aperitivos (os produtos da própria empresa) às pessoas do escritório – além da limpeza e zelo da cozinha e copa.

Aqueles/a deslocados/a para o serviço de limpeza, como sr. Juliano, são classificados na função geral de “auxiliar de produção” da mesma forma que seus colegas que são direcionados às linhas de produção e compartilham o mesmo uniforme branco de trabalho. Não é comum, contudo, que os/a destacados/a para o cotidiano da limpeza contribuam para o mesmo trabalho dentro da produção. Esta acontece de maneira

⁸⁴ Parte da produção que reaproveita os produtos acabados fora do padrão.

programa, já que é necessário cuidados com as máquinas e os equipamentos em movimento. Dessa forma, esse trabalho é setorizado e programado, ainda que diário, e os próprios operários e operárias das linhas o realizam. No que tange à terceirização de trabalhos, esta fica restrita aos serviços de segurança, feita por uma empresa especializada.

Em grande medida, suponho que a terceirização da limpeza não aconteça porque o perfil dos/a operários/a não se difere substancialmente dos/a trabalhadores/a do terceiro setor⁸⁵. Além disso, há a necessidade de direcionar determinados indivíduos que verdadeiramente não se adaptam ao cotidiano da produção e que por algum motivo não podem ser demitidos⁸⁶.

Com uma trajetória adulta ainda ligada ao campo, assim como o sr. Juliano, Doca chegou à cidade mais jovem e com um pouco mais de escolarização, embora sua primeira experiência de trabalho formal tenha sido um pouco tardia. Em seu caso, o emprego nas FM também foi intermediado por um terceiro. Após duas experiências no campo como lavrador e vaqueiro, e de quase um ano de bicos urbanos, as FM entraram na vida de Doca muito por acaso. Um conterrâneo de Niquelândia, com quem encontrou ocasionalmente, alertou o interlocutor para as oportunidades de emprego das FM. Eles haviam trabalhado juntos no passado e o amigo ficou de dar boas referências de Doca a um dos supervisores de quem era mais próximo.

⁸⁵A companheira de Lourivaldo, um dos interlocutores da pesquisa, por exemplo, que atualmente trabalha como diarista autônoma, já teve passagens em sua trajetória profissional por empresas especializadas em limpeza e uma rápida experiência como operária em uma fábrica de outro ramo.

⁸⁶. Há, ainda, uma última pessoa que integra o grupo que executa os trabalhos indefinidos da fábrica: sr. Carlos. Esse senhor, já idoso, era um antigo trabalhador com poucos estudos, mas com grande conhecimento e experiência na produção que chegou a diretor de uma das empresas englobadas, nos últimos anos, pelo grupo Scodro. Os/a operários/a relatam que foi condição para a concretização da venda ele ser absorvido como força de trabalho e inicialmente foi alocado num cargo de chefia na produção. Ele, no entanto, desenvolveu um sério problema em um dos olhos que, combinado ao seu tratamento ríspido e, muitas vezes, mal-educado com todos/a, acabou por resultar em seu deslocamento da produção. Assim, ele é o “faz tudo” dos patrões. Dirige e leva os carros para oficinas e abastecimento, cuida da limpeza do estacionamento, corta grama da parte externa, além de trabalhos diversos fora do âmbito da empresa. Diferente dos/a operários/a, seu traje se limita a uma camisa social com logomarca da empresa, combinada costumeiramente com calças e sapatos sociais. Infelizmente, ele não concordou em me conceder uma entrevista. Sequer respondeu a minha insistência ou aos apelos indiretos por meio de outros/a operários/a.

Doca, então iniciou sua jornada dentro da indústria em 1996⁸⁷. Inicialmente, foi alocado na produção das balas, mas ao longo dos anos passou por diversos postos, operando máquinas de empacotamento e, atualmente, trabalha como “pesador industrial 3”, lugar que considera o melhor de todos os trabalhos pelos quais passou. O preparador industrial é quem pesa o *mix* das matérias-primas que serão misturadas ao açúcar ou equivalente na composição final do produto. No laboratório de pesagem, ele já está há cerca de quatorze anos e é o posto, dentro da produção, com que mais se identifica.

Logo no primeiro ano de fábrica, um acidente na produção decepcionou a ponta de três dedos da mão esquerda, o que o afastou do trabalho durante alguns meses e lhe fez querer desistir da fábrica e procurar outro emprego, já que os ganhos estavam inferiores aos bicos anteriores, sobretudo no bar. No retorno da licença médica, pediu para ser demitido, mas a chefia discordou, alegando que sua classificação (e, portanto, aumento de salário) era questão de tempo. Como isso não aconteceu, ele começou a faltar de maneira programada às segundas-feiras para forçar a demissão, conseguindo, no entanto, uma negociação com a empresa. Quando perceberam a tática de Doca, os chefes propuseram a classificação imediata em troca do fim das faltas. Ele saiu satisfeito com o aumento e desde 1997 cumpre sua parte no acordo – jamais faltou sem previamente combinar.

A realidade dos trabalhos com agricultura e criação de animais, da família como unidade econômica que reproduz as próprias condições de vida (DURHAM, 1973), foi substituída na vida desses homens pelo cotidiano das máquinas, das esteiras, do barulho e da intensidade do trabalho durante a jornada. Como ressaltou Ingold (INGOLD, 2000)⁸⁸, a virada não é de natureza, mas de reorganização das ferramentas e habilidades necessárias a um novo contexto: a fábrica é o habitar do homem, tanto quanto o campo. No caso desses/a operários/a, o trabalho intenso e extenuante ainda assim é visto como menos penoso do que as atividades do passado, menos por conta

⁸⁷ Curiosamente, todos/a os/a interlocutores/a se lembram do dia, mês e ano do ingresso nas FM, inclusive o sr. Juliano, que possui mais dificuldades que os demais para datas.

⁸⁸ E isso vai ser tema de melhor reflexão adiante.

do esforço físico do que pela incerteza da recompensa pelos esforços no fechamento das contas do orçamento.

3.3 A renda dos/a operários/a

Figura 1 - Rendimento mensal de um/a Auxiliar de Produção no mês de abril de 2021

RECIBO DE PAGAMENTO

Empresa :

C Custo : 14701 - PRODUÇÃO SALGADINHO

Matrícula : Nome :

Função : 2049 - AUXILIAR DE PRODUÇÃO

Salário : 1.124,04

CNPJ :

Abril/2021

Local : 0101

Ordem : 0001

CBO : 794205

REMUNERAÇÕES			DESCONTOS			BASES		
101 SALARIO MENSAL	30.00	1.124,04	409 HABITACAO	0.00	78,68	704 BASE IR FOLHA	0.00	1.561,78
116 H.EXTRA INT 50%	28.75	220,34	450 DESC CARTAO SESI	0.00	203,00	721 SAL.CONT.ATE LIMITE	0.00	1.698,10
156 DGR S/ H. EXTRA	10.78	55,09	461 COMPRAS LOJINHA FABR	0.00	66,32	731 DED.INSS IR FOLHA	0.00	136,32
157 ADIC.MOTURNO	188.05	192,16	463 ASSIST ODONTO TITUL	0.00	18,44	734 DED.DEPEND.FOLHA/ADI	2.00	379,18
271 PREMIO ASSIDUIDADE	8.00	89,92	466 ATRASOS / SAIDA ANT	1.16	5,93	741 BASE FGTS MENSAL	0.00	1.699,10
275 DGR PREMIO	4.40	22,48	484 VALE TRANSPORTE	0.00	67,44	742 FGTS MENSAL	0.00	135,85
			495 FORNEC CESTA BASICA	0.00	2,00	765 CONT SESE 1,5%	0.00	25,47
			496 SEGURO VIDA	0.00	7,06	766 CONT SENAI 1,0%	0.00	16,98
			501 INSS	0.00	136,32	777 BASE IR MES ANT	0.00	1.345,29
			524 ASS MED/ODO MES AN D	0.00	30,50	787 ASSIST MED EMP TITUL	0.00	116,91
			526 ASSIST MEDICA DEPEND	0.00	116,91	793 SALARIO MES	0.00	1.124,04
						801 INSS EMPRESA	0.00	339,62
						802 TERCEIROS	0.00	56,04
						803 ACIDENTE TRABALHO	0.00	56,82
						876 CUSTO C.BASICA	0.00	67,37
						898 SLD ANT BCO HRS (-)	229.42	1.172,17
						900 PROVISAO BH (+)	1.32	6,74
						904 SL ATUAL BCO HRS (-)	228.10	1.165,43
						906 ENC.BCO HR (+)	0.00	4,26
						999 LIQUIDO A RECEBER	0.00	971,43
			TOTAL BRUTO: 1.704,03			TOTAL DE DESCONTOS: 732,60		
			CRÉDITO: 2372711 - APARECIDA			LÍQUIDO A RECEBER : 971,43		
			CONTA: 00360481					

Recebi o valor acima em ____/____/____

Fonte: Arquivo pessoal de entrevistado/a. No caso representado, o/a operário/a estava há oito anos na condição de auxiliar, sem qualquer progressão na carreira e com reajustes que se limitaram a acompanhar os valores do salário-mínimo nacional.

Conforme abordado no primeiro capítulo, o salário-mínimo foi criado no final da década de 1930 no contexto do surgimento do modelo de cidadania regulada patrocinada pelo governo Vargas. Procurava-se, então, mudar o eixo de poder do

país, criando novos polos populacionais, os centros urbanos, e afastando as populações pobres do campo das elites agrárias, num movimento rumo à cidade que, em composição com outras disjunções sociais, ultrapassou o ciclo varguista e chegou ao Século XXI.

De forma análoga a outros elementos, como direitos sociais, o salário-mínimo, como política social, foi importantíssimo para a configuração da cidade enquanto utopia possível e disponível aos pobres oriundos do meio rural. Com uma redação inicial em que era pensado para atender às demandas básicas de um/a trabalhador/a, mais tarde seu sentido foi ampliado para abarcar também as despesas básicas de sua família. Assim, se por um lado ele estabeleceu um padrão mínimo que verdadeiramente significou avanços em relações ao contexto camponês e à realidade social das pessoas em situação de pobreza no campo, por outro, ao ser mantido historicamente abaixo das demandas básicas do trabalhador e sua família, teve efeito perverso na sociabilidade geral brasileira ao nivelar a vida dos pobres sempre por parâmetros muito baixos, acomodando as desigualdades sociais e estabelecendo uma divisão de classe quase polar no país, já que, historicamente, as camadas médias (que também têm vida econômica a partir do cálculo do salário-mínimo) estão muito mais próximas dos pobres do que dos ricos (CARDOSO, 2008a, 2019; CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017).

A partir dessa perspectiva e dialogando com a teoria sociológica de Bourdieu (ARAUJO; ALVES; CRUZ, 2009; BOURDIEU, 1989, 1996; WACQUANT, 2013), o topo da pirâmide apresenta, devido à estrutura social rígida e aos privilégios sociais inerentes a sua condição e aos próprios efeitos da acumulação material ou simbólica na vida social, poucas chances de empobrecer e uma propensão maior ao enriquecimento, enquanto que as camadas debaixo, inclusive as que poderiam ser entendidas pelo critério econômico como médias, possuem muito mais chances de perder o que têm do que enriquecer ou mesmo de manter seu patamar econômico/financeiro, em especial em tempos de grandes crises.

Ainda que a experiência formal de trabalho jamais tenha sido universalizada entre os trabalhadores urbanos, mesmo o mercado informal também passou, paulatinamente,

a ter como parâmetro geral o valor mínimo arbitrado pelo Estado, apresentando o papel prático de acomodar as expectativas de vida dos trabalhadores em torno de um padrão muito baixo, especialmente tendo em vista os ganhos econômicos do país ao longo do século com as políticas desenvolvimentistas (CARDOSO, 2008a, 2008b, 2019).

Na segunda década do Século XXI, o salário-mínimo ainda reverbera com intensidade parecida entre as classes trabalhadoras. Em geral, o salário dos auxiliares de produção das FM, como os casos discutidos de Lorena e Isadora, em valores atualizados [2021], corresponde a pouco mais que o salário-mínimo que atualmente vigora sob o montante de R\$ 1124,04. Além do salário, há pouco mais de R\$ 89 de bônus assiduidade, R\$ 22,90 de descanso semanal remunerado, R\$ 69 de vale alimentação (cuja prerrogativa é não haver faltas no mês, justificadas ou não) e R\$ 40 de produtividade, quando o grupo de trabalhadores/a de determinada linha da produção alcança a meta estabelecida para o mês. Os descontos são também consideráveis – o maior deles relacionado ao plano de saúde de terceiros⁸⁹ –, o que deixa os rendimentos líquidos do auxiliar de produção, não raro, abaixo do salário-mínimo mensal⁹⁰.

Não obstante, o salário-mínimo regular representa também um grande passo em relação à insegurança do desemprego ou aos poucos rendimentos da pequena agricultura no campo, como era a realidade anterior de muitas das famílias do CM, por exemplo. O ponto é que, arbitrado unilateralmente pelo Estado em valores tão baixos, apesar do indicativo amplo em lei, ele tem valor civilizatório e não social, isto é, indica aos pobres que existe uma renda justa e que ela pode ser conquistada, mediante o trabalho regular e disciplinado.

⁸⁹ Como foi dito, a partir de meados de 2010, os/a trabalhadores/a de algumas fábricas do grupo começaram a contar com plano de saúde sem custos e tal cobertura se estendeu aos dependentes por valores um pouco mais acessíveis que as práticas de mercado. Os valores variam por faixa etária, sendo que a mais (reservada aos mais idosos), pouco mais de R\$ 100.

⁹⁰ Existe ainda, para aqueles/a que trabalham no turno da noite (das 22h às 6h), o adicional noturno. No caso dos/a auxiliares de produção, o valor giraria em torno de R\$ 192.

No caso dos/a operários/a da pesquisa, quanto aos rendimentos pelo trabalho, existe ainda o Plano de Participação nos Lucros (PPL), quando todas as metas do ano são batidas. Nesse caso, um décimo quarto salário é pago aos trabalhadores/a no mês de abril⁹¹. Esses valores têm pequena variação a depender da fábrica de trabalho do/a operário/a. As fábricas oferecem incentivos diferentes aos seus contratados e as que praticam maiores salários são as que estão sob gestão da multinacional Pepsico. Entretanto, mesmo para esses/a, os rendimentos de auxiliar de produção não costumam ultrapassar R\$ 1500 reais no mês.

Outro aspecto importante quanto à renda é que, para diversas famílias, ela se dilui entre muitos. Haverá adiante uma discussão sobre as configurações familiares nas camadas populares, por hora, ressalto que, justamente entre pessoas cujo parâmetro é o salário-mínimo, a renda precisa ser compartilhada num contexto de uma casa muito povoada. Nem tanto pela extensão das famílias nucleares, mas pelas “vicinalidades” que se entrecruzam nas casas para pessoas migrantes ou em situação de mobilidade e que se agarram nesses vínculos buscando algum tipo de segurança socioeconômica, ainda que precária.

Nesse contexto, além da família de Isadora, dividida em duas casas, que, como já apresentado, totalizava onze pessoas das quais apenas três tinham emprego regular, outra família numerosa que visitei foi a de Fátima, uma operária de pouco mais de trinta anos de idade, de origem no Maranhão, e que morava com as três filhas, a companheira, uma ex-pastora evangélica de sua cidade, e seus dois filhos, um deles com esposa e filho de poucos meses de idade. As duas deixaram seus casamentos heterossexuais anteriores na cidade de origem para assumirem o relacionamento homoafetivo longe dali. Aos poucos trouxeram todos os filhos e filhas.

Além dos/a filhos/a, da cunhada e do neto, o casal abrigava uma sobrinha de dezoito anos que também chegara do Maranhão para estudar e conseguir trabalho. Apesar

⁹¹ O PPL não é garantido e só é pago, segundo a empresa, em caso de todas as metas serem atingidas. No ano de 2020, de forte crise social e econômica por conta da pandemia da COVID-19, por exemplo, a empresa não realizou os pagamentos, alegando que as metas para o referido ano não haviam sido atingidas.

do grande número de pessoas, apenas a operária Fátima naquele momento estava empregada, como auxiliar de produção. A situação econômica da casa só não era mais crítica graças à pequena renda do aluguel da casa de uma delas na cidade de origem⁹² e de contribuições paternas esporádicas que algumas das crianças recebiam.

Outra família visitada, um pouco menor, mas ainda assim de tamanho considerável, foi a de Rafael. Era um jovem de trinta e seis anos e de origem baiana, que estava afastado do trabalho por motivos médicos e vivia com a esposa, atualmente desempregada, e seus quatro filhos. No momento da entrevista, a família se restringia ao casal doméstico e aos filhos/a, mas ele acrescentou que já havia dado abrigo a um irmão mais jovem por alguns meses. O rapaz, no entanto, havia resolvido tentar a sorte em Anápolis⁹³, onde conhecia um conterrâneo que lhe conseguiu emprego.

Grande parte dos/a trabalhadores/a da produção é composta pela categoria “auxiliar de produção”, caso de Fátima e de Isadora. Na produção, a progressão de carreira não é um passo natural, dada a limitada demanda por operadores/a. Os auxiliares, dessa forma, são maioria porque grande parte da produção ainda necessita de trabalhadores/a nas esteiras realizando atividades simples, cíclicas e repetitivas que as máquinas não podem fazer. Qualquer pequena esteira da produção constitui local de trabalho para quase uma dezena de pessoas, enquanto as máquinas não exigem mais que uma para operá-las.

Assim, se cada esteira da produção implica muitos auxiliares, cada uma delas em particular pressupõe apenas um operador ou operadora que, além de manusear a máquina, também responde pela liderança dos auxiliares nas atividades às margens da esteira e das máquinas. Para distinguir os postos, existe uma certa clivagem

⁹² Segundo Fátima, uma casa muito grande alugada por R\$ 300.

⁹³ Terceiro maior município em termos populacionais de Goiás, situada entre Goiânia e a capital federal, Brasília, Anápolis possui um grande complexo industrial, com especial presença do setor farmacêutico. As oportunidades de emprego criadas pelo ciclo econômico do início do Século XXI, com forte crescimento industrial no Estado de Goiás – e com especial destaque para Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis – fizeram do estado o principal polo de retenção populacional do país – nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 –, com valores superiores aos apresentados por São Paulo (QUEIROZ; SANTOS, 2015)

salarial entre auxiliares/a e operadores/a. As políticas de salário das FM são diferenciadas – mesmo entre as fábricas pertencentes à família Scodro existem variações, ainda que não substanciais –, mas em geral a política de carreira para operador/a de máquina tem quatro patamares salariais. O último nível, o quatro, não ultrapassa o patamar de dois salários-mínimos enquanto salário-base. O caso representado no holerite acima é de um operário nível dois, empregado há mais dezenove anos numa das FM, cujo salário-base está muito pouco abaixo do último nível de carreira. Nesse caso específico, um recurso valioso para aumento do salário é o trabalho noturno e o acréscimo que isso representa em termos quantitativos na renda da família.

Com parâmetros salariais tão baixos, não é raro encontrar operários/a utilizando seu tempo extra para complementar a renda. Como dito, o pai de Isadora, por exemplo, é músico, canta, toca sanfona e teclado e realiza pequenos eventos em feriados e fins de semana que geram um dinheiro extra não apenas para ele, mas também para parte da família que o acompanha e contribui na organização dos shows. A própria Isadora prepara pratos culinários para vender com ajuda da mãe e das filhas.

Figura 9 - Rendimento mensal de um operário classificado como operador nível 2.

RECIBO DE PAGAMENTO							
Empresa : XXXXXXXXXX C Custo : 11305 - ALMOXARIFADO Matricula : XXXXXX Nome : XXXXXXXXXX Função : 2076 - OPERADOR DE EMPILHAD Salário : 1.994,49				CNPJ : XXXXXXXXXX Abril/2021 Local : 0101 Ordem : 0001 CBO : 782220			
REMUNERAÇÕES		DESCONTOS		BASES			
101 SALARIO MENSAL	30.00	1.994,49	484 VALE TRANSPORTE	0.00	119,67		
116 H.EXTRA INT 50%	28.75	390,97	496 SEGURO VIDA	0.00	12,52		
156 DGR S/ H. EXTRA	10.78	97,74	501 INSS	0.00	285,62		
157 ADIC.NOTURNO	191.20	346,68	504 IR FOLHA	7.50	37,48		
170 GRATIFICACAO	0.00	139,00	520 ASS MED/ODO MES AN T	0.00	6,10		
271 PREMIO ASSIDUIDADE	4.00	79,78	524 ASS MED/ODO MES AN D	0.00	30,50		
275 DGR PREMIO	2.20	19,95	525 ASSIST MEDICA TITUL	0.00	46,76		
			526 ASSIST MEDICA DEPEND	0.00	233,82		
					702 IR DESC.MES ANTERIOR 7.50 32,02		
					704 BASE IR FOLHA 0.00 2.782,99		
					721 SAL.CONT.ATE LIMITE 0.00 3.068,61		
					731 DED.INSS IR FOLHA 0.00 285,62		
					734 DED.DEPEND.FOLHA/ADI 2.00 379,18		
					741 BASE FGTS MENSAL 0.00 3.068,61		
					742 FGTS MENSAL 0.00 245,49		
					765 CONT SESI 1,5% 0.00 46,03		
					766 CONT SENAI 1,0% 0.00 30,69		
					777 BASE IR MES ANT 0.00 2.710,15		
					787 ASSIST MED EMP TITUL 0.00 70,15		
					793 SALARIO MES 0.00 1.994,49		
					801 INSS EMPRESA 0.00 613,72		
					802 TERCEIROS 0.00 101,26		
					803 ACIDENTE TRABALHO 0.00 102,68		
					899 SLD ANT BCO HRS(+) 202.29 1.833,94		
					900 PROVISAO BH(+) 3.99 36,17		
					905 SL ATUAL BCO HRS (+) 207.08 1.877,37		
					906 ENC.BCO HR(+) 0.00 22,88		
					999 LIQUIDO A RECEBER 0.00 2.296,14		
		TOTAL BRUTO:		3.068,61	TOTAL DE DESCONTOS:		
		CRÉDITO: 00114524 - APARECIDA DE GOIANIA			772,47		
		CONTA: 244066			2.296,14		
Recebi o valor acima em ____/____/____							

Fonte: Arquivo pessoal de entrevistado/a. O caso representado é um de um operário empregado a 19 anos em uma das FM.

A despeito da proibição de atividades comerciais nas normas gerais do conjunto operário, andando pelo CM é possível perceber diversas placas em que os/a

moradores oferecem seus trabalhos, principalmente barbeiros, manicures e cabeleireiras. Outra atividade comum é a venda de cosméticos, doces e salgados ou a revenda de produtos adquiridos em grandes feiras e lojas da cidade, especialmente roupas. É de se supor que existam ainda os que dependem de outros tipos de arranjos para complementar a renda do mês, como a ajuda de familiares e amigos, em especial nos momentos de crise⁹⁴. Em muitos termos, os serviços sociais ofertados pelas fábricas através da FNS funcionam como uma complementação das despesas básicas, um contrapeso sem o qual a situação dessas pessoas estaria ainda pior, já que sobre esses poucos recursos ainda incidiriam outras despesas bastante relevantes às camadas de baixa renda, como aluguel e cuidado com as crianças.

O valor do aluguel de uma casa de dois quartos na região das FM (o que pouparia gastos significativos com transporte) fica em média R\$ 700. Barracões de alvenaria podem ser encontrados por pouco mais da metade disso, mas também com espaços significativamente menores. Esse tipo de moradia, em geral destacado ao fundo de outra casa, possui de dois a três cômodos, o que torna as condições de vida de uma família numerosa bastante precária em termos de espaço e conforto. No Vale do Sol, vizinho do CM, os preços figuram pouco abaixo da região, dada a concorrência com as casas populares de dois quartos, num bairro com asfalto e serviços públicos, atualmente aberto a todos que se interessem e que tenham renda formal e referências. Como dito, a escola, o posto de saúde, o asfalto e o policiamento frequente no CM ocupam um lugar nada desprezível nas razões para a escolha desses moradores pelo bairro, já que, em geral, são predados ausentes em boa parte da cidade.

Em suma, o valor contemporâneo do salário mínimo, que em 2021 possui o valor oficial nacional fixado em pouco mais de R\$ 1100, e os ganhos dos/a operários/a interlocutores da pesquisa que, como foi mostrado, não raro figuram abaixo do mínimo legal, atestam o argumento de Cardoso (2019) acerca da inércia do tecido social brasileiro desde as transformações estabelecidas por Vargas. Em nenhum momento da história o salário-mínimo foi um padrão concreto de acesso a direitos sociais no

⁹⁴ Em geral, os relatos são em sentido contrário. São os/a operários/a, com seu trabalho fixo nas FM e o aparato que pode ser acionado, que permite ajuda aos parentes em condições menos favoráveis.

país ou se estendeu de maneira universal aos pobres. Os valores arbitrados a níveis muito baixos aprofundaram as desigualdades sociais, haja vista os grandes ganhos observados no PIB durante os períodos desenvolvimentistas, neoliberal e, mais recentemente, os governos petistas.

Os últimos dois tópicos procuraram apresentar um panorama da transição de contexto enfrentada pelos migrantes, assim como apontar os recursos com os quais efetivamente contam como meio de vida após o emprego na indústria. Para compor essa segunda parte sobre o trabalho e o seu valor na construção das trajetórias dessas pessoas, esboço duas questões pertinentes ao problema da tese e às imbricações gerais entre trabalho, família e local, que se referem à composição de uma economia a partir dos poucos recursos que permitem certo progresso econômico; e a como o trabalho fabril se insere no cotidiano e se torna uma ferramenta que coordena e dialoga com outras dimensões da vida.

3.3.1 A economia dos/a operários/a: Doca, Lourivaldo e a “matemática elaborada”

Como foi dito, na primeira década do conjunto operário, os anos 1990, numa conjuntura social de maior pobreza, a espera por uma vaga era demorada, posto o grande interesse por parte dos/a operários/a nos benefícios que o bairro poderia significar (aluguel, cuidado com crianças e serviços públicos). Essa tendência se inverteu consideravelmente com as mudanças macroeconômicas das décadas seguintes e com o avanço do programa habitacional MCMV, especialmente a partir de 2010. De fato, a fila acabou e o público teve que ser ampliado, dadas a grande queda de interesse e a redução do número de pessoas que poderia ter acesso ao bairro após a venda de parte considerável das FM a um grupo estrangeiro em 2012. Assim, cabe a pergunta: como pessoas, cujo parâmetro geral de vida é o salário-mínimo – um tipo de mínimo vital para os que vivem no contexto urbano –, puderam adquirir um patrimônio tão relevante em termos de custo às classes trabalhadoras como a casa própria a ponto de “esvaziar” o bairro? Argumento que a conjunção de fatores macroeconômicos e sociais favoráveis nas primeiras décadas do Século XXI

com a disposição dessas pessoas em colocar o projeto da casa própria em marcha, por meio de práticas econômicas da poupança e da racionalidade nos gastos, criou um contexto que permitiu a dezenas de famílias do CM deixar o aluguel e adquirir a casa própria por meio do financiamento habitacional.

Primeiro é preciso reafirmar que o público-alvo foi diminuído com a venda das grandes empresas para a estadunidense Pepsico. Os/a trabalhadores/a das empresas CIPA e Waffer, responsáveis pelos grandes sucessos de venda das FM, não precisaram devolver as casas, mas tiveram o valor do aluguel reajustado, embora tenha permanecido atrativo. Apenas os/a trabalhadores/a das fábricas ligadas à família Scodro continuaram pagando a taxa correspondente a 6% do salário, para os demais foi estabelecido o valor de R\$ 450. No caso de um/a auxiliar de produção, um aumento de quase seis vezes. Sem condições de bancar o aumento, muitas famílias tiveram que deixar o bairro, porém parte permaneceu. Tanto que o CM ainda é incluído como ponto da rota do transporte próprio da Pepsico ainda hoje.

Parte da resposta também se encontra no contexto econômico das primeiras décadas do Século XXI. Políticas de acesso ao crédito para as classes trabalhadoras e de valorização do salário-mínimo foram praticadas pelo governo até ao menos 2016 o que, inegavelmente, melhorou as condições de vida de milhares de pessoas e famílias no país, estando elas em famílias híbridas ou verdadeiramente na pequena classe média, a classe “C” (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017; NERI, 2011; POCHMANN, 2020).

À parte o contexto da separação, justamente porque o bairro é um instrumento poderoso na busca por melhoria de vida, dificilmente um/a operário/a deixa o CM para se destinar a outro aluguel. As partidas do bairro se dão em caso de desligamento do vínculo empregatício com as FM ou em caso de construção (principalmente na década de 1990) ou compra da casa própria através de financiamento habitacional popular. O programa MCMV representou um divisor de águas na vida dessas pessoas, pois concebe o passo mais concreto e visível do projeto inicial da migração, a melhoria de vida. Com ele, o grande entrave da parcela de entrada foi superado, pois as

configurações do programa habitacional permitem a utilização do saldo de FGTS na compra⁹⁵.

Nesse sentido, é possível afirmar que a estabilidade macroeconômica, representada na estabilidade do emprego formal (e nas imensas vantagens que uma renda certa, ainda que mínima, possui sobre os arranjos incertos do passado no interior ou no campo), nas políticas de valorização do salário e no acesso ao crédito para as classes populares, contribuiu de maneira fundamental para proporcionar condições históricas para várias famílias realizarem o grande sonho da casa própria.

Mas, do lado deles, como foram os arranjos para viabilizar a compra? Que tipo de reconfigurações práticas foram necessárias? E ainda – e me apropriando de uma questão colocada pela antropóloga Lúcia Müller (2009) – são os hábitos econômicos de pessoas e famílias de trajetória nas camadas populares que buscam progresso econômico substancialmente diferentes dos das classes médias?

De maneira geral, há um argumento bastante corrente na literatura sobre famílias pobres: as pessoas situadas nas camadas populares acabam por constituir uma rede de relações e obrigações mútuas que se mantém fundamental para a sobrevivência material e para a definição dos parâmetros simbólicos de inserção social dos indivíduos (DUARTE, 1986; FONSECA, 1994, 2000; MÜLLER, 2009; SARTI, 1994a). Os rearranjos familiares, voluntários ou não, para alavancar o projeto da melhora econômica serão objeto de análise mais adiante, por ora, importa dizer que existe um comum alargamento das relações de parentesco, vias vicinais que expandem as redes de colaboração por relações de consideração entre pessoas. Disso decorre famílias numerosas e casas aparentadas, cuja extensão se desdobra para laços de parentesco por afinidade, gerados pelas parcerias e solidariedades próprias de

⁹⁵ O uso de tal recurso, por outro lado, também revela uma dimensão excludente do programa, pois trabalhadores/a de trajetórias profissionais inconstantes não conseguem acumular valores significativos de saldo no FGTS. Soube de um caso nesses parâmetros dentro das próprias FM: um operário de origem no Maranhão que trabalhava na empresa há quase duas décadas, mas não tinha dinheiro no saldo, pois, devido a crises pessoais, sempre requeria ser demitido de tempos e tempos, na certeza de ser recontratado tempos depois, devido aos seus fortes laços com a empresa e seus chefes.

contextos de crise ou penúria (PINA-CABRAL; SILVA, 2013; SANTOS; THIBES; DE MENEZES, 2019).

Contudo, se de um lado essas configurações promovem maior segurança socioeconômica a um grupo de pessoas, pois combinam as rendas dos que podem contribuir, por outro, elas mantêm os indivíduos detentores da renda em um patamar mais baixo do que, segundo a lógica da racionalidade simbólica e econômica do capitalismo impregnada por valores como a família nuclear de inspiração burguesa, precisava ser. Nesses termos, os indivíduos se colocam na difícil encruzilhada de ter que escolher melhorar economicamente ou manter fortes os vínculos com o grupo do qual fazem parte ou que, em algum momento, os acolheu. Foi o caso de Lourivaldo, operário de trinta e oito anos e que desde os dezoito anos, quando chegou de Carolina, pequena cidade do interior do Maranhão, trabalha numa das FM.

Lourivaldo foi meu colega de trabalho em um dos almoxarifados da empresa por quase dois anos entre 2003 e 2005. Suas histórias sobre o Maranhão, sua vida privada e as comparações com Goiás desde esse período, já me chamavam a atenção e desenvolvemos proximidade e amizade. Mesmo após minha saída da empresa mantivemos contato, continuamos a nos ver e a frequentar a casa um do outro. De modo que, quando a pesquisas sobre trajetórias se delineou de maneira mais clara, seu itinerário pessoal quase se impôs sobre os dados⁹⁶.

Filho adotivo de uma família já numerosa, no Maranhão, ele se uniu a sua companheira quando soube de sua gravidez. A moça residia com sua mãe e outros cinco irmãos/a, todos/a crianças ou adolescentes. Ele passou a contribuir com as despesas da casa, mas logo viu que outras providências seriam necessárias:

Eu morei um período de ano e meio com eles [a família da companheira]. Ela era a segunda mais velha. Quase todos de menor [idade]. Ela tinha seis irmãos. [...] Minha esposa me dava uma segurança de eu estar participando daquela família. Só que, assim, chegou num ponto em que eu precisava me afastar para me desligar

⁹⁶ Durante a quarentena da pandemia, em que eu pude ficar isolado em casa, recebia suas visitas quase ritualmente nas manhãs de sábados entre 2020 e 2021.

e conseguir alguma coisa. Eu pensei: aqui não vai dar certo. Então eu falei para ela: vamos caçar uma oportunidade? Vamos mais eu para Goiás? Bora [ela disse] (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

Segundo determinada literatura (DUARTE, 1986; FONSECA, 2000; MÜLLER, 2009; SARTI, 1994a), os indivíduos com trajetória nas classes populares no Brasil estão inseridos numa ideologia de caráter predominantemente holista, submetidos a padrões de comportamento e de obrigações familiares nos quais há uma forte demarcação de papéis sociais que dificultam a formulação de um projeto individual. Para Sarti (1994a, p. 49),

[a] família [localizada nas classes] pobre[s] não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda os indivíduos em dois sentidos: ao dificultar sua individualização e ao viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos.

Há ainda que se acrescentar os sentimentos de culpa e traição suscitados naqueles com maiores vínculos religiosos, em que os laços familiares e a assistência aos parentes, especialmente os consanguíneos, são particularmente mais importantes. Dessa forma, o deslocamento geográfico possui papel fundamental nesse desligamento que, muitas vezes, pode ser conflituoso e vivido em termos de culpa para os indivíduos migrantes.

Nesse contexto, como mostrou Müller (2009), as trajetórias das classes populares que procuram o progresso econômico, em alguma medida, precisam romper com determinados valores e padrões familiares próprios dos agrupamentos formados por solidariedade que, no plano individual, impedem os indivíduos de modificarem suas condições de vida e se afastarem do padrão familiar. Para a antropóloga, os grupos de baixa renda no Brasil, de maneira geral, apresentam um modelo de organização familiar com forte demarcação dos papéis de gênero e geração, o que, em termos concretos, dificulta ou mesmo impede a mobilidade social dos sujeitos. Assim, muitas vezes, a própria precariedade do passado leva os indivíduos a repensar sua relação com o dinheiro e adotar práticas econômicas que podem reconfigurar sua sociabilidade e alterar o grupo familiar.

É nesse sentido que se deve compreender as falas de Lourivaldo, ao ser estimulado a comparar seu atual estilo de vida com o de seus conterrâneos da mesma geração, que permaneceram em sua terra de origem:

Meus colegas que ficaram lá estão acabados. Os que vieram para cá, não. Aí a gente conversa [entre nós]: cara, se a gente tivesse lá no Maranhão, como é que estaríamos? Tem uns caras aqui, que estão alavancados. Tem outros lá que estão na mesma. Se não tiver pior, alcoólatra... Aí a gente vê os amigos da gente daquele jeito e se olha no espelho [e se pergunta], cara, se eu estivesse lá, eu estaria igual a esse cidadão aí, o Gilson, que brincou na infância comigo e agora está assim [no vício do álcool]. Agora os que saíram de lá, sabe, mudaram de vida. Não mudou financeiramente, mas mudou até o jeito de viver, criou uma família, ou até duas [risos], mas teve. Agora quem fica... (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

Famílias menores possuem maiores chances de racionalizar seus custos e potencializar a renda. As famílias reduzidas ao núcleo primário no CM tendem a conseguir, com maior rapidez, construir ou adquirir sua casa própria e isso leva em conta também outra variável importante, a estabilidade de carreira, já que demora determinado tempo até que os/a operários/a ascendam ao posto de operadores/a de máquina e assim conquistem a renda de dois salários-mínimos.

Assim, as famílias em que os dois conjugues têm empregos formais ou condições de gerar duas rendas para o grupo, colocando-o num patamar de dois a três salários mínimos, a depender da quantidade de filhos/a, alcançam um patamar de consumo que as deixam na condição do que alguns sociólogos (CARDOSO; PRÉTECEILLE, 2017) chamaram de famílias “híbridas” (2017)⁹⁷, isto é, grupos familiares em que a renda garantida por parte dos seus membros pode ser considerada de classe média, o que não é suficiente para a mobilidade social de todo o grupo, mas que, em médio e longo prazo, tende a alavancar o progresso econômico das próximas gerações, uma vez que permite a acumulação de algum capital cultural e social pelos/a filhos/a.

A resignificação da família não é, pois, suficiente por si só. Ela precisa vir acompanhada com práticas de racionalidade econômica que, em termos gerais, estão

⁹⁷ Em contraposição a estudos anteriores que, ao ignorar determinados fatores históricos e sociais, classificavam o Brasil em termos gerais como país de população geral situada nas classes média, como Neri (2011).

em consonância com as práticas da classe média quanto à acumulação e ao progresso econômico. Tais orientações se destinam aos sujeitos que buscam a acumulação própria do regime capitalista: a economia e a racionalidade dos gastos no cotidiano. Para Müller, os sujeitos e as famílias das classes populares que procuram a mobilidade social precisam valer-se dos instrumentos gerais dos quais dispõe qualquer um que tenha os mesmos objetivos nos grupos de classe média. Como fica evidente no relato de Doca, sobre sua economia doméstica:

A gente faz assim, se estou com uma prestação, eu a priorizo até ela acabar. O sofá foi assim, a minha habilitação também. Só temos as prestações da casa e do colégio da Barbara [filha]. Estamos planejando a compra do carro, mas estou priorizando a geladeira, ela está nas últimas. Hoje não dá para viver sem geladeira, na minha época dava. Tem o plano de reformar a casa esse ano, mas estamos querendo gastar só com os materiais de construção, eu e minha esposa vamos colocar a mão na massa. [...] Eu recebo até o dia 06, até novembro do ano passado o meu salário acabava no dia 10. A alimentação ficava por conta do meu vale alimentação da firma, a minha esposa comprava no cartão dela, no supermercado onde ela trabalha, as verduras, as frutas e as carnes. Agora eu estou conseguindo depositar R\$ 500,00, a minha esposa também conseguiu depositar R\$ 600,00. (DOCA, entrevista, 2019)

É o que Lourivaldo classificou de “matemática elaborada”:

Foi uma matemática meio elaborada, né? Para quem é pobre, tem uns custos que é tipo assim, se eu estou pagando aqui no Conjunto, na época R\$ 114, daí tinha mais uma taxinha lá de R\$ 20 e pouco de uma manutenção do Conjunto, já dava R\$ 150. Aí já que estou pagando R\$ 150 reais aqui e eu tenho mais o *sít pass* [vale transporte] que dá R\$ 300, com mais R\$ 300 que eu pôr do meu salário, eu vou dar conta de pagar a prestação da casa. Está entendendo? Eu fiz essa matemática [e repete a fórmula]. E foi nisso que a gente falou, vamos sair daqui. Deu uma faixa de R\$ 300 de economia, mais R\$ 300 de custo [corte]. Eu coloquei só R\$ 300 a mais. (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

Nesse sentido, as famílias pobres que ascendem à condição de híbridas, assumem determinados discursos e práticas sociais econômicas mais identificados com as classes médias do que do padrão de consumo precário dos grupos mais pobres. Seguindo, assim, práticas e racionalidades econômicas próximas às classes médias, como acrescentou Müller (2009), estão adotando as mesmas práticas os agentes de mercado indicam aos indivíduos que pretendem poupar para grandes projetos financeiros: poupar para acumular, ainda que no mercado essa acumulação vire

investimentos financeiros múltiplos⁹⁸ e, entre essas famílias híbridas, o anseio é pela casa própria e, em menor medida, pelo automóvel, como símbolos e consolidação de conquistas sociais individuais e familiares. Além das reconfigurações familiares e da prática da economia, da potencialização e da racionalização dos gastos, um passo importante e comum a Doca e Lourivaldo foi a adoção do turno da noite para melhorar a renda.

Em suma, o conceito de famílias híbridas é importante por mostrar que, embora os grupos populares tenham experimentado no início do Século XXI acesso ao consumo e, com isso, patamares sociais antes não disponíveis às camadas mais pobres, as divisões de renda e classe permanecem inalteradas, já que muitas vezes o progresso fica limitado ao ganho econômico e ainda precisa ser diluído dentro de um grupo maior de pessoas. Embora as trajetórias gozem de melhores condições de vida, seu trânsito e oportunidades continuam a se limitar ao campo popular o qual se encontra localizado no interior da estrutura social geral. Em outras palavras, embora comportamentos e práticas mudem e se aproximem ou caminhem em direção aos das classes médias, só acontece – quando acontece – em termos iminentemente geracionais, em que os filhos/a têm condições de se apropriar dos diversos tipos de capital acumulados pelas famílias após anos de economia e racionalização dos gastos (e, claro, de remodelagem do grupo familiar)⁹⁹.

⁹⁸ Nas classes mais ricas, que participam do mundo do rentismo e da especulação financeira, casa própria não é questão. A recomendação atual dos *influencers* do mundo financeiro é que o mais lucrativo e seguro é viver de aluguel e investir. A ideia é que, a longo prazo, com juros e prestações, a casa acaba por ficar mais cara do que aquilo que se efetivamente pagou por ela. Nessa lógica, os recursos para a parcela obrigatória de entrada se transformariam em capital de investimentos que poderiam ser aplicados em investimentos que se valorizam a médio e longo prazo, (como os próprios fundos imobiliários, por exemplo). Enquanto a casa, em geral, a médio e longo prazo tende a si desvalorizar. Nesse entendimento, o investimento no mundo financeiro proporciona segurança econômica para viver de aluguel em um imóvel bom até o final da vida. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=84bKCuDJf4M>; <https://www.youtube.com/watch?v=aRQaljmak5k>; <https://www.youtube.com/watch?v=eAFOnmmW7XM>. Em outros termos, atualmente, a casa própria é um valor das classes baixas e médias que não têm o capital simbólico ou econômico para o mercado financeiro e o mundo dos investimentos. Para discussões sobre a financeirização das políticas sociais do país a partir dos anos 2000, ver Lavinias (2015) e Lavinias e Gentil (2018).

⁹⁹ Em termos da sociologia de Bourdieu, a mobilidade social ascendente só se efetiva mediante apreensão do *habitus* das classes mais ricas, por meio da acumulação de capital social e simbólico que as instituições de ensino, paradoxalmente reprodutora das desigualdades sociais, podem oferecer. (BOURDIEU, 1989, 2004b; GABRIEL, 2017; SCHOLZ, 2009)

A noção de famílias híbridas, assim, se torna importante para compreender que tipo de ascensão de fato ocorreu entre os grupos populares no Brasil nos últimos anos. Para responder de maneira mais objetiva ao esvaziamento do CM, no entanto, foi preciso mobilizá-la em conjunto com as reconfigurações familiares, práticas e ideológicas, que, uma vez instauradas, têm o poder de reduzir os custos e racionalizar os gastos ao limitar o grupo familiar ao núcleo primário e, com isso, permitir adotar determinadas práticas econômicas que no mercado se destinam aos que querem acumulação capitalista nas classes médias.

3.4 O operário e seu tempo: a rotina de Lourivaldo

O relato a seguir é muito frequente entre os/a operários/a:

É correria. Eu acordo às 04:40 horas e vou dormir às 23:00 horas. Minha esposa acorda às 06:10 da manhã e leva a minha filha para a escola. Minha esposa faz o almoço, deixa a minha filha na babá e vai trabalhar. A minha filha faz a tarefa na babá e eu busco ela lá às 15:00 horas. Ela estuda das 07:00 às 11:20 horas da manhã, minha esposa busca ela, faz o almoço e vai trabalhar às 14:00 horas. Daí eu chego em casa às 15:00 horas e vou lavar as roupas ou lavar a casa. Faço a janta e às 21:00 nós vamos buscar a minha esposa no serviço. Ela chega, janta e vai dormir. No domingo eu durmo até mais tarde ou eu fico descansando na cama. A minha esposa trabalha no domingo, geralmente ela tem uma folga no domingo no mês. Nesse domingo é o dia do nosso lazer. E qual é o lazer dela? Ir para a casa da mãe. Às vezes nós vamos ao shopping no domingo à tarde. (RAFAEL, entrevista, 2020)

A fala de Rafael mostra que trabalho e família são noções centrais na vida desses/a operários/a. Elas se entrelaçam à casa, que não se resume ao teto, mas abrange todo o emaranhado de relações e toda a complexa logística que é necessária para dar conta de demandas tão grandes quanto a longa jornada de trabalho na fábrica e as necessidades e os compromissos de cada um/a dos membros do grupo. Com tanto tempo gasto no chão de produção, todos aqueles/a com que conversei têm seu próprio esquema de gerir o tempo. Muito embora o trabalho na fábrica ocupe uma extensão grande de tempo e exija muito do corpo, é valorado em termos muito mais positivos

do que os arranjos temporários de trabalhos disponíveis no passado. Nesse tópico, pensando no entrelaçamento entre tempo, trabalho, casa e família, no passado e no presente da trajetória em diálogo, procuro compreender quais as dimensões do melhorar de vida em relação ao trabalho e como a família é importante nessa valoração.

Para a análise, mobilizo a narrativa construída sobre entrevistas biográficas com Louvivaldo, procurando delinear as dimensões de trabalho e as imbricações com outros domínios da vida no Maranhão e em Goiás. O objetivo é mostrar como as ideias de trabalho e de família e a relação entre elas ganham dimensão econômica maior, isto é, estão ligadas eminentemente a estratégias de sobrevivência e por melhoria na situação de vida, ainda que o tempo e a saúde sejam requeridos de maneira mais intensa. No texto que se segue, embora a análise repouse sobre a dimensão do trabalho em sua trajetória, mantenho intencionalmente detalhes de contextos familiares que serão explorados mais adiante.

Seis da manhã é o horário em que a rotina diária se inicia para boa parte dos/a trabalhadores/a brasileiros/a. Um banho, um café preto, e já grande parte da massa trabalhadora do país segue em direção ao ponto do transporte coletivo ou ao seu automóvel próprio rumo ao emprego. Lourivaldo, que desde sua primeira experiência aos dezoitos anos de idade trabalha na produção das FM, entretanto, destoa desse padrão. Ele encontra-se dentro de outro grande grupo – dos que têm jornada de trabalho noturna. Contudo, apesar de passar a noite toda sobre uma máquina de empilhadeira, subindo e descendo toneladas e toneladas de embalagens plásticas, matéria-prima e caixas de prateleiras de até dez metros de altura ou abastecendo, com a mesma máquina, caminhões e carretas com os “produtos acabados” da empresa, seus dias não podem ficar reservados somente ao sono.

Seu cotidiano, enquanto pai de família que por injunções familiares e pessoais não abre mão da vida doméstica, não se limita ao salário arrematado do trabalho formal nas fábricas. É difícil dizer se, para ele, seis da manhã é o momento de término ou de início de sua labuta diária. De fato, da perspectiva do emprego no mercado, seis da

manhã é quando chega ao fim sua rotina de trabalho na fábrica, já que seu turno na empresa começa às vinte e duas horas do dia anterior. A partir do momento em que bate o ponto no relógio eletrônico na entrada da linha de produção, são oito horas ininterruptas de uma série de atividades distintas até culminar no fim da jornada, sem tempo para cochilos ou descanso para além dos quinze minutos diários de pausa para lanche. Seis noites por semana, ele atravessa de ponta a ponta os depósitos de almoxarifado da empresa, cumprindo suas obrigações de contar, conferir, organizar, abastecer e carregar depósitos e caminhões. Lourivaldo é hoje classificado na estrutura de carreira da fábrica como “operador nível dois”.

O interlocutor foi pai pela primeira vez aos dezessete anos e hoje seu casal de filhos tem dezoito e sete anos de idade. No que diz respeito ao próprio pai, nunca teve certeza de sua identidade. Da infância e adolescência nordestina, guarda penosas lembranças: a pobreza, a condição de filho adotivo que morava próximo à mãe e aos irmãos/a biológicos e os trabalhos precários e mal remunerados.

Residiu na cidade de Carolina, no Maranhão, até os dezessete anos. Nesse período desenvolveu diversas atividades informais, bicos que lhe garantiam algum dinheiro para contribuir nas despesas da família. Trabalhou na lavoura, na construção civil, na indústria madeireira, no comércio e em todo tipo de trabalho remunerado que lhe aparecia, às vezes em jornada dupla ou até infringindo a lei em troca de sustento. Suas condições o colocavam sempre atento e ávido por “serviço”, mesmo que isso não significasse remuneração imediata, mas apenas a promessa de empregos futuros.

Ficar lá, você não tem expectativa, você entendeu? Não tem expectativa, expectativa de emprego e de vida. Entendeu? Você só pensa em... você não pode fazer conta estando lá... você sempre vai depender de alguém. Aqui eu dependo de mim, eu trabalho. Lá você vai depender do próximo, seja quem for, um parente... você sempre vai ficar na mendiga de pedir emprestado, você está entendendo?... até uma roupa para você usar, tem que pedir emprestado. Se você quiser ir numa festa, você tinha que pedir emprestado. [...] Aqui, não. Aqui, você está trabalhando, tem emprego. Eu menosprezo o Maranhão pela falta de emprego. Porque quem quer trabalhar,

arrebenta... quem tem uma família, quem pensa no seu filho... não dá.
(LOURIVALDO, entrevista, 2021)

Além disso, Lourivaldo ressalta o quão difíceis e precários foram os trabalhos que ele encontrou em seu passado no Maranhão:

Cara, [procurando palavras] é serviço... não é emprego fixo. Não tem emprego fixo, é bico. [...] A vida da gente lá é de fazer bico. Não tem emprego fixo no Maranhão, não. Trabalhei demais lá no Maranhão. Era moleque novo e enfrentava cada coisa, cada bucha, cada serviço. [...] Eu trabalhei na prefeitura, não tinha insalubridade de serviço, não. Qualquer buraco você tinha [que entrar]. Se tivesse um esgoto, você tinha que entrar no esgoto para limpar. Se tivesse uma mata para você roçar, você tinha que entrar. Podia ter cobra, marimbondão, abelha, o que fosse, você precisava [...] ir, porque você precisava do emprego. Não era carteira assinada. Era só assim um palavrado. Isso a prefeitura da cidade! Só era palavrada. Eles falavam você vai trabalhar, então me dá seu nome aqui e pronto. Não precisava documentos... não pediam um CPF, um endereço, uma identidade, não pedia nada. Só seu nome. E nisso eu trabalhei um ano, um ano e dois meses desse jeito. Pagavam certo. Pagavam por semana e era diária. Se você faltasse, fim de semana, não tinha dinheiro. Não tinha negócio de atestado. Você não tinha direito. A prefeitura não tinha um RH, quem pagava era um representante lá. Pegava o dinheiro e entregava para você. Aí você pegava o dinheiro e pronto. E aquele dinheiro que você pegava no fim de semana, no domingo ele já acabava. Você tinha uma feira para pagar... você pagava o dono da venda, as coisas que você já tinha consumido. Era brabeza. No ano que eu entrei, mudou de político. Fala prefeito, né? Aquele pessoal que foi contratado daquela maneira saiu e entraram novos. Foi aí que eu fiquei só fazendo bico. Foi na época em que eu fui para a roça, lá na serra [para retirar madeira] ..., que [o IBAMA] pegaram nós. Aí eu falei, não vou ficar mais nessa não. Vou embora para o Goiás. [...] (LOURIVALDO, 2021.)

Como afirmou Pina-Cabral, nos contextos em que os/a jovens estão sujeitos/a a uma realidade de pobreza que não deixa perspectiva de construção de uma unidade doméstica, a “[...] conjugação entre autonomia pessoal e consciência de uma situação de precariedade socioeconômica, implica que a mobilidade pessoal dos jovens se apresenta [...] como um imperativo moral (a pessoa tem a obrigação de se ‘se virar’)” (PINA-CABRAL, 2014, p. 37). Assim, Lourivaldo foi atrás de outros arranjos que o levaram (e a sua família) para Goiás. Dezenove anos depois, debaixo do próprio teto, uma casa financiada no setor Expansul (próximo ao CM), com o filho mais novo assistindo a uma programação infantil qualquer na TV a cabo, acompanhado por outra criança do bairro na sala, a filha mais velha acessando o *Facebook* pelo celular,

deitada sobre a cama no quarto, e a esposa tirando a sesta da tarde no quarto dos genitores, ele pode dizer – e constantemente diz – que conseguiu alcançar seus objetivos com a mudança. Após a migração, ele foi efetivado numa vaga nas FM. Emprego muito ao acaso, já que não conhecia ainda ninguém da empresa. Quando veio para Goiás, aliás, só tinha aqui a mãe biológica.

O emprego garantido já no primeiro mês na cidade foi, depois da migração, o passo inicial para construção de um núcleo familiar próprio, e da estrutura para acomodá-lo, e para a melhoria de vida desejada. Mas, para garantir esses padrões mínimos de consumo no mundo urbano – que ele não tinha ao nascer, mas precisou conquistar para si para depois dar aos filhos/a –, o operário precisou estabelecer uma rotina muito diferente da anterior, tolerando consequências inclusive sobre o próprio corpo, além do aprisionamento num entendimento de tempo que precisa conviver lado a lado com o tempo voltado para as atividades domésticas, não menos extenuantes.

Tempo para cuidar da família é a principal motivação de Lourivaldo para trabalhar no período da noite. Além disso, o adicional noturno lhe garante um terço a mais no salário, o que aumenta sua capacidade de prover os recursos da casa. Com o único meio de transporte que a renda lhe permitiu adquirir, uma motocicleta de 124 cilindradas, o interlocutor tem o cuidado de entregar cada membro da família ao seu lugar de destino e de buscá-los todos os dias, mesmo após uma noite inteira de trabalho no almoxarifado da fábrica. Primeiro leva a filha mais velha até o colégio onde cursa o Ensino Médio. Depois, retorna à casa para levar o filho mais jovem até a escola municipal do bairro para, finalmente, deixar a esposa em um dos diversos e diferentes lugares onde ela exerce a profissão de diarista autônoma na grande Goiânia.¹⁰⁰

Só após essas atividades, por volta das dez da manhã, ele consegue dormir. O descanso, porém, dura pouco. O despertador o coloca de pé pontualmente às onze e

¹⁰⁰ Segundo Tatiane D. Silva (2013), as mulheres têm menos participação no mercado de trabalho e são mais atingidas pelo desemprego. Além disso, ela ressalta que as mulheres negras, como a companheira de Lourivaldo, são representadas nos serviços sociais de forma geral, incluindo as funções doméstica, de saúde e educação, reforçando os papéis e as funções de cuidadoras de mulheres e de negras.

meia para buscar o filho mais jovem e, em seguida a filha na escola, onde as aulas terminam pouco depois do meio-dia. Só quando retorna e ajeita alguma coisa para todos almoçarem é que pode novamente dormir. Agora durante um período um pouco maior, até quatro e meia da tarde, quando o relógio desperta novamente, apontando a hora de buscar a esposa em seu trabalho¹⁰¹. Quando retorna com a companheira, pouco depois das seis da tarde, consegue dormir mais um intervalo de tempo, até se levantar às nove e se apresentar na fábrica às dez da noite.

Segundo Tim Ingold (2000), na perspectiva dos saberes ocidentais, é muito comum compreender que o capitalismo e o advento da industrialização mudaram definitivamente a forma com que os homens entendem as noções de trabalho e tempo. Costuma-se dizer que a tecnologia e as novas formas de produção da modernidade teriam dissociado a noção de trabalho da “orientação para tarefas”, com a qual os homens pré-industriais, ou nas sociedades tradicionais, orientavam as atividades sociais que produzem a vida em comum. Isso teria transformado o tempo em um tipo de medida que qualifica e hierarquiza nossas atividades diárias e nosso próprio comportamento a partir de um parâmetro exterior ao indivíduo, o tempo do relógio da era industrial.

Essa noção embute a ideia de que as sociedades capitalistas têm sua própria noção de tempo, e a tecnologia moderna superou as restrições do mundo natural, colocando as forças da natureza sob controle, organizando-as em conformidade com uma programação imposta e artificialmente planejada, isto é, ao redor do relógio. Trabalho no mundo industrial, dessa forma, é essencialmente força de trabalho, o tempo em que se pode contratar um indivíduo para realizar determinados tipos de atividades. Nas sociedades capitalistas haveria, portanto, uma demarcação clara entre trabalho

¹⁰¹ Segundo Lourivaldo, sua companheira faz de quatro a seis faxinas por semana, nas mais diferentes regiões da capital. Com patroas de longas datas, clientela que ela vem conquistando desde que se mudou para Goiás, alcança uma renda que se equipara (por vezes ultrapassa) à do companheiro. Com a diferença que, salvo casos em que lhe interessa, não costuma trabalhar sábados e domingos. A faxina mais distante, na região noroeste da cidade, próximo ao terminal de ônibus do transporte coletivo Padre Pelágio, é também sua cliente mais antiga. Percurso feito, como dito, assim como todos os outros, com o auxílio de seu companheiro.

e vida. Dentro dessa lógica, a parte da vida relacionada à subjetividade fica restrita aos tempos de consumo e lazer e não ao da produção.

Essa separação é, de fato, uma vinculação formal da lógica de produção capitalista, pois o princípio definidor do capitalismo é a alienação da força de trabalho, portanto, ela mesma se configura como uma mercadoria. Assim, do ponto de vista da lógica do capitalismo, o trabalho se resume a sua força de trabalho, e os/a trabalhadores/a a meros apêndices das máquinas e do sistema da fábrica. Por outro lado, ainda da perspectiva do capitalismo, o/a trabalhador/a, enquanto força de trabalho, paradoxalmente não produz sua vida, pois esta pertenceria ao empregador (ao menos por um período), e gasta seu próprio tempo numa atividade de produção que só lhe interessa enquanto viabilização das condições imediatas de existência. Decorre disso que o tempo livre, isto é, aquele identificado com lazer e consumo, é o tempo que efetivamente se deseja, pois seria o espaço da própria individualidade privada e subjetiva, contra as estruturas da vida cuja temporalidade é a hora relógio.

Contudo, segundo Ingold, existe a perspectiva das próprias pessoas engajadas no trabalho fabril. Do lado deles/a, a experiência é vivida de uma forma um pouco diferente. Dificilmente qualquer atividade na produção seria realizada, se as pessoas não se engajassem em suas atividades na produção como engajam-se verdadeiramente nas demais atividades do seu cotidiano. O capitalismo não transformou as pessoas em máquinas, de fato, e as pessoas se colocam ao trabalho da mesma forma que enfrentam outras dimensões da própria vida; e isso não é diferente do tempo em que sua força de trabalho está alienada ao empregador. O trabalho dos/a trabalhadores/a na fábrica continua sendo realizado da perspectiva humana: a orientação para tarefas que dá sentido ao seu tempo social, sua casa, sua própria vida. As tarefas são atividades realizadas por pessoas que exigem maiores ou menores graus de habilidade técnica. Só seres humanos podem realizar tarefas. Elas são defendidas em tornos de seus objetivos e esses objetivos surgem do envolvimento do agente dentro da vida social.

Além disso, as tarefas também são um tipo de índice de identidade pessoal e social: dependem de quem as pessoas são e, de certa forma, o desempenho nessas tarefas

faz as pessoas quem elas são. Também não podem ser realizadas isoladamente, mas sempre em um cenário constituído pela copresença de outros, cuja performance necessariamente também possui uma influência sobre o meio. Dessa perspectiva, não há distinção real entre trabalho (na produção) e vida social; e o tempo é o movimento inerente a ambos.

Para Ingold, essa também seria a perspectiva das sociedades tradicionais ou pré-industriais – aquelas que não diferenciam trabalho da vida e que não estão sujeitas à dicotomia moderna entre tempo livre e tempo de trabalho –, compreendida como superada nos contextos da modernidade. Ingold, no entanto, argumenta que essa forma “tradicional” não desapareceu, ao contrário, permanece como cerne geral de orientação das pessoas, no entanto teve que se acomodar e ver-se coordenada sobre a nova forma de entendimento de tempo e trabalho gerada pelo capitalismo e pela lógica da mercadoria. Na medida em que o/a trabalhador/a se engaja em seu trabalho, não é mais possível dizer que a orientação para tarefas desapareceu e em seu lugar a hora do relógio regula o comportamento e o trabalho das pessoas, pois a orientação para tarefas, que regula o tempo social dos indivíduos, é, propriamente, uma forma de estar “em casa”. A casa não é a instituição primitiva mantida pelo capitalismo para a reprodução da força de trabalho, mas uma zona de familiaridade que as pessoas conhecem intimamente e onde também são intimamente conhecidas e, assim, abrange todas as configurações da vida cotidiana, a residência, a rua, o bairro ou o lugar de trabalho.

As máquinas, dessa forma, em sua presença concreta, são componentes substanciais do ambiente imediato e se envolvem com eles; são parte inevitável do enfrentamento cotidiano do mundo. Em vez de meramente operar uma tecnologia, os/a operários/a enfrentam o mundo com máquinas. A atividade, assim, pertence a eles e gera habilidades que só podem ser adquiridas por meio da experiência de trabalho. Aliás, é por meio dessas habilidades de enfrentamento que os/a trabalhadores/a são capazes de resistir a um regime de comando e controle, que procura reduzir sua atividade a uma operação de um sistema externo de forças produtivas, num processo que se desenrola no próprio corpo do/a trabalhador/a.

As máquinas, com as quais eles enfrentam o mundo, também podem levar o corpo humano até seus limites de tolerância. Mas ainda assim, para Ingold, o/a trabalhador/a está em casa nesse ambiente. É como pessoas, e não como unidades de força de trabalho, que os trabalhadores se engajam com os equipamentos industriais ao seu redor e o significado que esse equipamento tem para eles/a surge no contexto desse engajamento. A orientação para tarefas, dessa forma, está contida no próprio cerne da produção industrial, no local de trabalho; lidar com as máquinas faz parte do processo de produção do/a trabalhador/a como agente social.

Mas, então, segundo Ingold, qual é a verdadeira perspectiva das sociedades industriais? A leitura do mundo a partir da lógica do tempo e do trabalho como mercadorias que alienam a vida ou, antes, a perspectiva na qual as pessoas se orientam por tarefas e constroem a vida também quando se engajam na fábrica? Para o antropólogo, a capacidade de coordenar os próprios movimentos com a passagem do tempo medido pelo relógio é uma habilidade adquirida, e a coordenação é em si uma tarefa realizada ao lado de outras da vida social. A orientação para tarefas, assim, não é sobrevivência da era pré-industrial, mas parte constitutiva da própria forma com que os homens lidam com o mundo, isto é, estão em casa – florescendo, portanto, no cerne da produção industrial, nas atividades de enfrentamento dos trabalhadores com as máquinas. A própria identidade do trabalhador vai estabelecer relação com os lugares que ele ocupa, de uma maneira abrangente, na empresa.

Isso, entretanto, não anula a perspectiva em que o capitalismo procura reificar os trabalhadores e o próprio tempo social. Assim, para Ingold, a dinâmica da sociedade industrial não pode ser entendida da perspectiva da habitação (do estar em casa) ou da mercadoria (do capitalismo) ou vice-versa, mas na relação dialética entre elas, numa oscilação horizontal. De uma perspectiva, há tempo livre e tempo do relógio; da outra, a vida consiste em tarefas. Esse movimento, contudo, não é uma transição da tradição para a modernidade.

Grosso modo, Ingold estabelece um contraponto à noção foucaultiana de disciplina¹⁰². Noções como poder e dominação não fazem parte do vocabulário e do escopo de análise de Ingold. Contudo, há, certamente, um processo de disciplinamento do qual o sujeito emerge do emaranhado de forças que o produzem no interior de um discurso ou regime de disciplinamento para o trabalho. Por outro lado, existe, igualmente, um processo de aprendizado e apreensão de habilidades singulares com os quais os sujeitos se engajam no mundo. Como duas faces de uma mesma moeda, ainda que um dos lados penda muito mais para a acumulação de capital. De certa maneira, a dominação funciona também porque o/a operário/a vivencia a fábrica para além de seu disciplinamento, como quem habita verdadeiramente o lugar onde está.

A perspectiva da habitação, com suas habilidades e relações sociais situadas, é a condição primária de estarmos em casa no mundo, ou a base sobre a qual a ordem da modernidade foi construída e da qual não é possível se esquivar. As sociedades industriais modernas estão confinadas a uma oscilação entre os polos. Fomos forçados a acomodar essa nova orientação. A vida foi apanhada no doloroso processo de negociação entre esses extremos, da moradia e da mercadoria. Nesse processo está a dinâmica da sociedade industrial, dinâmica que foi deslocada para a relação entre sociedade e mundo. (INGOLD, 2000)

Lourivaldo já está há mais de uma década trabalhando no período da noite. Suas noites de sábados, na prática seus domingos de sono, começam às seis do fim de tarde. Ele disse que o corpo já está acostumado a tal rotina e as noites de sábado são seu sono mais profundo de toda a semana, em que nada o acorda. A falta de sono já o levou a vários apuros, como esquecer uma panela no fogo e quase incendiar a casa (na época em que ainda morava no CM) e dormir ao volante da motocicleta no retorno

¹⁰² E aqui também tenho em mente as análises foucaultianas feitas por Rago (1985) sobre a subjetivação da classe operária paulista nas décadas pré-Estado Novo em São Paulo. Para a autora, aos tumultuados anos 1910, de revoltas, greves e movimentos de cunho anarquistas e comunistas entre os operários paulistas, a classe patronal investiu, na década seguinte, na ressignificação do trabalho fabril. Transformando a “fábrica satânica” em “fábrica higiênica”, deslocamento e descentralização da dominação do patrão para o maquinário e outras técnicas impessoais de organização do trabalho e, como dito, na construção de vilas operárias com um sistema que visava produzir um sujeito forjado no estar disponível ao trabalho, mantendo-se distante das práticas e lugares consideradas pelas classes dominantes como aviltantes ao senso civilizador do trabalho aos pobres.

do trabalho da companheira, numa das vias laterais da rodovia BR 153. Ele teve sorte, pois o sono veio perto de um “quebra molas”, quando ele já estava diminuindo a velocidade da moto. Acidentes que, felizmente, não tiveram consequências mais graves. Além disso, ele sofre de fortes dores de cabeça ocasionais, que só desaparecem com remédios e sono profundo. Meu ponto é que Lourivaldo não teve que mudar substancialmente a forma de se relacionar com o tempo e a vida para se adaptar à vida na sociedade industrial. Como todos nós, está aprisionado na dialética da vida social contemporânea, onde o corpo é o *locus* central da oscilação.

O trabalho industrial foi para o interlocutor um rompimento não com um entendimento tradicional de tempo, mas com condições de trabalho precárias de um passado para o qual ele não deseja retornar. Aliás, ele decididamente construiu sua subjetividade, num processo de identificação com os valores dessa sociedade e consegue mesmo transformar esse entendimento de tempo como mercadoria em seu aliado, sem, contudo, deixar de lidar com as tarefas de sua própria vida que, em muitos termos, é o cuidado com sua família. O tempo do, digamos, trabalho digno foi incorporado, instrumentalizado e agora coordena as demais tarefas, tudo orientado dentro de seu propósito de fazer sua vida (em Goiás).

Nesses termos, pode até ser que o trabalho fabril e a lógica da mercadoria que tem ação inegável na sociedade contemporânea cobrem um preço sob seu corpo. Mas, como vimos, em comparação com as formas de trabalho como forma de garantia de manutenção da vida de que dispunha em seu passado, ele está bastante “satisfeito”

com os resultados que já conseguiu e não pretende deixar o turno da noite tão cedo. Não é à toa que a continuação da última fala sobre os relatos de trabalho no Maranhão foram: “[...] Graças a Deus eu vim para Goiás. Agradeço muito. Eu sou goiano agora. Tenho vinte anos aqui. Tudo que eu tenho foi construído aqui”.

3.5 Conclusões

O presente capítulo, que em grande medida prolongou as discussões do anterior, procurou tratar da dimensão ocupada pelo trabalho na trajetória desses/a operários/a, atento ao impacto da mudança de contexto e natureza das atividades, bem como ao resultado efetivo em renda e condições de vida, e a arranjos e renúncias necessários para bem conjugar as relações entre trabalho, família e casa com o projeto de melhoria de vida.

Assim, tendo em vista os três pontos centrais elencados (“tipo” de trabalho; renda e tempo; e intersecção de cada um com família e casa), depreendo que a) o trabalho na fábrica é compreendido como mais digno que a “mendiga” do passado, que b) a renda que este proporciona ou proporcionou às pessoas – ou, mais exatamente, a previsibilidade que ela dá aos projetos –, ainda que figure no piso do mercado de trabalho, quando combinada a resquícios de um precário estado de bem-estar social (que surge do entrelaçamento entre Estado e políticas unilaterais de grupo industrial) oportunizou o ingresso numa ordem mais justa em termos econômicos e sociais. Além disso, entendo que c) malgrado o grande peso do trabalho fabril sobre o próprio corpo e as longas jornadas, d) o trabalho e os recursos aqui embutidos puderam dar condições materiais mínimas para a saída do estado de indiferenciação social, própria dos grupos mais subalternos e vulneráveis socialmente. Além disso, e) quando tomado como chave de interpretação para o passado, o emprego na fábrica é valorado como incomparavelmente superior ao padrão de arranjos de trabalho e renda do passado, e que f) passado, memórias de privações materiais decorrentes da pobreza, e lugar de origem se confundem como uma realidade superada e para a qual não se deseja retornar. E, finalmente, g) que o trabalho é um lugar em que verdadeiramente se habita o mundo. Mais do que isso, é um lugar de aprendizagem e aquisição de habilidades para estar no mundo, onde se engaja, verdadeiramente, com pessoas e máquinas para se construir, habitar e fazer o mundo e a própria vida.

Capítulo 4 | FAMÍLIA, casa e vicinalidades

4.1 Introdução

Neste capítulo, pretendo tratar das relações que se tecem no círculo social mais íntimo dos/a operários/a. Esse círculo não se resume aos que vivem na casa, pois “os de casa” não são apenas os que lá moram. Nesse sentido, as histórias que emergem das trajetórias podem ser lidas a partir do conceito de “vicinalidade”, coabitações diluídas fincadas em vínculos afetivos validados pelas demonstrações mútuas de “consideração”. Dada a já ampla operacionalização do conceito, o foco no material etnográfico foram as relações tensas no interior da vicinalidade que mexem com a imagem pública dos sujeitos ou que forçam o parentesco por consideração ao limite. Tendo em vista a densidade dos vínculos da vicinalidade (e diferente do que se encontra na literatura), seu limite não significa uma ruptura completa, mas um afrouxamento dos laços, acompanhado invariavelmente das tensões dos processos de distanciamento entre antigos/a considerados/a. Termino o capítulo com a tentativa de apreensão do sentido do projeto familiar do melhorar de vida.

4.2 O/a operário/a, casa e os/a de casa

O CM, em termos de moradia, como foi dito, proporciona um patamar de segurança habitacional e conforto que boa parte dos/a operários/a que lá habitam ou habitaram jamais teve até então. Ele certamente ocupa significados múltiplos para as pessoas – foi lugar de segurança para Lorena, recomeço para Dona Leninha, autonomia e independência para Isadora. Mas o que o bairro significa em comum para elas e todos os outros moradores/a é o fato de ser uma etapa importante que pode acelerar a construção do aspecto mais concreto no projeto iniciado com a migração, a

construção da moradia ou, o que é mais comum nos dias atuais, a compra da casa própria.

Em resumo, uma vaga no bairro permite aos operários/a abrir espaço nos rendimentos mensais para a poupança da casa própria, que costuma ser a grande meta de todos/a, e os termos “sonho” e “conquista” são constantemente mobilizados para falar do grande objetivo. É certo que apenas a ausência de aluguel não é condição suficiente para a poupança. Foram, no caso dessas trajetórias, importantíssimos também os financiamentos habitacionais populares e, claro, até como forma de viabilizar as condições burocráticas, a estabilidade do emprego e da renda fixa que o setor industrial costuma oferecer em seus postos de trabalho, a despeito dos baixos salários. Foi esse o padrão dos/a operários /a que passaram pelo CM e hoje têm suas casas financiadas, curiosamente em regiões não muito distantes do antigo bairro (considerando-se, é claro, a localização das fábricas).

Para Maciel (2012), a casa própria ocupa lugar fundamental no projeto dos migrantes pobres em melhorar de vida. Confere atributos concretos ao melhorar de vida, pois permite o abandono do aluguel e a autonomia em relação à família extensa. Isso, muitas vezes, coloca os aspectos topográficos e a infraestrutura desfavorável da região em segundo plano. Contudo, o debate sobre o lugar da casa própria para as camadas populares iniciou-se realmente na década de 1970 com Eunice Durham (DURHAM, 1988). Para ela, existe nas camadas populares uma valorização da propriedade privada, não as dos meios de produção, mas aquela na qual se constrói a vida, a casa. No entanto, os pobres foram construir suas habitações muito longe, ocupando as margens da cidade, muito embora outro aspecto central de suas vidas, o emprego, muitas vezes, se encontrasse a grandes distâncias em sentido contrário ao lugar de habitação.

No início do século, as habitações populares no país estavam a cargo prioritariamente da economia privada. Para as imobiliárias, foi muito lucrativa, durante algum tempo, a venda de terrenos nas bordas das cidades, parcelados por décadas, em prestações que a classe trabalhadora, com muita dificuldade, fazia caber no orçamento. Assim, as famílias pobres, grande parte delas migrantes rurais, erigiram não apenas suas

moradias de maneira paulatina, mas também os bairros periféricos – os subúrbios. Faz parte da paisagem das periferias urbanas as casas ainda inacabadas, permanentemente em construção. Nesse sentido, para Durham, a noção da casa própria entre as camadas populares se confunde com a própria construção das periferias dos centros urbanos brasileiros.

O processo, portanto, não tem fim. Assim que termina a dolorosa *via crucis* do pagamento do terreno e da construção da casa dos pais, recoloca-se a necessidade de começar tudo outra vez para os filhos. A esperança é que os filhos já estejam melhor de vida, tendo estudado e arrumado emprego melhor, podendo começar de um patamar um pouco mais alto. Quem consegue realizar esta esperança, tendo empregado nela toda a sua juventude e maturidade, considera que, na verdade, venceu na vida. (DURHAM, 1988, p. 6)

Por muitos anos, esse foi o modelo de acesso à casa própria nas camadas mais pobres no Brasil: terrenos quitados de maneira parcelada, assim como a construção das casas, erigidas, na maior parte das vezes, pelas mãos da própria família; historicamente como empreendimentos inter e intrafamiliares. O terreno adquirido à prestação é dividido, cedendo espaço aos filhos/a que se casam e formam novos núcleos familiares ou parentes que chegam das regiões rurais de origem, com os mesmos objetivos. Ela é símbolo da conquista social, como já afirmaram Durham e Maciel, mas também pode ser peça na economia familiar, um investimento, uma poupança para o progresso econômico do grupo. O terreno valoriza, a casa pode ser ampliada e ter partes alugadas, e, com isso, torna-se fonte de uma pequena renda, contribuindo para os planos de estabilização econômica e mobilidade social¹⁰³.

Sarti incluiu a casa dentro do emaranhado hierárquico da “família pobre”. Ela é o lugar que acomoda os lugares, isto é, os papéis sociais do homem, da mulher, dos/a

¹⁰³ Outras obras que colocam a casa no emaranhado de relações que entrecruzam pessoas, coisas, objetivos e afetos e que não poderiam deixar de ser mencionadas são os estudos sobre grupos médios de Gilberto Velho (1989) nos anos 1980 em “Utopia Urbana” – etnografia dentro do condomínio Estrela no Rio de Janeiro, em que as ideologias e as representações dos sujeitos são chave para acessar os campos de possibilidades e as trajetórias de vida dos/a pesquisados/a; e a controversa “Casa-grande & senzala”, de Gilberto Freyre (2003), de 1933, que suscita merecidas críticas, sobretudo no que se refere às relações raciais, mas que, ao mesmo tempo, oferece pistas sobre os lastros que ainda ligam as práticas sociais contemporâneas à gramática social do período escravocrata. Por fim, em “A casa e a rua”, DaMatta (1997) oferece uma visão bastante original sobre a dinâmica relacional entre público e privado no país.

filhos/a. Muito embora, para a antropóloga, as famílias oriundas dos grupos mais pobres estejam configuradas em “rede”, a casa se modula ao redor da ideia nuclear de família, pois “compor uma casa” é ideia que está implícita nos arranjos matrimoniais: “[a] ideia de família compõe-se, então, de três peças: o casamento (o homem e a mulher), a casa e os filhos”. (SARTI, 1994b, p. 49)

Nos últimos anos, outros modelos de habitação popular surgiram para os grupos de baixa renda, assim como outras perspectivas de análise que, seguindo o fluxo dos atores na formação de suas redes e sociabilidade, procuraram efetivamente pensar a casa como o lugar de conexão entre os modos de ganhar e fazer a vida, e as relações de parentesco e afeto que se entrecruzam nela. O programa habitacional MCMV foi um divisor de águas quanto aos modelos de habitação para a chamada pequena classe média e, em sua primeira década de existência, também para classes trabalhadoras de baixa renda. Segundo Moisés Kopper, o programa alavancou o crescimento econômico brasileiro, fortalecendo o setor da construção civil e articulando trabalhadores, planejadores urbanos, elaboradores de políticas públicas e movimentos sociais inventando um mercado emergente que conecta cidadania, consumo e moralidades de classe média.

O [MCMV] sedimenta um modelo de política pública em que os benefícios são concedidos à população por meio de alianças difusas entre estado e mercado. Construtoras e beneficiários passam a depender de uma participação ativista da demanda e proposição ativa desses bens, ambos mediados por um Estado de bem-estar minimalista. Ao transformar o acesso à casa própria em um benefício limitado e escasso, o Estado conjuga a inserção na sociedade de consumo como o acesso à cidadania, buscando alcançar esses beneficiários à “nova classe média” brasileira por meio do espaço construído. (KOPPER, 2016, p. 188)

Daniela Petti (2020) estudando os novos modos de vida que são erigidos entre ex-moradores de favelas cariocas remanejados de suas habitações e inseridos em condomínios populares do programa habitacional MCMV, concluiu que espaços e sujeitos se fazem e refazem mutuamente, na medida em que o lugar é vivido, pensado e repensado. Depois de sair de habitações tão precárias, o morar em um condomínio se torna política e forma de valorização de casas e vidas, que produzem uma verdadeira clivagem positiva na trajetória das pessoas.

A casa, nesses termos, materializa-se enquanto processo na vida cotidiana, se inter-relacionando com outros tipos de constituição do eu e de suas identidades. Ela é parte no jogo de tempos e espaços que constitui o ato de fazer a vida. Espaço da produção e da reprodução social, a casa dita as esperanças e as projeções de futuro de seus moradores. É, também, espaço de circulação de coisas e pessoas, conexão entre formas de trabalho e formas de se manter a casa; ganhar a vida e manter a casa, nesses termos, são processos intrinsecamente conectados. Ela está fortemente permeada das relações familiares, de vizinhança, e amizades e é indissociável da contínua atividade de se fazer a vida, insere-se no contínuo esforço de produção de si mesmo. (RAMOS PETTI, 2020)¹⁰⁴

Ainda dentro da proposta de seguir os fluxos dos interlocutores e observá-los em atuação e circulação em suas próprias redes de sociabilidade, Emília P. Godoi (2014) atrelou a noção de casa entre os grupos populares de baixa renda à categoria analítica da vicinalidade, e a colocou como um ponto de intersecção na intrincada rede de relações que emergem na vida das pessoas das camadas mais pobres no seu esforço de “tornar a vida possível”¹⁰⁵. Vicinalidade, para ela, está ligada às ideias de fluxo,

¹⁰⁴ Em consonância com Petti, em estudos de geografia humana, Joamara Borges (2013) argumenta que, enquanto os programas habitacionais brasileiros ao longo dos períodos desenvolvimentistas priorizam o aspecto econômico, a estruturação do setor de construção civil e seu papel na dinamização da economia, além do aspecto ideológico e do controle social – uma crítica que se estende mesmo ao programa MCMV –, para as pessoas de baixa renda que habitam a residência, por outro lado, a casa própria é compreendida como o símbolo de uma conquista social, ocupando papel chave na construção das subjetividades.

¹⁰⁵ Em sentido próximo, e pesquisando os movimentos migratórios da sociedade de Cabo Verde, Andréa Lobo utiliza como categoria analítica a expressão “família transnacional” ou “família à distância” para tratar das redes de apoio mútuo que se formam entre os que partem, os que voltam e os que partem novamente. Nesse sentido, “famílias conseguem ser famílias nessas situações graças ao universo de reciprocidade, cuidado mútuo e solidariedade que se tece em uma complexa rede de relações que ultrapassa fronteiras nacionais” (LOBO, 2020, p. 207–8). Essa configuração emerge da necessidade dos que partiram de cuidarem dos que ficaram, em que a troca é entendida como um fator que estrutura as relações entendidas como familiares. Rosana Pinheiro-Machado, por seu turno, utiliza as noções de “parentesco” e “família” para tratar de relações de aliança calcadas na reciprocidade entre trabalhadores/a de um mesmo ofício, os/a vendedores/a ambulantes do centro de Porto Alegre, “camelôs” e “sacoleiros”. Para ela, três tipos de relações familiares distintas perpassam esses indivíduos (“família de rua”, “família de casa” e “família de mundo/viagem”) e configuram-se como “parentesco simbólico”, cada um com códigos, fronteiras e linguagens próprios e extrapolando os limites tradicionais da aliança e consanguinidade. Para a autora, esses modelos são “formas alternativas de vida, criadas no universo cotidiano de atores sociais que manipulam modelos familiares dominantes e hegemônicos do mundo contemporâneo (a família nuclear), recusando-se a compartilhar de uma só lógica familiar”. (PINHEIRO-MACHADO, 2006, p. 69)

rede, circulação e coabitação. Não se confunde com a ideia de vizinhança, pois não são zonas territoriais ocupadas por grupos de parentes, mas fronteiras indeterminadas e móveis, que se estruturam em torno de uma casa fundadora ou de casas agregadoras, e mesmo as transformações socioeconômicas e as distâncias que se processam ao longo da vida dos indivíduos não são capazes de desarticular inteiramente as relações de obrigações mútuas que foram estabelecidas entre vizinhos/a e parentes – de maneira até intrageracional.

Grosso modo, são formas de coabitação e copresença que cruzam casas, atravessam gerações, embaralham descendências e alargam a configuração de ajuda mútua, em relações que estão entre o parentesco, o parentesco por afinidade e a amizade. Atrelada à noção de coabitação e entreajuda, a casa – enquanto *lócus* de morada, circulação e encontro de pessoas, relações e coisas – é também onde as vicinalidades são forjadas:

Em verdade, meus registros etnográficos indicam que as pessoas que vieram de São João de Cortes [estado do Maranhão] para São Paulo concentram-se na Cidade Tiradentes. Contudo, atualmente também moram no Jabaquara. Sílvia, casada com o irmão do marido de Rosângela e filha de Pai Velho, morador de São João. As duas mulheres, tanto Rosângela quanto Sílvia, mudaram-se para o Jabaquara após terem se instalado em São Paulo na Cidade Tiradentes, em função da rede familiar de seus maridos, de origem paraibana. As casas, quase sempre estreitas, alinham-se coladas umas nas outras nas íngremes ladeiras do bairro e nelas encontramos avizinhasdas ao menos duas gerações, pais e filhos que já constituíram "família" e novas unidades residenciais. Esta rede de parentes que, vista de fora, parece se esgarçar nas distâncias, sustenta-se com frequentes trocas de bens e pessoas. [...] A casa da família de Rosângela foi construída pelo marido. [...] Entrando-se por um corredor lateral à casa de Rosângela, chegamos à casa de Sílvia, construída por seu respectivo marido [...] Da laje da casa de Rosângela vê-se a casa de Sílvia, a uma distância de menos de dois metros. A janela da sala de Rosângela dá para o corredor-quintal partilhado com a casa de Sílvia, onde seus filhos brincam. Essas duas casas conjugadas foram construídas em um mesmo terreno por um par de irmãos casados com mulheres de [São Joaquim de Cortes] - uma solução que, por um lado, atualiza a lógica da família camponesa dos locais de origem e, por outro, coloca em curso as relações de vicinalidades que são gestadas em contextos de coabitação. (GODOI, 2014, p. 148–9)

Para Pina-Cabral, a casa é a unidade familiar corpórea por excelência e, assim como as relações, também seus edifícios se fazem e desfazem. Nos grupos populares do

Baixo Sul da Bahia, a instabilidade conjugal entre os adultos mais jovens também leva a frequentes reestruturações das configurações vicinais. Algo que reverbera no espaço físico, construído e reconstruído de acordo com as reconfigurações das relações: "As casas são fáceis de refazer e as telhas vão de uma casa a outra ao sabor das mudanças. Nas zonas mais pobres e rústicas, onde as casas são feitas de parede de sopapo (adobe), a sua reconstrução mais ou menos a cada década facilita ainda mais esses reajustes". (PINA-CABRAL, 2014, p. 40)

Para Simone Frangella, a vicinalidade é uma forma de organização na qual as relações de mutualidade têm um papel dinâmico central, não fixo ou pré-determinado, mas plástico e essa plasticidade condiciona a construção da mobilidade migratória. Pode ser entendida em função de sua dinâmica territorial de circulação de pessoas, que cria tramas de proximidade e reciprocidade, formadas de início por familiares, incluindo, ainda, afins e amigos. São interações sociais que aludem ao sentimento de familiaridade/semelhança. A autora toma a categoria para pensar os processos migratórios transnacionais de goianos/a e as formas de coabitação que surgem durante o percurso migratório: constituídos e significados a partir das relações de convivência, entreajuda e mobilidade que os relaciona.

A vicinalidade, neste caso, tem como consequência inicial a busca por reproduzir o sistema de interações entre parentes que foram e os que ficaram, os amigos da terra de origem e os amigos por afinidade. Os migrantes se mudam para lugares dos quais têm referência via seus contatos no local de origem, assim como habitam nas mesmas casas próximas de goianos na sociedade de destino. (FRANGELLA, 2014, p. 79)

Ela ressalta, porém, que as vicinalidades que atuam fortemente no início do percurso com o tempo tendem a se afrouxar, abrindo espaço para outras interações sociais. Enquanto processo de entreajuda, as vicinalidades dizem respeito a como as pessoas constroem o espaço da mutualidade na mobilidade transnacional, a partir de um princípio de relações espaciais e de proximidade interpessoal. A manutenção das vicinalidades requer, nesses termos, um caráter constante de negociação e cuidado, e os componentes emocionais são razões para mudar de vicinalidade.

Assim, parentesco e família voltam a ser integrados, pois não são 'códigos culturais', mas sim processos de constituição de pessoas

que, por sua vez, são constituintes de entidades sociais de todo o tipo [...] As proximidades espaciais que o conceito de vicinalidade convoca devem ser vistas como formas de prolongar a morada, de criar locais de vida e identidade. (PINA CABRAL; GODOI, 2014, p. 14)

A dinâmica das construções parceladas é uma realidade também muito presente ainda hoje em qualquer bairro da periferia de Aparecida de Goiânia, assim como a separação da casa e do terreno em partes menores para o aluguel como forma de complemento da renda ou socorro de algum parente ou conterrâneo. Tendência que parece se inverter, de maneira paulatina, a partir do programa MCMV e seu novo modelo arquitetônico para casas populares. Uma coisa, contudo, que foi pouco explorada na literatura consultada sobre famílias de baixa renda e que vem muito recentemente ganhando espaço nas novas pesquisas é o lugar da casa no emaranhado de relações familiares e das vicinalidades. Especialmente naquelas que desembocam em situações meandrosas, a despeito do enfoque que se costuma dar aos conflitos parentais ou de vizinhança entre os grupos populares (FONSECA, 2000, 2002).

Na trajetória dos meus/a interlocutores/a, a casa apresenta significados múltiplos, altamente contextuais e todos eles marcados pelas interconexões de determinados marcadores sociais da diferença, com predomínio para a imbricação entre papéis de gênero bastante marcados e a posição social (classe/raça/cor). Inserida no projeto de melhoria de vida, ela pode ser sinal concreto de conquista social, instrumento de construção e produção de subjetividades, lugar de conexão efetiva de dimensões essenciais da vida com os modos de ganhá-la e reproduzi-la, bem como das relações interpessoais e intergeracionais, como se viu, mas também objeto de manipulação de reputações e identidades públicas e gatilho para ruptura de “desconsideração” (PINA-CABRAL; SILVA, 2013). Isso é possível dado seu significado relacional para a dinâmica das trajetórias individuais e dos interesses do grupo, e os limites que toda relação encontra no espaço interpessoal que se constrói entre os que coabitam. (FRANGELLA, 2014)

Trato desses temas retomando as trajetórias de Lourivaldo e Doca, colocando o enfoque das narrativas biográficas sobre a formação de seus grupos familiares e nas vicinalidades formadas já no novo contexto e a partir das novas relações instituídas,

como as do trabalho fabril, além da procura por novos padrões que pudessem acelerar e alavancar a mobilidade econômica de suas respectivas famílias.

4.2.1 Lourivaldo e suas cunhadas

Como foi ressaltado no Capítulo 3, as experiências precárias de trabalho de Lourivaldo, a pouca perspectiva de melhoria social em Carolina, sua cidade natal, bem como a vontade e a necessidade de formação de sua própria família, com a primeira gravidez da companheira, levaram Lourivaldo a desistir de sua terra e considerar a procura de emprego em outros lugares. O estado de Goiás estava em seu mapa por se tratar de um destino bastante comum aos que emigravam em sua cidade. Dentre esses, inclusive, sua própria família.

A despeito da insatisfação com os arranjos de trabalhos e a falta de perspectiva na pequena cidade, a migração só se tornou possível quando ele teve de fato um lugar seguro para se instalar¹⁰⁶. Sua família biológica, por volta do início dos anos 2000 já não mais residia no Maranhão. A mãe e os/a irmãos/a (já adultos/a), partiram aos poucos para Aparecida a partir do final da década anterior, de modo que ele, mais afastado devido à distância do grupo proporcionada pela adoção, foi o último a se instalar na cidade. A mãe biológica foi trazida pela filha mais nova que, por sua vez, após alguns poucos anos em Goiás, resolveu tentar outras oportunidades de trabalho em São Paulo, o que abriu espaço na casa para o convite da mãe a Lourivaldo.

Ele se instalou e passou seus primeiros anos, então, no bairro Terra Prometida, na periferia da cidade. Foram dois meses dormindo no chão da casa, apenas sobre papelões e lençóis, guardando dinheiro para trazer esposa e filha que ainda permaneciam no Maranhão¹⁰⁷. Após a chegada da companheira e da criança,

¹⁰⁶ Antes de aportar em Aparecida de Goiânia, as informações que o interlocutor detinha sobre Goiás diziam respeito unicamente às oportunidades de emprego na indústria e a um time de futebol do Estado, que leva mesmo nome.

¹⁰⁷ Não à toa, o “frio” dos meses de maio e junho, quando de sua chegada e instalação, são as marcas mais fortes das memórias dos primeiros meses em Goiás.

residiram por poucos meses no pequeno barracão ao fundo da casa da mãe biológica sem necessidade de pagar aluguel, até que as relações se tornaram tensas e eles resolveram tomar um pouco de distância, alugando outro lugar não muito longe dali.

Fui morar com minha mãe [após a mudança para Goiás]. Morei com ela cinco meses. Aí você sabe, né? Sogra com nora... Não dá certo né? [...] Aí ficamos no barracão do fundo, mas aguentamos só cinco meses, então alugamos um barraco no mesmo setor, três quadras depois. Na minha mãe, eu não pagava aluguel, mas não estava legal... não é legal... ter uma família e ficar morando [junto]. (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

O pequeno afastamento da casa materna foi seguido por anos de aluguel, no mesmo bairro, até que houveram mais desentendimentos e o casal decidiu se distanciar ainda mais. Lourivaldo. Então, solicitou e conseguiu uma vaga no CM, onde residiu com sua família por seis anos, até que encontrou motivação para a compra da casa própria:

Um dos meus maiores sonhos era dar uma casa para meus filhos e para minha esposa [...]. Eu não sei se da parte de algumas irmãs dela, não sei se rolava algum tipo de boato que talvez eu não iria conseguir. E aquilo dali é que motiva uma pessoa, uma crítica às vezes te motiva a fazer um ato grande. Você vê que você realmente é diferenciado. Você vê que é o oposto do que as pessoas pensam de você. Aí, graças a Deus a gente está nela até hoje... pagando a prestação e graças a Deus nunca atrasou uma. (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

Dado importante na trama é que a família de sua companheira e, conseqüentemente, suas cunhadas, não os acompanharam na migração e ainda hoje permanecem em Carolina. Como é possível supor, a rede de parentesco continua bastante ativa, sendo reforçada não apenas com viagens anuais de férias do casal ou com os envios de ajuda quase mensais¹⁰⁸, mas, sobretudo, pelas novas tecnologias e mídias sociais

¹⁰⁸ Além de eventuais socorros financeiros, principalmente por parte de Lourivaldo aos irmãos/a (adotivos/a) mais velhos/a, ele e sua companheira possuem a prática de enviar doações aos familiares no Maranhão através dos serviços das empresas de transporte terrestre. O mais comum é o envio de *kits* de produtos alimentícios industrializados que as fábricas brindam seus/a funcionários/a por pequenas metas alcançadas a cada quinzena e mês. Não raro, roupas ou mesmo utensílios domésticos também são enviados. Aliás, a ideia de que “família à distância” ou (como prefiro) vicinalidades nascem da necessidade dos que ficam e partem cuidarem de uns aos outros é algo quase palpável entre os/a operários/a. A maior parte continua – para não dizer todos/a – colaborando materialmente com a família ou membros familiares mais próximos/a periodicamente e indefinidamente. Recentemente soube da história de um operário morador do CM que, tendo o pai aposentado e morando sozinho e lamentando a solidão do homem, sem muitos recursos de distração para além de um rádio velho, resolveu presentear-lo com um aparelho de tv e outro de som, comprados no crediário com seu recente cartão de crédito. A compra foi numa loja de Aparecida e a empresa mandou entregar sem custos de frete os

que dinamizam também – ou ao menos tornam possível na distância – as redes de disputas de construção e desconstrução de imagens nos assuntos e temas que atravessam a todos/a do grupo de parentesco, mas dos quais não se aponta a origem e para os quais não se dá nomes. Configuram-se, assim, ambiguidades e manipulações no interior do grupo de parentesco que acompanham as pessoas, transpondo distâncias geográficas. O que reforça a ideia de que em contexto de mobilidade e circulação humana, os conflitos alimentam as relações à distância tanto quanto os afetos (LOBO, 2020); e de que existem dinâmicas na vicinalidade eminentemente ambíguas (MÁRQUEZ, 2014).

O caráter nervoso ou conflituoso das relações nas classes populares já foi tratado por importantes etnografias (DUARTE, 1986; FONSECA, 2000, 2002). Para Fonseca, a fofoca e suas imbricações com a honra é um dos importantes focos de tensões dessas relações. Uma das formas mais concretas de manifestação de tais tensões ocorre através das fofocas e dos boatos, relatos que visam atingir a reputação dos sujeitos (FONSECA, 2000). Para Fonseca, fofoca envolve o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio e exerce diversos papéis entre o grupo, apesar de ser concebida como uma força nefasta, destinada a prejudicar o indivíduo alvo. Nesse sentido, ela pode controlar o comportamento alheio por táticas sutis ou não. A fofoca também é útil para reforçar o sentimento de identidade comunitária ao criar uma história social do grupo. Da mesma forma, é instrumento de limites do grupo, ao mesmo tempo em que informa sobre a reputação das pessoas, consolidando ou prejudicando sua imagem pública.

A reputação, para Fonseca, é outro termo chave nos grupos populares. É preciso construir uma de acordo com os principais valores do grupo e zelar permanentemente por ela. Assim, atacar a reputação de uma pessoa é "atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si mesmo" (FONSECA, 2000, p. 24). A fofoca e a reputação guardam também posições de gênero bem marcadas. Segundo Fonseca, as mulheres encontram-se em vantagem. Enquanto ao homem é imputado

eletrônicos na pequena cidade do Maranhão. O desfecho da história, contudo, não foi feliz. Em poucas semanas os aparelhos foram furtados e o jovem operário ficou apenas com as prestações a pagar.

maior capacidade para a força e a violência física como forma de zelar pela reputação, as mulheres constroem reputações em um sentido ativo e a manipulação de reputações é um domínio feminino por excelência. Ademais, não existe uma medida para avaliar a ofensa da fofoca – em geral, a injúria varia conforme o contexto.

Papéis de gênero bem demarcados como referentes simbólicos atravessam as relações familiares nos contextos de baixa renda, segundo Sarti:

Se a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem, fragilizando-a em face desse mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o *status* central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Esse fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve. [...] a autoridade masculina é seguramente abalada se o homem não garante o teto e o alimento da família (SARTI, 1994a, p. 48)

Na trajetória de Lourivaldo, a separação das casas, no primeiro momento, consolida definitivamente o novo grupo familiar, colocando o casal distante dos membros adultos e antigos chefes da família – muito embora a órbita ao redor da mãe biológica fosse recente. A casa, assim, também está demarcada por papéis de gênero, a medida em que se torna objeto para manipulação de reputações através de boatos e fofocas e a constituição de uma, por aluguel, construção ou, principalmente, compra, é peça chave na edificação da reputação masculina. Nesse sentido, a constituição da casa é, também, uma resposta de afirmação da imagem pública do homem (e por extensão de todo o núcleo primário) às relações tensas que se desenrolam no interior da rede de parentesco.

4.2.2 Lourivaldo e a paternidade

Antes de se tornar pai e constituir sua própria família em Goiás (e usar as intrigas com suas cunhadas para dar grandes passos em sua vida), Lourivaldo foi uma criança que viveu a ambiguidade de filho adotivo numa pequena cidade. Seus pais adotivos, a quem ele chama de “verdadeiros”, não lhe esconderam a identidade da mãe, de modo que, desde criança, acompanhou de longe as notícias da família biológica materna e

nunca teve certeza da identidade do pai biológico, apesar de supor ser alguém da cidade. Uma questão latente notória em sua trajetória que, assim como os arranjos precários de trabalho, ficou fortemente associada ao lugar de origem. Adotado já em seus primeiros dias de vida, registrado em cartório como filho biológico do casal adotivo¹⁰⁹, a aproximação com a mãe biológica só aconteceu por conta do convite para Goiás.

O sentimento mal resolvido em relação aos familiares biológicos tem relação com o nascimento de uma irmã mais jovem que não foi colocada para adoção, mas que cresceu sob os cuidados da mãe e irmãos mais velhos. Tal fato foi alimentado com perspectivas dos/a vizinhos/a próximos/a na cidade, que atribuíram o ato da mãe à influência dos homens mais velhos da família. Assim, mesmo após a migração e algum tempo de proximidade no início do processo, hoje o interlocutor guarda certa distância desses familiares, resumindo sua relação praticamente à mãe¹¹⁰.

A aproximação provocada pela mudança para Goiás, contudo, trouxe à tona antigas mágoas¹¹¹. Mesmo tendo o assunto como tabu familiar, ele resolveu confrontar a mãe sobre a identidade do pai biológico. Muito embora ele tenha claramente ciência do significado do abandono paterno, sempre carregou a curiosidade de saber “quem”. Como aponta Sarti, “[...] embora o genitor (pai biológico) não crie a criança e, por isso,

¹⁰⁹ Numa prática, segundo Lourivaldo, muito comum em sua cidade.

¹¹⁰ Na família que o adotou – e o registrou como filho biológico –, ele foi o sexto de oito filhos/a, dentre os quais, quatro tinham a mesma condição de adotivos/a. Uma das irmãs adotivas, a mais velha, possui uma dessas trajetórias de vida marcadas ainda hoje pelas práticas abomináveis que herdamos do passado escravocrata. Ainda na pré-adolescência foi “morar” com uma família rica da cidade, de quem se tornou cuidadora. Anos mais tarde, a família se mudou para Recife, em Pernambuco, e ela os acompanhou, sendo onde permanece até hoje. A mulher cuidou de três gerações da família com quem foi morar, e não constituiu seu próprio grupo doméstico. Hoje com quase sessenta anos de idade, Lourivaldo é seu familiar mais próximo.

¹¹¹ Na semana que antecedeu o dia das mães de 2021, encontrei Lourivaldo. Ele acabava de passar na casa de sua mãe biológica no bairro Terra Prometida para entregar seu presente. Ele disse que preferiu antecipar a visita e o presente, pois domingo a casa da matriarca certamente estaria repleta de familiares para comemorar a data e devido à pandemia, ele preferia não participar. Me chamaram especial atenção as palavras direcionadas à mãe e que me foram repetidas: “Eu fui lá dizer a ela, que eu sou muito grato por tudo que ela fez por mim. Pela oportunidade que ela me deu de vir para cá [Goiás] e que eu não guardo nenhuma mágoa pela que ela fez”.

não mereça o afeto e a designação de pai, por não estar junto, nas horas boas e ruins, não se desfaz a imagem idealizada de um pai de sangue." (SARTI, 1994a, p. 51).

De sua mãe, Lourivaldo recebeu como resposta uma foto no monóculo fotográfico com um busto de um homem que lhe era familiar. O rosto era de um senhor que morara a apenas algumas quadras da casa onde Lourivaldo havia passado toda a infância e parte da juventude. Além disso, o homem apontado como seu pai havia sido seu colega de trabalho por dois dias numa empreitada de retirada de área nas encostas de um dos rios nos arredores da cidade de Carolina. Para lhe mostrar a foto, a mãe o fez prometer que jamais iria procurar o homem. Tudo que conseguiu apurar naquela ocasião foi que o pai biológico era um sujeito casado que morava próximo à mãe e Lourivaldo seria resultado de um "romance passageiro", "um caso de juventude", sem compromissos afetivos.

Quando soube da possibilidade da identidade do pai e retornou ao Maranhão de férias de seu emprego, a curiosidade falou mais alto e ele quase quebrou a promessa feita à mãe. Informou-se sobre o endereço atualizado do sujeito da foto, montou numa bicicleta e foi até o local. A porta estava aberta, era possível ver parcialmente dentro da casa, mas ele não visualizou ninguém. Não havia ninguém ao redor ou que pudesse ser avistado do ponto em que ficou observando. E foi tudo. Depois disso, Lourivaldo nunca mais o procurou.

Mas, se a vida não lhe proporcionou uma família, ele decididamente resolveu constituir a sua própria. Quando soube da gravidez da namorada de dezesseis anos, não pestanejou em "juntarem-se", isto é, assumir a vida de casado sem passar pelas formalidades civis ou religiosas. Como não dispunha de uma residência, foi morar na casa da sogra e cuidar de formar a nova família. A mulher não era casada e cuidava sozinha de seis filhos/a, todos ainda crianças ou adolescentes. A fonte de renda de toda a família eram os pequenos trabalhos da mulher, como vender milho ou outro tipo de comida na rua, nos muitos trabalhos informais que se pode obter numa cidade turística. Com o desafio de contribuir com a renda de uma família tão numerosa, lidando com a falta de trabalho fixo e com a precariedade dos trabalhos temporários,

ele propôs à companheira que os dois se mudassem para Goiás e formassem sua própria família (como ressaltado no Capítulo 3).

Dessa forma, a migração para Goiás, na trajetória de Lourivaldo, adquire também outros sentidos. Mais do que a busca por emprego e melhores condições de vida, também significa a busca por uma nova história particular e individual, isto é, novos padrões de sociabilidade e relações para superar os antigos, marcados pelo abandono da família biológica e pelo contexto de pobreza e limitação das expectativas de vida.

Lá no Maranhão, é pouco cidadão que conhece o pai. Eu não sei como é a cultura daqui, mas lá tem essa cultura, sabe. Não sei se é o Nordeste todo. A mulher tem que se virar, porque literalmente os homens não gostam de assumir família. Eu mesmo não conheço meu pai biológico. O adotivo eu conheço, ele me adotou, é meu pai. E eu procuro muito os colegas meus e eles falam a mesma coisa, 'cara não conheço meu pai biológico, não tenho a mínima ideia de quem seja'... e eu não quero conhecer... sabe, fica aquele rancorzinho por dentro. Uma coisa sem nexos. Não vai acrescentar nada na tua vida, de ter um pai que te abandonou. Eu estou com minha esposa há mais de vinte anos e é raro ver um casal novo com tanto tempo. Eu fui abandonado, não quero isso pro meu filho, entendeu? (LOURIVALDO, entrevista, 2021)

A circulação de crianças e a matrifocalidade nas classes populares não são temas novos e já se encontram na literatura ao menos desde o final dos anos 1980, em conjunto com as pesquisas sobre grupos populares no Brasil (AMAZONAS et al., 2003; DUARTE, 1986; FONSECA, 1994, 2002; GODOI, 2014; SARTI, 1994a, 2009). Como ressaltou Fonseca (1994, 2002), ao falar de configurações familiares nos grupos populares é preciso ter em mente que não existe absolutamente uma fórmula homogênea, mas uma multiplicidade de formas familiares, do mesmo modo que se pode encontrar em outros estratos sociais. O próprio modelo nuclear nos estratos médios só se consolidou nas últimas décadas. De modo que qualquer coisa que se diga sobre contextos familiares nas classes populares é tão somente um olhar analítico sobre uma das diversas relações familiares na sociedade brasileira contemporânea.

Todavia, é preciso também ter clareza que a prática de circulação de crianças foi de densidade histórica no Brasil entre essas camadas e que evoluiu em determinadas

circunstâncias em simbiose com as forças do Estado. A prática garantiu a sobrevivência de muitos, e, não raro, era acompanhada de uma filiação afetuosa. No entanto, como nas dinâmicas familiares de outros estratos, podia também ser conflituosa e, por vezes, extrapolar mesmo para a violência. Contudo, o modelo nuclear e a circulação de crianças não são fenômenos de ordem idêntica. O modelo nuclear é um modelo analítico e se manifesta como ideia bem definida no imaginário social. A circulação, por outro lado, é um conceito analítico que, embora seja evidente na prática das famílias, não aparece como valor consciente, nem como prática reconhecida pela grande maioria dos sujeitos. Além disso, também é importante ressaltar que quando a prática envolve uma criança ou adolescente mulher, a presença na casa adotiva está quase sempre associada ao trabalho doméstico, ainda que não seja internamente ao grupo, verbalizado dessa forma (FONSECA, 2002).

Tais questões também estão, em algum grau, presentes na trajetória de outros/a interlocutores/a da pesquisa. Como foi dito, Lorena não passou a infância e a adolescência ao lado dos pais biológicos. Eles nunca foram casados, e o segundo casamento da mãe a colocou numa situação itinerante. Antes de se mudar para Aparecida aos dezesseis, já havia morado com outra tia em Palmas, além da primeira infância junto à mãe¹¹²:

Tive uma infância conturbada, meus pais se divorciaram, eu fui criada pelo meu padrasto, mas ele não gostava da ideia de cuidar dos filhos de outro homem, por isso eu cresci morando com tias, com o meu pai, com meus primos. Então eu sempre tive o sonho de constituir minha própria família, ter os meus filhos, a minha casa. (LORENA, entrevista, 2018)

A circulação de crianças nas classes populares brasileiras também pode ser cotejada pelo prisma dos contextos de coabitação, alargamento e adensamento dos laços familiares pelas redes de parentesco por consideração entre as pessoas de baixa renda (PINA-CABRAL, 2014; PINA-CABRAL; SILVA, 2013). A vicinalidade enquanto princípio de formação de entreajuda supradoméstica por meio da consideração requer um contexto de casas aparentadas e com grande circulação de pessoas, muito

¹¹² De maneira semelhante, Isadora também colaborou na migração de alguns sobrinhos para Goiás. Hoje eles moram na residência de sua mãe, a poucas quadras de sua casa.

embora com papéis intrafamiliares destoantes do padrão familiar tido como tradicional. Primos/a, tios/a, sobrinhos/a podem não corresponder aos laços consanguíneos aos quais costumamente ou “tradicionalmente” se atribuem tais termos¹¹³.

Em especial, os papéis masculinos de marido/pai podem, às vezes, ser atribuídos a – e ser preenchidos por – outros homens, irmãos ou os próprios filhos já adultos ou em condição de apresentar ajuda a unidade doméstica. Esses papéis tornam-se ainda mais complexos com a tendência frequente de adensamento das redes de vicinidade com casamentos internos às casas aparentadas, muito embora o tabu do incesto continue ativo.

Nos anos 1980, Duarte colocou como chave para a matrifocalidade entre as camadas populares a ambivalência do comportamento masculino, gerada pelo conflito de uma sociabilidade que procura equilibrar os homens entre o impulso para a rua e as obrigações – que na juventude podem parecer extremadas – do lar, da casa e da família:

A tão discutida questão da matrifocalidade das classes trabalhadoras, armada sobre a evidência empírica de um grande número de unidades domésticas que sobrevivem sem a presença permanente do homem e frequentemente sob uma sucessão de homens diferentes, poderia ser talvez melhor compreendida sob o ângulo dessa ambiguidade masculina que se traduz em uma efetiva e frequente ambivalência, sobretudo no período da alta adolescência, ponto crucial de inflexão das trajetórias masculinas face ao projeto da *obrigação*. É fundamental lembrar neste contexto que os bairros de classe trabalhadora estudados apresentam espaços de sobrevivência para o homem isolado (solteiro ou separado), mas não para a mulher, que representa o próprio fulcro da casa. (DUARTE, 1986, p. 177)¹¹⁴.

Pina-Cabral e Silva cotejaram a questão pelo prisma da defasagem entre o ciclo de fertilidade dos/a jovens adultos/a e o ciclo de reprodução da vida doméstica. Nos casos estudados no Baixo Sul da Bahia, uma marca dos grupos populares era a precariedade socioeconômica, especialmente entre os jovens, sem qualquer capital para iniciar uma unidade doméstica, mas imbuídos do senso moral de, na sua

¹¹³ Isadora se refere à sobrinha de mesma faixa etária como sua filha, a despeito de a pequena ser filha biológica de sua irmã e “criada” pela avó, numa casa diferente, mas próxima no CM.

¹¹⁴ Grifos do autor.

liberdade pessoal, serem os próprios responsáveis por seu progresso pessoal. Combinado com um forte senso de instabilidade conjugal, as pessoas têm filhos/a sobretudo na primeira fase adulta, quando ainda não dispõem dos meios econômicos e sociais para fundar novas unidades domésticas. São também, nessa fase, móveis em termos profissionais e conjugais.

Não se trata, portanto, das jovens mulheres serem "enganadas" ou "ignorantes" [...]. Trata-se, pelo contrário, do fato de que a vida dos jovens adultos é marcada por um ímpeto de mobilidade à procura de soluções de promoção socioprofissional que não comprazem com uma estabilidade residencial. Ao mesmo tempo, a colaboração entre ambientes domésticos próximos significa também que estas mulheres e estes homens têm quem crie os seus filhos. Só mais tarde na vida, quando as pessoas descobrirem já os limites da sua mobilidade e acumularem já algum capital – ou, pelo menos, alguma segurança laboral – é que passa a fazer sentido montar casa. Assim, a entrada no ciclo de reprodução doméstica tende a ocorrer muito mais tarde na vida dessas pessoas. (PINA-CABRAL, 2014, p. 39–40)

O que não significa que, nesse intervalo, a figura homem/pai esteja ausente na família de baixa renda. Ela é garantida pelo “deslocamento de papéis familiares” (SARTI, 1994a), em que outros homens mais próximos assumem a tarefa relegada ao *ethos* masculino de mediar a relação entre família e mundo externo, garantindo a respeitabilidade do grupo familiar. Pina-Cabral e Silva (PINA-CABRAL, 2014; 2013) argumentam que essa figura entra definitivamente no núcleo doméstico apenas num segundo momento, quando os homens adultos já têm condições sociais ou estabilidade profissional para garantir o sustento de um grupo doméstico; somente aí tem sentido “montar uma casa”.

Em suma, a trajetória familiar de Lourivaldo, oriundo do interior do Maranhão é atravessada por determinadas injunções decorrentes, sobretudo, do contexto de precariedade socioeconômica. Enquanto princípio de entreajuda, é no contexto de maior vulnerabilidade social que as relações de vicinalidades, responsáveis por expandir as famílias lateralmente, parecem fazer mais sentido, já que a vida em coletivo, em coabitação, tende a ser mais barata e, à princípio, solidária. Decorre, também, que esses quadros de coabitação se tornam referentes às pessoas, como fator importante da formação de uma “ontogênese” pessoal (PINA-CABRAL, 2014) – condições de subjetivação atrelando o indivíduo ao seu passado familiar/grupo/classe.

Assim, a busca por melhoria de vida passa pelo reconhecimento desse limite da vicinalidade: ela tende a se afrouxar em seus padrões urbanos, especialmente entre as pessoas que tomam seriamente o projeto de progresso econômico. O desejo de ser um bom pai que percebo em Lourivaldo é uma forma de acertar contas com o próprio passado. Ainda nesse contexto, a negativa em se aproximar da família biológica e a intenção de compor seu próprio núcleo tornam-se uma forma de remodelar as relações vicinais do passado que, se por um lado garantiam a sobrevivência, por outro configuravam-se como verdadeiras linhas de força à condição de pobreza.

4.3 Família, casa e remodelagem da vicinalidade para a melhoria de vida.

A estabilidade do emprego “fichado” nas FM, com a renda certa de um salário-mínimo ou dois, e os recursos do bairro que permitem economia e potencializam avanços econômicos tendem a levar o sujeito a um novo patamar econômico que, se em termos gerais não é suficiente para remanejá-lo da base da pirâmide social, é definitivamente, para alguns/a, uma mudança que a linguagem tem dificuldade em expressar. “Não tenho palavras” é uma constante nas falas de Lourivaldo para descrever as mudanças em sua vida a partir da fixação em Aparecida de Goiânia. Os/a operários/a invariavelmente mantiveram suas redes de vicinalidades que tinham extensões em Aparecida. Nenhum/a deles/a veio sem que antes algum parente, ou no mínimo um conterrâneo, tenha atestado antes que a vida em Goiás era melhor que aquela no lugar de origem. Como dito, isso não é novo – já nos anos 1970 Durham alertava que o mapa da migração é familiar, antes de ser geográfico.

Assim, pode-se dizer que a pessoa migra dentro de sua rede de vicinalidade e a partir dessa rede começa seu projeto pessoal e familiar de superação da pobreza com o qual, em dado momento, a própria rede se choca. Nesse projeto, as vicinalidades extremamente úteis nos passos iniciais da mobilidade, como visto, também compõem

dificuldades aos sujeitos, na medida em que tendem a prender as pessoas num contexto de coabitação comunitária que deixa de fazer sentido e tende a sofrer alterações no mundo urbano. Para Pina-Cabral,

[...] nos contextos urbanos modernos onde emergem vicinalidades e onde estas têm um papel determinante na criação das pessoas, não há propriamente uma linguagem para se referir a elas, já que a casa monoconjugal é ideologicamente o *locus* por excelência da reprodução familiar. (PINA-CABRAL, 2014, p. 42)

É importante ressaltar que as relações de vicinalidades de Pina-Cabral e Silva (2013) foram observadas em contextos de pequenas cidades interioranas, no entanto, como sublinharam os/a autores/a que instrumentalizaram a categoria, o sentido das vicinalidades se refere à entreajuda que cria pessoas e que, portanto, se supõe, aparece com maior intensidade nas situações de maiores vulnerabilidades sociais e, nesses termos, torna-se mais presente entre as camadas populares do interior rural, ainda que, enquanto princípio, esteja largamente presente nos contextos de coabitação urbanos marcados pelas dificuldades socioeconômicas.

Em contextos de pobreza, as pessoas ficam comprometidas em sua capacidade de contribuir para a vida doméstica, o que favorece uma certa vida em coletividade, que leva à expansão da rede de parentesco para aqueles/a que desenvolvem relações de consideração. Esta noção é o que dá liga às redes vicinais que se formam na vida dos indivíduos, pois cria um tipo de parentesco afetivo, alimentando relações de mutualidade e solidariedade proporcionadas pelas dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos grupos mais pobres. Num cenário de grande descapitalização, grande parte das relações econômicas entre as pessoas são em forma de microcréditos entre indivíduos (PINA-CABRAL, 2014). Também nesses contextos, a vicinalidade se torna espaços de circulação intensa de comida, serviços e, como foi dito, dívidas financeiras entre indivíduos, avalizadas pelo afeto da consideração. Assim, as privações materiais quanto à moradia fazem conviver sujeitos que, embora aparentados, pertencem a grupos de núcleos distintos, o que também constitui uma fonte de conflitos latente no grupo.

Tendo em vista as discussões teóricas deste capítulo, nesses últimos dois tópicos pretendo tecer algumas reflexões sobre as configurações e alterações ao redor das

ideias de vicinalidade e família no contexto urbano; pensar até onde elas se imbricam e quando é preciso estabelecer um corte para que o projeto da melhoria de vida avance para um novo patamar, a ascensão social intergeracional por meio de investimentos em educação e cuidado com as próximas gerações. Em diálogo com as trajetórias aqui apresentadas, mas dando enfoque maior à narrativa construída sobre o itinerário de Doca, argumento que as vicinalidades precisam ser afrouxadas com vistas ao progresso econômico de um núcleo menor, algo facilitado pelo caráter tenso que as relações entre considerados/a assumem face à precariedade geral e aos cortes de níveis que são estabelecidos no interior do grupo com a conquista de renda de indivíduos isolados.

4.3.1 Doca e seus novos parentes

Depois que chegou em Aparecida de Goiânia de Niquelândia (como dito, inicialmente para tratamento de saúde de sua mãe) e conseguiu trabalho fixo nas FM na segunda metade dos anos 1990, Doca permaneceu ainda por muito tempo na casa de sua tia materna. A casa desses parentes foi sua morada nos primeiros quatro anos na nova cidade. Moradia de “favor”, segundo ele. Além do interlocutor (e sua mãe por apenas algumas temporadas), na residência viviam outros cinco primos homens, todos com companheiras e alguns com filhos/a pequenos/a. Em 1997, dois anos após a chegada do interlocutor, um de seus irmãos pediu e também recebeu abrigo no mesmo grupo. Da mesma forma que Doca, sua intenção era encontrar emprego e se estabelecer na cidade.

Eles só deixaram a casa em 1999, quando estabeleceram parceria e alugaram um barraco de três cômodos no mesmo bairro. Barraco de alvenaria simples com sala, cozinha, banheiro e um quarto dormitório. Segundo Doca, nunca houve grandes desavenças com os primos e demais residentes. A motivação para a mudança foi a acumulação do incômodo com tantas pessoas e a frequente falta de privacidade. Mesmo após alguns anos trabalhando de maneira formal, ele ainda não se via em condições financeiras de assumir as despesas de uma casa, motivo da parceria com o irmão. Na mudança, o interlocutor possuía apenas suas próprias roupas e cama.

Situação não muito diferente de seu irmão. Na nova condição, os dois almoçavam na “firma”, porém o jantar, durante todo o primeiro mês, foi pão com mortadela. Fogão, gás e panelas progressivamente nos meses seguintes. Com o irmão, o interlocutor dividiu moradia por cerca de dois anos.

No ano 2000, Doca iniciou o relacionamento amoroso com sua futura companheira, que havia conhecido na festa junina da igreja católica do bairro, e o encontro provocou também uma renovação em seu quadro de parentesco. O interlocutor se aproximou da família de sua namorada e, num primeiro momento, foi muito bem acolhido por sogros, cunhada e concunhado. Com o noivado em 2001, o sogro propôs que ele já se mudasse para a casa da família, enquanto se preparavam para o matrimônio, o que foi aceito de prontidão. Na casa, ele passou a contribuir com parte das despesas do grupo, já que, de início, sua condição ainda era de hóspede (e um pouco ambígua). Com o casamento marcado, a família cedeu uma parte do terreno para que os noivos construíssem um lugar onde morar após o casamento.

A construção durou certo tempo. Ele primeiro precisou aumentar a renda com trabalhos extras, os bicos no tempo fora do trabalho formal para conseguir adquirir os materiais de construção, o que aconteceu de maneira paulatina – assim como a própria obra, feita por ele mesmo nos fins de semana e feriados ao longo de alguns anos. Para isso, contou, eventualmente, com força de trabalho solidária de seu irmão e seus novos familiares, parentes por aliança que aproximou da noção de parentela por consideração (PINA-CABRAL, 2014; PINA-CABRAL; SILVA, 2013). A mudança para a nova “casa” sucedeu logo após a união civil formal, no ano de 2004 e a primeira filha do casal nasceu no ano de 2009.

Com a separação das casas e a formação de um novo núcleo primário familiar, a convivência harmoniosa com os parentes deu lugar a desavenças e desentendimentos. Ao todo, eram três famílias no mesmo lote e, aos poucos, questões mal resolvidas do cotidiano evoluíram para sérias discussões e brigas. Reclamações sobre rateios de custos em eventos familiares levaram a questionamentos sobre posse e “indenização” pelo terreno. Sem condições de “indenizar” o sogro, Doca e sua companheira passaram tempos conflituosos e tensos

no lote. Dado o fato de que todos os investimentos feitos até ali estavam na construção da moradia da família, resistiram por muito tempo à possibilidade de partida. Como afirmaram Pina-Cabral e Silva, relações entre parentes estabelecidas fora do casamento, nas camadas de baixa renda,

são infusas numa condição de subalternidade, moralmente desvalorizadas. São, sobretudo, inseguras, porque abertas à constante possibilidade de "traição". A mobilidade das pessoas e a penúria se contrapõem às expectativas hegemônicas de continuidade na relação, abrem portas à *desconsideração*. (PINA-CABRAL; SILVA, 2013, p. 134)¹¹⁵

Embora na ocasião da última discussão houvesse algum dinheiro guardado por parte de Doca, ainda que não toda a quantidade pedida, ele tinha sérias dúvidas se as intrigas do cotidiano seriam resolvidas com o pagamento da indenização. Nada levava a crer no fim dos problemas com o pagamento da dívida, já que as brigas e os conflitos eram constantes. Nos momentos em que a crise se agravava, o interlocutor e a companheira consideravam seriamente alugar um novo espaço e deixar o quintal, mas isso significaria perder todo o investimento da construção e adicionar um novo e bastante relevante item na lista das despesas da família, o aluguel. Com criança pequena e apenas uma renda fixa naquele momento, os planos eram abandonados.

Mas as coisas pioraram, e em meio a mais uma briga o sogro chegou a propor que o casal partisse imediatamente e o ressarcimento pela construção do barraco se daria posterior e gradualmente. No calor do momento, Doca concordou, mas desconfiado, resolveu só sair mediante o pagamento, seguindo no lote por muito tempo ainda: "Eu conhecia muito bem o velho. Ninguém tirava dinheiro fácil daquele lá.", me disse, justificando a necessidade de persistir no lugar.

A instabilidade nas relações, no entanto, levou-o a entrar pela terceira vez na fila para uma casa no conjunto CM. Em outras duas oportunidades no passado, ele havia requisitado uma vaga, mas nenhuma se concretizou. Na primeira, ainda solteiro, ele precisava abrigar os pais que, durante certo período, consideraram seriamente a possibilidade de mudança para Aparecida de Goiânia. Contudo, quando a vaga saiu,

¹¹⁵ Grifos dos autores.

muitos meses depois, o casal havia mudado de ideia e Doca dispensou a casa. Na segunda oportunidade, depois de conceder a vaga a Doca, a empresa recuou e pediu que ele deixasse passar sua vez, retornando à fila. Justificaram que num “mal-entendido”, haviam comprometido a vaga em questão em uma contratação que chegava de fora do estado, para trabalhar na mecânica da fábrica, num posto que precisava ser preenchido urgentemente. Assim, pela terceira vez, o interlocutor inseriu novamente seu nome na fila para o conjunto habitacional, mas a casa não saiu na velocidade que se esperava. Foi, então, que ele soube dos financiamentos populares por meio de conhecidos e resolveu investigar a possibilidade da compra de sua casa própria¹¹⁶.

Como foi dito, procuro aproximar as relações de parentescos estabelecidas entre Doca e os familiares de sua companheira com as noções de parentesco e de família cruzadas com o princípio da vicinalidade. As relações de parentesco – por agregação ou filiação – no Brasil, especialmente nas camadas de baixa renda, passam largamente pela noção de consideração. Essa noção de organização familiar, mais “operacional” que consanguínea, não é uma anomia, mas, antes, corriqueira entre os grupos de baixa renda, no campo ou na cidade, no tempo pretérito ou atualmente. As famílias pobres, historicamente numerosas¹¹⁷, aumentam ainda com agregados inseridos pelo critério da consideração, formando uma rede extensa de relações fundadas na solidariedade e na partilha do cotidiano em que as condições básicas de necessidade estão ameaçadas, e que ultrapassam os limites da casa e os vínculos de consanguinidade.

Para determinados autores, as famílias de baixa renda, muito em função da penúria material, estão à margem do retrato tradicional que se fez da família brasileira, nuclear, patriarcal e tradicional (CARDOSO, 2008a, 2019; FONSECA, 2000; PINA-CABRAL; SILVA, 2013; SARTI, 1994a, 1994b). A noção de família patriarcal tradicional,

¹¹⁶ No calor dos problemas, chegou a propor sua demissão à firma, visando o dinheiro do acerto para a compra de um lote e o início, mais uma vez, da construção de uma casa. Os planos não foram adiante por conta da recusa da empresa em demiti-lo.

¹¹⁷ Como concluiu Martins (2011, p. 375) sobre sua própria trajetória familiar operária: “Em famílias que tinham muito pouco, como a minha, filho era um bem econômico, uma fonte potencial de ganhos”.

segundo Pina-Cabral e Silva (2013), funciona como um instrumento ideológico poderoso, que coloca os demais tipos de grupo familiar em invisibilidade semântica e põe em estado de atenção todos aqueles que não podem ser classificados nesse grupo.

Um aspecto fundamental da sociabilidade das classes populares – e baiana¹¹⁸ – é que, nesses contextos, a casa – embora se estruture ao redor – não é propriamente para o casal (PINA-CABRAL; SILVA, 2013). A casa torna-se lugar para todos/a os indivíduos que participam de uma rede de relações vicinais, formada não apenas por parentes de laços consanguíneos, mas também por vizinhos/a e considerados/a. Há a formação de “casas fundadoras” e/ou casas “agregadas” cujo lastro é a vicinalidade. Relações que, como defendeu Godoi (2014), podem não encontrar contiguidade no espaço, mas ainda assim atuam oferecendo quadros de orientações às pessoas em seu lugar de destino. Laços criados e alimentados, que mesmo as transformações socioeconômicas e as distâncias que se processam ao longo da vida dos indivíduos não são capazes de desarticular inteiramente as relações de obrigações mútua (GODOI, 2014).

Os indivíduos que se entrecruzam criam mutuamente consideração e, dessa forma, estabelecem relações de parentesco entre si, ainda que sem filiação formal ou laços consanguíneos. Um parentesco, nesses termos, investido conscientemente e colocado de maneira assimétrica à filiação consanguínea, muito embora, e muitas vezes, mesmo a filiação consanguínea – também constantemente referida nas camadas pobres como “verdadeira” – necessita ser atualizada pela consideração ou corre-se o risco de não haver ou, ainda, de se afrouxar os laços afetivos entre os/a envolvidos/a. A consideração cria e valida o parentesco, atribuindo significado e relevância às relações e contribuindo para a convalidação do próprio “*self*” dentro de uma rede. Não se trata de relações mais profundas de amizade e identificação, mas de próprias relações de parentesco. Mais que isso, a dicotomia

¹¹⁸ Como dito, as origens paternas do interlocutor remontam à Bahia.

consideração/desconsideração está sempre presente como ideia qualificante das relações de proximidade e da própria imagem pública dos indivíduos.

Os conflitos na vida familiar de Doca se iniciaram após a repartição das casas, mas o fator principal não foi o aparecimento de outro núcleo familiar e a repartição do poder entre os homens adultos, os “chefes” das famílias. Não houve uma crise pela bipartição de uma família tradicional. Antes, os desentendimentos, que migraram para questões sobre indenização/ressarcimento pelo terreno/barracão, encontraram razão de ser a partir de pequenas discussões sobre o fatiamento de despesas nos eventos cotidianos do grupo, especialmente nos almoços em família aos domingos. Encontros supostamente espontâneos, mas onde uns arcavam com maiores custos do que outros.

Assim, da mesma forma que nos casos estudados por Pina-Cabral e Silva na Bahia, o limite para a consideração foi a “dívida”. Ela testa as partes na relação, mas, ao mesmo tempo, torna-se uma constante na mutualidade constitutiva da copresença dos sujeitos, que partilham cotidiano cujos recursos para as necessidades imediatas são limitados e incertos; é o “outro lado da moeda” da consideração, já que as relações de troca perpassam toda relação, dos símbolos da linguagem cotidiana às trocas econômicas. Nesse sentido, a dívida só se torna opressiva quando há quebra na mutualidade que os laços intersubjetivos implicam, dando lugar a outro tipo de noção, a “desconsideração”. A circulação de consideração que estrutura as relações de parentesco – e até mesmo as relações de parentesco entre casas –, é também um jogo de confiança, pois a vida cotidiana de parentes próximos interpenetra-se constantemente: “[os] da casa não são unicamente os que lá dormem todos os dias” (PINA-CABRAL; SILVA, 2013, p. 93). Essas relações de parentesco, geram obrigações mútuas, tanto em relação à comunicação pública e simbólica (como a necessidade de demonstrar apreço público ante os favores recebidos), quanto aos comportamentos práticos, que indicam efetivamente a reciprocidade de consideração.

A mutualidade solidária, no entanto, não está livre de tensões (FRANGELLA, 2014; MÁRQUEZ, 2014), especialmente quando essa troca envolve quantias monetárias (PINA-CABRAL; SILVA, 2013). A dívida, nesse raciocínio, é “reificada”: quando o valor

devido/requerido é tão alto (e não se pode perder de vista o padrão de vida econômico dessas pessoas) que a dívida passa a existir por si mesma, desconsiderando a natureza das relações entre credor e devedor. Nesse momento, surge a “desconsideração”, isto é, a desconstrução da imagem do “considerado,” agora um tipo de traidor do acordo da mutualidade e o que está no bojo disso, arrisco, é a clivagem estabelecida pelo destaque do progresso material de alguém no interior da rede.

As noções de consideração e desconsideração podem ser facilmente observadas na trajetória do interlocutor. No primeiro grupo, em que, além da consideração, o parentesco também se sustentava por laços secundários de consanguinidade, há o predomínio do conceito mais ligado às impressões de colaboração e fraternidade. Os primos foram os articuladores e incentivadores tanto da migração, quanto de várias oportunidades de trabalho e emprego, além do abrigo nos primeiros anos após a migração. O afastamento desse primeiro grupo refletiu a distância tomada por uma das partes após a aliança de matrimônio. Por outro lado, embora tenha existido a identificação e a criação do parentesco num primeiro momento, o segundo grupo ficou marcado de maneira mais intensa pela noção de desconsideração.

A mágoa dos conflitos originou-se, assim, da desconsideração da proximidade e da cumplicidade que isso deveria implicar, face à monetização da dívida. Aliás, há elementos para considerar a dimensão material como constitutiva das relações com o segundo grupo de parentesco desde o princípio, já que a agregação do interlocutor à casa se deu apenas com o vínculo inicial (e que suponho frágil) do namoro, mas tendo como grande fator a possibilidade da contribuição regular com as despesas do orçamento da família da companheira proporcionada pela segurança do trabalho fixo de Doca nas FM.

O impasse de Doca na relação com os parentes durou alguns anos, até que testemunhar o sofrimento de sua companheira com a situação representou um ponto de inflexão:

Um dia eu cheguei em casa do serviço e ela estava sentada, chorando no canto da sala. Ela não queria me dizer [o que de fato havia acontecido], mas disse que seus pais estavam de “conversinha” por

conta do lote. No outro dia, eu a peguei, coloquei na garupa da bicicleta e fui atrás do corretor. (DOCA, entrevista, 2020)

A solução encontrada veio de uma dica de uma amiga de sua companheira. A mulher havia dito que existiam programas de financiamento habitacional acessíveis à faixa de renda do casal e, assim, Doca começou a investigar a possibilidade de financiar uma casa. Pediu ajuda a um amigo do trabalho, que lhe indicou um corretor de imóveis e, no mesmo dia da cena do choro, de bicicleta, o interlocutor e a companheira foram até o escritório do profissional, em um bairro próximo.

Com o corretor, Doca descobriu que poderia utilizar o que tinha de saldo no FGTS (sete mil e cento e cinquenta reais, na ocasião) para a aquisição de um imóvel próprio e que o restante a financiar, possivelmente, caberia dentro de suas possibilidades financeiras. Mas ele deveria ter uma certa quantia para as despesas de cartório e os impostos sobre o novo imóvel, valores que não poderiam ser descontados do saldo do fundo. A boa notícia era que o interlocutor tinha uma certa reserva. O dinheiro estava sendo poupado religiosamente há algum tempo, muito por conta da situação imprevisível dos ânimos no lote. Além disso, a esposa há pouco também havia sido contratada num supermercado, o que contribuiu para aliviar o orçamento, aumentar a renda para o processo de financiamento e dar mais tranquilidade às contas da família.

Assim, sem fazer “alarde”, ele e a companheira começaram a reunir os documentos para o processo do banco financiador, a Caixa Econômica Federal, ao mesmo tempo em que deram início à procura do futuro grande patrimônio da família. Encontraram uma casa na segunda fração do mesmo bairro. Uma parte que ainda hoje [2021] não possui os serviços básicos de água, esgoto e asfalto, mas bem próxima à grande avenida principal, de grande quantidade de comércio e serviços públicos, como escola e posto de saúde. A casa era usada, mas a construção datava de menos de dez anos, com uma planta que se encaixava nos termos arquitetônicos exigidos pelo financiamento, possuía boa localização, preço na faixa acessível a eles e contava com o agrado do casal.

Decisão tomada, os documentos reunidos foram confiados ao corretor que organizou toda a burocracia do processo. Mais tarde, o profissional disse a Doca ter sido ainda necessário fazer certos “cambalachos” na renda da família, com a ajuda do gerente

da agência, para que o processo de financiamento pudesse ser aprovado pelo sistema do banco. Assim, o interlocutor se enquadrou nas exigências de financiamento das primeiras faixas do programa habitacional MCMV. Com o FGTS colocado como valor de entrada, e as economias utilizadas nas despesas com cartórios e impostos, o restante foi dividido em trinta anos, com parcelas decrescentes.

A compra foi concretizada no ano de 2009. O interlocutor fez questão de realçar que a mudança para a nova casa foi no mesmo dia em que o casal recebeu as chaves, logo após a assinatura dos documentos no banco e antes dos documentos cartoriais ficarem prontos. Já durante todo o processo, discretamente, o casal tomou as providências para a mudança. Empacotaram silenciosamente os pertences e providenciaram, também sem ninguém saber, o transporte, de modo que a chegada do caminhão e a consequente movimentação para o traslado dos móveis e dos objetos da casa surpreenderam os parentes presentes no lote. Na ocasião, o interlocutor procurou o sogro para comunicar a mudança e acertar a situação do barracão. Ficou combinado que Doca seria ressarcido pelos investimentos que havia feito, porém não estabeleceram valores ou prazos, já que o homem alegou não ter qualquer quantia guardada ou mesmo condições de estabelecer datas para o acerto.

Doca me disse que pelo histórico com o sogro, ele tinha plena consciência que deixar o lote equivaleria a desistir de todo o investimento físico e financeiro da construção, de maneira que ele nem se esforçou por aprofundar as discussões em valores e datas. Contudo, essa foi a melhor alternativa que ele e a companheira enxergaram, tendo em vista que a relação de parentesco e de convivência não poderia se perder, já que se tratava de seus sogros e cunhados/a. Apesar de ter comprado os materiais de construção e construído o barraco, as brigas eram constantes e o direito de posse sobre o terreno era do sogro, o que configurava um impasse que, na concepção de Doca, pendia favoravelmente para o outro lado. Preocupados com o aluguel, eles economizaram durante todo o tempo que moraram lá e só resolveram partir após ter assegurada a nova casa já registrada em seus nomes e livre de qualquer compromisso de desviar parte preciosa da renda para uma locação. Após a saída, como esperado, o sogro tomou posse do barracão, alugando-o quase imediatamente e nem mesmo parte dos aluguéis foi a destinado a Doca e sua companheira.

A morte do homem ocorreu sem que a dívida sequer começasse a ser quitada. Tempos depois do falecimento, a sogra – que havia continuado a prática dos aluguéis sem repasse – vendeu todo o imóvel (casa e os barracões) e tampouco procurou o casal para acertar o impasse. Aliás, a última vez em que os parentes trataram do assunto foi na ocasião da retirada de Doca e sua família do lote. Os acontecimentos, contudo, não serviram para romper as relações definitivamente, já que o parentesco, uma vez criado, dificilmente é desfeito, ainda que a desconsideração possa fazer-se presente. Tem-se, assim, um tipo de gestão da vicinalidade. Os encontros familiares ocasionais do grupo de Doca persistiram com frequência quase semanal.

Até aqui, fiz uso as relações tensas de Doca com seus parentes por aliança para realçar dois pontos no que diz respeito à ideia de vicinalidade no contexto urbano nos grupos populares. Primeiro, no contexto de baixa renda (e isso tende a se aprofundar quanto mais precárias forem as condições socioeconômicas), as relações familiares cruzam-se com relações vicinais, assumindo claramente um papel econômico, em que tensões podem reificar as relações interpessoais desenvolvidas no interior do grupo, muito embora estas estejam mais calcadas na mutualidade da solidariedade e da partilha do que no aspecto material e lucrativo das trocas. Todavia, os contextos são tão marcados pela penúria material que qualquer alteração na vida econômica dos indivíduos pode dar azo a desavenças e, no limite, à desconsideração e à demolição das imagens públicas dos sujeitos rompidos. No contexto de baixa renda, a penúria da vida torna estratégica a expansão da rede de consideração, e os próprios indivíduos tendem mesmo a ser valorados a partir da contribuição efetiva ao grupo. Como disse Martins (2011), é bastante recorrente a expressão “fulano não vale nada” nos grupos operários. Ela se refere àquele que não tem caráter porque não é capaz de trabalhar e contribuir para as despesas domésticas.

O segundo ponto diz respeito à vicinalidade como obstáculo para um progresso econômico mais consistente. Nesse sentido, não apenas a dívida se configura como limite para as relações de consideração, mas também o próprio projeto de melhoria de vida. Como mostrou Cardoso (2019), no campo ou na cidade, as injunções sociais do país levaram a um quadro em que os indivíduos, para ter mobilidade econômica satisfatória, precisam estabelecer um corte na rede de solidariedade mais próxima,

para que a renda alcance também planos de médio e longo alcance; isto é, culturalmente a ascensão social é tomada como da ordem pessoal, da ação micro e individual, no limite, familiar – pela apropriação dos recursos urbanos e dos serviços públicos e, sobretudo, pelo salário de um emprego fixo.

Dividir os custos de vida com parentes para Doca, oportunizou outros empreendimentos. Sem os custos do aluguel – item caro às classes populares e que costuma ser entendido como um gasto sem retorno – e dividindo as demais despesas domésticas com um grupo, ele pôde destinar parte da renda para a aquisição do material de construção e “levantar” um barraco. Permitiu também a formação de reserva financeira, poupada metodicamente para a compra da casa própria, seu grande objetivo em patrimônio. Foi em nome dessa economia e do pequeno patrimônio conquistado até ali que ele suportou alguns anos de relações tensas e conflituosas, geradas por uma suposta dívida que antes de real (já que o sogro ofereceu o terreno ao casal, pois desejava que a filha permanecesse por perto), era moral, ancorada nas tradições culturais de propriedade e nos contextos de precariedade, que reificam pessoas e relações entre pessoas. Diante das relações tensas, e tendo em vista a melhoria de vida da família, foi necessário estabelecer o corte e afrouxar as relações de vicinalidades que foram tão importantes nos anos iniciais, servindo de aporte à penúria material. Como ressaltou Maciel (2012), a noção geral de melhorar de vida altera definitivamente os arranjos familiares dos migrantes tanto nos locais de origem, quanto nos locais de destino.

Por fim, na trajetória de muitos operários e operárias, colegas de Doca, empregados/a nas FM, o acesso a aluguel abaixo do custo corrente e outros serviços básicos proporcionados pela moradia no conjunto habitacional da fábrica foi fundamental para economia e formação do patrimônio com a aquisição ou a construção da casa própria. Para Doca, que não gozou do mesmo “privilégio” que seus colegas com as casas e serviços colocados à disposição dos/a operários/a no CM, e que, a despeito disso, alcançou determinada melhoria de vida – principalmente no aspecto econômico –, em grande parte, esses elementos foram suprimidos pelas configurações de parentesco iniciais e pelas práticas econômicas possíveis após o corte com o grupo. Há que se realçar, nesse sentido, a capacidade metódica de Doca e sua companheira para o

controle do orçamento familiar e a prática da poupança – certamente aperfeiçoadas por conta da tensão nas relações internas do grupo de parentesco.

4.3.2 Os/a operários/a e seus filhos/a: geração, educação e cuidado

Já disse que o desejo de “dar escola aos filhos/a” é uma constante na literatura sobre as camadas mais pobres que tem ênfase no fenômeno da migração desde os anos 1970, assim como, também, que o lugar da educação formal só apresentou papel crescente nas camadas populares nas últimas décadas do Século XX, em especial a partir da segunda metade dos anos 1990, o que levou a alterações profundas no mundo do trabalho brasileiro, estruturado historicamente sem a necessidade de escolarização e profissionalização dos/a trabalhadores/a da base da pirâmide. Há, de fato, uma preocupação maior com escola e profissionalização para seus/a filhos/a entre os/a operários/a da pesquisa do que se pode observar em suas gerações anteriores. As oportunidades quanto à educação formal estão sempre embutidas nas falas sobre as possibilidades oportunizadas pelo contexto urbano; e essa preocupação é dimensão constitutiva fundamental do projeto de melhoria de vida.

É interessante notar que todas as pessoas da pesquisa já chegaram na fábrica com pelo menos um filho ou filha na trajetória pessoal. Mesmo Doca, que constituiu seu núcleo doméstico após a migração para Aparecida, já havia sido pai muito jovem em Niquelândia. Nesse sentido, o emprego na fábrica (e tudo que isso pode significar em ganhos, mas também em renúncias e consequências ao corpo) e a busca por uma utopia urbana estão eminentemente ligadas ao desejo de que a realidade dos/a filhos/a, em suas respectivas trajetórias, seja mais favorável em oportunidades e segurança socioeconômica do as que eles experimentaram em suas próprias vidas.

Os operários/a definem para seus filhos/a um lugar muito delimitado dentro dos planos de melhoria de vida, em que procuram empreender e mobilizar as novas gerações. Embora a relação entre pais e filhos/a esteja sempre imbuída de um aspecto

geracional da autoridade, isso significa, nos dias atuais, não mais do que a expectativa de que os/a filhos/a levem em conta a trajetória familiar (marcada pela migração de transição para condições socioeconômicas melhores) na construção de suas respectivas trajetórias, principalmente no que se refere ao trabalho¹¹⁹ e à adoção de uma ética para si que corresponda aos valores universais do mundo do trabalho, uma das duas dimensões que julgam fundamentais para um bom emprego.

A outra dimensão, a dedicação aos estudos e o acesso a uma boa escola, é tema de reflexão deste tópico final da tese. Com relatos construídos sobre minhas anotações de campo nas visitas e entrevistas realizadas com Doca, procuro dar conta do lugar reservado à próxima geração no projeto de melhoria de vida, contrastando a relação entre pai e filha a uma sociabilidade tradicional entre pais e filhos/a camponeses e das classes trabalhadoras no passado, tomado como gatilho uma pequena fala de Doca sobre seu próprio pai. Assim, se a casa é a dimensão mais visível desse projeto, argumento que o destino dos/a filhos/a é o próprio sentido dele, pois os/a operários/a sabem que, dados a posição social anterior e o capital simbólico e econômico dos quais partiram, o progresso alcançado, isto é, uma certa estabilidade socioeconômica e certo poder de consumo, já é, em si, algo inimaginável, mas ainda insuficiente. O que implica dizer que o projeto se volta prioritariamente para os/a filhos/a e para que eles/a deem, de alguma forma, continuidade e realizem a tão desejada mobilidade social ascendente. Dessa forma, se para os pais e mães a vida proporcionada pela renda operária é, por assim dizer, em termos econômicos, um ponto de chegada para suas trajetórias, ela só se justifica – e aqui é preciso ter em mente as condições exaustivas ou até mesmo desumanas às quais estão submetidos/a ao enfrentar suas respectivas vidas dentro da hostilidade de uma produção do capitalismo contemporâneo – para se constituir como ponto de partida à próxima geração¹²⁰.

¹¹⁹ Cf. (ALVES; DAYRELL, 2015).

¹²⁰ Isso se reflete até mesmo a partir da constatação trágica de Martins (1998, 2002, 2008b, 2008a, 2011) de que a História para os grupos “destinados” ao trabalho só acontece de maneira geracional, e o que a liga a esses indivíduos não é a memória de seus próprios antepassados, mas a ideia do homem universal trabalhador que necessita viabilizar as próprias condições de vida e, por isso, abdicar-se de fazer a História, ao mesmo tempo em que, efetivamente, a viabiliza.

Em 2021, Bárbara, a filha de Doca, vai terminar o Ensino Fundamental e os pais já estão preocupados com a nova escola, já que a atual não possui turmas de Ensino Médio. A preferência é por alguma escola militar próxima de casa, mas as vagas são definidas por sorteios bastantes disputados, de modo que uma vaga seria mera sorte. Dada as configurações histórico, político e ideológicas de Goiás e do Brasil, as escolas administradas pela Polícia Militar em Goiás costumam ter estrutura física e notas nos sistemas de avaliações globais superiores à média alcançada pelas escolas públicas comuns, sendo, dessa forma, cobiçadas por determinada parcela da sociedade¹²¹. Outra solução, com a qual eles esperam não contar, seria continuar a pagar uma escola privada cujos valores – conforme se informaram – são bem mais altos no Ensino Médio.

Atualmente Bárbara cursa a oitava série numa escola privada no bairro em que moram. Antes, ela frequentava uma instituição privada em outro bairro, um pouco mais distante, do outro lado da grande rodovia, um percurso que era feito diariamente na garupa da bicicleta de seu pai. A primeira escola até era considerada pela família superior à atual, mas as dificuldades com o transporte e o valor levemente inferior de uma instituição nova no próprio bairro fez a família optar pela mudança. Desde que

¹²¹ Parte da explicação do melhor desempenho dessas escolas está no maior volume de investimentos que elas recebem, oriundos de diferentes frentes. Primeiro, há as verbas ordinárias, principalmente do governo federal, mas também da Secretaria de Educação Estadual. Há ainda investimentos da própria corporação, que mantém órgão administrativo para coordenar suas escolas e que possui políticas de investimento com recursos da própria polícia. Por fim, há os recursos da própria comunidade escolar. Todo o aparato material-simbólico necessário (leia-se obrigatório) para estar presente em um ambiente militar (vestimentas, material pedagógico próprio e insígnias) não são gratuitos. Cada aluno/a gasta, em média, algo em torno de quinhentos reais por ano. Além disso, existem as “contribuições voluntárias” mensais que variam bastante – a menor que tive notícia em 2017 cobrava R\$ 50 por estudante e a maior, na escola que também serve de faculdade privada da PM, numa região nobre da capital, quase R\$ 300. Essa cobrança voluntária já foi contestada diversas vezes pelo Ministério Público, assim como há diversas manifestações do Conselho Estadual de Educação proibindo as contribuições. Na prática, a polícia desafia as legislações e adota um certo senso social nas cobranças. Para as escolas militares mais periféricas, embora haja discursos de incentivo ao pagamento, há vista grossa com a inadimplência – especialmente entre as famílias mais pobres. Já nas escolas mais elitizadas, há uma cultura que direciona mais seriamente ao pagamento das mensalidades. As escolas da PM, dessa forma, constituem um meio termo econômico para as classes populares emergentes da região metropolitana, ao mesmo tempo em que elitiza e atende a uma pequena burguesia, pois esses valores, ainda que considerados baixos pela polícia, afastam os mais pobres – em especial, as famílias com maior número de filhos/a.

começou seus estudos, a pequena nunca teve uma experiência em escola pública e, segundo o pai, as “professoras” dizem que ela é uma das melhores alunas de sua turma, com destaque para o inglês.

Ao falar da escola da filha, Doca foi sempre bastante pragmático e atento aos custos do “luxo” que proporcionava à pequena. As falas se concentravam nas manobras do orçamento para tornar a escola privada possível. Repetiu várias vezes, por exemplo, que os custos da escola não se resumem aos boletos, pois também havia apostilas, livros, materiais a adquirir, além da própria matrícula que era, em si, o valor de um mês inteiro. Com tudo isso, a família costumava gastar “duas mensalidades a mais no ano”. Apesar do aperto nas contas, eles estavam felizes porque ao menos agora a escola fica perto de casa e não tem mais sufoco com tempo e deslocamentos.

A relação de afeto entre pai e filha é notória. A garota costumava estar sempre próxima ao pai e mostrando disposição e satisfação em ser útil. Em todas as vezes que visitei Doca, ela não saiu de perto e sempre com feições de muita curiosidade. Durante as entrevistas, ela ficava sentada estrategicamente no canto da sala que dá vazão para as demais partes da casa e, atenta às questões, completava o pai sempre que este demorava com algum dado ou era impreciso em alguma memória. E quando o assunto da conversa era ela mesma, fazia menção de timidez. Enquanto Doca falava dos elogios que ela recebia na escola, desapareceu da vista e reapareceu com sua mochila, de onde sacou o boletim escolar com notas verdadeiramente altas. Há um âmbito afetivo no cuidado com a nova geração por parte de Doca. Uma característica que, em si mesma, já é geracional. Como ele mesmo disse, na última entrevista, enquanto segurava o filho de apenas alguns meses de idade nos braços (e a companheira em horário de expediente de trabalho): “o pai antigamente era outra coisa. Botava no mundo e trazia a comida. Hoje não é assim. Acho que meu pai nunca pegou um filho no colo. Quando minha mãe estava doente, eram minhas irmãs e minhas tias que acudiam as crianças.”

Há, nas relações familiares de Doca, uma preocupação situada no âmbito do afeto com os cuidados e a vida escolar da filha. Elementos ausentes, ao menos nesses termos, na “criação” recebida por ele. Como se sabe, uma das características das

famílias oriundas dos grupos camponeses é a rigidez como traço fundamental de caráter na relação de dominação estabelecida entre figura paterna com os demais da família (DURHAM, 1973; SARTI, 1994a). Em muitos termos, esse traço alcançou historicamente a classe trabalhadora, como no testemunho particular sobre as relações infrafamiliares de Martins:

Os atropelos dos que vivem à margem dos vínculos sólidos de trabalho, dos que sofrem a incerteza do ganha-pão, dos que sonham ter mais do que podem, porque o que precisam na sobrevivência de todos os dias custa mais do que recebem, acabam corroendo a ternura, inviabilizando o calor do abraço, separando no estar juntos. Pais e filhos se estranhando no absurdo mundo das carências inatendíveis. (MARTINS, 2011, p. 295)

Para Bourdieu, o acanhamento dos gestos corporais das pessoas do campo tem relação com a condição camponesa assimilada pelo próprio/a camponês/a como inferior, dada as condições duras de existência em contraste com os símbolos modernos da cidade; o/a camponês/a introjeta a imagem que os outros fazem dele. Em muitos termos, o *habitus* corporal “é aquilo sobre o qual a ação consciente não possui controle”. Assim, sentir o corpo é tomar uma consciência infeliz de seu próprio corpo, o “que leva o camponês a deixar de se solidarizar com seu corpo” (BOURDIEU, 2006b, p. 05), adotando atitudes introvertidas, tímidas e enviesadas. Dessa forma, as normas culturais do mundo camponês contribuem para dificultar o diálogo entre pais e filhos/a e o afeto se exprime muito mais por atitudes e gestos concretos relacionados às obrigações materiais cotidianas. Há uma inabilidade cultural verbal e corporal para lidar com a intimidade e tudo dessa ordem “é banido das conversas”(BOURDIEU, 2006b, p. 06).

Se a literatura aponta para relações familiares desse tipo, é muito provável que alterações significativas na “estrutura patriarcal tradicional” (SARTI, 1994a, 1994b) nas trajetórias das camadas mais pobres tenham ocorrido. Ainda que a figura paterna, na família de Doca compreenda muitos aspectos tradicionais, a dimensão do afeto e do cuidado paterno são centrais. Monitorando as atividades escolares e a rotina de estudos da filha – ainda que não consiga acompanhar os conteúdos –, Doca demonstrava efetivamente que se importava com gestos diferentes daqueles utilizados da geração de seu pai, preocupado que estava com a sobrevivência da

família numerosa e de ensinar aos/a filhos/a como fazer o mesmo. Gestos que apontam, sobretudo, para a segurança socioeconômica e, portanto, para o trabalho, mas que, agora, também passam pela instrução formal e pela presença afetiva na vida dos/a filhos/a, isto é, para uma incorporação ou mudanças do *habitus*.

Em suma, para romper a tendência educacional encontrada de sua trajetória familiar, o interlocutor arregimentou metodicamente esforços (orçamento, transporte, cuidado) ao seu alcance para suprir a ausência desses mesmos elementos. Doca e a companheira colocaram a instrução formal da próxima geração como um dos três grandes itens das contas da família. Ao lado da alimentação e da prestação do financiamento da casa em que vivem. Sinalizando prioridade absoluta na organização e na vida familiar. Com vistas ao bem-estar da filha certamente, mas sobretudo para viabilizar a mobilidade social almejada na saída da zona rural de Niquelândia, da casa feita tijolos de barro, lona e folhagens no teto. Nesses termos, ele agiu dentro dos termos do “campo dos possíveis”, dos quais fala Bourdieu (1998). Atuando metodicamente em direção aposta às forças sociais adversas e antagônicas que atravessam o *habitus* de seu grupo e que procuram conformá-lo ao seu campo original. Se não teve sucesso nas tentativas próprias, ou se sua companheira não conseguiu grandes colocações no mercado de trabalho com o ensino médio completo realizado na escola pública tradicional, ele atuou para corrigir a distorção.

Os investimentos na instrução formal e o cuidado afetivo, nesses termos, são outros passos na direção da ascensão social e da segurança socioeconômica, por meio do trabalho (seja o trabalho efetivo que cria a renda para viabilizar outras estratégias, seja a ideia de trabalho enquanto eixo das subjetividades e da vida familiar) e das oportunidades urbanas (a instrução formal, entre elas). Elementos ativados dentro de uma cadeia de acontecimentos no tempo para aderir à “utopia brasileira”, em que os direitos sociais e a segurança econômica e social passam, indiscutivelmente, pela expectativa e efetividade do trabalho formal (CARDOSO, 2019).

4.4 Conclusões

Este último capítulo procurou tratar das relações que se tecem no interior do grupo familiar do/a operário/a. Isso significou, primeiramente, reconhecer, com a literatura citada, que a casa é parte constitutiva fundamental da ideia de construção de uma vida, de uma família, de individualidades e de relações interpessoais que efetivamente fazem parte do processo de constituição da pessoa. Enquanto “unidade social primária” (PINA-CABRAL, 2014), marca efetivamente quem importa nas redes de parentesco ao envolver todos/a aqueles/a que se atribuem mutuamente consideração. Assim, a casa é o elo entre redes de apoio que se formam por um tipo de parentesco afetivo, a vicinalidade, um princípio de entreajuda que une homens e mulheres com algo em comum, com vistas a superar a adversidade que o grupo enfrenta. A relação de vicinalidade pode, a priori, ser a vizinhança ou a consanguinidade, mas o afeto da consideração expande lateralmente a família, colocando como critério maior a reciprocidade dos gestos de solidariedade.

Assim, falar da casa e dos de casa não é apenas se referir a um espaço físico e aos filhos/a e maridos/esposas, mas à vicinalidade a qual cada um/a deles/a imergiu e continua imerso, a despeito da distância, da separação de casas e da clivagem social estabelecida pelo padrão de vida dos/a operários/a. Ela não vai ser encontrada na sua totalidade no Setor Expansul na casa de Lourivaldo ou de Doca, mas na própria relação – tensa ou não – que se estabelece entre as pessoas do grupo com quem se compartilhou momentos difíceis de precariedade material. Justamente por isso, as relações foram adensadas de maneira a transpor distâncias e dificuldades de comunicação, diluídas em diversas casas agregadas ou amigas.

A vicinalidade, por sua vez, tem limites, quebras, mas nos contextos trazidos, não se efetua rupturas definitivas. Em contextos mais desfavorecidos – justamente aqueles em que a vicinalidade pode ser mais bem observada –, pequenas desavenças tendem a colocar em questão a reciprocidade verdadeira das trocas, numa reificação das relações entre pessoas em função de dívidas materiais, conflitos e mal-entendidos decorrentes. O vínculo da vicinalidade, contudo, é adensado não apenas pelas memórias de solidariedade, como também por matrimônios contraídos internamente ao(s) grupo(s), o que dificulta um corte peremptório.

A vicinalidade não é afrouxada apenas pela dívida e pelo processo de desconsideração que se desenrola. Ela também recebe um corte da pessoa ou família que deseja verdadeiramente engajar-se no projeto de melhorar de vida. Se ela se apresenta como estratégia eficaz de combate coletivo às adversidades socioeconômicas em contextos do interior rural, no mundo urbano, de maior oferta de trabalho (ainda que boa parte informais), ela se configura obstáculo quase intransponível à mobilidade econômica dos indivíduos com renda no grupo. Assim, em nome do melhorar de vida, a rede de entreajuda se afrouxa, os núcleos são divididos e os limites traçados.

Como a casa “é o lugar corpóreo familiar por excelência e dela depende o casal” (PINA-CABRAL, 2014, p. 36), o corte acontece ao redor do casal e dos/a filhos/a. À parte uma possível relação hierárquica entre os gêneros, o que percebo é uma aliança efetiva do casal em torno do objetivo de melhorar as condições socioeconômicas da família. Os/a filhos/a são verdadeiramente o sentido e o combustível para a grande saga colocada em curso com a migração. Num corte comportamental notável entre gerações, o afeto do/a operário/a aos seus filhos/a salta aos olhos, assim como é o pano de fundo das justificativas para os sacrifícios feitos no cotidiano.

Considerações Finais

Partindo da ideia de que o *habitus*, formado no interior de um campo social, encontra determinadas forças possíveis, situações dinâmicas que se organizam e se manifestam apenas em relação a certas disposições, foi possível trabalhar com a noção de trajetórias modais (TRIGO, 1998). Isto é, o pressuposto que existem determinados itinerários que têm maior probabilidades de serem seguidos pelos agentes de um grupo ou seguimento social. Nesse sentido, o objetivo geral da presente tese foi oferecer um quadro geral – e como tudo que remete ao conhecimento humano, paradoxalmente recortado, colocado em forma a partir da subjetividade do pesquisador – de um grupo operário industrial urbano a partir de trajetórias pontuais, num recorte que priorizou determinados marcadores sociais como classe, gênero, geração e raça. Um grupo que é quase invisível à dinâmica da sociedade contemporânea, em que a economia se movimenta mais visivelmente nos contextos urbanos através do setor de serviços.

Nesse sentido, senti a necessidade de situar historicamente e sociologicamente meu campo. Assim, o primeiro capítulo foi uma tentativa de compreender qual era o *status* sociológico dos grupos subalternos na história do Brasil; isto é, em que “lugar”, estavam e para qual “mundo” resolveram partir, por quais motivos partir, que “espaço” encontraram e que tipos de “trajetórias” foram erigidas, dada a posição subalterna na estrutura social. Essas também foram questões gerais que nortearam os capítulos seguintes centrados nas trajetórias. Focado no itinerário dos interlocutores/a, meu objetivo foi por apreender o processo, os espaços, as relações, em suma, a saga individual de cada um/a na busca por fazer melhor a própria vida.

Encontrei, historicamente, um tecido social hostil as camadas pobres. No campo, a situação social é ainda de maior precariedade e limitações de horizonte, acarretadas pela formação de identidades sociais de classe residuais. Nas cidades, a vida na margem, na incompletude de uma modernidade que não se concretiza plenamente,

cujo aspecto mais visível é a segregação espacial, racial e econômica nas grandes cidades.

Nas trajetórias, encontrei movimento, busca, esforço, paciência e disciplina. Pessoas focadas em, através do trabalho e das oportunidades que o emprego e a vida na cidade proporcionam, construir-se a si mesmas enquanto subjetividades e oferecem condições àqueles/a que amam e protegem realizarem o mesmo, mas a partir de uma perspectiva ou ponto de partida superior ao que tiveram: a posição de “família híbrida”, isto é, que conseguiu determinado progresso material para o grupo que será transformado em capital econômico e simbólico para a nova geração continuar o projeto da mobilidade social ascendente. Deixar a terra natal, afrouxar laços, adensar laços, afrouxá-los novamente, conseguir trabalho, trabalhar, enfrentar a vida com o trabalho, forçar o corpo, constituir patrimônio, construir ou comprar a casa, dar boa escola aos filhos/a, esse é o sentido do melhorar de vida; a partir de si, dos/a seus/a, e das injunções históricas que se formam quando os atores agem e reagem às estruturas e às instituições. Grão por grão, tijolo por tijolo, salário-mínimo por salário-mínimo, eles/a dão forma a si e oferecem o melhor que podem aos seus/a.

Além dos limites do pesquisador, a pesquisa foi atravessada pela pandemia da Covid-19, que trouxe a experiência de luto não apenas para a vida do pesquisador, mas também para alguns interlocutores/a, dada nossa posição social de minorias expostas historicamente aos “signos de morte” (CARNEIRO, 2005) e alvo preferencial das “necropolíticas” (MBEMBE, 2016) aplicadas às camadas pretas e pobres brasileiras. Assim, a experiência da dor à distância, do velório por vídeos, do lamento e desespero dos familiares em áudios em grupos de aplicativos de mensagens, conjugada com a necessidade de continuar produzido, talvez tenha sido uma das experiências mais dolorosas da vida do pesquisador e que precisa ser mencionada.

Referências

- AGIER, M.; CASTRO, N. A. Projeto Operário, Projeto de Operários. **Revista de Antropologia**, v. 36, p. 137–176, 1993.
- ALMEIDA, R. DE. Os Pentecostais Serão Maioria no Brasil? **Revista de Estudos da Religião**, p. 48–58, 2008.
- ALMEIDA, R. DE. Dossiê: Religião e desigualdade urbana. **Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. 1, p. 126–135, 2011.
- ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 2, p. 375–390, 2015.
- ALVIM, R.; LOPES, J. S. L. A Usina e a Varanda: a teatralização da dominação patronal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 88–104, 2007.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. DE M. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006.
- AMARAL, A. P. **Em meio ao lixo, a riscos e estigmas. Construindo um lugar chamado Parque Santa Cruz**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás - UFG, 2012.
- AMARAL, A. P. **Com o peito cheio de pó**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade Federal de Goiás, 2019.
- AMAZONAS, M. C. L. DE A. et al. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. spe, p. 11–20, 2003.
- ANTONIO, G. H. B. DE; LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 57–82, ago. 2014.
- APINAJÉ, J. K. R. **MÊ IXPAPXÀ MÊ IXÀHPUMUNH MÊ IXUJAHKREXÀ: TERRITÓRIO, SABERES E ANCESTRALIDADE NOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR PANHÍ**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2019.
- ARAUJO, F. M. DE B.; ALVES, E. M.; CRUZ, M. P. Algumas Reflexões Em Torno Dos De Campo E De Habitus Na Obra De Pierre. **Revista Perspectiva da Ciência e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 31–40, 2009.
- ARRIEL, M. F. et al. **Panorama da Migração em Goiás**. Goiânia: IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014.

BAENINGER, R. Migração, Migrações. **Idéias**, v. 2, n. 1, p. 31, 3 ago. 2011.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU : Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 77–100, dez. 2012.

BARRETO, J. P. L. **Wai-Mahsã: peixes e humanos. Um ensaio de Antropologia Indígena**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Amazonas, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 1

BORGES, J. M. **Políticas habitacionais, condições de moradia, identidade e subjetividade no Programa Minha Casa, Minha Vida em Águas Lindas de Goiás**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14592>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BOURDIEU, P. Os ritos de Instituição. In: **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. [s.l.] Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 1982. p. 97–106.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: EDITORA BERTRAND BRASIL, S.A., 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da razão**. [s.l.: s.n.].

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

BOURDIEU, P. **Esboço para uma auto-análise**. Lisboa: Edições 70, 2004b.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006a. p. 183–192.

BOURDIEU, P. O camponês e seu corpo. **Revista de Sociologia e Política**, n. 26, p. 83–92, 2006b.

BOURDIEU, P. **A distinção. A crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. v. 53

BOURDIEU, P. La representación de la posición social. In: **Las estrategias de la reproducción social**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014. p. 224.

CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista. Um ensaio sobre inércia social. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, p. 71–88, 2008a.

CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 3, p. 569–616, 2008b.

CARDOSO, A. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2. ed. Rio de

Janeiro, RJ: Amazon, 2019.

CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977–1023, 2017.

CARNEIRO, S. **A Construção do Outro como Não-Ser Como Fundamento do Ser**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo - USP, 2005.

CLARA, A.; DAMÁSIO, S. **FAZER-FAMÍLIA e FAZER-ANTROPOLOGIA: Uma etnografia sobre cair pra cidade, tomar de conta e posicionalidades em Canto do Buriti-PI**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2020.

CORREIA, T. DE B. A cidade-jardim: os conjuntos residenciais de fábricas (Brasil, 1918-1953). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 22, n. 1, p. 161–198, jun. 2014.

CORREIA, T. DE B.; GHOUBAR, K.; MAUTNER, Y. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 0, n. 20, p. 10, 2006.

COSTA, F. V. **Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana de Goiânia**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2016.

COSTA, S. Quase crítica. Insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 16, n. 2, p. 73–100, 2004.

COSTA, S. Desigualdades, interdependências e afrodescendentes na América Latina. **Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 123–145, 2012.

COUTO, M. T. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. **Revista Antropológicas**, v. 16, n. 1, p. 197–216, 2005.

CUNHA, J. M. P. DA. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, p. 29–50, dez. 2012.

DADALTO, M. C.; PAVESI, P. P. Entre a etnografia e a história oral: uma proposta empírica etnobiográfica. **Revista del CESLA**, n. 22, p. 227–246, 2018.

DAMATTA, R. **A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: Etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 82, p. 109–130, 2008.

DUARTE, L. F. D. **Da vida nervosa das classes trabalhadoras**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 1986.

DUARTE, L. F. D. Mobilidade, Individualização, Congregação: alguns focos do debate sobre religião no Brasil hoje. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 13, n. 1, p. 153–160, 2011.

DUARTE, L. F. D. O valor dos valores: Louis Dumont na antropologia contemporânea. **Sociologia e Antropologia**, v. 7, n. 3, p. 735–772, 1 set. 2017.

DURHAM, E. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

DURHAM, E. A sociedade vista da periferia. In: **Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo: Passado e Presente**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.

FERREIRA, D. C. **Diferenciação e segregação racial em Goiânia: representação cartográfica dos dados de cor ou raça e renda (IBGE-2010)**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2014.

IORE, M. **Uso de drogas: substâncias, sujeitos e eventos**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de Campinas - UNICAMP, 2013.

FIRMO, L. F. **Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na acesita**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília - UNB, 2013.

FONSECA, C. Preparando-se para a vida: reflexões sobre escola e adolescência em grupos populares. **Em aberto**, v. jan./mar., n. 61, p. 144–155, 1994.

FONSECA, C. **Família, Fofoca e Honra. Etnografia de gênero e violência em grupos populares**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS EDITORA, 2000.

FONSECA, C. Mãe é uma só? Reflexões sobre alguns casos brasileiros. **PSICOLOGIA USP**, v. 13, p. 49–68, 2002.

FONSECA, C. Classe e a recusa etnográfica. **Etnografias da participação**, n. 1995, p. 13–35, 2006.

FONSECA, C. Trajetória de uma antropóloga com sotaque: entrevista com Claudia Fonseca. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 331–352, 2009.

FRANGELLA, S. O tênue equilíbrio no movimento: a vicinalidade na migração transnacional. **Revista de Antropologia**, v. 51, n. 1, p. 73–106, 2014.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

GABRIEL, M. F. Pierre Bourdieu e o Poder Simbólico. Parte I: Os Passos Teóricos da Sociologia Crítica. **Revista Tópos**, v. 1, n. 3, p. 1–11, 2017.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.

GODOI, E. P. DE. Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando porque ainda não acabou. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, p. 143–170, 2014.

GONÇALVES, M. A. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: **Etnografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2021.

GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z. **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2012.

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. p. 267ss.

GUIMARÃES, A. S. A. Entrevista com Carlos Hasenbalg. **Tempo Social**, v. 18, n. 2, p. 259–268, nov. 2006.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: *IU Imprensa Universitária, 2019. p. 258.

INGOLD, T. Work, time and industry. In: **The Perception of the Environment Essays on livelihood, dwelling and skill**. Lodon: Routledge, 2000. p. 323–338.

JORGE, I. F.; LELIS, R. Entrevista com José de Souza Martins. **Primeiros Estudos**, v. 0, n. 3, p. 201–237, 2012.

KOPPER, M. “Minha Casa, Minha Vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 45, p. 185–215, jun. 2016.

KRAHÔ, L. J. **PJÊ ITA JÊ KÂM MÃ ITÊ AMPÔ KWY JAKREPEJ: Das possibilidades das narrativas na educação escolar do povo Krahô**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2019.

LAVINAS, L. A financeirização da política social : o caso brasileiro. **Forthcoming at Politika**, v. 1, n. 2, p. 35–51, 2015.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. L. BRASIL ANOS 2000: A política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 191–211, 1 maio 2018.

LEIRNER, P. DE C. **Hierarquia e individualismo em Louis Dumont**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

LEVI, G. Usos da biografia. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. p. 167–182.

LIMA, D. N. DE O. “Trabalho”, “mudança de vida” e “prosperidade” entre fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus. **Religião & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 132–155, jul. 2007.

LOBO, A. Quando os (des)afetos “fazem famílias”. Não-ditos, mentiras e fracassos nas trajetórias de migração em Cabo Verde. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 28, n. 60, p. 205–222, 2020.

LOPES DE ARAUJO, C.; FALCÃO CASACA, S. **A vulnerabilidade à pobreza das mulheres responsáveis por famílias monoparentais no Brasil e o papel das políticas públicas.** Lisboa: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/497>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

LOPES, J. S. L. Memória e transformação social: Trabalhadores de cidades industriais. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 17, n. 3, p. 583–606, 2011a.

LOPES, J. S. L. Uma Experiência da Flutuação Histórica do Tema “Trabalho” na Antropologia. **Theomai**, n. 24, p. 1–10, 2011b.

LOPES, J. S. L. Minhas conexões com a Antropologia do Trabalho. **Revista Latinoamericana de Antropologia del Trabajo**, n. 2, 2017.

LOPES, J. S. L. et al. A Tecelagem de um Antropólogo do Trabalho. **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 30, p. 1–14, 2020.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2006. p. 15–26.

MACIEL, L. M. Revisitando o “caminho da cidade” com Eunice Ribeiro Durham. **Idéias**, v. 2, n. 1, p. 293, 3 ago. 2011.

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP.** [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2012.

MADALOZZO, R.; BLOFIELD, M. Como famílias de baixa renda em São Paulo conciliam trabalho e família? **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 1, p. 215–240, 2017.

MAFRA, C. O percurso de vida que faz o gênero: reflexões antropológicas a partir de etnografias desenvolvidas com pentecostais no Brasil e em Moçambique. **Religião & Sociedade**, v. 32, n. 2, p. 124–148, 2012.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MALUF, S. W. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. **CAMPOS - Revista de Antropologia Social**, v. 14, n. 1/2, p. 131–158, 2013.

MARCUS, G. Los legados de Writing Culture y el futuro cercano de lo forma etnográfica: un boceto. **Antipoda, Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 296, n. 16, p. 59–80, 2013.

MÁRQUEZ, R. Vista do Limites e ambiguidades da vicinalidade num bairro de Salvador. **Revista de Antropologia**, v. 52, n. 2, p. 47–72, 2014.

MARTINS, J. DE S. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, v. 10, n. 1, p.

01–08, maio 1998.

MARTINS, J. DE S. **A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, J. DE S. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008a.

MARTINS, J. DE S. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: **A sociabilidade do homem simples. Cotidiano e História na modernidade anômala**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008b.

MARTINS, J. DE S. **Moleque de fábrica: uma antologia da memória social**. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

MARTINS, J. DE S. A sociabilidade do ausente (drama e libertação nas migrações). **Travessia - Revista do Migrante**, n. 82, p. 11–28, 2018.

MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte. **Arte & Ensaios**, n. 32, p. 123–151, 2016.

MENEZES, M. A. DE. Relações entre pais, mães, e filhas(os) em famílias camponesas: memória de infância. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 1, n. 49, 2006.

MOTA, E. G. **Ser com o outro, conviver e cuidar. Enfrentamentos cotidianos ao racismo religioso**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2019.

MOURA, C. P. DE. **Condomínios no Brasil Central. Expansão urbana e antropologia**. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

MOURA, C. P. DE; JANUZZI, V. P. Brasília classificada: novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 113–134, 25 abr. 2019.

MÜLLER, L. H. A. “Então, eu fui à luta!”: repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 145–172, 3 nov. 2009.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**, 2011.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica a razão dualista. O onitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PABLO, J.; ABRIL, F. El concepto de capitalismo en la perspectiva pragmática de Boltanski y Chiapello. **Sociológica**, v. 33, n. 94, p. 9–39, 2018.

PAIVA, O. DA C. Um breve olhar sobre as migrações contemporâneas. **Revista História. Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, p. 75–92, 2007.

PEIRANO, M. **A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil**. Série Antropologia. Brasília: [s.n.].

PEIRANO, M. A antropologia como ciência social no Brasil. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 219–232, 2000.

PEREIRA, V. C. **O coração da fábrica. Estudo de caso entre operários**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 1979.

PINA-CABRAL, J. DE. A pessoa e o dilema brasileiro: Uma perspectiva anticesurista. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 78, p. 95–110, 2007.

PINA-CABRAL, J. DE. Vista do Agnatas, vizinhos e amigos. Variantes da vicinalidade em África, Europa e América. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, p. 23–46, 2014.

PINA-CABRAL, J. DE; SILVA, V. A. DA. **Gente Livre. Consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

PINA CABRAL, J. DE; GODOI, E. P. Apresentação: Vicinalidades e Casas Partíveis. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, p. 11–21, 2014.

PINHO, R. **O bom e velho jeito de empreender: conheça as lições surpreendentes de quem fundou a Mabel, um império biolionário e uma das marcas mais fortes e tradicionais da indústria brasileira**. São Paulo: Editora Gente, 2017.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 89–99, 2020.

POLLAK, M. Memória e identidade. **Estudos Históricos**, v. 05, n. 10, p. 200–212, 1992.

PRICE, R. Meditação em trono dos usos da narrativa na antropologia contemporânea. **Horizontes Antropológicos**, n. 21, p. 293–312, 2004.

QUEIROZ, S. N. DE; SANTOS, J. M. DOS. Os Fluxos Migratórios do Estado de Goiás no Período Recente : 1986-2010. **Conjuntura Econômica Goiana**, v. Março, n. 32, p. 21–36, 2015.

QUINTILIANO, M. **Redes Afro-indígenaafetivas. Uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da Pós-graduação scricito sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás**. [s.l.] (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás, 2019.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAGO, M. Relações de Genêro e Classe Operária no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, v. 1, n. 1, 1994.

RAMOS PETTI, D. **“Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)**. [s.l.] (Mestrado em Sociologia e Antropologia)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, J.; THIBES, M. Z.; DE MENEZES, M. A. Disjunções e ambivalências. Famílias migrantes nordestinas no ABC de São Paulo. **Civitas**, v. 19, n. 3, p. 675–691, 15 dez. 2019.

SANTOS, L. DE C. **O trabalho tecendo memórias: cotidiano das mulheres na cidade-fábrica de Rio Tinto (1948-2014)**. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SARTI, C. A. A família como ordem moral. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 46–53, 1994a.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo, 1994b.

SARTI, C. A. Parentesco e família. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, p. 1–5, 2009.

SCHOLZ, R. Habitus de classe expressado pelo capital simbólico: uma revisão da obra de Pierre Bourdieu A Distinção. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n. 1, p. 88–91, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter. Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2009.

SOARES, E. C. M.; KNEIB, E. C. **Identificação dos subcentros do município de Aparecida de Goiânia pelos método dos especialistas (método Delphi)**: Anais do PLURIS 2016. Maceio: In 7 Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano Regional, Integrado e Sustentável, 2016.

SOTO, W. H. G. Sociologia e história na obra de José de Souza Martins. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. Número Especial, p. 1051–1069, 2016.

SOUZA, P. H. G. F. DE. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília - UNB, 2016.

SPAGGIARI, E.; TSUNODA, F. S.; TANIGUTI, G. T. Entrevista com Rosilene Alvim e José Sérgio Leite Lopes. **Plural (São Paulo. Online)**, v. 16, n. 2, p. 139, 2009.

STRATHERN, M. Os limites da autoantropologia. In: **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac & Naify, 2014. p. 133–159.

TCHERKÉZOFF, S. Louis Dumont, a comparação das sociedades e o diálogo cultural. **Sociologia e Antropologia**, v. 7, n. 3, p. 683–713, 1 set. 2017.

TEIXEIRA, J. M. **A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus.** [s.l.] (Tese de Doutorado) Universidade de São Paulo - USP, 2018.

TRIGO, M. H. B. Habitus, Campo, Estratégia: Uma leitura de Bourdieu. **Cadernos CERU**, v. 9, p. 45–55, 1 jan. 1998.

VASCONCELOS, I. DOS S.; SANTOS, S. M. A. Quem é da família? Reflexões sobre parentesco e mobilidade. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 25, n. 49, p. 249–265, abr. 2017.

VELHO, G. Observando o Familiar. In: **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978. p. 123–132.

VELHO, G. **A utopia urbana. Um estudo de antropologia social.** 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 1989.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose. Antropologias das sociedades complexas.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda, 2003.

WACQUANT, L. Poder simbólico e fabricação de grupos: Como bourdieu reformula a questão das classes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 96, p. 87–103, 2013.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. **Anuário Antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11–73, 1988.



ROTEIRO ABERTO

DATA:

Local de aplicação:

Dados Pessoais do interlocutor/a

Nome:

Endereço:

Idade:

Escolaridade:

Cidade de Origem:

Estado Civil:

Parceiro/a empregado? Profissão

Filhos/a:



Quantos meninos? Meninas

Escolaridade dos filhos:

Trabalham:

Quais cidades/Estados já morou?

Característica das residências.

A quanto tempo está em Goiás?

Quais bairros já passou na RMG?

Vida profissional

Idade do Primeiro Emprego:

Natureza:

Renda:

Profissões anteriores a atual:

Natureza:

Renda

Profissão atual:

Natureza:

Renda

Vida familiar



Naturalidade dos pais

Quantos irmãos? Irmãs?

Escolaridade da família

Estão ocupados atualmente?

Características da residência anterior

Fábrica

Data de início:

Qual seu objetivo em trabalhar numa fábrica?

Como chegou à fábrica?

Qual seu trabalho na fábrica? A quanto tempo está nele?

Qual a função na qual é classificada?

Como é seu dia de trabalho na fábrica?

Qual seu horário de trabalho? Gostaria que fosse outro? Por que?

O que você faz nas horas livres dentro da fábrica?

Quais outros tipos de trabalho já realizou na produção?

Que diferenças houveram na sua vida depois do trabalho na fábrica?

Quais as suas pretensões ao buscar esse trabalho?

O que te chama mais atenção no trabalho da fábrica?



O que você acha mais difícil de fazer dentro da produção?

E mais fácil?

O que você acha que a produção tem de melhor?

E de pior?

Quais são os benefícios que você vê por trabalhar nesse trabalho e nessa empresa?

Quais são os benefícios para além do salário que existem para os trabalhadores da empresa?

(prêmio assiduidade, prêmio de produção, participação dos lucros (\$?), creche, conjunto, salário família (\$))

O que o trabalho na fábrica te proporciona que você não tinha no passado?

O que o trabalho nesse trabalho já lhe permitiu realizar?

O que você acha que a fábrica tem de melhor?

E de pior?

Bairro

O que há para fazer nos horários de não trabalho do bairro?

Em média você acha que frequenta a casa de quantas pessoas do bairro na semana?

Você recebe muitas visitas de vizinhos? Do bairro ou da região?

Existem muitos eventos no bairro?

Como é o deslocamento? Transporte público é bom? Há quantas linhas no dia? Noite? Fins de semana?

A água é paga? Qual a recomendação de uso?



Como é a relação entre os vizinhos?

Acontecem frequentemente muitas festas?

Que eventos a fundação geralmente realiza com os moradores?

Você frequenta a feira do bairro?

Você se sente seguro no bairro?

Como é o policiamento?

Já ouviu falar de brigas entre moradores ou vizinhos do bairro?

Você considera o bairro violento?

Há muitos eventos esportivos no bairro?

Você frequenta a casa de vizinhos ou amigos dentro do bairro? Qual frequência?

O que deveria existir no bairro que ainda não existe?

O que tem para as crianças fazerem no bairro?

Que melhorias deveriam ser feitas no bairro?

O que as crianças costumam fazer nas horas livres no bairro?

O que você vê de negativo no bairro?

AFEGOM

Já participou de algum evento?

Como funciona os eventos da Afegom

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “**Vidas operárias: trajetórias migrantes no Brasil Central**”. Meu nome é **Atilio Lúcio Malta**, sou o (a) pesquisadora responsável e minha área de atuação é **Antropologia Social**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail **atiliomalta@gmail.com.br** e, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (citar o telefone para contato), inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral apresentar trajetórias de vidas de trabalhadores da indústria de alimentos em Goiás, ao mesmo tempo que procura analisar essas trajetórias a partir dos conceitos sociológico de “habitus” e “campo social”. Você será entrevistado e para isso deverá reservar um período de **1 hora**. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Nos dados, seu nome e os lugares citados por você serão mudados, porém sempre há riscos que alguém identifique e, eventualmente saiba, que a pessoa retratada no trabalho seja você e aí há o risco de exposição. Por outro lado, sua participação, irá contribuir com o desenvolvimento da pesquisa acadêmica científica.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
- () Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.



As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“Vidas operárias: trajetórias migrantes no Brasil Central”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **Atilio Lúcio Malta** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no



estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

FUNDAÇÃO NESTORE SCODRO
"Cuidando da Nossa Gente"

REGIMENTO INTERNO DO CONJUNTO HABITACIONAL
DEVERES DO MORADOR

- 1- Observar o que estabelece este regulamento e as disposições que a Administração do Conjunto Habitacional emita, dentro de suas atribuições;
- 2- Observar conduta de acordo com a moral e os bons costumes;
- 3- Não molestar os demais moradores da Vila Residencial;
- 4- O uso de rádio, televisão, equipamento de som e instrumento musicais deve ser forma a não perturbar a tranqüilidade, mesmo no período diurno;
- 5- Permitir a entrada de pessoas devidamente autorizadas pela Administração do Conjunto Habitacional, encarregado de verificar o estado de conservação e bom uso do imóvel, bem como cumprir as recomendações que estes colaboradores lhe fizeram;
- 6- Destinar o imóvel exclusivamente para uso habitacional, não usando-o para atividades comerciais;
- 7- Não é permitido introduzir modificações ou ampliações no imóvel, sem autorização, por escrito da Administração do Conjunto Habitacional ;
- 8- Os moradores são responsáveis pelas chaves dos imóveis e suas dependências internas, bem como seus pertences;
- 9- As chaves extraviadas ou quebradas são de responsabilidade do morador;
- 10- O imóvel deverá ser ocupado exclusivamente pelo funcionário autorizado no caso de alojamento (República) e no caso de residência, o funcionário e família.
- 11- Não é permitido o uso do imóvel para fins lucrativos ou em atividades proibidas por lei, bem como para reuniões políticas, religiosas e/ou de qualquer natureza;
- 12- Nenhum móvel de propriedade da empresa poderá ser deslocado sem o conhecimento e autorização da Administração do Conjunto Habitacional ;
- 13- Não é permitida a permanência de menores nos alojamentos, exceto nos casos previamente autorizados pela Administração do Conjunto Habitacional ;
- 14- É dever do morador contribuir para o uso racional de água e energia elétrica, evitando desperdício;
- 15- Não causar danos às áreas de uso comum, tais como parques, jardins, calçadas e outras propriedades e instalações de uso público;
- 16- Será feito contrato de Comodato com cada morador, que se responsabilizará pela conservação e manutenção do imóvel, ficando facultado à Administração do Conjunto Habitacional, efetuar vistorias periódicas nos imóveis;
- 17- É dever do morador colaborar com Administração do Conjunto Habitacional, informando à mesmas as irregularidades observadas na manutenção, reparo e limpeza de ruas e outras de uso público, bem como na prestação de outros serviços a cargo da referida Administração;
- 18- Não é permitido guardar no imóvel combustíveis e outros que possam provocar explosão, incêndio, umidade ou corrosão, executando-se os outros de uso estritamente domésticos e em quantidade mínima;
- 19- É vedado o uso de alto-falantes para fins de propaganda, exceto nos casos de interesse da empresa, e com autorização da segurança Patrimonial;
- 20- A ninguém é permitido atear fogo na área de cobertura vegetal ou em qualquer outro tipo de resíduo, inclusive nos quintais dos imóveis;
- 21- As avarias e danos causados ao imóvel são de inteira responsabilidade do morador, em se tratando de alojamento, não identificado o autor que provocou o dano o custo será rateado por todos os moradores do mesmo;
- 22- O morador é responsável pela conservação e funcionamento dos bens patrimoniais existentes nos alojamentos, conforme Termo de Responsabilidade assinado pelo me









